

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RODRIGO BIANCHINI CRACCO

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR À HISTORIOGRAFIA
CONTEMPORÂNEA

Belo Horizonte – MG

2015

RODRIGO BIANCHINI CRACCO

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR À HISTORIOGRAFIA
CONTEMPORÂNEA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis

Belo Horizonte – MG

2015

907.2 Cracco, Rodrigo Bianchini
C883c As contribuições de Paul Ricoeur à historiografia
2015 contemporânea [manuscrito] / Rodrigo Bianchini Cracco. -
2015.
254 f.
Orientador: José Carlos Reis.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.História - Teses. 2. Historia – Filosofia – Teses.
3.Historiografia - Teses. 4.Ricoeur, Paul, 1913-2005. I. Reis,
José Carlos. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

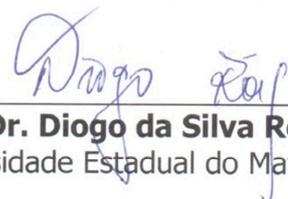
PÓSGRADUAÇÃO
historiaufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

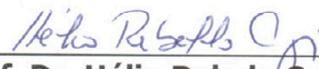
Tese defendida pela aluna **Rodrigo Bianchini Cracco** em **18 de dezembro de 2015** e **aprovado**, pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. José Carlos Reis – (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul



Prof. Dr. Hélio Rebelo Cardoso
Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”
Campus Assis



Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino
Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira
Universidade Federal de Ouro Preto

*Dedico este trabalho à minha amada
companheira Ligia Cristina Carvalho*

Agradecimentos

Agradeço ao professor José Carlos Reis pela orientação, pela presteza, pelos conselhos e por todo o inestimável conhecimento e apoio que me ofereceu no acompanhamento de todo o trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida para o desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, ao coordenador professor Luiz Carlos Villalta, ao sub coordenador professor José Antônio Dabdab Trabulsi, aos professores do Programa de Pós-Graduação em História: Mauro Lúcio Leitão Condé, Ana Carolina Vimieiro, Regina Horta Duarte e à professora Ida Lucia Machado, do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG. Meus agradecimentos também aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH): Edilene Oliveira, Mauricio Mainart e Mary Ramos.

Agradeço aos professores que participaram do Exame de Qualificação e da Banca de Defesa: Douglas Attila Marcelino, Carlos Roberto Drawin, Hélio Rebello Cardoso Júnior, Mateus Henrique de Faria Pereira e Diogo da Silva Roiz.

Agradeço aos amigos e colegas da Pós-Graduação: Saionara Leandro, Breno Mendes, Ricardo Figueiredo, Luciane Almeida, Fernando Garcia, Gabriel Verdin e aos alunos do curso *A temporalidade histórica em Braudel e Ricoeur* que ministrei no segundo semestre de 2012.

Agradeço a todos meus amigos músicos que me ajudaram quando o trabalho sugava todas as energias e a música então reabastecia o espírito: Cássio Antônio, Gabriel Panobianco, Guilherme Providello, Neto Maldonado, Marcos Miguel, Leonardo Nhochi, Tiago Viotto, Evandro Almeida, Diego Lopes Figueiredo, Clenio Russi, Michel Cotrim. Agradeço também todos os meus amigos e amigas que, felizmente, são muitos e serão sempre lembrados.

Agradeço à minha família que sempre me apoiou nos contratempos desta difícil caminhada: Ana Luíza, Daniel Rodrigo, Guilherme, Maria Helena, Teofredo, Bruno e Monise. Dedico um especial agradecimento aos meus pais, Cecília e Luis, e à minha esposa Ligia, meus alicerces em todos os momentos.

Resumo

A presente tese busca pesquisar a apropriação da filosofia de Paul Ricoeur pelos historiadores a partir de meados da década de 1980. Pretende demonstrar como a conjuntura histórica e historiográfica do final do século XX e início do século XXI, caracterizada pela “crise” da história, fornece um quadro favorável à renovação da disciplina. Neste contexto, a obra de Ricoeur fornece caminhos para a superação, ou para uma caracterização mais detida, das dissensões que particularizam o momento atual da historiografia. Alguns temas centrais para a história fomentam este trabalho de apropriação, entre os quais se destacam: o papel da narrativa para a historiografia, a volta dos sujeitos ao centro das produções historiográficas, o debate acerca das fronteiras entre memória e história, a representação historiadora e, em especial, a superação dos paradigmas explicativos hegemônicos ao longo do século passado, sendo o estruturalismo o principal destes. Para tanto, buscamos apresentar um quadro geral do que se convencionou chamar de “crise” da historiografia contemporânea, seguido por um levantamento dos projetos de recomposição de algumas áreas da disciplina, com destaque para a História Política, a História do Tempo Presente, a História Cultural e a Nova História Social. Abordamos também as “viradas” historiográficas (linguística, crítica e hermenêutica), tendo em vista os debates desenvolvidos por Ricoeur acerca destes movimentos. Uma especial atenção foi concedida a dimensão representativa da história. Ressaltamos também como o diálogo atual entre história e filosofia implica um interesse renovado dos historiadores pelas dimensões epistemológica e ontológica da história. Buscamos direcionar o trabalho das questões historiográficas à filosofia de Ricoeur, destacando as apropriações já realizadas, assim como as em potencial, de sua obra pelos historiadores. Os debates realizados revelaram que a hermenêutica de Ricoeur, por dialogar de perto com as questões da historiografia, fornece um referencial teórico e procedimental bastante profícuo para os historiadores. Neste mesmo sentido, a articulação entre explicação e compreensão, sobremaneira abordada por Ricoeur, incide diretamente sobre a tendência à pluralidade interpretativa que caracteriza a historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Teoria e filosofia da história. Historiografia contemporânea. Paul Ricoeur.

Abstract

This dissertation seeks to research the appropriation of Paul Ricoeur's philosophy by historians since the mid 1980s in an attempt to demonstrate how the historical and historiographic scenario of the late 20th century, characterized by the "crisis" of history, provides a favorable frame to renew the discipline. In this context, Ricoeur's work offers forms to overcome, or to characterize with further details, the differences that make the current moment of historiography particular. Some central themes for history support this appropriation effort, with emphasis to the following: the role of narrative in historiography, the return of the subjects to the center of historiographic productions, the debate on the frontiers between memory and history, the history representation, especially the surpass of hegemonic explicative paradigms along the past century, majorly structuralism. For this purpose, we sought to present a general scenario of what is conventionally called "crisis" of the contemporary historiography, followed by a survey of the projects to reconstitute some of the areas of the discipline, with emphasis to Political History, History of Present Time, Cultural History, and New Social History. We also approached the historiographic "turnings" (Linguistics, critic, and hermeneutics) with attention to the debates developed by Ricoeur on such movements, and a special attention to the representative dimension of history. We also highlight how the current dialogue between history and philosophy implies a renewed interest of historians in the epistemological and ontological dimensions of history. We sought to direct the study of historiographic matters to Ricoeur's philosophy highlighting the existing appropriations of his work by historians as well as the potential ones. The debates revealed that Ricoeur's hermeneutics establishes a close dialogue with historiography issues and so provides theoretical and procedure references that are very fertile to historians. In addition, the articulation between explanation and understanding, deeply approached by Ricoeur, has direct effect on the tendency to the plurality of interpretation that characterized contemporary historiography.

Keywords: Theory and Philosophy of History. Contemporary historiography. Paul Ricoeur.

Índice de Diagramas

Uma outra leitura do grupo dos <i>Annales</i>	30
• <i>Mimesis</i> I (prefiguração):	
○ Parte 1: Estruturais.....	155
○ Parte 2: Simbólicos.....	156
○ Parte 3: Temporais.....	157
• <i>Mimesis</i> II (configuração):	
○ Parte 1: Mediações entre <i>mimesis</i> I e <i>mimesis</i> II.....	161
○ Parte 2: Mediações entre <i>mimesis</i> II e <i>mimesis</i> III.....	162
• <i>Mimesis</i> III (refiguração):	
○ Parte 1: Circularidade mimética.....	166
○ Parte 2: O ato de leitura.....	167
○ Parte 3: Narratividade e referência.....	168

Sumário

Introdução	10
1. A historiografia francesa pós 1989: o pluralismo interpretativo.....	23
1.1. Anos 1970 e 1980: as transformações do cenário historiográfico.....	23
1.2. Crise da historiografia, crise da história e o pluralismo interpretativo	34
1.3. A recomposição da historiografia.....	41
1.3.1. História Política.....	42
1.3.2. História do Tempo Presente.....	47
1.3.3. História Cultural	51
1.3.4. Nova História Social	55
2. Virada linguística, virada crítica e hermenêutica.....	64
2.1. A virada linguística.....	64
2.2. Virada crítica dos <i>Annales</i>	73
2.3. Hermenêutica e historiografia.....	83
3. Dissensões da historiografia contemporânea	104
3.1. Memória e história.....	104
3.2. Narrativa e acontecimento.....	120
3.3. Os sujeitos na história.....	126
3.4. A capacidade referencial da história.....	139
4. A história sob o signo da representação	144
4.1. Duas orientações gerais da representação historiadora.....	144
4.1.1. Operação historiográfica.....	145
4.1.2. Trílice <i>mimesis</i>	149
4.2. Mentalidades e representações.....	169
4.3. A representância	173
4.3.1. A representância em <i>Tempo e Narrativa</i>	173

4.3.2. A representância em <i>A memória, a história, o esquecimento</i>	181
5. A condição histórica	189
5.1. O tempo histórico	189
5.1.1. Koselleck e Hartog: experiência, expectativa e regimes de historicidade... 191	
5.1.2. Ricoeur: “o que se desenvolve no tempo pode ser contado”	203
5.2. Consciência histórica e condição histórica	211
5.2.1. Pertença, distanciação e apropriação.....	218
5.3. A verdade em história.....	225
Considerações finais.....	235
Referências bibliográficas.....	238

Introdução

Nesta pesquisa buscaremos apresentar a forma com a qual e afim de desempenhar quais funções, um número crescente de historiadores vem atualmente se apropriando da filosofia de Paul Ricoeur para produzir história.

Devemos ressaltar o caráter propriamente histórico e temporal da proposta: que fatores fizeram com que os historiadores franceses começassem a se ocupar da obra ricoeriana a partir de meados da década de 1980 e, particularmente, a partir do início da década de 1990? Acreditamos que tanto as transformações internas à guilda dos historiadores quanto a conjuntura histórica do final do século XX e início do século XXI contribuíram para a emergência de uma nova fase do diálogo entre a filosofia e a história. Associar a explicação histórica à sua compreensão narrativa, assim como liberar a possibilidade de passar da seriação de dados ao estilo labrousseano para o encadeamento de interpretações são possibilidades abertas por essa nova fase do diálogo.

Defendemos, portanto, que a filosofia de Ricoeur passou, após décadas de pouca visibilidade entre os historiadores, ao centro das questões teóricas da história. Temos como hipótese que a conjuntura historiográfica atual levou os historiadores a se voltarem à obra ricoeuriana como possível caminho para a resolução – ou ao menos para uma melhor caracterização – de problemas centrais da historiografia contemporânea. Esse movimento se deve a elementos como: o papel da narrativa na historiografia, a volta dos sujeitos ao centro das produções historiográficas, todo o debate acerca das fronteiras entre memória e história, a força simbólica da representação e, principalmente, a superação do paradigma estruturalista.

Nosso objetivo é, portanto, realizar um estudo teórico e historiográfico das práticas de historiadores que se apropriam, em diferentes níveis, da hermenêutica ricoeuriana – quer seja de forma utilitária, quer seja de forma constitutiva, como fundamentação teórico-conceitual – para produzir trabalhos de história. Em acréscimo, temos ainda por objetivo realizar um trabalho de ampliação do diálogo já existente entre a filosofia de Paul Ricoeur e a história, apresentando apropriações em potencial.

François Dosse, em especial, mas também vários outros autores que dirigem seus estudos para a epistemologia compartilham a ideia de que a história experimenta atualmente uma reorientação do “eixo principal da disciplina histórica para uma abordagem hermenêutica” (DOSSE, 2001. p. 275). Esta forma relativamente nova de se

considerar as transformações das humanidades a partir dos “giros”, “viradas” ou “guinadas” tem, pelo menos, quarenta anos de história: ela parte da “virada linguística” da década de 1970, passa pela “virada crítica” dos *Annales*, no fim da década de 1980, dentre vários outros exemplos possíveis de “viradas”. Segundo Jean-Claude Ruano-Borbalan: “a implicação da subjetividade do historiador, a ênfase crescente dedicada aos modos de escrita, na narrativa, à argumentação, seriam sintomas do que certos historiadores descrevem como ‘viragem hermenêutica’ (interpretação dos textos) dos anos 90” (1999, p. 277, tradução nossa).

Nesse mesmo sentido, conforme Helenice Rodrigues da Silva:

É somente nos anos 90 que, autores como Michel de Certeau, Jacques Rancière e Paul Ricoeur, responsáveis por uma reflexão filosófica e poética da história, vêm seus trabalhos valorizados, por uma pequena fração dessa corporação. Fundamentos para uma epistemologia da história, a parte reservada aos modos de escrita, à narrativa, à argumentação, à subjetividade do historiador, ilustram a guinada hermenêutica (ou interpretativa) que marcou a historiografia dos anos 90. (SILVA, 2003, p. 1).

Se seguirmos a leitura de Ricoeur sobre “a origem da hermenêutica” (RICOEUR, 1988, p. 5, a 1ª ed. é de 1969), podemos afirmar inclusive que a exegese, predecessora da hermenêutica filosófica, já colocava problemas de interpretação em função da historicidade implicada na ação interpretativa:

[...] Se a exegese suscitou um problema hermenêutico, isto é, um problema de interpretação, é porque toda a leitura do texto, por mais ligada que esteja ao *quid*, ao ‘isso em vista do que’ foi escrito, faz-se sempre no interior de uma comunidade, de uma tradição, ou de uma corrente de pensamento vivo, que revelam pressupostos e exigências [...] (RICOEUR, 1988a, p. 5).

Ao considerarmos o trabalho de interpretação como um esforço para vencer um afastamento cultural e/ou temporal, isto é, ao relacionarmos um produto da compreensão a um lugar de produção – do discurso por um lado, da interpretação deste por outro, sendo essa segunda forma privilegiada na filosofia de Ricoeur – a relação entre história e interpretação se estreita ainda mais. Assim, podemos compreender melhor a superposição de conceitos criada pela expressão ‘ciências histórico-hermenêuticas’.

A hermenêutica pode ser “mais uma” via de trabalho para o historiador. Pode ser, inclusive, uma profícua ferramenta para os historiadores que dirigem sua produção à história da historiografia. Todavia, o historiador não é essencialmente um hermeneuta. As realidades com as quais o historiador lida, os documentos e as vidas neles representadas, a tarefa constitutiva do ofício do historiador de sepultar um determinado passado e de fazer

justiça à verdade; enfim, as produções resultantes das atividades dos historiadores estão muito além de uma técnica de interpretação, de uma exegese textual ou de um trabalho filológico.

Existe um compromisso ético entre a história e a verdade que se projeta – para além da fixidez atemporal e, por vezes, impessoal dos textos – no sentido da *vida*. É certo também que a hermenêutica não se resume a uma técnica de interpretação. Assim como a história, ela remete a realidades extratextuais em um sentido mais propriamente humano. É justamente por essa razão que a hermenêutica, tal como proposta por Paul Ricoeur, possibilita um diálogo produtivo com a história.

Tal leitura da hermenêutica é apenas uma forma de conceber o trabalho de interpretação, mas é justamente o viés que nos importa na atual pesquisa.

Cabem aqui, portanto, algumas delimitações de escopo: inicialmente, nosso objeto de estudo é a historiografia francesa e a relação que esta tem mantido com a filosofia de Paul Ricoeur. Não pretendemos, e seria em vão tal objetivo, explicar aos historiadores franceses o que eles fazem da filosofia também francesa. Assim, o que perseguimos é mapear as possibilidades abertas à historiografia a partir do acréscimo das formulações filosóficas da obra de Paul Ricoeur. Essa relação que se estabelece entre os dois componentes de nossa pesquisa – a saber, a historiografia e a filosofia ricoeuriana – não está restrita à historiografia francesa. Em outros países e tradições historiográficas, a leitura da obra de Ricoeur pelos historiadores tem se difundido largamente. Se focamos nosso trabalho na historiografia francesa é porque nos parece que lá essa relação se dá de forma bastante mais intensa, e está em estágio mais avançado.

Pode-se afirmar, contudo, que nos países anglo-americanos esse diálogo está em condições iguais ou até mesmo mais adiantadas. Todavia, a relação que Ricoeur estabelece com a filosofia analítica e a historiografia nos Estados Unidos e Canadá tem um impacto “menor” no Brasil em comparação à francesa. Dessa forma, enfatizamos a grande influência da historiografia francesa aqui e, conseqüentemente, a via pela qual o trabalho de Ricoeur chega, na maioria das vezes, até nós, historiadores brasileiros.

Isso quer dizer que nossa preocupação se estabelece em nível teórico e não regional. Ao analisarmos os acréscimos e limites da apropriação da obra ricoeuriana pelos historiadores estrangeiros, podemos organizar e avaliar melhor o papel dessa obra em nosso país. Há alguns anos presenciamos historiadores e filósofos brasileiros escrevendo sobre a relação da filosofia de Ricoeur e a história, dentre os quais, podemos citar: José Carlos Reis, Aldo Nelson Bona, Fernando Felizardo Nicolazzi e Hélio Salles Gentil.

Além destes, um grande número de autores já escreveram artigos ou capítulos de livro sobre o tema. Contudo, a relação que se estabelece entre a obra de Ricoeur e os historiadores ainda é mais ampla entre os franceses. Há que se notar também que o grande atraso que costumava haver entre a publicação de obras no exterior e a chegada destas no Brasil não existe mais, ao menos não de forma determinante. A facilidade de adquirir obras importadas, sejam elas impressas ou em versões digitais, diminuiu consideravelmente as fronteiras das produções acadêmicas.

Outra delimitação necessária diz respeito às balizas temporais que circunscrevem nosso objeto de análise. Paul Ricoeur já escrevia acerca da produção histórica desde a década de 1950, mas aquele período, entretanto, não favorecia a recepção de sua obra entre os historiadores.

As razões deste afastamento são múltiplas: para citarmos apenas algumas delas, temos a prática estruturalista dominante nas ciências humanas, a qual se distancia consideravelmente da filosofia ricoeuriana, por motivos que abordaremos ao longo do trabalho. Também há a hegemonia da produção histórica baseada nos pressupostos metodológicos dos *Annales* e o conseqüente afastamento de debates teóricos por estes historiadores. Podemos, analogamente, citar mesmo a filosofia da história implicada no materialismo histórico, bem definida estruturalmente, e que, portanto, não combinava com uma fenomenologia que apresentasse um diálogo intenso com a hermenêutica.

O ambiente intelectual francês na década de 1960, com o clímax dos eventos ocorridos em maio de 1968, acabou por colocar Ricoeur – ou melhor, ele colocou-se – numa situação delicada: o filósofo defendeu a juventude contestadora ao apoiar as propostas dos alunos, ao mesmo tempo em que não correspondeu plenamente a tudo o que aqueles esperavam de um intelectual então já bastante renomado.

Entre uma crítica à invasão efetuada pelos Estados Unidos da América no Vietnã; um posicionamento moderado quanto à “revolução sexual” em curso, uma possibilidade de ecumenismo das várias denominações cristãs, críticas à igreja e várias outras situações turbulentas, o posicionamento moderado de Ricoeur, um misto de reformismo e vontade de mutação, sendo o primeiro mais enfático que o segundo, acabou por causar mais reações negativas que apoios (Cf. DOSSE, 2008, p. 391-404).

Além disso, os temas da hermenêutica da década de 1960, que retomam as ideias de “preconceito” e “tradição”, em especial com Hans-Georg Gadamer, logo se refletiram na filosofia ricoeuriana, além da releitura da obra de Heidegger: toda a filosofia hermenêutica foi posta em uma posição de desconfiança por parte dos jovens motivados

pelos princípios revolucionários. Em realidade, o desenvolvimento da hermenêutica se deu por uma via pouco estimada na França, por vários motivos: em primeiro lugar, na medida em que se apropria de vários elementos da filosofia romântica, a hermenêutica é vista como herdeira da principal corrente de pensamento que se opôs à *Aufklärung*. Posteriormente, quando o positivismo¹ era visto como a via pela qual as humanidades tornar-se-iam ciências por direito, a hermenêutica apresentada por Wilhelm Dilthey colocava-se como uma via alternativa. Pode-se citar também a oposição que o pensamento de Martin Heidegger representa ao neo-kantismo da primeira metade do século XX.

Ricoeur afirma repetidas vezes que sua filosofia se constrói sobre uma tradição bastante específica: a filosofia reflexiva de Descartes, Hume e outros; a fenomenologia husserliana; e o enxerto hermenêutico da fenomenologia, este último que pode ser dividido em duas vertentes: a primeira epistemológica, a partir do diálogo com os métodos explicativos das ciências humanas, e o segundo ontológico, na linha da hermenêutica do *Dasein* heideggeriano, e também com a filosofia de Gadamer. Mas Ricoeur realiza o que podemos chamar de uma “apropriação crítica”, apesar da redundância do termo, dessas correntes filosóficas. Ricoeur renuncia ao idealismo subjetivista do cogito, ainda presente na fenomenologia husserliana, sem, contudo, ceder ao universalismo hegeliano, assim como substitui a ontologia direta da hermenêutica de Heidegger pela via longa da interpretação dos signos e símbolos. Não se trata, contudo, de abandonar a fenomenologia ou a ontologia, mas de articular seus pressupostos com outras formas de conhecer, derivadas das ciências humanas e também da filosofia, como: a filosofia da linguagem, a teoria da ação e a teoria da história, a ênfase na historicidade da experiência, entre outros. Esse sincretismo que configura a filosofia de Ricoeur pode ser interpretado de diferentes formas, que têm em seus extremos definidos enquanto um conjunto de retalhos inconciliáveis da tradição filosófica ocidental ou como a expressão plena da pluralidade interpretativa que caracteriza a contemporaneidade. Não cabe a qualquer intérprete privilegiado definir a “verdade” acerca de sua obra, mas a cada pessoa que se disponha a lê-lo. Por fim, cabe assinalar que os historiadores podem, a partir do trabalho de Ricoeur, considerar novos problemas, empreendimentos e perspectivas para seus trabalhos.

O historiador Marcel Gauchet, em uma entrevista a François Azouvi e Sylvain Piron, resume bem a situação da recepção à obra de Ricoeur em meados do século XX. Ao

¹ “Entende-se por ‘positivismo’ esta hegemonia epistemológica do modelo das ciências naturais sobre os diversos tipos de conhecimento, que desvalorizava e excluía a filosofia” (REIS, 2003, p. 54).

ser questionado quanto à “tradução” hermenêutica do freudismo, realizada por Ricoeur, ele replicou:

Eu admito que compartilhei o prejulgamento do meio que eu vivia e que considerava que a excomunhão da qual ele [Ricoeur] era objeto deveria ser fundada! Lembro-me especialmente de um artigo avassalador de Michel Tort, patrocinado pelo primeiro círculo lacaniano, sobre "a máquina hermenêutica", que tive a estupidez de pensar que era convincente; a própria palavra hermenêutica pareceu-me absurda e recoberta de um espiritualismo debilitante. Eu deixei majestosamente de lado, naquele momento, o trabalho de Ricoeur. Tenho a impressão, graças a Deus, de ter me tornado um pouco mais capaz hoje que antes para julgar por mim mesmo, de estar menos sujeito a estes fenômenos de formação que eram, de resto, típico da época. (GAUCHET, 2003, p. 225-226, tradução nossa).

Poderíamos acrescentar ainda, de modo bem mais amplo, que a historiografia francesa tradicionalmente apresentou uma certa suspeita em relação à filosofia como todo, tendo em vista a identificação da filosofia em geral com a filosofia da história de Hegel. Mesmo que o princípio de totalização hegeliano tenha desempenhado uma importante influência na historiografia, sua filosofia da história quase sempre foi objeto de desconfiança.

Contudo, podemos dizer que a relação entre a obra de Ricoeur e os historiadores, a partir da década de 1980, começou a mudar. Após a publicação dos três volumes de *Tempo e Narrativa* (1983-1985), Ricoeur tornou-se mais conhecido entre os historiadores, ao longo da década de 1990, principalmente. A partir da publicação de *A memória, a história, o esquecimento* (2000), a filosofia ricoeuriana integrou o cotidiano dos historiadores, em grande medida pelo aumento do debate acerca das relações entre história e memória.

Em realidade, esse debate sobre a memória ganhou maior atenção entre os historiadores franceses na segunda metade da década de 1980, coincidentemente, logo após a publicação de *Temps et Récit*. Como coloca François Hartog: “Os meados dos anos 1980 coincidiram com a plena emergência do fenômeno memorial no espaço público: literatura, arte, museus, filosofia, ciências sociais, discurso político lhe deram lugar, cada vez mais” (HARTOG, 2013b, p. 51, tradução nossa). Sem pretender realizar uma listagem exaustiva das obras de historiadores que, ao longo da década de 1980, debateram o tema da memória, podemos citar, a título de exemplo, as publicações sob a direção de Pierre Nora *Les Lieux de mémoire* (1984-1993), a coleção de artigos de Pierre Vidal-Naquet reunidos no livro *Les Assassins de la mémoire* (1987) e a obra *Histoire et mémoire* de Jacques Le Goff (a edição francesa é de 1988, o texto acerca da memória foi publicado,

primeiramente, em italiano, na *Enciclopedia Einaudi*, vol. 8, em 1978)². Ricoeur reconheceu prontamente esse avanço da memória no espaço público e na historiografia. Na apresentação de sua obra de 2000, o filósofo assim colocou:

[...] trata-se aqui de uma volta a uma lacuna na problemática de *Tempo e Narrativa* e em *Si mesmo como um outro*, em que a experiência temporal e a operação narrativa se enfrentam diretamente, ao preço de um impasse sobre a memória e, pior ainda, sobre o esquecimento, esses níveis intermediários entre tempo e narrativa. (RICOEUR, 2007, p. 17)³.

Ricoeur foi, então, ao centro da problemática que rondava a historiografia do período. A ampliação de referências à sua obra, assim como a multiplicação de publicações de historiadores sobre seu trabalho aumentaram exponencialmente, a ponto de Roger Chartier afirmar que “[...] graças ao grande livro de Paul Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento* (2000), as diferenças entre história e memória podem ser tratadas com clareza [...]” (CHARTIER, 2010, p. 21). Há que se notar o posicionamento de Chartier quanto aos debates anteriores à publicação de Ricoeur: o que dizer das obras de historiadores publicadas antes de *A memória, a história, o esquecimento*, como as citadas acima? Enfim, esta incursão sobre o debate acerca da memória serve, no momento, para legitimar a maior aproximação entre a filosofia de Paul Ricoeur e os historiadores franceses a partir do ano 2000.

Contudo, pode-se argumentar que na ocasião da publicação de *Tempo e Narrativa*, o debate acerca da narração em história também já estava em voga, principalmente em função do *linguistic turn*. Podemos afirmar que, em ambos os casos, Ricoeur chegou alguns anos “atrasado”: tanto o debate acerca da narração quanto, alguns anos depois, sobre a memória, já estavam causando agitação entre os historiadores antes das publicações de Ricoeur. Contudo, vale lembrar que Ricoeur não escreveu *para* os historiadores, e nem mesmo a história é um fim em sua obra, mas antes um meio para suas reflexões filosóficas. Não devemos confundir a filosofia que tem como objeto a história com o trabalho da historiografia. Inclusive, não podemos deixar de citar o estranhamento causado pela publicação recente de um texto de Fernando Nicolazzi sobre a obra de Ricoeur em um livro intitulado *Os historiadores: clássicos da história* (2014), obra

² Apesar de estar fora do escopo da atual pesquisa, a publicação da obra de Yosef Hayim Yerushalmi *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory* (1982), merece ser citada, posto que serviu como uma das principais impulsionadoras do debate acerca da memória entre os historiadores não apenas estado-unidenses, mas em nível mundial, incluindo os franceses.

³ Podemos encontrar uma referência a esta mesma passagem em HARTOG, 2013b, p. 124.

dirigida por Maurício Parada. Apesar das diversas passagens em que Nicolazzi pontua a obra de Ricoeur enquanto parte de uma inteligência filosófica, acreditamos ser bastante temerária a inclusão de Ricoeur entre *Os historiadores*. Não obstante, os debates suscitados por Ricoeur, tanto no que tange à narrativa quanto acerca da memória, são atualmente apropriados pelos historiadores – não sem necessárias adaptações e diversas polêmicas – para sistematizar, no campo da história, seus próprios temas.

Enfim, é a partir de 1983 e, principalmente de 2000, que a filosofia ricoeuriana passa a fazer parte ordinária da guilda dos historiadores. A esse respeito, podemos, como exemplo, citar alguns balanços de recepção de sua obra: após a publicação de *Tempo e Narrativa*, Christian Bouchindhomme e Rainer Rochlitz dirigiram uma publicação intitulada “*Temps et récit*” de Paul Ricoeur en débat (1990), com a colaboração de seis filósofos e dois linguistas. Nenhum historiador participou deste projeto, ainda que tenha sido um balanço de uma das publicações ricoeurianas mais relevantes para a historiografia. Após a publicação de *A memória, a história, o esquecimento*, no entanto, a situação mudou: a revista *Le Débat* (2002) publicou um número especial (nº 122) dedicado à recepção da obra de Ricoeur, no qual escreveram vários historiadores, entre eles Roger Chartier, Alexandre Escudier, Pierre Nora e Krzysztof Pomian. Pouco tempo depois, Bertrand Müller dirigiu uma publicação intitulada *L’histoire entre mémoire et épistémologie: Autour de Paul Ricoeur* (2005). Em 2007, sob a direção de Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia, foi publicado o livro *Paul Ricoeur et les sciences humaines*, com a colaboração de vários historiadores, dentre os quais os próprios diretores. Se o diálogo entre historiadores e Paul Ricoeur pode remeter retrospectivamente à década de 1940, é a partir do início do século XXI que esse diálogo se intensifica. Portanto, buscaremos trabalhar o tema com os debates mais recentes quanto possível sem, no entanto, deixar de remeter às discussões das décadas de 1980 e 1990, quando necessário: “[...] o que define o começo não é a ausência de antecedente, mas a ausência de necessidade na sucessão” (RICOEUR, 2010a, p. 70).

Não é nossa intenção, todavia, fazer crer que a filosofia ricoeuriana tenha se tornado uma unanimidade entre os historiadores franceses da atualidade, nem que tenha sido apropriada de uma única e mesma forma entre diferentes historiadores⁴. Esta

⁴ Na ocasião do exame de qualificação, o professor Douglas Attila Marcelino nos questionou quanto ao que definiríamos como “apropriação” da obra de Ricoeur entre os historiadores. Tendo este questionamento em vista, devemos asseverar que a citação direta é a indicação mais clara dessa apropriação, mas não a única. Outras formas menos diretas de referência são mobilizadas. Por vezes, podemos notar os historiadores remetendo a argumentos extraídos diretamente da obra de Ricoeur ao utilizarem, por exemplo, noções como a de

problemática da pluralidade de usos é um elemento enriquecedor para nossa pesquisa, posto que permitirá reconhecermos diferentes formas, complementares ou mesmo contraditórias da maneira pela qual os historiadores têm abordado o tema.

Se a associação entre história e filosofia hermenêutica, durante muito tempo, remeteu aos debates suscitados pela hermenêutica romântica, uma das impulsionadoras do historicismo, acreditamos que hoje esse contato se dê por outras vias, com o objetivo de resolver outros problemas.

Identificar essas novas formas de contato, apropriações e acréscimos recíprocos propiciará um avanço significativo para a historiografia que se preocupa – além da prática ordinária do ofício, com o trabalho em arquivos, documentos e monumentos – com os pressupostos éticos e políticos implicados, explicitamente ou de forma latente, nas escolhas teórico-conceituais sobre as quais os historiadores alicerçam suas questões para produzir história. Portanto, para além de uma problemática, sem dúvida relevante, que remete a *como se escreve a história*, buscaremos aqui nos preocuparmos também com o *efeito político do fazer história*. Esse não é um objetivo específico do trabalho, mas uma orientação latente que nasce justamente das disposições teóricas assumidas pelos historiadores.

Há uma diferença essencial entre assumir uma postura mais estrutural ou materialista-dialética, metódica (na acepção historiográfica do termo) ou hermenêutica, enfim, entre fundamentações teóricas distintas. Queremos dizer com isso que a base teórica na qual os historiadores se sustentam para a construção de seus objetos de pesquisa *sugere* ou mesmo *possibilita* uma refiguração orientada, com implicações éticas e políticas que, se não impostas, são ao menos insinuadas.

A ressalva de que o debate teórico, que remete à epistemologia e à ontologia, é tema de filósofos, ou ainda, um perigo a ser evitado pelos historiadores de ofício, acompanha continuamente os debates de historiadores acerca da obra de Ricoeur. Essa reserva é ainda mais significativa na historiografia francesa, devido a uma mentalidade de longa duração, que remete ao fim do século XIX. Dentre os exemplos contemporâneos e

“representância”, ou ainda encadeamentos argumentativos distintivos da obra ricoeuriana, mesmo na ausência de uma referência direta. Ademais, nosso objetivo não se restringe às apropriações que já tiveram lugar, mas também às possibilidades de diálogo, de forma que tanto as referências objetivas quanto as latentes e outras em potencial serão debatidas. No quinto capítulo há um subitem (5.2.1.) que define o que entendemos por apropriação, ainda que lá o discutiremos a partir um espectro mais amplo. A razão de esse debate estar no final do trabalho e não o contrário se deve à dimensão ontológica da apropriação que buscamos ressaltar, que por sua vez coaduna com os outros temas do quinto capítulo, o que não impede o leitor de remeter àquele subitem antecipadamente. Gostaríamos de registrar nosso agradecimento ao professor Douglas Attila Marcelino por esta e diversas outras recomendações sempre muito precisas.

diretamente ligados à questão de nossa pesquisa, podemos citar a introdução do texto assinado por Bertrand Müller no livro *L'histoire entre mémoire et épistémologie*, obra dirigida por ele mesmo, sobre a ressalva historiadora com relação à epistemologia. Há, ainda, as contínuas afirmações positivas de Roger Chartier com relação à obra ricoeuriana, que são sempre seguidas de reservas a respeito da epistemologia.

É exemplar a forma como Chartier, por meio de fórmulas lapidares, ventila o trabalho de Ricoeur: “Não há de considerar, como faz Paul Ricoeur em *Temps et récit* [...]” (2010, p. 66)⁵; “[...] para dizer como Ricoeur [...]” (2002b, p.15); “[...] o grande livro de Paul Ricoeur [...]” (2002b, p.85)⁶; “[...] deve-se reconhecer com Ricoeur [...]” (2002b, p. 234); “[...] e parafraseando Ricoeur [...]” (2002b, p. 237); “[...] usando os termos de Ricoeur [...]” (2002b, p. 258), etc. Ainda mais relevante é a forma com a qual Chartier coloca Ricoeur no centro da produção historiográfica atual, ao mesmo tempo em que toma uma “distância segura” em relação à sua obra:

Sem dúvida, é paradoxal que um historiador como eu, que encontra inspiração nos pensamentos da ruptura e da diferença, evoque deste modo o procedimento hermenêutico e fenomenológico de Paul Ricoeur. Mas é dessa tensão que depende hoje a compreensão do passado, ou do outro, para além das descontinuidades que separam as configurações históricas. (CHARTIER, 2002b, p. 17)

A problemática de fundo, para além das questões suscitadas pelo próprio objeto, como já indicamos no início dessa apresentação, é a de contribuir para o difícil diálogo – quando há diálogo, e não simplesmente uma surdez mútua – entre história e filosofia. Durante muito tempo, as ciências sociais foram as interlocutoras privilegiadas da história, e ainda o são. Mas o acréscimo positivo trazido à historiografia pela inteligência filosófica, particularmente pela via da hermenêutica ricoeuriana, carece ainda de uma sistematização.

Tendo em vista a perspectiva que adotamos para realizar o presente trabalho⁷, nossa pesquisa está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo produziremos um

⁵ A expressão é usada na forma de pergunta, o negativo da oração indica impossibilidade de não fazê-lo desta forma.

⁶ O livro, no caso, é *Tempo e Narrativa*.

⁷ Na ocasião do exame de qualificação, o professor Carlos Roberto Drawin nos questionou em sua arguição quanto à perspectiva que buscaríamos adotar tendo em vista os dois elementos que se completam para formar o objeto que almejamos analisar, que são a historiografia e a filosofia de Ricoeur. A partir da indicação do professor Drawin, definimos nosso percurso da historiografia à obra ricoeuriana, buscando partir dos debates dos historiadores para buscar o diálogo possível entre estes e o trabalho de Ricoeur. Será possível notar que ao longo do trabalho a inserção da filosofia ricoeuriana torna-se cada vez mais presente. Gostaríamos de assinalar nosso especial agradecimento ao professor Carlos Roberto Drawin por toda a profícua contribuição que trouxe a este trabalho.

quadro da historiografia francesa contemporânea, mas já tendo em vista as áreas nas quais o trabalho de Ricoeur pode incidir. A caracterização das transformações pelas quais a historiografia passou no final do século XX busca remeter à perspectiva de trabalho dominante entre os historiadores franceses – a da Nova História – e à presumida tese da “crise” da história. Posteriormente, segue um levantamento dos esforços de recomposição de algumas áreas da historiografia. A definição destas quatro áreas, a saber, História Política, História do Tempo Presente, História Cultural e Nova História Social, se deve basicamente a dois fatores. Em primeiro lugar, estas áreas são as mais afetadas pelo deslocamento da história social e econômica hegemônica, que caracterizou a historiografia desde meados do século passado. Em segundo lugar, são nestas áreas da pesquisa histórica que a obra de Ricoeur encontra maior inserção.

Este trabalho de recomposição de algumas áreas da historiografia é uma reação a movimentos que colocaram em xeque o modelo dominante da produção histórica, em especial as teses narrativistas, o que levou os *Annales* a reavaliarem seu modelo historiográfico. Como uma possível mediação entre a incontornável importância que os debates acerca da narração alcançaram sem, contudo, ceder aos extremos narrativistas, a hermenêutica ricoeuriana mostrou-se uma via fecunda, como abordaremos no próximo capítulo.

No segundo capítulo, portanto, prosseguimos empregando uma análise das viradas linguística e crítica. Preferimos não apresentar a hermenêutica em termos de uma virada, ainda que alguns historiadores a caracterizem assim, como já citamos. Isso se deve a natureza processual da apropriação dos fundamentos hermenêuticos entre os historiadores. Uma caracterização da hermenêutica como uma virada poderia mesmo implicar um contrassenso. A prática hermenêutica entre os historiadores não se resume ao apoderamento de uma técnica ou a uma tentativa de subverter os modelos historiográficos, como veremos. Todavia, assim como as chamadas viradas, a hermenêutica tem desempenhado um papel de reorientação das perspectivas que balizam o trabalho dos historiadores ao propor novos problemas e soluções para a pesquisa histórica.

A busca pela readequação da orientação teórica entre os historiadores se deve, em grande parte, a questões especialmente polêmicas que acometem a historiografia contemporânea. Os debates acerca da memória, da narrativa, dos atores históricos e da capacidade de fazer referência ao mundo da representação historiadora exigem pressupostos teóricos que incidem sobre os problemas atuais da pesquisa histórica, em

detrimento de cabedais prevaletentes ao longo do século passado que, todavia, já não respondem a todos os problemas historiográficos da entrada do século.

Desta forma, no terceiro capítulo debateremos as questões que despertam controvérsias diversas na comunidade dos historiadores. São elas: a relação conflituosa, sob a ótica dos historiadores, entre a memória e a história, visando às possíveis concordâncias que podem se estabelecer entre elas a partir da filosofia ricoeuriana; a função da narrativa no trabalho de representação historiadora, almejando superar a visão caricata de narrativa como superficial e episódica sem, contudo, assumir a tese da invariância entre narrativa histórica e de ficção; o papel dos sujeitos na história, tendo em conta a conjuntura que favorece o retorno dos atores históricos a partir da superação das determinações e dos locais simbólicos do estruturalismo; e, por fim, faremos uma breve leitura da capacidade referencial da história, como contraponto à tese narrativista de “irreferencialidade” da representação historiadora em relação ao real.

O quarto capítulo é dedicado não mais às incertezas, conflitos e adequações da historiografia contemporânea, acerca das quais buscamos apresentar a filosofia de Paul Ricoeur como provedora de mediações fecundas. As representações, entendidas aqui num sentido lato, para além da fase escriturária, direcionam os debates já ao núcleo do trabalho do historiador. A filosofia ricoeuriana assume aqui um caráter de transformação mais profundo da pesquisa histórica.

O capítulo é aberto por uma visão mais geral de duas teorias da representação bastante influentes na historiografia contemporânea. Vale notar que a operação historiográfica e a tríplice *mimesis*, por mais que estabeleçam alguns contatos, diferem muito mais que convergem. Apresentaremos o modelo proposto por Michel de Certeau de forma bastante programática, o que acreditamos não destoar da concepção geral que comanda o texto. Ainda que o texto de Certeau não se limite ao que se costuma identificar sob a égide da representação, acreditamos que todas as fases do trabalho histórico são representações à sua maneira, desde a manipulação dos documentos até a apropriação por parte dos leitores dos livros de história. Na sequência passamos à tríplice *mimesis* ricoeuriana, tida como um tipo de teoria geral da representação. Buscaremos manifestar as implicações do arco mimético especialmente para o trabalho historiográfico. Tendo em vista a amplitude da tríplice *mimesis*, a apresentação deste subitem é conduzida por uma estrutura composta: em forma de prosa, seguida por diagramas.

Daremos, então, um pequeno passo atrás para reconstruir, ainda que brevemente, o percurso que vai das mentalidades às representações, para alcançarmos a elaboração

ricoeuriana da noção de representância e suas implicações para a prática historiográfica. O quarto capítulo associa assim uma dimensão epistemológica da historiografia com uma inclinação às questões ontológicas que, por sua vez, são mais evidentes no quinto capítulo.

O capítulo acerca da condição histórica será iniciado com o tema do tempo, posto que se trata do atributo distintivo da história. O tempo histórico será abordado conforme uma orientação bastante contemporânea. Buscaremos relacionar três dos principais debates acerca do tema na atualidade: as noções de espaço de experiência e horizonte de expectativa, oriundos da historiografia de Reinhart Koselleck; a noção de regimes de historicidade, de François Hartog e; por fim, a concepção de tempo histórico segundo Paul Ricoeur. Na continuação, abordaremos os temas da condição e consciência históricas, num tratamento mais afeito à ontologia do ser histórico, tendo em vista possíveis caminhos para a superação do estado de não-pertencimento histórico típico do que Hartog chamou de regime de historicidade presentista. Esse movimento, por sua vez, nos leva de volta aos questionamentos e incertezas que abordamos nos primeiros capítulos de nosso trabalho, fechando assim um ciclo. A partir do conhecimento de si pela apropriação das obras de cultura e também do debate acerca das possibilidades de almejar a verdade em história buscaremos dar acabamento, ainda que provisório e sempre exposto a reformulações, às aberturas possíveis do horizonte da historiografia a partir de seu contato com a filosofia de Paul Ricoeur.

O nosso trabalho, portanto, parte de questões tipicamente historiográficas, passa por debates epistemológicos e culmina na ontologia do ser histórico. Toda nossa pesquisa se orienta da historiografia à filosofia de Ricoeur, e desta para a sua já verificada ou potencial apropriação historiadora, de forma que a presença do filósofo francês torna-se cada vez mais forte conforme avançam os capítulos.

1. A historiografia francesa pós 1989: o pluralismo interpretativo

1.1. Anos 1970 e 1980: as transformações do cenário historiográfico

Há uma tradição latente na historiografia francesa de produzir arautos de suas obras tanto na França quanto além de suas fronteiras. Essa tradição, quase uma “linhagem” de *annalistes*, vai desde Lucien Febvre, passando por Fernand Braudel (possivelmente o maior deles), Jacques Le Goff, Pierre Nora e Roger Chartier. Cada um em sua área específica, estes historiadores representam o modelo dominante em cada momento da historiografia francesa desde meados do último século. Mais recentemente, podemos mencionar François Hartog (outros nomes poderiam ser acrescentados a esta lista, por desempenharem funções parecidas, mas os citados são os mais proeminentes). Esses historiadores, geralmente, acumulavam também os cargos de diretores da VIª seção da *École des hautes études en Sciences Sociales* e da *Revue des Annales*. Os dois últimos – Roger Chartier e François Hartog – destoam dos anteriores quanto às filiações institucionais, mas mantêm vivo o trabalho de difusão do pensamento historiográfico francês.

Eis aí, neste final de século, um impulso para a propagação dos trabalhos de Paul Ricoeur em meio aos historiadores: Hartog é leitor, crítico e “tradutor” da filosofia ricoeuriana; Chartier, apesar de ter constituído seu edifício teórico com base em outros pensadores – Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu (VENÂNCIO, 2014, p. 297-298) – também incorporou a filosofia de Ricoeur em seus trabalhos a partir de 2000. Vejamos, todavia, como a introdução da filosofia de Ricoeur entre os historiadores se deu, ou não, antes de Chartier e Hartog.

Ao atentarmos às bases da relação entre hermenêutica e história temos, fundamentalmente, as obras de Wilhelm Dilthey. Seu trabalho foi e é de extrema importância para as relações entre história e hermenêutica. Em um momento no qual o pensamento comtiano exercia grande influência sobre as ciências, Dilthey buscou desenvolver um aparato científico próprio das ciências humanas sem recorrer aos métodos

das exatas e biológicas. Em acréscimo, pensar a história como ciência interpretativa foi bastante relevante.

Todavia, o momento é outro e os questionamentos também: a função e os usos da hermenêutica na historiografia contemporânea seguem um caminho distinto daqueles do início do século XX. Ainda é válido ressaltar que, se são outros problemas, eles assim o são porque o trabalho de Dilthey possibilitou um avanço significativo da questão.

Acreditamos que a historiografia alemã manteve, ao longo dos séculos XIX e XX, um contato mais próximo com a filosofia que qualquer outra tradição historiográfica. As obras de Leopold von Ranke e de Johann Gustav Droysen, e mais recentemente de Reinhart Koselleck e de Jörn Rüsen, são indicadoras dessa proximidade. Já a historiografia francesa, tradicionalmente, não estabeleceu um contato tão próximo com a filosofia, salvo casos particulares, como o de Henri-Irénée Marrou e sua obra *Do conhecimento Histórico*, apenas para citar um exemplo.

Este afastamento se deu pelo menos até a passagem da década de 1960 para a de 1970, o que discutiremos posteriormente. Em grande parte, foi o grupo dos *Annales* o responsável por tal distanciamento. Entanto, não queremos com isso afirmar que foram apenas os *Annales* os responsáveis. Se utilizamos o exemplo do grupo que se constituiu em torno da revista fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch é em função da grande influência que a revista e os historiadores desse grupo exerceram sobre a historiografia francesa e mesmo mundial ao longo de boa parte do século XX.

Lembremos que a via pela qual Ricoeur discute os temas de historiografia francesa passa necessariamente pelo grupo dos *Annales*, o que fica bastante patente no primeiro volume de *Tempo e Narrativa*. As teses em defesa da narrativa discutidas por Ricoeur remetem aos debates anglo-americanos somados à historiografia polêmica de Paul Veyne. O debate acerca do “eclipse” da narrativa – em realidade, modelos diferentes de narrativa histórica – são, por sua vez, discutidos pelo filósofo a partir de obras icônicas do grupo dos *Annales*. Um dos principais argumentos ricoeurianos acerca do eclipse da narrativa entre os historiadores dos *Annales* diz respeito ao deslocamento do objeto privilegiado do historiador, que deixa de ter como foco os homens no tempo, conforme a máxima de Marc Bloch, para definir o fato social total como alvo da pesquisa histórica.

A prática ordinária do ofício de historiador na França se desvia dos temas epistemológicos em favor do trabalho com os arquivos. Ricoeur aponta que a fragilidade das discussões acerca da epistemologia da história entre os historiadores de língua francesa equivale à fraqueza da produção propriamente historiográfica dos historiadores

anglo-americanos, estes bastante preocupados com a epistemologia. É aí que o interesse da filosofia pela produção historiográfica encontra um solo fértil. Como coloca Ricoeur: “O que a escola histórica francesa oferece de melhor é uma metodologia de homens de campo. Por isso, dá o que pensar ao filósofo, tanto mais que não lhe toma nada emprestado” (RICOEUR, 2010a, p. 158).

Ricoeur realiza uma leitura atenta da produção historiográfica dos *Annales* para argumentar em favor de sua tese filosófica de fundo sobre as relações de reciprocidade entre tempo e narrativa. Para avaliarmos mais dedicadamente o modo com o qual Ricoeur leu os historiadores e como a metodologia da história contribuiu para o trabalho de argumentação da tese da interdependência entre narrativa e temporalidade, e, principalmente, para podermos compreender como a refiguração de sua obra pelos historiadores franceses tem apresentado avanços significativos para a epistemologia da história produzida em língua francesa, devemos nos deter um pouco na historiografia dos *Annales*.

Façamos, portanto, uma incursão historiográfica pelo desenvolvimento do grupo. Buscamos aí elementos que corroboraram para a abertura da historiografia francesa ao debate teórico em história. Enfocamos, também, a leitura da obra de Paul Ricoeur pelos historiadores.

No primeiro editorial da Revista dos *Annales*, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch assim escreveram:

[...] Não às custas de artigos de método, de ensaios teóricos. Pelo exemplo e pelo fato. Reunidos aqui, trabalhadores de origens e especialidades diferentes, mas todos animados pelo mesmo espírito de exatidão e imparcialidade apresentam os resultados de suas pesquisas sobre temas de sua competência e de sua escolha. Nos parece impossível que desse contato as inteligências sensatas não tirem rapidamente as lições necessárias. Nossa empresa é um ato de fé na virtude exemplar do trabalho honesto, consciente e solidamente armado. (BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien, 1929, p. 2, tradução nossa).

Essa proposta prática tornou-se, sem o perigo de exagero, um dogma para os historiadores reunidos em torno da revista. Os *Annales* se recusaram, sempre que possível, a escrever qualquer trabalho que tocasse em algum debate teórico em favor da “prática do ofício”: a imagem do historiador como artesão, especialmente na metáfora do *luthier*, difundida a partir dos trabalhos de Marc Bloch, é exemplar nesse sentido.

Alguns escritos de cunho metodológico foram produzidos e publicados na revista. Outros tantos foram reunidos em livros que, em geral, compilavam artigos dispersos. O grupo dos *Annales* decididamente não se preocupou, ou não se ocupou objetivamente, em produzir reflexões acerca do próprio ofício. Um dos poucos exemplos é o livro de Marc

Bloch *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Apesar de Bloch voltar-se, por exemplo, à questão da narrativa, é para apresentá-la como um tipo de testemunho sobre o qual o historiador deve exercer a sua crítica, e não para abordá-la como a própria forma discursiva da história.

Ao longo das chamadas primeira e segunda geração – período compreendido entre a fundação da revista (1929) e o fim do cargo de Fernand Braudel como diretor da revista (1968) – a proposta “prática” se manteve. Não por acaso, logo após o fim da presidência de Fernand Braudel, o debate sobre método e mesmo teoria da história, na França, experimentou um repentino novo fôlego. Não propomos aqui restringir toda a historiografia francesa ao grupo dos *Annales*. Todavia, é sabido que a personalidade de Braudel era caracterizada pela centralização das decisões (Cf. DAIX, 1999), além de estar sob sua responsabilidade, por exemplo, o repasse de parte do financiamento para pesquisas em ciências humanas na França do período em questão.

Quanto à produção de obras de caráter teórico, as datas são bastante significativas: em 1968, Fernand Braudel deixou a presidência da revista dos *Annales*. Em 1972, retirou-se também da presidência da *VIª Seção da École pratique des Hautes Études*. Nos dois casos, foi sucedido por Jacques Le Goff. Depois disso, vemos crescer o debate sobre a teoria e a metodologia da história na França.

Em 1969, Michel Foucault publicou *A Arqueologia do Saber*. Na sequência, em 1971, Paul Veyne lançou sua obra *Como se escreve a História*. Em seguida (1974), Jacques Le Goff e Pierre Nora lançaram a trilogia *Faire de l'histoire: novos problemas; novas abordagens; novos objetos*. Em 1975, Michel De Certeau publicou *A escrita da História*. No intervalo de seis anos (1969-1975), publicaram-se seis das obras que caracterizam exemplarmente, até hoje, a historiografia francesa.⁸

Certamente o trabalho de Foucault, *A Arqueologia do Saber*, não é historiográfico. Todavia, o livro teve uma repercussão decisiva entre os historiadores do grupo dos *Annales*. Em certa medida, a filosofia de Foucault caminhou paralelamente ao trabalho desenvolvido pelos *Annales* pós-Braudel. As diversas referências a sua obra, por parte de historiadores como Jacques Le Goff, Roger Chartier, Paul Veyne e muitos outros, evidenciam o que significou a filosofia foucaultiana para a chamada terceira geração dos *Annales*.

⁸ Ainda neste intervalo poderíamos acrescentar, em 1973, a obra de Hayden White *Meta-história*, que, apesar de não ter sido produzida na França, causou grande *agitação*, se nos permitem o eufemismo, entre os historiadores franceses.

Estes trabalhos cumpriram um papel de vital importância para a renovação da produção historiográfica francesa e, inclusive, até hoje são referências quase invariavelmente presentes em cursos de historiografia e teoria da história. Não podemos afirmar que os autores das obras em questão estavam diretamente ligados aos *Annales* – a não ser Jacques Le Goff e Pierre Nora –, contudo, o impacto de suas obras foi sentido e contribuiu para alterar a orientação da produção dos *Annales*.

A partir destas publicações, os debates sobre teoria da história na França passaram a orbitar alguns elementos determinantes, reavivados ou derivados, em parte, das publicações anteriormente citadas. Entre eles, podemos destacar: a polêmica questão do papel da narrativa em história; os novos objetos e campos de análise para a história; a relação do historiador com o tempo (acontecimento, conjuntura, estrutura); o conceito aristotélico de *sublunar* e de *intriga* e sua operacionalidade; o papel do *discurso* como objeto e produto da história; a cientificidade (ou não) do saber histórico; a verdade no discurso historiográfico. Deve-se notar que Paul Ricoeur discutiu, de forma mais ou menos aprofundada, todos estes elementos em *História e Verdade*, *Tempo de Narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento*, além remeter ao tema também em um volume imenso de artigos.

Uma miríade de interpretações foi produzida para avaliar esta fase de transição da historiografia francesa. Possivelmente, entre as que tiveram maior projeção, destaca-se a tese de François Dosse, *A História em Migalhas* (1987), com toda sua ênfase crítica. Pouco tempo depois, Peter Burke publica sua obra *A Escola dos Annales* (1990), com características menos críticas e mais descritivas do desenvolvimento do grupo dos *Annales*. Há de se notar que, ainda na década de 1970, sob a direção de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, os *Annales* publicam *La Nouvelle Histoire* (1978): uma apresentação dos novos direcionamentos da pesquisa histórica francesa. Trata-se, em realidade, de uma tentativa de síntese da *Nouvelle Histoire*, que fundasse as novas tendências e debates da década de 1970 com a “herança” dos *Annales*. Todavia, este “dicionário”, como o classifica o próprio Jacques Le Goff, mantém *quase* inalterado o princípio de discutir apenas método.

Contudo, todo este trabalho de revisão do ofício de historiador, que aflora no período, estava caracterizado pela fragmentação. Havia, de fato, alguma interação entre as perspectivas propostas por cada um dos autores, mas o debate carecia de uma síntese, uma organização teórica das novas tendências historiográficas francesas. Os historiadores franceses, ao contrário dos alemães, não estavam ainda acostumados, ou dispostos, a

empreender tal projeto. Como coloca Ricoeur ao versar sobre os *Annales*: “os ensaios mais teóricos dos historiadores dessa escola são tratados de artesãos refletindo sobre seu ofício” (RICOEUR, 2010a, p. 164).

O processo de adaptação teórica da historiografia francesa é lento e podemos dizer que ainda está em curso nos dias de hoje. François Dosse afirma que:

Depois de constatar o estado de crise nas relações da história com as ciências sociais num editorial e num número especial intitulado “Le tournant critique”, a revista dos *Annales* (nov.-dez. 1989) admite implicitamente o fundamento das críticas que lhe foram feitas e reorienta totalmente o eixo principal da disciplina histórica para uma abordagem hermenêutica (DOSSE, 2001. p. 275).

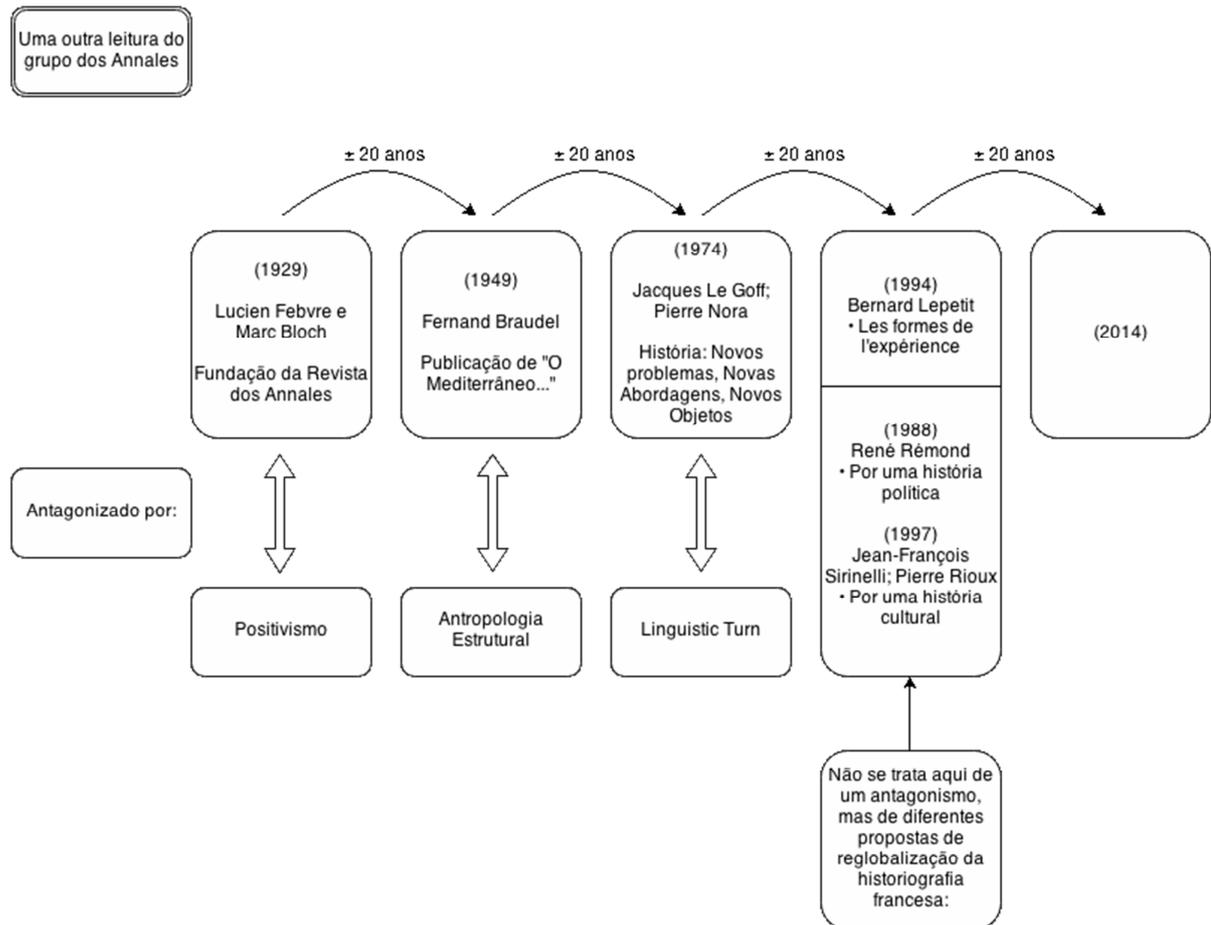
Considerando as revistas dos *Annales* publicadas na década de 1980 em diante, podemos perceber que foi em meados desse período que a orientação dos textos publicados começou a mudar. Talvez esta reorientação não tenha sido tão drástica como afirma Dosse, mas de fato ocorreu. O cerne do debate está menos na pergunta “quando”, e mais na pergunta “para o quê”. E uma possível resposta seria a “abordagem hermenêutica”.

Podemos constatar, portanto, que a 1ª geração dos *Annales* enfrentou a função de estabelecimento e legitimação de uma nova historiografia na França. Já a 2ª, uma extensão da 1ª, assumiu o papel de expandir o domínio da disciplina. A chamada 3ª geração enfrentou uma nova batalha contra as outras ciências humanas e, principalmente, contra um esfacelamento interno da disciplina. A figura da batalha e da guerra entre as ciências humanas na França do século XX é muito comum, desde os *combates* de Lucien Febvre, seja contra o positivismo ou outras disciplinas que “ameaçavam” a posição acadêmica da história.

É comum referir-se ao grupo dos *Annales* a partir de gerações. Contudo, se nos afastarmos dessa abordagem de tipo estrutural e passarmos a um nível mais atomizado – o dos atores e das obras, das influências recíprocas e, especialmente, das configurações e refigurações da historiografia dos *Annales* entre os próprios atores dessa produção – podemos realizar uma interpretação mais detida de como as obras definiram as gerações dos *Annales*.

Essa leitura, tal como apresentada no diagrama abaixo, não contradiz a divisão geralmente utilizada para referir-se ao grupo dos *Annales* em termos de gerações, mas coloca as obras e os autores como referenciais das divisões com foco nos momentos nodais da transformação do grupo, atribuindo maior atenção às descontinuidades, em

especial à publicação de obras que alteraram consideravelmente o curso da produção desses historiadores. Vale, contudo, ressaltar que não buscamos homogeneizar os historiadores e suas produções. Em uma mesma geração existem diferenças essenciais e o grupo dos *Annales* sempre foi bastante heterogêneo, apesar de compartilhar algumas experiências e práticas diretivas.



Uma outra leitura do grupo dos *Annales* 1

Se nos vincularmos à forma como Fernand Braudel se apropriava dos ciclos dos economistas para versar sobre a temporalidade cíclica da história, levando-se em consideração seu artigo de 1958, *História e ciências sociais: a longa duração* (BRAUDEL, 2005), podemos dizer que o desenvolvimento dos *Annales* se deu a partir de Ciclos de Kuznets (± 20 anos). Acreditamos ser problemático encarar o grupo dos *Annales* como uma “escola” justamente por não contar com obras canônicas tal qual a escola marxista ou a escola metódica. As publicações de referência dos *Annales* foram se modificando com o próprio projeto historiográfico do grupo, diferentemente, por exemplo,

da *Contribuição à crítica da economia política* ou da *Introdução aos estudos históricos*, que serão sempre cânones do marxismo e da escola metódica, respectivamente. No diagrama acima procuramos identificar autores e obras que marcaram as passagens da historiografia do grupo com vistas a fundamentar as gerações pelas obras-chave que produziram. Certamente, essa divisão que propomos é bastante questionável. Todavia, seguimos alguns debates levantados por Paul Ricoeur para definir quais são estas obras-chave.

A fundação da Revista foi um passo decisivo. Se o projeto de uma publicação periódica voltada à prática do ofício de historiador data de bem antes de 1929, várias vezes adiado por razões diversas e, se mesmo antes disso, Henri Pirenne já pensava a história de maneira bastante próxima do que está proposto no editorial do primeiro volume da revista, o marco de 1929 é, sem dúvida, nodal.

Todavia, segundo Ricoeur, “O verdadeiro manifesto da escola dos *Annales* seria a obra-prima de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*” (RICOEUR, 2010a, p. 168.). A longa análise que Ricoeur desenvolve sobre a tese braudeliiana traz nova luz ao estudo de um elemento central ao grupo dos *Annales*: a reformulação do modo como os historiadores trabalham com o tempo histórico. Segundo José Carlos Reis, “A *Nouvelle Histoire*, isto é, a história sob a influência das ciências sociais, realizou uma “revolução epistemológica” quanto ao conceito de tempo histórico” (REIS, 1994, p. 9).

No terceiro núcleo (±1974), o que mais interessa é a abertura ao debate epistemológico entre os historiadores ligados à revista. A principal aproximação que podemos notar nos historiadores e filósofos dessa fase não se dá com a hermenêutica ricoeuriana, mas sim com a filosofia de Michel Foucault. Contudo, essa aproximação já indica uma abertura à filosofia enquanto inteligência próxima e cujo diálogo veio tornar-se bastante relevante no contexto dos historiadores.

Nota-se também que o *Linguistic Turn*, com toda sua carga polêmica, realizou sinergicamente uma “necessidade” de recorrer à filosofia de Ricoeur. Seu trabalho versa longamente sobre o papel da narrativa em história sem, entretanto, confundir o referente da ficção e da história. Dessa forma, a pretensão ao “real” da historiografia não se perde na relação que se estabelece quanto à *forma* da narração, essa sim bastante próxima entre ficção e história: “Minha tese repousa sobre a asserção de um vínculo indireto de derivação mediante o qual o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica” (RICOEUR, 2010a, p. 152).

O quarto movimento relaciona-se às tentativas de reglobalização da historiografia francesa. As “viradas” e os “trabalhos de reglobalização” têm funções distintas. As chamadas viradas – em especial a linguística – além de eclodirem em diferentes contextos historiográficos (como no caso da virada linguística, a partir dos Estados Unidos), buscaram, em nossa avaliação, criar possibilidades de trabalho a partir de uma perspectiva norteadora, mas ao mesmo tempo somatória ao quadro da historiografia vigente. Apesar da ênfase empregada na defesa, seja da primazia da linguagem, da abordagem a partir da matriz cultural ou dos procedimentos interpretativos da hermenêutica, essas viradas integram-se à historiografia de forma a acrescentar elementos até então secundários ou mesmo negados do ofício do historiador. Contudo, entre as principais “viradas”, apenas a chamada virada cultural assume aspectos de reglobalização da historiografia.

Os trabalhos de reglobalização devem ser considerados mais especificamente no contexto francês. Eles têm uma função distinta em relação às viradas: buscaram reorganizar o trabalho historiográfico em torno de uma leitura específica do mundo, numa postura hegemônica, na tentativa de ocupar o lugar deixado vago pela história econômica e social que dominou a historiografia francesa ao longo de grande parte do século XX.

Uma série de artigos publicados na *American Historical Review*⁹ deixa claro que a reação ou a busca de renovação da história social gerou as chamadas viradas. Contudo, estas buscaram reagir contra a hegemonia de uma leitura histórica particular colaborando para a chamada “crise” da história. Em nossa leitura, sem negar que haja de fato elementos de crise ao longo das últimas décadas do século XX, trata-se muito mais de uma crise de hegemonia de modelos explicativos (da história social, dos modelos quantitativo-seriais, do marxismo, do estruturalismo e das mentalidades) do que da historiografia como um todo. Pode-se dizer mesmo que a ideia de uma abordagem historiográfica dominante que determina toda, ou a maior parte, da produção dos historiadores foi substituída por uma pluralidade de interpretações.

O que chamamos aqui de “trabalhos de reglobalização” buscaram assumir o posto deixado vago por estas hegemonias depositadas no cenário historiográfico francês do fim do século XX e início do XXI. São estas as reglobalizações a partir da política, do social rearticulado e da cultura. Como dito anteriormente, apesar de chamada de virada, o avanço da historiografia pela abordagem cultural tem essencialmente características de reglobalização. Estas reglobalizações se caracterizam também por publicações-chave: *Por*

⁹ Trata-se de uma coletânea de artigos dedicados ao debate das “viradas” historiográficas.

une histoire politique, dirigida por René Rémond e publicada em 1988, *Les formes de l'expérience*, dirigida por Bernard Lepetit e publicada em 1994, e *Pour une histoire culturelle*, dirigida por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, publicada em 1997.

Vale ressaltar que a “reglobalização a partir do social rearticulado”, com os historiadores ligados à publicação de *Les formes de l'expérience*, é a que mais se aproxima da hermenêutica ricoeuriana. Inclusive o texto final do livro, intitulado *Le présent de l'histoire*, assinado por Bernard Lepetit, versa longamente sobre a obra de Ricoeur e as possibilidades de apropriação desta pelos historiadores para seu próprio ofício. Cabe citar também a diferenciação que Ricoeur realiza acerca das noções de sociedade e de cultura, em favor da primeira como pedra de toque da história, ainda que de forma latente (Cf. RICOEUR, 2010a, p. 322-325).

Contudo, uma conjuntura bastante específica dificultou o avanço da história social renovada proposta pelos autores do *Tournant Critique*: o falecimento de Bernard Lepetit em 1996, o grande incentivador dessa corrente historiográfica, pouco tempo depois da publicação da obra central *Les forme de l'expérience*. Acreditamos, e essa é apenas uma conjuntura possível, que a apropriação da filosofia ricoeuriana entre os historiadores teria acontecido de forma mais rápida e mais ampla se o modelo de história social tal qual proposto por Lepetit tivesse alcançado repercussão e associações maiores. Ainda que outros historiadores tenham assumido a responsabilidade de dar continuidade ao projeto, como Jean-Yves Grenier e Antoine Prost, aos poucos essa via de reglobalização da historiografia a partir do social foi se esvaindo.

Podemos dizer, portanto, que por volta do início da década de 1990, vários fatores colaboraram para uma mutação drástica da produção historiográfica: os *Annales* publicam, em 1989, o famoso balanço crítico que revê o posicionamento dos historiadores ligados à revista, após um longo período de críticas e adequações. Nesse mesmo momento se intensifica o que foi chamado de “retorno” da história política. A ideia de “retorno” não parece se aplicar bem à situação, na medida em que essa nova história política é bastante distinta da que os *Annales* se dedicaram tanto em criticar. Observa-se também o crescimento exponencial das pesquisas de história cultural, que rearticula as propostas da história das mentalidades a partir de um refinamento conceitual, com a ampliação do alcance dos conceitos de práticas e representações. Deve-se ressaltar também a tentativa de um grupo ligado diretamente aos *Annales* de repensar a história social, renunciando às categorias sociais instituídas e cristalizadas em favor de uma abordagem que definisse os

grupos sociais e as interações a partir da experiência observável, orientados por uma teoria da ação.

Essas três correntes historiográficas – política, cultural, social – e os historiadores ligados a cada uma delas, buscaram, cada qual, ocupar o lugar de hegemonia que caracterizou a historiografia no último século. Nas publicações centrais de cada uma dessas correntes, como citadas anteriormente, há sempre duas características comuns: um tom de programa, de direção para a historiografia e um inventário de colaboradores perfilhados. Política, cultura e social – este último, deve-se dizer, bastante diferente da história social labrousseana – foram candidatos para ocupar o trono deixado vago pela história social-econômica. A essa busca de ocupar um lugar hegemônico da produção historiográfica a partir do final da década de 1980 chamamos de tentativas de reglobalização da historiografia. E podemos afirmar que todos falharam! Com mais ou menos qualidade, o que é inegável é que a produção historiográfica nos últimos 20 anos aumentou muito sem, contudo, estar sob a égide de uma ou outra abordagem diretora. Tanto a história cultural, política, social, e ainda outras, como a história da historiografia, têm produzido muitos trabalhos, mas nenhuma ocupa o lugar deixado pelo social-econômico. O trono simbólico foi substituído por um congresso múltiplo. Cabe decidir se essa nova configuração é caracterizada pelo esfacelamento ou pela pluralidade, conforme o ponto de vista.

Como dissemos, o modelo de história social na linha de Bernard Lepetit poderia ter aproximado mais rapidamente a hermenêutica ricoeuriana da historiografia. Nem por isso a filosofia de Ricoeur se distanciou da história, pelo contrário, a aproximação se deu apesar do malogro da reglobalização social. No entanto, foi por uma miríade de formas distintas, sem uma orientação central. Como apresentado anteriormente no diagrama das obras e autores centrais do grupo dos *Annales*, a reorientação hermenêutica dos trabalhos historiográficos se deu no fim da década de 1980 e, marcadamente, após 1994 com a publicação de *Les formes de l'expérience*. Se considerarmos os Ciclos de Kuznets como um padrão para a renovação da historiografia desse grupo de historiadores, estamos já no momento de uma nova reviravolta.

Todavia, parece-nos que a adoção dos princípios hermenêuticos pela historiografia é muito mais processual – que se pese a necessidade de tradução de uma linguagem filosófica para o pensamento historiográfico – do que revolucionária. Isso implica dizer que o trabalho de apropriação “iniciado” cerca de vinte anos atrás ainda está em curso, ou

melhor, encontra-se mais em evidência em um momento no qual as publicações de historiadores sobre a obra de Ricoeur se multiplicam.

1.2. Crise da historiografia, crise da história e o pluralismo interpretativo

O pluralismo interpretativo tem-se tornado central para as ciências sociais e humanas por uma soma de fatores. Os limites das metodologias científicas e das filosofias da história consolidadas ao longo dos séculos XIX e XX foram descortinados de forma irreversível. Sobre este tema versaremos ao longo de todo o trabalho. Mas não foram apenas as questões epistemológicas que operaram a passagem da reificação dos modelos explicativos para a pluralidade interpretativa: foi essencialmente a mudança na constituição das sociedades que orientou o deslocamento. A mundialização da comunicação impõe o contato com as diferenças como nunca antes. Reconhecer o pluralismo de culturas e modos de vida é primeiro passo no sentido de assegurar a alteridade. Mais incisivo que o contato com sociedades distantes é a mudança da configuração interna de cada comunidade. A homogeneidade aparente fornecida pela ótica do Estado foi aos poucos sendo substituída pela consciência da pluralidade de grupos que coexistem num mesmo território. Não que esta tenha sido uma transição fácil, ou que já esteja acabada: grande parte das tragédias que se abateram sobre a humanidade ao longo dos dois últimos séculos se devem a esse movimento ao mesmo tempo emancipatório e desagregador. A pluralidade sociocultural não é criação do século XXI, contudo, se as diferenças sempre existiram, felizmente, agora elas passam da dissimulação à evidência.

A pluralidade manifesta, crescente e, inclusive, desejada não poderia deixar de surtir efeito nas ciências. A pluralidade política, em nível mundial, também exerce pressão sobre as formas acadêmicas de conhecer. O ano de 1989 marca a falência do modelo socialista de governo na Europa. Além de um modelo específico de governo, perdeu-se também a dicotomia capitalismo/socialismo, não porque a predominância do primeiro termo tenha finalmente tornado efetivo o “fim da história”, mas porque a especificidade socioeconômica que se costumava designar por capitalismo tornou-se tão múltipla, em função de sua capacidade darwiniana de adaptação, que o acento não recai mais sobre a identidade capitalista, mas sobre a diferença de orientação dos subgrupos, em especial entre socialdemocracia e neoliberalismo.

A pluralidade é uma das marcas do nosso contemporâneo, assim como a interpretação. A afirmação de Nietzsche, contra o positivismo, de que “não há fatos, somente interpretações” (NIETZSCHE, 1979, p. 60) foi realocada e tornou-se um lema para diversos pensadores do final do século XX e início do XXI. Múltiplos usos dessa máxima estão em pauta, desde um relativismo pessimista, para o qual a verdade deixou de ser uma possibilidade, até a defesa da interpretação como a via por excelência de todo conhecimento. A justa medida entre o objetivo e a interpretação é, parece-nos, menos almejada que a defesa ferrenha de algum dos extremos. Em história, essa dicotomia salta aos olhos: entre descrição documental e narração interpretativa reabriu-se um velho abismo. Velho porque outro abismo, aberto ao longo do século XX, entre descrição documental e explicação estrutural, pode ser considerado “novo”, tal como foi nova a história. Mas o debate entre o historicismo e a hermenêutica histórica remete a um período anterior.

Gianni Vattimo (1991) afirma que a hermenêutica (em sua acepção relativista) é a linguagem universal de nosso tempo. A volta à pauta da retórica concorre e soma com a hermenêutica relativista para caracterizar o niilismo vigente. Mas a hermenêutica não é, depois de Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, e talvez mesmo antes, uma relativização da verdade em favor da interpretação desregrada, nem uma explosão dos sujeitos em suas individualidades, libertos do peso da história, pelo contrário. A história sempre foi central para a hermenêutica, seja em função da “tradição” como conceito importante dessa corrente filosófica, seja como referente privilegiado de diversos discursos que descortinam outros mundos para os leitores; vale lembrar que mesmo as obras de ficção são construídas, em sua maioria, como eventos passados e nas obras narrados (configurados).

Os liames entre história e hermenêutica são muitos e estarão no centro do presente texto. Mas uma conjuntura-chave em especial, com uma dupla face, a saber, epistemológica e histórica, marca a relevância desta filosofia para a historiografia do século XXI: a hermenêutica é um tipo de inteligência que opera na passagem da estrutura das obras à sobreposição de mundos, sobreposição criada a partir da fusão do mundo que a obra descortina e o mundo referencial do leitor que dela se apropria. Ou seja, é uma mediação interpretativa e apropriativa de horizontes distintos a partir do desdobramento da estrutura (fechada) em mundos (abertos).

Dissemos que uma conjuntura epistemológica e histórica marca a reentrada da hermenêutica na pauta dos historiadores. Isso porque, ao longo do século XX, as

abordagens estruturais de diversas matrizes prevaleceram na historiografia, apesar de não terem sido unanimidades. Assistimos atualmente a um deslocamento da lógica e da ordenação estruturais em favor da volta da *experiência* como referente da história, com todas as suas indeterminações, irracionalidades, ilógicas, enfim, sua humanidade. Esse movimento é reflexo de uma mutação mais ou menos acelerada, em favor dos sujeitos e da recuperação dos eventos como centro do pensamento histórico, que se opera nas ciências sociais e humanas desde o fim da década de 1960, ainda no auge do estruturalismo. Mas as transformações disciplinares são apenas uma parte das transformações históricas do próprio corpo social. Para se realizar uma leitura do presente é necessário compreender o movimento atual e partir dele para uma crítica das possibilidades e limites vigentes. Abordar a hermenêutica em sua relação com a história não significa necessariamente adotá-la como mediação simbólica privilegiada para a interpretação do mundo, mas antes, e em consonância com o próprio presente, conhecer os desdobramentos de sua prática, apropriar-se dos avanços por ela proporcionados e denunciar os seus limites. É tanto em nível histórico-temporal quanto epistemológico que se concentra a pesquisa das relações contemporâneas entre historiografia e hermenêutica.

Seja em função da descentralização metodológica da disciplina, por um lado, seja pelo avanço das perspectivas críticas à cientificidade da história, por outro, a pluralidade e a interpretação refletem um desarranjo nas bases da disciplina histórica alicerçadas ao longo do século passado. Uma orientação geral de produção historiográfica a partir de uma matriz específica seja ela política, social, econômica ou cultural, sempre orientada pelo viés científico do conhecimento, funcionou alternadamente como plano diretor. O pluralismo interpretativo representa, diante desta configuração, um esfacelamento desse modelo de produção do conhecimento histórico. Esse novo cenário levou a disseminação do sentimento de crise da história.

Podemos dizer que o quadro descrito anteriormente, em realidade, é uma interpretação “posterior” da condição da disciplina histórica no final do século XX. Os fatores que geralmente são relacionados para caracterizar a “crise da história” são mais atomizados: o *linguistic turn*, a crise da identidade profissional, o império da memória e o questionamento da capacidade representativa da história são os mais comuns. Gérard Noiriel, por exemplo, em *Sur la “crise” de l’histoire*, transita por todos estes temas, mas conduz a pesquisa essencialmente pelo viés da crise da identidade profissional, num tipo de sociologia do grupo dos historiadores. Já Roger Chartier, em *À beira da Falésia* e em várias outras de suas publicações, chama a atenção para o avanço do *linguistic turn*,

denunciando os perigos da redução da historiografia e do social como um todo à estrutura que comanda o universo linguístico. Pierre Nora termina uma longa obra por ele organizada com uma constatação bastante distante da proposta inicial do trabalho: da exteriorização da memória para lugares monumentais, numa linha platônica de crítica da exteriorização, os *Lieux de mémoire* levam o autor à constatação de um momento de “tirania da memória”. As implicações dessa constatação para a historiografia estão dispostas principalmente ao longo do último volume da obra. Ainda, a volta do debate acerca da verdade em história é o polo extremo da chamada “crise”.

A crise é essencial para a quebra de estruturas condicionadoras. Se no momento em que a crise estoura algo se perde, é porque a comodidade situacional é perturbada, uma descontinuidade assalta a permanência. O que entrou em crise no final do século XX, em nosso entendimento, não foi a capacidade da história de cumprir sua função cultural e política de representar os homens e as sociedades em sua condição temporal, foram, como já dissemos, os modelos explicativos consagrados ao longo do século XX ou, para tornar mais abrangente a “crise”, talvez o próprio princípio de “explicação” tenha se tornado ainda mais problemático para as ciências humanas. Alguns historiadores identificados sob a égide do narrativismo levaram ao extremo as proximidades entre história e narrativa de ficção, o que fez muitos crerem na impossibilidade da história de remeter a um referente “real” de fato ocorrido. Mas basta notar a tamanha relevância do debate acerca da narração em história para perceber que o extremismo narrativista é pouco sustentável diante do acréscimo positivo trazido à epistemologia da história por estes historiadores.

Uma crítica à historiografia dominante ao longo do século XX proporcionou avanços majoritariamente construtivos para a historiografia: o modelo científico de prova é benéfico pela via da normatização dos resultados, mas levado ao extremo, em especial nas ciências humanas, pode tornar-se uma camisa de força metodológica. A adjetivação da perturbação de uma estrutura sócio institucional é sempre um efeito de perspectiva: um historiador *annaliste* não diria que a história entrou em “crise” na década de 1930, mas que se tornou “nova”. Não que se possa comparar aquela mutação com a do final do século XX, absolutamente. A questão é que, na década de 1930, um modelo dominante foi substituído por outro, com o mesmo desígnio. Quando um modelo dominante é questionado em favor de uma pluralidade de perspectivas, sem ocupar aquele lugar simbólico de autoridade, então se tem uma crise.

Mas devemos considerar que a crise não é apenas, e nem mesmo fundamentalmente, epistemológica. A necessidade de reconstrução das ciências humanas é

mais efeito das mutações do século passado que propriamente de um arranjo teórico-metodológico. Ainda estamos, e estaremos por um longo período, soterrados pelos escombros do século XX. É ilusório e pernicioso acreditar que os tiros disparados em Monte Castello, ou em qualquer outra batalha do século XX, nada têm a ver com a “crise” das ciências.

Para criar uma imagem mais inteligível, podemos pensar conforme uma estrutura gráfica. Durante o longo século XIX, as ciências, juntamente com a vida em sociedade, ascenderam num ritmo mais ou menos lento, mas constante. Todavia, ao longo do século passado, a ciência acelerou a ascendência de sua curva na mesma medida em que o propósito de viver-juntos despencou. As ciências sociais e humanas do final do século XX estavam (ou ainda estão) submetidas à força gravitacional da catástrofe, na medida em que não constituem um universo à parte do corpo social, mas um componente deste. A tragédia que se abateu sobre a humanidade ao longo do Breve Século atingiu em cheio as ciências sociais.

A Primeira Guerra Mundial marca o colapso do projeto de “viver-juntos”, construído aos poucos ao longo dos séculos XVIII e XIX. A fome e o frio mataram tanto quanto as armas, com números na casa dos milhões (por volta de 20 milhões). Mas não é o número de mortos, sem dúvida significativo, que transforma a Primeira Grande Guerra numa das mais violentas da história: a tecnologia armamentista e o desprezo pelas “regras” da guerra ultrapassaram qualquer acontecimento anterior, atingindo um número de mortes não-militares maior que o de baixas de combatentes. Guerras religiosas milenares atingiram um patamar de violência e número de mortos inéditos, mesmo considerando as Cruzadas e outras atrocidades em nome da religião, com a intolerância como marca das religiões no século XX. Mais de 30 anos de guerras em nível mundial, seguidas por sucessivas ondas de rebelião e descontentamento marcaram o século, além de uma das maiores crises econômicas do capitalismo. A primeira metade do século é também marcada pela ampla crise da democracia, dando espaço a regimes autoritários na sua forma mais bem acabada, o fascismo. Numa conjuntura tão especial como essa, alianças também peculiares ganham espaço, como entre o capitalismo e o socialismo para a contenção do fascismo.

O extermínio sistemático e as armas de morte em massa configuram a Segunda Grande Guerra. A partir da década de 1960, tem-se uma fase de crescimento econômico acompanhado proporcionalmente ao da desigualdade. O último quarto de século é caracterizado pelo retorno de incertezas e crises. A internacionalização do mercado num

nível inédito levou a internacionalização das crises para muito além das barreiras ideológicas e autonomias estatais. Muitos problemas típicos do modelo capitalista de produção e consumo que eram considerados “contidos” voltam com uma força também renovada. O colapso da economia reflete na política sua insegurança: as instituições políticas, principalmente as democráticas, foram implodidas pela crise econômica.

Também o racionalismo e o humanismo, que se tornaram os referenciais modernos da civilização, entram num momento de incerteza e desconfiança. A crise das nações europeias fica expressa na tentativa de criação de uma identidade supranacional no velho continente. A ligação econômica estabelecida por uma moeda em comum normalizou mais as crises que o câmbio; a situação econômica engendrada nos Estados Unidos da América em 2008 teve um impacto generalizado na zona do Euro, enquanto a resistência e o trabalho de superação ficaram a cargo dos Estados Nacionais fragilizados institucionalmente. Os países periféricos do capitalismo sofreram tanto quanto os centrais, com o agravante de estarem submetidos aos regimes fascistas, em suas diversas configurações, por mais tempo, inclusive ao longo da segunda metade do século. Diante desse quadro, qualquer futuro moldado pelo século XX dificilmente terá outra expectativa senão a trágica.

Dentre as destruições que caracterizam o século XX, podemos ainda acrescentar a dos vínculos sociais da experiência entre gerações. As revoluções tecnológicas, quase semestrais, parecem mais constitutivas do presente que a contínua e longa construção sociocultural. A ausência de reconhecimento em relação ao passado, mesmo que próximo, cria uma atmosfera de atualidade constante e distorções temporais que geram impressões como, por exemplo, de que a chamada Terceira Guerra do Golfo, seguida pela execução de Saddam Hussein, já faz parte de um passado remoto. Afinal, mais ou menos dez anos já são mais que suficientes para outras guerras muito mais contemporâneas terem lugar. A essa característica do presente deu-se vários nomes, como forma de compreender a conjuntura: desde “a destruição do passado” (HOBSBAWM, 1995, p. 13) até a ferramenta conceitual, como o autor a identifica, de “presentismo” (HARTOG, 2013a).

Diante do exposto, não há como negar a crise, seja ela das ciências ou da humanidade, num sentido lato. Os homens na entrada do século XXI enfrentam um problema tão difícil quanto o de ter sobrevivido ao século passado: o de superá-lo. O desejo de justiça, e por vezes de vingança, da memória implica uma dificuldade de conceber historicamente as tragédias ainda tão marcadas nas mentes e nos corpos. Os necessários julgamentos da memória dificultam a compreensão que abre caminho para a

superação¹⁰. É como se, ao colocar os problemas do Breve Século em perspectiva, uma espécie de condescendência substituísse a crítica. Todavia, como coloca Hobsbawn:

A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldades para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. As primeiras são fáceis de superar, pois não há verdade no conhecido mas enganoso dito francês *tout comprendre c'est tout pardonner* (tudo compreender é tudo perdoar). Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender. (HOBSBAWN, 1995, p. 14-15).

É difícil esperar qualquer outra reação das ciências ou da sociedade global que não a constatação de uma crise generalizada. Se os julgamentos das violências do infausto século XX ainda são insuficientes, o que dizer da compreensão? O trabalho de luto e o da reconstrução realiza-se sempre sob a sombra da crise. Qualquer posição diferente quanto ao período imediatamente anterior pode, em última instância, ser nociva: uma ilusão progressista, tal qual a que vigorou nas décadas de 1960 e 1970, ou ainda fruto de uma óbvia má-intenção, como os argumentos defendidos pelos negacionistas. A história não poderia passar ileso por esse momento de luto. Como coloca Henry Rousso: “Não importa quem tenha razão. Se o século XX foi o século da democracia e do progresso ou o século das trevas. O importante é que a nova História Contemporânea, a História do Tempo Presente, muito se alimentou dessa história do trágico.” (ROUSSO, 2009, p. 208). Não apenas a história do tempo presente, mas outras várias áreas passaram pelo trágico e pelo horror.

A partir de um passado trágico e diante de um futuro potencialmente catastrófico, o presente se fecha em si mesmo, desliga-se da *experiência* e do *projeto* numa bolha de suspensão. A história, como articuladora privilegiada do tempo, cumpre assim um papel central na reconstrução dos elos entre presente, passado e futuro. Cabe trabalhar, ainda que a passos lentos, no sentido da recuperação, da reformulação. Passemos a considerar, portanto, o mosaico que forma a historiografia do século XXI, organizado a partir dos estilhaços do Breve Século. O pluralismo interpretativo cumpre, aqui, um duplo papel: por

¹⁰ Deve-se notar que a “superação” assume contornos diferentes para um europeu, um latino-americano, um sul-africano ou um japonês, por exemplo. O que superar: as atrocidades do neocolonialismo ou o extermínio em massa de europeus por europeus? Os atentados nucleares ou as violências dos regimes autoritários nacionais? O genocídio ou o massacre palestino? O trabalho da justiça é essencial, pelo viés político; o da narração também, pela terapêutica. “Toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração” (RICOEUR, 2012, p. 309).

um lado, efeito da descentralização gerado pela crise e, por outro, de emancipação dos condicionantes metodológicos determinantes.

1.3. A recomposição da historiografia

A historiografia que nasce da crise passa pela reabilitação de perspectivas historiográficas relativamente deixadas de lado pela corrente dominante ao longo do século XX, com ênfase na adequação aos novos tempos. Alguns novos elementos como temáticas, abordagens e referenciais teóricos são criados. Após um momento que François Dosse caracterizou como “a história em migalhas”, a “reconstrução” da disciplina se dá menos a partir de uma revitalização das velhas hierarquias temáticas e metodológicas que caracterizaram a instituição histórica ao longo do século passado, e mais pelo caminho da pluralidade.

Encontramos alguns elementos em comum nestes trabalhos de reformulação das pesquisas históricas. Entre eles, três merecem destaque: a relativização das categorias explicativas; a reabilitação dos sujeitos e personagens da história, e o papel dos acontecimentos e da ação situada. O primeiro deles é o mais evidente e atravessará cada uma das partes seguintes. Entre o segundo (papel dos atores históricos) e o terceiro (foco na ação) cria-se uma tensão que parece ainda não ter sido objeto de análise entre os historiadores contemporâneos. É a ação situada ou o personagem histórico que está no centro das produções historiográficas atuais? Ricoeur, ao discutir a filosofia de Aristóteles, apresenta a questão: “É em ética [...] que o sujeito precede a ação na ordem das qualidades morais. Em poética, a composição da ação pelo poeta rege a qualidade ética dos caracteres” (RICOEUR, 2010a, p. 68). Transpondo o questionamento aristotélico do par *mimesis-mythos* para os desdobramentos da historiografia contemporânea, pode-se avaliar em que medida a ação e o sujeito desempenham funções distintas e complementares na configuração da narrativa histórica no pós-estruturalismo. Para a história social, econômica e cultural, a ação prevalece, enquanto para a história oral, história do tempo presente e algumas correntes da micro-história, o sujeito é o protagonista. A filosofia de Ricoeur oferece ao historiador, nesse sentido, uma

possibilidade de enriquecimento dos objetos da teoria da história e da história da historiografia.

Mas devemos antes caracterizar as particularidades de cada área do campo historiográfico em seus esforços de renovação. Ressaltaremos quatro áreas: da política, do tempo presente, da cultura e da história social. A eleição dessas áreas em detrimento de outras se dá em função da envergadura das publicações e autores envolvidos e, principalmente, por apresentarem estados anteriores bem definidos, de forma que as atualizações se destacam mais claramente.

1.3.1. História Política

Decididamente a realidade política corre hoje muito mais rápido que a análise política, pelo menos na Europa.
Boaventura de Souza Santos (2015)

Já no início da década de 1970, a história política mostra sinais de recuperação. Jacques Le Goff e Pierre Nora são os *annalistes* que então se colocam no debate. Em *Is Politics Still the Backbone of History?* (1971), Le Goff faz referência aos avanços da história política numa linha típica de pensamento dos *Annales*: é, segundo ele, da contribuição da sociologia e da antropologia que a história política se nutre para crescer. Nora (1995, 1ª ed. de 1974) busca relacionar os retornos dos eventos e da história política como intimamente ligados às análises dos temas privilegiados pela história contemporânea. De fato, os eventos da segunda metade do século XX impuseram à história a abordagem política. O fim da divisão da Alemanha e o desmembramento da União Soviética propiciou aos historiadores uma enxurrada de arquivos para a análise de regimes políticos até então pouco acessíveis. Um vasto número de trabalhos acerca da reavaliação do papel ideológico do socialismo no leste europeu propiciou à história política um desenvolvimento capital em torno do conceito de culturas políticas.

As décadas de 1980 e 1990 marcaram a forte reabilitação da história política, em grande parte pela publicação da obra-chave *Para uma história política* dirigida por René Rémond (1988). Tendo em vista a história do século XX, Rémond propõe que a própria experiência mostrou a necessidade desta abordagem. O grupo dos *Annales*, em especial Fernand Braudel, infligiu duras críticas às histórias políticas, condenando o caráter subjetivo e episódico, de curta duração, das obras sobre os chefes de Estado, reis e outras figuras históricas ‘centrais’. No texto que abre a obra *Para uma história política*, Rémond afirma que a história política que se passa a produzir no final do século XX não é uma volta aos procedimentos e problemáticas do início do século, tão criticados pelos *annalistes*, mas uma abordagem que parte das experiências políticas nodais do mundo contemporâneo, tal como listadas pelo autor (cf. RÉMOND, 2003, p. 23-25). É o próprio século XX que impõe não um retorno, mas uma nova história política.

Rémond, na introdução do último volume de *Histoire de France*, coleção organizada por Jean Favier, publicada no mesmo ano de *Para uma história política*, debate como as questões políticas do *Notre siècle, 1918-1995* (título do último volume da coleção), colocam a história política ao lado da história do tempo presente. Ricoeur remete a este debate desenvolvido por Rémond para articular política e contemporaneidade. Segundo o filósofo francês, as questões políticas do contemporâneo, tal como abordadas por Rémond, remetem ao equilíbrio entre interpretação e busca de verdade histórica, tendo em vista que o “espaço” temporal que separa o objeto histórico e sua análise ainda não se transformou em *transmissão* (como discutiremos mais detidamente nos subitens 2.3. e 5.2.). Assim, o trabalho com os arquivos e os testemunhos dos agentes históricos envolvidos nos eventos traumáticos do *Breve Século* pode colocar em choque o engajamento político, sem dúvida primordial, e o distanciamento crítico.

As dissensões entre memória e história, longamente abordadas por Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*, agem sobremaneira sobre a história política. Acompanhando os argumentos de Rémond, Ricoeur¹¹ caracteriza a contemporaneidade e o

¹¹ Vale notar que Rémond e Ricoeur não apenas debatem temas comuns da política como compartilharam a experiência da Revolução estudantil de 1968 em Nanterre. Charles Mercier, no artigo publicado na revista *Vingtième Siècle* intitulado *René Rémond à Nanterre em 1968* (2009), coloca que Rémond adotou inicialmente uma postura dura e repreensiva em relação ao movimento, depois se distanciou e, por fim, buscou estabelecer um diálogo com os estudantes. Já Paul Ricoeur, Alain Touraine e Guy Michaud foram bastante favoráveis ao movimento. Contudo, Ricoeur foi posteriormente eleito *doyen* da faculdade e, sob sua responsabilidade, ocorreu intervenção policial no campus de Nanterre, que desembocou na ação violenta da polícia contra os estudantes. Ricoeur, apesar de ter sido um dos principais incentivadores do movimento meses antes, acabou por ficar conhecido como o “diretor que chamou a polícia”, “racista e policial”, “velho palhaço”, entre outros (REIS, 2011, p. 241-243).

inacabamento do período abordado como as singularidades da nova história política e, como consequência, a forma como a dimensão de retenção da memória não dá tempo ao trabalho de luto. Assim, a história política fica cindida entre o passado imperfeito do que *era*, ainda vivo, e o *tendo sido*, passível de ser sepultado pela operação historiográfica. A nova história política não constrói túmulos para os mortos, mas estabelece interpretações historiográficas paralelamente, em consonância ou não, com o reconhecimento da memória.

Um pressuposto que marca toda a obra *Para uma história política* é a relativa autonomia da política em relação às outras categorias da sociedade: a política não é apenas efeito institucional do social, mas uma modalidade deste, assim como não é também uma regulação legitimadora dos movimentos econômicos. As instituições, os poderes e os sujeitos agentes do político constituem uma força relacionada, mas não subordinada, a qualquer outro domínio. Ricoeur reconhece essa autonomia do político na obra de Rémond desde a publicação de *Les Droites em France* (1982). Segundo Ricoeur “a principal pressuposição é a de uma autonomia das ideias políticas compatível com a variabilidade temática dos critérios de pertencimento (liberdade, nação, soberania).” (RICOEUR, 2007, p. 239).

Aliás, ao refutar as críticas à superficialidade da política, Rémond aproveita para atribuir a ela um papel diretor: “como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las?” (RÉMOND, 2003, p.24). A ênfase nas características centralizadoras da história política é uma constante na obra. No primeiro capítulo do livro, intitulado “Uma história presente”, Rémond destaca que a reabilitação da história política está intimamente relacionada ao movimento de reflexão acerca do próprio ofício que ventila as preocupações dos historiadores nas últimas décadas. Portanto, é tanto da experiência política do século passado quanto da reelaboração interna da disciplina que a história política se alimenta e passa a almejar uma posição de abordagem predominante.

Numa passagem exemplar, Rémond articula retoricamente um misto de cautela e afirmação, para enfatizar o papel do político:

O historiador do político não reivindica como objeto de sua atenção preferencial essa hegemonia: não pretende que tudo seja político, nem terá a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social. (RÉMOND, 2003, p.447, grifo nosso).

Há que se notar que a *reivindicação* é contraposta pela *constatação*: à negatividade da primeira parte da frase segue-se, após a conjunção adversativa, um reconhecimento positivo do papel central da política, que emana da experiência real.

A maior parte dos desenvolvimentos da história política nas décadas de 1980 e 1990 se dá a partir do conceito de culturas políticas. As representações e os comportamentos políticos são o objeto das pesquisas em torno desta noção bastante abrangente e múltipla. É a partir do pluralismo que a fusão cultura-política passa a se afirmar como campo renovado no final do século XX. Dois pressupostos da “antiga” história política são rejeitados em favor do pluralismo: o primeiro é o da crença em uma cultura política nacional homogênea e o segundo de uma hierarquia das culturas políticas, segundo a qual uma determinada forma de representação do político seria mais adequada que outras no processo de desenvolvimento. Que exista uma cultura política mais influente que outras, como o republicanismo ou a cultura democrática, é inegável. Mas a já antiga lição multiculturalista de Franz Boas não permite mais afirmar que determinada matriz é mais ou menos capaz de liberar o potencial evolutivo das sociedades, o que se aplica também às culturas políticas.

Numa mesma sociedade coexistem diversas culturas políticas. A tensão entre elas cria tanto a oposição partidária quanto entre os cidadãos não filiados. As culturas republicana, socialista, nacionalista, comunista, social-cristã, e diversas outras competem para a formação política tanto em nível social, de grupos que estabelecem laços em função do tema político, quanto individualmente, na medida em que cada indivíduo está exposto a todas elas, pelas mais diversas vias. A pluralidade de culturas políticas é proporcional à multiplicidade de matrizes de formação política: a família, a escola, o trabalho, os partidos políticos, a mídia, as religiões, as mídias sociais, enfim, os diversos ambientes institucionais funcionam como propagadores de culturas políticas diversas, por vezes divergentes.

A nova história política é, consideramos, um tipo de contraponto à história social, pautada por referências diversas provenientes da sociologia, em especial de Norbert Elias e Pierre Bourdieu; uma incursão bourdieusiana da história política, pode-se dizer. As formações sociais fixas da história social que prevaleceram ao longo do século XX são substituídas por uma fluidez dos capitais simbólicos no processo de formação dos grupos sociais, mas é no indivíduo que a história política encontra a atualização do social. A proposta de que os poderes criam campos sociais nos quais estão em disputa capitais específicos e transferíveis encontra sua efetuação nos indivíduos que incorporam, no

modelo do *habitus* de Bourdieu, as disposições compartilhadas que caracterizam cada cultura política. O texto *A cultura política* de Serge Bernstein, publicado na obra *Para uma história cultural*, apresenta bem essa tendência. Segundo o autor determinada cultura política “adquire-se no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes” (BERSTEIN, 1998, p. 357).

A ênfase na determinação do comportamento individual pela cultura política é o tema central do texto de Bernstein. A adoção de determinada cultura política é primeiramente um fenômeno individual, que secundariamente é compartilhado por um grupo social. Nesse sentido, a nova história política nega o (pré) determinismo de alguns autores da história social. Por outro lado, caracteriza-se pela ênfase na estratégia de adoção das culturas políticas pelos sujeitos, deixando assim pouco espaço para os acasos e inconsistências da experiência. Ainda que Rémond atribua um lugar à contingência ao debater a questão do retorno dos eventos ao discurso do historiador, não são todos os historiadores do político que se dedicam às indeterminações da experiência, como é o caso do próprio Bernstein.

Os contatos entre a abordagem política e cultural são de extrema importância para a história política renovada. A contribuição de Bernstein à obra *Para uma história política* é de 1997. No ano seguinte, Sirinelli retribui a colaboração com um texto incluído na coletânea de trabalhos organizada por Bernstein e Pierre Milza, intitulada *Axes et méthodes de l'histoire politique* (1998). Tanto Sirinelli quanto Jean-Yves Mollier dedicam seus textos na coletânea ao debate acerca dos ganhos recíprocos da aproximação entre cultura e política. Numa postura típica de defensores de uma abordagem diretora da historiografia do final do século, esses autores apoiam a história política com um tipo de legitimação. O debate entre os historiadores da história cultural acerca do papel metodológico desempenhado pela abordagem comparativa, tal como apresentada por Marc Bloch, e durante muito tempo pouco desenvolvida, é também apropriado pelos historiadores do político, mas com uma especificidade: a comparação em história política, como discutida por diversos autores na obra *Axes et méthodes de l'histoire politique*, é muito mais espacial que temporal. As diversas culturas políticas são analisadas conforme paralelos, convergências e distanciamentos em relação a outras culturas, mas são destacadas as particularidades de diferentes culturas políticas contemporâneas entre elas e, essencialmente, do tempo presente. Pierre Nora, já em 1974, afirmou que a nova história

política estava vinculada ao contemporâneo e diversos outros elementos coincidiram para que seu prognóstico se mantivesse válido por décadas.

1.3.2. História do Tempo Presente

Um elemento decisivo para a consolidação da nova história política é o fortalecimento do debate acerca da história do tempo presente. Henry Rousso, um dos grandes nomes dessa perspectiva historiográfica afirma que “[...] a escolha do termo História do Tempo Presente foi simplesmente para se destacar do termo História Contemporânea que, na França, possui outra significação” (ROUSSO, 2009, p. 203). Rousso argumenta que o termo História Contemporânea tornou-se muito amplo, considerando que abarca toda a história desde o marco da queda da Bastilha até os dias atuais. Qualquer pesquisa que considere o século XIX, XX ou XXI se encaixaria sob a égide de história contemporânea. Segundo o autor, essa divisão é tipicamente francesa, mas o Brasil e outros países da América Latina e europeus seguem também esse marco para definir a história contemporânea¹².

Interessante notar como os diretores do Instituto de História do Tempo Presente, entre eles Henry Rousso e François Bédarida, buscam não apenas legitimar a história do tempo presente como campo válido e promissor para o historiador, ao se colocarem contra o pressuposto de que o tempo presente é tema apenas para os cientistas políticos e jornalistas, como também buscam assegurar que essa abordagem é tão clássica quanto o próprio conhecimento histórico. Remetem a Heródoto e Tucídides para afirmar que em seu nascimento a história já era “contemporânea” e, posteriormente, numa referência atual, mas já clássica pelo seu alcance e consenso, à historiografia de Marc Bloch, em especial a obra *L'étrange défaite*. (Cf. BÉDARIDA, 1993, p. 393; ROUSSO, 2009, p. 205).

Mas a história do tempo presente não é apenas um refúgio da nova história política, ou uma dissidência da história contemporânea, ainda que ambas as afirmações sejam

¹² Interessante notar que Rousso afirma ser esta uma forma que os países da América Latina encontraram para rejeitar a divisão estadunidense baseada na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. (Cf. ROUSSO, 2009, p. 204).

verdadeiras. A concepção de um conhecimento baseado na experiência presente, em constante mutação e aberto às reinterpretções conforme as mudanças previstas, ou não, das sociedades é uma marca identitária da historiografia do século XXI. É, ao mesmo tempo, uma característica tipicamente hermenêutica da historiografia do ‘tempo presente’ por uma dupla via: pela aquiescência à indeterminação da experiência e pela abertura às mudanças de interpretação. “Nós fazemos uma história inacabada. Nós fazemos uma história do inacabado. Nós assumimos o fato de que as análises que vamos produzir sobre o tempo contemporâneo, provavelmente, terão certa duração e que os acontecimentos vindouros podem mudá-las.” (ROUSSO, 2009, p. 205-206).

Por diversos motivos, mas derivados todos da questão apresentada anteriormente, os historiadores do tempo presente estão mais abertos à hermenêutica ricoeuriana. Em 1978 é fundado o *Institut d’histoire du temps présent* (IHTP), laboratório do *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS) francês. Alguns dos principais pesquisadores do instituto são exatamente os maiores propagadores da filosofia de Paul Ricoeur entre os historiadores, entre eles Henri Rousso, François Bédarida, François Dosse, Patrick Garcia, Christian Delacroix, Michel Pollak e outros. Pesquisadores de outros períodos e temáticas também compartilham apropriações da filosofia ricoeuriana, mas os ligados ao IHTP concentram a maior parte desses autores. Além da característica “hermenêutica” da história contemporânea, também os debates epistemológicos acerca do conhecimento histórico tornaram-se um grande campo de estudos do instituto, o que faz da filosofia de Ricoeur um componente central.

Henry Rousso reconhece a contribuição teórica de Ricoeur, assim como de Maurice Halbwachs e Hannah Arendt, para a história do tempo presente. A leitura do século XX como trágico e caracterizado mais pela destruição e pelo mal que pelo progresso tecnológico e disseminação da democracia levou os pesquisadores do IHTP a atentarem ao debate acerca do mal tal como desenvolvido por Ricoeur. Vale notar que apesar de Ricoeur ter escrito alguns textos específicos sobre o tema¹³, a questão do mal está presente em toda sua obra, ainda que com abordagens diferentes.

O mal como algo que de fato existe e que não deveria existir (RICOEUR, 1988) caracteriza boa parte de todo o seu trabalho. Apresentar o mal como real e inexplicável

¹³ São eles: *Philosophie de la volonté 2: Finitude et culpabilité* (contém *L’Homme faillible* e *La symbolique du mal*); *Le Mal: un défi à la philosophie et à la théologie*; “*L’essai sur le mal*” de Jean Nabert; *Kierkegaard et le mal*; *Le scandale du mal*; e *Le mal dans la lecture de Dostoïevski, de S. Freud, de la Bible et comment le mal est à traiter par la justice*. Entrevista concedida a Bernard Sichère. As referências completas estão nas Referências Bibliográficas.

possibilita mantê-lo como axioma: permite evidenciar a autonomia do real em relação a qualquer estrutura lógica ou ética determinante, na medida em que ele não é desejável e ainda assim é; permite conservar a dupla ação do mal nos sujeitos, seja como culpa, seja como sofrimento, sem fazer do mal uma exclusividade do agressor ou da vítima; permite ainda mostrar que a justiça não se resume apenas a uma simples e falsa equação entre sofrimento e punição¹⁴, já que no mal existem elementos injustificáveis, como sua própria essência. Todo o debate desenvolvido por Ricoeur acerca do mal serve para alguns historiadores do contemporâneo – das guerras e catástrofes do século XX – como Henry Rousso, enquanto fundamentação filosófica para avaliar teoricamente as possibilidades e limites da narração dos eventos trágicos e, em certa medida, inexplicáveis pelo viés da lógica racionalista. É como um tipo de suporte teórico (filosófico) necessário para abordar temas que o estrutural parece não dar conta. Henry Rousso comenta a contribuição teórica de Ricoeur acerca do tema do mal da seguinte maneira:

Paul Ricoeur tentou sim compreender o “mal” no sentido filosófico, pois essa era uma das questões que nos colocávamos. Como compreender isso? Como compreender as sequelas que o “mal” pode deixar na consciência das pessoas? Como se comportar com alguém que foi traumatizado, um antigo deportado, por exemplo? Enfim, isso fez parte dos nossos debates teóricos. (ROUSSO, 2009, p. 210)

Além do efeito do mal nas subjetividades, como Rousso coloca, a hermenêutica do mal de Ricoeur possibilita à história abordar a temática do horror a partir da singularização dos eventos traumáticos, numa linha bastante distinta das abordagens generalizantes que podem, em última instância, transformar o mal em números e estatísticas, gerando o efeito nocivo de desumanização do sofrimento. “O papel ético da compreensão narrativa ao recordar o horror está ligado a uma função específica de individualização: a saber, a necessidade de respeitar a singularidade característica de determinados eventos históricos” (KEARNEY, 2006, p. 208, tradução nossa). Tendo o genocídio como o evento traumático por excelência, mas sem esquecer Hiroshima, os Gulags, e outros, a historiografia que tem como objeto o século XX recorreu à filosofia ricoeuriana para apresentar a singularidade também por um outro motivo: a reabilitação da função narrativa.

A narrativa de eventos históricos caracterizados pela experiência do mal possibilita uma aproximação mais humana desses eventos, para além da objetividade analítica e

¹⁴ Isso não significa, contudo, que a justiça não se faça pela punição, mas que essa não é capaz, na maioria das vezes, de suprir o sofrimento.

pouco compreensiva das estatísticas. A dupla possibilidade de se colocar no lugar dos que sofrem e, ao mesmo tempo, poder refletir acerca de determinado acontecimento somente é possível a partir da narrativa desses eventos. Entre uma objetividade desumanizadora e uma representação plenamente imersiva, ou seja, entre as estatísticas e a ficção histórica com todas as subjetividades que a experiência do terror exige, a historiografia, utilizando-se da narrativa, oferece um caminho misto, tão explicativo quanto compreensivo, e possibilita ao leitor, no ato de refiguração, tanto participar da experiência quanto produzir uma análise.

O historiador que tem como objeto o seu próprio tempo, além de impedido de valer-se do recurso de distanciamento do objeto, precisa lidar ainda com a impossibilidade de conhecer o desfecho da história com a que está trabalhando. Mais uma vez, vários autores ligados à história do tempo presente recorrem à filosofia de Ricoeur para alicerçar seus trabalhos. A ideia de “desfatalização da história” (RICOEUR, 1993) busca afastar-se da lógica de causa e efeito para a explicação histórica, mantendo a característica de indeterminação da experiência. Em realidade, a expressão “desfatalização da história” foi forjada por Raymond Aron em 1937, mas é de seu uso por Ricoeur, na década de 1990, que a história do tempo presente apropriou-se largamente¹⁵. Em linhas gerais, a partir dessa proposta os historiadores do tempo presente podem manter em aberto as suas conclusões, de forma a considerar os eventos vindouros como indeterminados.

A desfatalização da história não traz benefícios apenas para os historiadores do tempo presente. A partir do abandono da relação causa-efeito como operador privilegiado da historiografia, evita-se a indesejável lógica retrospectiva que, de forma anacrônica, pode levar o historiador a atribuir uma ação orientada pelos efeitos aos sujeitos de outras épocas. Assim, é possível considerar o presente do passado como tão aberto às ações voluntárias do agir humano e, portanto, menos submetido às determinações causais, quanto o da própria história do tempo presente.

¹⁵ Cf. GARCIA, 2006; DOSSE, 1995; BÉDARIDA, 2001; FRANK, 2001; ROUSSO, 2012; entre outros.

1.3.3. História Cultural

Dentre as várias matrizes da historiografia contemporânea, a história cultural é possivelmente a mais influente, considerando o volume das publicações, a constituição teórica mobilizada pelos autores desta vertente, a difusão da abordagem cultural em nível mundial e a aceitação ampla por parte do público das obras de história cultural, reflexo de sua capacidade de responder aos questionamentos do presente ou, como coloca Antoine Prost, “[...] a história cultural produz mil novidades e anuncia-se como a história de amanhã, a que convém a um tempo mais desencantado e mais narcísico” (PROST, 1998, p. 123).

O cânone da história cultural contemporânea é a obra coletiva dirigida por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli *Para uma história cultural*¹⁶. Lançada na França em 1997 e traduzido rapidamente para vários idiomas – para português já em 1998, pela editora lusitana Estampa – a obra tem pretensões nada modestas, o que fica bastante claro na introdução à obra redigida por Rioux: busca articular teórica, metodológica e tematicamente todos os desdobramentos recentes da história cultural, a partir da contribuição de vinte e cinco autores centrais dessa corrente historiográfica. Além disso, tem uma propensão à afirmação programática, tema sobre o qual versaremos adiante.

O livro é fruto dos debates realizados pelos autores em seminários dirigidos pelos organizadores da obra desde 1989. Deve-se notar que estes seminários tiveram início, não coincidentemente, no IHTP. A questão do presente como período privilegiado da historiografia do final do século XX e do início do século XXI é patente não apenas na abordagem que tem esse recorte como sua característica básica – a história do tempo presente – mas também na história política, cultural e também social. Trata-se de uma afirmação não apenas do cultural, mas do cultural como elemento distintivo do contemporâneo.

Dentre as preocupações dos autores que contribuíram para a obra está a necessidade de relacionar a história cultural à história social. O capítulo de autoria de

¹⁶ No mesmo ano, essa dupla de historiadores dirigiu também a coleção *Histoire culturelle de la France*, em quatro volumes. Outras publicações de peso se seguiram na década de 2000, com destaque para: *Les enjeux de l'histoire culturelle* e *Histoire culturelle: um “tournant mondial” dans l'historiographie* de Philippe Poirrier (na segunda como diretor); *Dictionnaire d'histoire culturelle de la France contemporaine*, de Delporte, Mollier e Sirinelli; e *Histoire culturelle de la France de la Belle Époque à nos jours*, de Goetschel e Loyer. Esta não pretende ser uma lista exaustiva, mas apenas referenciar as principais publicações sobre o tema no período. Todas elas seguem os direcionamentos propostos em *Para uma história cultural*. As referências completas estão na bibliografia.

Antoine Prost está todo voltado justamente a este tema. Rioux resume bem a questão: “[...] toda a história, por definição, é social e sonha ser total” (RIOUX, 1998, p. 13). O que está em jogo é evitar que a história cultural possa dar a impressão de autonomia relativa ao social, o que a aproximaria da acepção estética da cultura e dos objetos de arte. Após décadas de domínio das abordagens econômica e social, ambas alicerces da estratigrafia, tanto marxista quanto *annaliste*, a história cultural precisou afirmar seu componente coletivo para evitar ser subestimada frente às infraestruturas. De fato, para além de uma necessidade de legitimação, a história cultural dialoga facilmente com a história social, mas sem partir de grupos sociais já previamente aceitos e constituídos.

Um determinado tipo de história social, como a que se encontra no período em que as chamadas “monografias regionais”, no estilo laboussiano, estiveram em alta (principalmente nas décadas de 1950 e 1960), não questionava a formação dos grupos sociais, mas antes apenas o recebiam como já definidos: camponeses, proprietários, proletariado, burgueses, nobres, entre outros modelos de classe ou grupos. Contra essas “essências” sociais, a história cultural busca definir os grupos identitários para além das determinações do ofício e da posse, ou não, dos meios de produção, ao ponto de afirmar, como Antoine Prost, que “o grupo só existe na medida em que existe voz e representação, quer dizer cultura” (PROST, 1998, p. 129). Ao diminuir a importância, por exemplo, das separações entre cultura popular e cultura erudita, os historiadores da cultura buscam apresentar os laços e confrontos sociais partindo da fluidez dos elementos culturais, outra forma de “desfatalizar” (noção cara a Ricoeur) as formações sociais. Pelo menos é essa a acusação dos historiadores da cultura quanto à história social: pode-se afirmar que os historiadores do social aceitavam assim tão facilmente as “classes” predefinidas, ou seria esta uma forma de desabonar o modelo que a abordagem cultural pretende substituir? Possivelmente ambas as afirmações são parcialmente verdadeiras.

Por vezes, os historiadores da história cultural dão continuidade a perspectivas abertas pela história social ou das mentalidades, contudo, destacando sempre a inovação trazida pela perspectiva cultural. Exemplo disso é a multiplicação de publicações que tratam a “invenção” cultural de elementos “naturais”. Na esteira de Michel de Certeau, tornou-se popular a utilização da palavra “invenção” para humanizar processos ou objetos não artificiais – no sentido de que não são necessariamente produzidos intencionalmente pelos homens. Portanto, a invenção de algum período, como, por exemplo, o século XIX, ou a invenção dos corpos, da paisagem, das catástrofes, enfim, todo um trabalho sobre a historicidade das representações é reivindicado pela história cultural. Mas devemos ter em

mente que a história das mentalidades já abordava a morte como objeto histórico, assim como os historiadores já haviam aprendido a lição foucaultiana da historicidade dos corpos muito antes da explosão da história cultural. As paisagens, e mesmo elementos geofísicos foram “humanizados” já pela história social: Fernand Braudel e Pierre Chaunu são exemplos da historicização de mares, planícies e montanhas, além de correntes marítimas e ventos. As “invenções” da história cultural – como humanização do natural – são continuidades de um trabalho de historicização das representações iniciado pela história social e das mentalidades. A inovação da história cultural nesse contexto é conceitual e não temática, a partir das noções de “representações” e “invenção”.

O pluralismo característico da historiografia contemporânea é especialmente influente no campo história cultural, ao ponto de até mesmo o “conceito” de cultura ser substituído por um inventário de noções mais plurais e adequadas à multiplicidade de vias de acesso ao cultural. Como coloca Rioux:

O novo rumor do mundo reabriu em primeiro lugar e de repente à investigação da história todas as acepções, universais, sociais e individuais, da palavra “cultura”; a mais ontológica, que distingue a existência humana do estado natural, com sinais distintos e marcas simbólicas, sistemas de funções e práticas, apropriação coletiva e condições de civilização; a mais antropológica, que faz da cultura um conjunto de hábitos e de representações mentais próprios de um dado grupo num dado momento, com o seu cortejo móvel de costumes e crenças, de leis e de técnicas, de artes e linguagens, de pensamento e mediações; finalmente a mais “clássica” e tão “esclarecida”, que reconduz a cultura ao saber, um processo no decorrer do qual o indivíduo pensante estimula as faculdades do espírito. (RIOUX, 1998, p. 17).

Vale notar que, segundo o autor da citação anterior, a abertura da história cultural é nada menos que efeito de um “novo rumor do mundo”. O domínio da história cultural, nesse sentido, é tão amplo quanto às noções que a define. Compreende o estudo das instituições e políticas públicas, dos suportes materiais, das tradições e mediações culturais, das práticas de apropriação e difusão, das identidades e modos de sociabilidade, do universo discursivo, além é claro, dos próprios símbolos culturais, ou “o mundo como representação”, conforme Chartier (1989).

As noções de “representações” e “práticas” passaram a ser centrais para a história cultural, na medida em que permitem abordar os aspectos simbólicos da cultura, assim como a experiência cultural enquanto ação no mundo. Assim, não apenas os “sentidos” das obras são discutidos, mas também as práticas envolvendo elementos culturais. Roger Chartier e Michel de Certeau foram os historiadores que mais se dedicaram a elaborar

conceitualmente essas noções, depois de tê-las aplicado, em especial, em seus trabalhos acerca da história da leitura e da historicidade das práticas do cotidiano.

As práticas analisadas pela história cultural são bastante mais amplas que simplesmente o ato de escrever ou ler, ainda que estas sejam, sem dúvida, práticas culturais decisivas. Tanto as formas de ensino e aprendizagem quanto a adoção de determinados comportamentos são práticas culturais. Os hábitos de higiene, a relação com os estrangeiros, as atitudes diante da morte, enfim, todo um conjunto de elementos de vínculo social e cultural que implica alguma ação é considerado como prática cultural. Podemos notar, nesse sentido, a tamanha dívida que o estudo das práticas culturais tem para com a sociologia de Norbert Elias.

As representações são tão dependentes quanto determinantes em relação às práticas. É a partir de uma visão de mundo específica acerca de determinado tema que os grupos sociais estabelecem concepções e posturas compartilhadas sobre a experiência. As representações são partes constituintes das práticas: são símbolos de cultura que, junto com as práticas, formam a totalidade das visões e ações sobre o mundo. Em sua obra *Percurso do Reconhecimento*, Ricoeur afirma que:

Esse vínculo entre representações e práticas sociais se expressa no papel de mediação simbólica que as primeiras exercem quando as segundas têm um conteúdo determinado, a saber, a instauração do vínculo social e das modalidades de identidade que estão ligadas a ele. As representações não são, pois, ideias flutuantes que se movem em um espaço autônomo, mas, como acabamos de dizer, mediações simbólicas que contribuem para a instauração do vínculo social; elas simbolizam identidades que conferem uma configuração determinada a esses vínculos sociais em instauração. (RICOEUR, 2006, p. 149).

A barreira que divide as práticas das representações é, portanto, muito efêmera. Os historiadores ligados à perspectiva da história cultural não poderiam definir as diferenças entre práticas e representações como se fazia, ou se caricaturava, com as infra e superestruturas. A crítica em relação às pré-definições da história social é a condição negativa da nova história cultural. Não encontraremos nos historiadores da cultura uma oposição entre práticas ou representações, mas sempre a forma de conjunção aditiva. A indissociabilidade entre práticas e representações é da mesma ordem que se estabelece entre o cultural e o social. O universo da linguagem exemplifica bem este pluralismo.

A questão dos discursos e do universo simbólico da linguagem é especialmente relevante para a história cultural. Parte-se do pressuposto de que comunicar já é produzir cultura. Até mesmo uma definição de sociocultural mais ampla é liberada pela centralidade dos discursos: os vínculos sociais se dão por meio dos discursos e, assim, a

história cultural e a história social estão unidas pelo elemento que garante tanto a constituição quanto a reprodução sociais. Todo um conjunto de objetos de estudo ligado aos discursos está no centro das pesquisas culturais, tais como as práticas de leitura, a história dos livros e impressos, assim como das línguas propriamente, como no estudo da passagem efetuada na Idade Média Central entre a primazia do latim e o avanço das produções em línguas vernáculas. A partir da leitura e da escrita, a história cultural é capaz de vincular três elementos constituintes da historicidade da linguagem: os objetos culturais, a produção dos discursos e os usos sociais destes.

Ligada também aos aspectos discursivos, mas com outra abordagem, temos como interlocutora da história cultural a história dos conceitos. O trabalho de elaborar os desenvolvimentos históricos que constituem os alicerces da utilização que se faz dos conceitos e da linguagem como sistema simbólico é uma das possibilidades trazidas à história a partir da centralidade dos discursos. Aqui, história social da linguagem, história cultural dos discursos e das obras e história dos conceitos e dos sistemas de linguagem interagem para a constituição de um conglomerado de trabalhos culturais que buscam na linguagem o fio condutor da historicidade.

1.3.4. Nova História Social

Das diversas renovações historiográficas que tiveram lugar na passagem do século XX para o século XXI, a da história social é a mais peculiar. Isso porque se trata de buscar dar uma nova roupagem à perspectiva historiográfica dominante na historiografia francesa ao longo de quase todo o século XX. Num momento em que diversas correntes historiográficas alegam um afastamento em relação à historiografia produzida sob a égide do estruturalismo, da seriação e da longa duração, a história social está numa posição de “renovação do triunfante”. As questões que orientaram a história social ao longo do século XX são colocadas em xeque e o corolário disso é a dúvida na capacidade de representação da perspectiva que mais sucesso obteve naqueles moldes.

Todavia, a força do domínio do social na história é tamanha que argumentos de autoridade dificilmente questionáveis são acionados, como o de que *toda história é*

necessariamente social, ou o de que *a história é uma ciência social*, ou ainda que *outras áreas da pesquisa histórica, como a cultural, econômica ou política são nada mais que diferentes expressões do social*. Não faz parte de nossos objetivos, todavia, avaliar o estatuto da história social, mas sim como os historiadores defensores dessa perspectiva histórica buscaram reformular seu ofício frente a todas as viradas que caracterizaram as últimas décadas.

A obra que melhor caracteriza essa busca por uma atualização da história social é *Les formes de l'expérience*, com o sugestivo subtítulo *Une autre histoire sociale*. Publicada em 1994, este conjunto de estudos organizado por Bernard Lepetit é fruto de discussões realizadas entre os pesquisadores do *Centre de recherches historiques* da *École de hautes études en sciences sociales* em fins do ano de 1993. Com a participação de historiadores como o próprio Lepetit, Alain Boureau, Jacques Revel, Jean-Yves Grenier, André Burguière, entre outros, a obra é uma tentativa de organizar as tendências da história social conforme as novas orientações da pesquisa historiográfica que caracterizam o fim do século.

A marca dos *Annales* é evidente na obra: em primeiro lugar, ela é publicada na coleção *L'Évolution de l'Humanité*, coleção fundada na década de 1920 por Henri Berr e na qual foram publicadas as principais obras dos historiadores dos *Annales*; na ocasião da publicação de *Les formes de l'expérience*, Bernard Lepetit era o diretor da coleção. Outro ponto bastante característico da influência dos *Annales* é a orientação prática dos textos. Em geral, todos os capítulos que compõem o livro têm a característica de *práticas* de história social, conforme os diferentes objetos. Apesar de não se tratar de uma obra publicada sob a chancela dos *Annales*, a maioria dos autores que está no livro já ocupou cargos de direção, redação ou edição da revista. Em geral, podemos afirmar que após um primeiro momento de suspeita quanto às direções que a historiografia tomou no final do século, os *Annales* percebem a inevitabilidade dos novos cursos da história e partem para um trabalho de apropriação crítica, ou melhor, de apropriação seletiva de questões ligadas à narrativa, à volta dos acontecimentos e atores históricos, ao trabalho interpretativo em concorrência com as explicações estatísticas, entre outros.

Conforme Bernard Lepetit, a reorganização da história social passa por duas questões centrais, que se desdobram em problemas derivados. A primeira delas é a superação das determinações imperialistas da produção nas ciências sociais. O pluralismo interpretativo é aqui acionado como via de superação dos modelos de explicação dominantes ao longo do século XX. No que toca em especial a história social, é o

predomínio do estruturalismo e das explicações baseadas nas quantificações que Lepetit declara terminado (LEPETIT, 1995). Isso não implica, contudo, negligenciar os avanços obtidos ao longo de todo o período caracterizado pelas quantificações. O texto de Jean-Yves Grenier *Expliquer et comprendre: la construction du temps de l'histoire économique* (1995), publicado na obra *Les formes de l'expérience*, busca justamente articular as questões da história serial com as novas orientações da produção historiográfica. Assim, a herança da história social é mantida e expandida pela apropriação dos princípios hermenêuticos de interpretação compreensiva.

E aqui a questão que atravessa toda a obra *Tempo e Narrativa* é essencial. A constituição de uma dialética entre explicação e compreensão conduz o pensamento ricoeuriano ao longo das mais de mil páginas da obra. Superar as determinações metodológico-explicativas da história ciência não significa ignorá-las, mas antes articulá-las à dimensão compreensiva. Para o trabalho do historiador, o esforço ricoeuriano no sentido de confirmar a tese de que explicar mais é compreender melhor oferece um caminho seguro para toda a tarefa de renovação da historiografia, tarefa indispensável no momento de incertezas pelo qual passam as ciências sociais.

Assim, a cientificidade da história, seja ela positivista, estrutural ou serial, articula-se e enriquece-se com o olhar mais humanizado, compreensivo, que se dedica aos sujeitos, ações situadas e interpretações em geral. Dialectizar explicação e compreensão é um meio de assegurar o desenvolvimento da historiografia contemporânea sem a necessidade das grandes quebras epistemológicas, que em geral levam os novos grupos a ironizar e caricaturar escolas históricas precedentes, implicando o prejuízo de não reconhecer as virtudes da pluralidade das perspectivas heterogenias. Os historiadores podem obter um duplo ganho desta lição ricoeuriana: o aumento da capacidade explicativa-compressiva pela soma de perspectivas e a pacificação epistemológica da disciplina.

Retomando os debates do historiador da virada crítica, a segunda questão destacada por Lepetit é a do duplo estatuto da historiografia, que se constitui enquanto uma apresentação do referente passado, por meio do agenciamento linguístico, mas não se resume, de um lado, a uma duplicação do real, e de outro, a um mero jogo linguístico. É um misto de discursos, técnicas, procedimentos críticos e interpretação que constitui a prática característica do trabalho historiográfico.

Dessas duas questões iniciais, Lepetit (1995b, p. 13, tradução nossa) define um novo programa para a história social:

Propõe-se primeiramente reordenar a hierarquia de interesses da disciplina colocando como problema prioritário a questão das identidades e das conexões sociais. A uma história das mentalidades muito estritamente entendida, trata-se de lembrar que os homens estão não somente no mundo, mas que eles estão entre eles, e que não se pode considerar que eles vivem em um universo de representações indiferentes às situações em que se encontram ativos.

Lepetit continua a apresentação do programa proposto colocando em pauta outros deslocamentos que se fazem necessários. A quantificação que caracterizou a história social é questionada a partir da observação individualizada dos objetos e dos atores sociais. É ressaltada a necessidade de problematizar as categorias sociais no sentido de não mais aplicá-las verticalmente aos indivíduos, mas de mostrar a constituição destas por meio dos usos e práticas sociais. As identidades e conexões sociais devem então passar a serem vistas não mais como naturais e anteriores aos sujeitos, mas criadas a partir da experiência prática destes. Em decorrência destes deslocamentos, Lepetit indica ainda que os modelos cronológicos de superposição de estratos temporais no estilo braudeliano, o encadeamento de estruturas temporais previamente determinadas, tais como estrutura e conjuntura, além das sincronias *imobilizadas* de algumas leituras da história das mentalidades devem ser reexaminadas, tendo em vista o deslocamento da atenção dos grandes modelos pré-fabricados em favor das ações, situações e atores situados. E o alcance desta nova caracterização dos regimes temporais não deve se resumir à disciplina história: é necessário estendê-la a todas as ciências sociais. Em linhas gerais, o programa proposto pelos autores signatários de *Les formes de l'expérience* busca substituir as análises a partir de modelos enrijecidos pela abordagem localizada da experiência em suas variações e indeterminações.

Observa-se claramente, nesse sentido, uma orientação pragmática nas propostas de renovação da história social. Aqui o deslocamento realizado em favor dos acontecimentos e atores sociais, da teoria da ação, da identidade e da ação situada remete abertamente às vias hermenêuticas de compreensão dos sujeitos históricos. A abertura à indeterminação da experiência deve se espelhar na historiografia tal qual ela se dá na prática, em contraposição às determinações modelares: “A sociedade não dispõe, para organizar suas estruturas do momento ou regular suas dinâmicas, de nenhum ponto fixo exterior e que lhe é transcendente. [...] Ela é, para a análise, por sua vez objeto e princípio de explicação” (LEPETIT, 1995b, p. 14, tradução nossa).

O maior desafio dos historiadores empenhados em renovar a história social é o de equilibrar os avanços obtidos a partir da quantificação estatística, seriações e explicações

pautadas pelas flutuações, demográficas ou econômicas, por exemplo, com a tendência à compreensão dos acontecimentos e atores situados pela via hermenêutica. Jean-Yves Grenier apresenta bem esse dilema em seu texto *Expliquer et comprendre: la construction du temps de l'histoire économique* (1995). Segundo ele, mesmo ao considerar os dados estatísticos, a parcela de interpretação é até mesmo maior que a objetividade numérica. Isso porque ao lidar com os números, duas tarefas distintas devem operar conjuntamente: uma primeira estritamente ligada aos cálculos que respondem apenas à lógica matemática, e a segunda que diz respeito à interpretação dos resultados obtidos na primeira etapa. A objetividade dos dados obtidos a partir dos cálculos pode dar a falsa impressão de uma objetividade equivalente na interpretação desses dados; todavia, na prática, pode surtir um efeito contrário, na medida em que é a compreensão que atribui sentido aos resultados do dispositivo quantitativo, que de outra forma seriam apenas números sem referentes reais. Segundo Grenier, portanto, a noção de interpretação é central, mesmo se tratando de dados matemático-estatísticos. Essa conclusão pode parecer um certo truísmo, mas ao considerarmos algumas tendências das ciências sociais que consideram os números como fins e não como meios para se atingir a humanidade do passado, o alerta torna-se necessário.

Mas não só de readequações de conquistas anteriores é feita a renovação da história social. Uma característica notável desse trabalho de reestruturação é a abertura às contribuições à área advindas de fora da França. Até meados do século XX, a história social francesa se desenvolvia conforme as alianças que estabelecia entre as diferentes ciências sociais no meio francês. Todavia, ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, as transformações da historiografia fora da França passaram a fazer parte dos debates da história social. Alguns historiadores franceses, inclusive, se tornaram “arautos” de certos desenvolvimentos historiográficos produzidos em outras partes do mundo. Jacques Revel, por exemplo, introduz de forma bastante eficaz a micro-história italiana, inclusive em meios pouco propensos à aceitação de análises pautadas pela atomização. A ampla recepção da obra *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience* (1996) é prova desse movimento. Outro historiador que desempenhou papel parecido foi François Hartog. Suas diversas publicações acerca da obra de Reinhart Koselleck foram basilares para acelerar o processo de recepção do historiador alemão. Ao longo da década de 1990, a obra de Koselleck já era conhecida entre os intelectuais de praticamente todo o mundo. Ainda que outras vias de acesso a seu trabalho tenham desempenhado papel

importante, os debates desenvolvidos por Paul Ricoeur e François Hartog foram, para tanto, essenciais.

Uma aproximação não tão recente, contudo não menos importante, diz respeito à história social inglesa. A leitura das obras de Edward Palmer Thompson e seus seguidores não é uma novidade. A história das classes operárias fez escola em todo o mundo devido sua capacidade de representar as particularidades da classe trabalhadora que, de certa forma, desperta vínculos identitários supranacionais. Mas foi a questão da historicização das categorias sociais o grande diferencial para a renovação da história social. Na obra de Thompson, o trabalho com as categorias sociais é diferente da aplicação de conjuntos sociais definidos por função ou acúmulo de riqueza. Não se trata, portanto, de etiquetar os sujeitos com posições previamente definidas. Segundo o historiador inglês, as classes sociais não são coisas, mas relações históricas de produção mutáveis, e os sujeitos não se submetem a elas, mas antes as constituem conforme sua participação ativa na formação de vínculos sociais. Os operários, por exemplo, atualizam uma relação histórica e agem sobre ela. Além disso, não apenas as classes dependem da ação ativa dos atores sociais como também as análises destas devem estar pautadas pela representação coletiva que aquela sociedade, na qual se inserem, faz dos grupos sociais. Assim, tanto os perigos da aplicação de predefinições rígidas aos grupos sociais sempre em mutação quanto o problema da imposição retrospectiva de estruturas explicativas são evitados. A história social em processo de atualização se apropriou da perspectiva de construção ativa das categorias.

A história econômica, ainda que com menor fôlego, também aderiu ao trabalho de readequação das categorias sociais: “Desconstruímos, por assim dizer, os grandes agregados que são o capitalismo, a burguesia, a classe trabalhadora, o Estado, para redescobrirmos que é preciso interessar-nos pelos homens, para reconstruirmos melhor, em seguida, conjuntos de contornos mais permeáveis e mutáveis” (DAVIET, 2000 apud DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 335).

O trabalho reorganização da história social passa pela manutenção da primazia do social, mas não mais remetendo à segurança das categorias previamente aceitas e seguras posto que consideradas ‘universais’ e imutáveis, mas partindo da posição diametralmente oposta: a partir da fluidez da constituição social, e sendo o próprio social tanto a referência quanto o motor de reprodução da história social, esta se apresenta como independente de qualquer elemento externo que a determine. A grande frente de batalha da nova história social é o antideterminismo, o antiestruturalismo. Estes historiadores estão essencialmente preocupados em ressaltar a liberdade, seja dos objetos históricos em

sua constituição, seja historiográfica e metodológica. Evita-se todo o previamente determinado, seja no que tange às configurações sociais dos objetos de análise, seja quanto aos procedimentos historiográficos de analisá-los.

Esse trabalho contra as categorias pré-determinadas, que se convencionou chamar de “reificação das categorias”, é compartilhado pelas mais diversas correntes historiográficas contemporâneas, mas tem um papel primordial em duas: na história social e na história cultural. Contudo, acreditamos que existe uma pequena diferença entre elas.

Essa diferença se dá em níveis de determinação social: o grande quadro a ser superado tanto pela história social quanto cultural é bastante bem exemplificado pela historiografia caracterizada pelo conjunto de trabalhos produzidos na segunda metade do século XX que ficaram conhecidos como “monografias regionais”, em um período no qual as grandes ambições da história global já não estavam mais no centro das produções. Algumas das teses mais conhecidas desse movimento são as de Pierre Goubert *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730* (1969), de Pierre Vilar *La Catalogne dans l'Espagne moderne* (1962), de Emmanuel Le Roy Ladurie *Les Paysans de Languedoc* (1966), de Michel Vovelle *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle* (1973), de Jean Delumeau *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du XVIe siècle* (1959), entre outras. A partir da segunda metade da década de 1970, esses historiadores voltaram-se, em geral, para a história das mentalidades. As monografias regionais, apesar de bastante diversas entre si, tinham em comum o emprego de categorias bem definidas quanto à ocupação, renda, definição geográfica, ciclos econômicos, movimentos demográficos, ordenação de conjunturas e estruturas, etc. Derivada de uma combinação de referências advindas principalmente das obras de Fernand Braudel e Ernest Labrousse, mas também de Pierre Chaunu, as monografias regionais compartilhavam uma estrutura pré-interpretativa bem definida.

Tanto a história cultural quanto a social buscam, em seus esforços de reorganização, se desvencilhar dessas estruturas pré-interpretativas sem, contudo, abdicar dos avanços obtidos por elas. As vias para a superação das determinações sociais, contudo, são diferentes. A história cultural é, em geral, sobremaneira influenciada pela sociologia de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, assim como pela obra de Michel de Certeau, enquanto a história social busca remodelar-se a partir da pluralidade dos mundos da ação. Paul Ricoeur é aqui central para o projeto de renovação da história social, como evidencia Bernard Lepetit em seu texto *Le présent de l'histoire* (1995). Essa diferença não é a única que se observa entre o movimento social e cultural, mas representa bem as sutis

separações entre elas, ainda que seja amplamente aceita a sobredeterminação sócio-cultural tal como exposta por Antoine Prost em seu célebre texto *Social a e cultural indissociavelmente* (2008, a primeira edição é de 1998). Dessa forma, a história cultural segue no sentido do questionamento das categorias, contudo, sem refutar formas mais sutis de predeterminações, como as que se apresentam no modelo bourdieusiano, adotado pela história cultural, usando-se dos conceitos centrais de *habitus* e *campo*.

Entre, por um lado, a virtualidade estruturalista, na qual os indivíduos e grupos sociais estão submetidos invariável e inconscientemente às determinações estruturais e, por outro, o conceito de *habitus* tal como desenvolvido por Bourdieu, há uma mudança de escala, mas não de subordinação. Em ambos os casos são as forças externas, virtuais e reguladoras que conduzem a vida. Contudo, enquanto o estruturalismo privilegia “lugares vazios” ou posições simbólicas afetadas pelas determinações estruturais, que podem ser – ou não – atualizadas em sujeitos, o *habitus* de Bourdieu faz já uma pequena concessão ao admitir que são os sujeitos que incorporam o *habitus*. Reconhecer o papel dos sujeitos não é, todavia, libertá-los do jugo da estrutura, mas atomizar a imposição do poder simbólico. Vale ressaltar que uma abordagem na qual o sujeito está plenamente livre e apto a realizar qualquer pulsão é tão prejudicial quanto negar ao sujeito qualquer possibilidade de ação no mundo. A medida do equilíbrio deve ser dada pelo objeto em questão. É o próprio referente, e não uma determinação metodológica prévia, que indica o grau de determinação e de liberdade dos sujeitos, instituições ou sociedades abordadas pelo historiador.

Para a nova história social, o social é a referência e o motor da história, e este é sempre singular. A explicação é dada pelo desenrolar mesmo dos fenômenos e não por uma estrutura analítica previamente determinada. Os textos que constituem *Les formes de l'expérience* (1995) dão testemunho desse movimento. Isso não significa não questionar as fontes: parte-se de perguntas, mas a força das hipóteses é substituída pela indeterminação da observação da experiência.

Essa nova postura da história social caracteriza uma forma de levar ao extremo a pragmática e a singularidade das formações sociais. É assim primordial levar em consideração a compreensão dos sujeitos históricos que constituem cada sociedade como a medida para o estabelecimento da classificação social deles mesmos. Parte-se do pressuposto de que categorias sociais “atemporais” não podem explicar todas as formações possíveis. Pelo contrário, além de historicizar o objeto de trabalho, deve-se historicizar também a lente pela qual o historiador vê seu objeto. Isso não caracteriza,

contudo, uma tentativa de voltar às propostas do romantismo, especialmente a de poder transferir-se para uma outra mente, mas sim de auferir, a partir das fontes, como os contemporâneos estratificavam sua própria sociedade e basear a análise nesse indicador.

Paul Ricoeur notou esse deslocamento realizado pela história social. Mas ele não apenas tratou essa questão como um simples objeto de suas teses filosóficas como ofereceu aos historiadores uma base conceitual viável, mais pautada pela ontologia da condição histórica que pela epistemologia, para esta proposta que corre o risco de ser acusada de pouco científica por desviar-se, mesmo que não completamente, dos padrões metodológicos, das categorias e dos modelos explicativos aceitos da história social edificada sobre os pilares da historiografia do século XX. Para Ricoeur:

O historiador não tem apenas como contraponto mortos, para os quais ele constrói um túmulo escriturário; ele não se dedica apenas a ressuscitar viventes de outrora, que não existem mais, mas que existiram; ele se dedica a re-presentar ações e paixões. Quanto a mim, associo, explicitamente, a tese favorável à ideia de que o referente último da representação historiadora é o vivente antigo, atrás do ausente de hoje na história, à mudança de paradigma que, na 'guinada crítica' dos *Annales* dos anos 80, promoveu o que se pode chamar de 'paradoxo do ator'. A história visa não apenas ao vivente de outrora, na retaguarda do morto de hoje, mas ao ator da história decorrida, desde que se decida 'levar a sério os próprios atores'. (2007, p. 396).

Ao tomar a experiência, indeterminada e singular, como referente histórico, a história social renovada coloca o acento sobre os atores históricos e sobre o *processo* de constituição do social. Essa grande virada da história social vincula-se de forma destacada às propostas de interpretação da ação situada advindas de diferentes hermenêuticas, com destaque para as contribuições de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck. Ao substituir a explicação a partir da imputação de um modelo social pelo trabalho de compreensão do *processo* de constituição das formações sociais, a história social parece ser a matriz historiográfica que leva mais longe o trabalho de apropriação das novas perspectivas teóricas que fomentam a historiografia na entrada do século: das categorias sociais à sociedade-processo/experiência.

2. Virada linguística, virada crítica e hermenêutica

2.1. A virada linguística

A ideia de uma “virada linguística” da filosofia e das ciências do homem tem uma longa história. Não cabe aqui delinear toda uma tradição que remete possivelmente à Idade Moderna. Basta dizermos que quando a questão das mediações e possibilidades de acessar o mundo tornou-se um problema filosófico central (no contexto da filosofia moderna), a autoridade da linguagem foi progressivamente aumentando, levando os aspectos linguísticos ao coração da produção do conhecimento. Mais recentemente, os trabalhos que se ocupavam da metafísica e da ontologia perderam espaço proporcionalmente ao interesse que a filosofia da linguagem passou a despertar. As explicações para esse deslocamento de interesse são várias, mas têm em comum um certo descrédito quanto às teleologias. O questionamento da razão, da religião, e de qualquer outra forma de filosofia da história ou tentativa de atribuir alguma ordem ao devir impõe à filosofia a busca por outras formas de compreensão do mundo. Já que os fins parecem não corresponder à racionalização da filosofia moderna, restam os meios enquanto objetos filosóficos. A linguagem desponta então como o meio pelo qual se pode conhecer, o objeto privilegiado.

Várias correntes de pensamento se pautaram na proeminência da linguagem para constituírem seus *corpora*. Na passagem do século XIX ao XX, a aliança entre filosofia e linguística passa por sua época mais produtiva, com pensadores que estão na base de praticamente todo o desenvolvimento das ciências humanas e da filosofia do século XX¹⁷.

¹⁷ Não pretendemos aqui estabelecer uma lista exaustiva, mas apenas à título de exemplo podemos citar alguns dos autores mais proeminentes envolvidos diretamente com a filosofia da linguagem dos séculos XIX e XX: Charles Sanders Peirce (1839-1914), Friedrich Nietzsche (1844-1900), Gottlob Frege (1848-1925), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Bertrand Russell (1872-1970), Ludwig Wittgenstein (1889-1951), Martin Heidegger (1889-1976), Roman Jakobson (1896-1982), Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Jacques Lacan (1901-1981), Émile Benveniste (1902-1976), Willard Quine (1908-2000), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), John Austin (1911-1960), Paul Ricoeur (1913-2005), Roland Barthes (1915-1980), Peter Strawson (1919-2006), Gilles Deleuze (1925-1995), Michel Foucault (1926-1984), Noam Chomsky (1928), Jürgen Habermas (1929), Jacques Derrida (1930-2004), Richard Rorty (1931-2007), Umberto Eco (1932), Michel Pêcheux (1938-1983), entre outros.

Em certo sentido, a linguagem torna-se mesmo o meio pelo qual os questionamentos clássicos da filosofia são reelaborados.

Alguns autores, todavia, passaram a submeter a possibilidade de atingir algum real extratextual às análises linguísticas. Ou ainda, passam a reconhecer na linguagem o único objeto a conhecer: “todo nosso acesso ao mundo é linguisticamente mediado: a linguagem é condição irrecusável de todo acesso ao real, mediação necessária de todo sentido e de toda validade, e conseqüentemente todas as questões [...] podem ser resolvidas por meio de uma análise das estruturas da linguagem” (OLIVEIRA, 2001, p. 7). A linguagem enquanto mediação incontornável é bastante razoável, quando se considera um conceito lato de linguagem. Mas reduzir todas as formas de conhecer a análise estrutural da linguagem é estabelecer a incognoscibilidade como padrão universal e a linguagem como a única via capaz de lançar luz sobre a treva.

O giro linguístico é tão múltiplo quanto influente na atualidade. Não há uma unidade entre as diferentes vertentes de pensamento que foram influenciadas por ele: estruturalismo, filosofia analítica anglo-saxã, hermenêutica, construtivismo, semiótica, formalismo, pragmatismo, análise do discurso e crítica das ideologias são algumas delas. Podemos dizer apenas que a linguagem está no centro dos debates.

Devemos admitir que remeter a tradição da filosofia da linguagem contemporânea sob a égide do giro linguístico é realizar uma aplicação retrospectiva de um conceito que foi popularizado apenas em meados da década de 1960. Foi a partir da obra organizada por Richard Rorty em 1967, intitulada *The linguistic turn: essays in philosophical method* que o termo ganhou notoriedade. Ainda que Rorty atribua a elaboração do conceito a Gustav Bergmann, foi a partir da obra publicada em 1967 que o giro linguístico ganhou destaque.

Mas podemos dizer que esse não é o nascimento, mas o período de sua estabilização, momento no qual, segundo Ivaldo Santos (2014), o giro linguístico deixa de ser um paradigma revolucionário para se tornar uma ciência normal. Pautado pela análise dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn, Santos parte da proposta de que o giro linguístico foi um paradigma revolucionário e teve sua época mais produtiva na primeira metade do século XX. Vale ressaltar que o trabalho de Santos é uma apropriação adaptada¹⁸ da proposta kuhniana, que está focada nas ciências exatas, e não nas humanidades. Apenas para situarmos conceitualmente a questão, vale definir rapidamente

¹⁸ A redundância aqui serve para ressaltar a transposição da proposta.

revolução científica, paradigma e ciência normal segundo Kuhn. Paradigma é o conjunto das propostas e realizações científicas em que uma comunidade científica se pauta para elaborar questões e responder os problemas postos. Em termos gerais, a revolução científica é a criação de um novo paradigma que vem destronar e ocupar o espaço de um paradigma anteriormente aceito. Já a ciência normal está preocupada com a aplicação dos conhecimentos – seja na dimensão metodológica, seja em termos de proposições de problemas – desenvolvidos por um paradigma na ocasião de sua fase revolucionária¹⁹. A partir de tais premissas, Santos afirma que:

Na primeira metade do século XX o giro linguístico foi um paradigma filosófico inovador, questionador da tradição metafísica e que trouxe, para dentro da filosofia, a dimensão da vanguarda e da revolução das ideias. Já no final do século XX e especificamente na primeira década do século XXI, o giro linguístico passou por um processo de sedimentação e de acomodação. Segundo Thomas S. Kuhn, esse processo é normal, pois nenhuma teoria ou corrente de pensamento pode manter seu caráter de vanguarda e de revolução permanentemente. Por causa disso, numa leitura kuhniana, o giro linguístico se transformou em ciência normal e o conteúdo de seus debates e propostas de análise linguística passou a ser transmitido por meio de manuais especializados. Manuais que, por sua vez, tem por missão a população (*sic*) do conjunto das propostas e das ideias oriundas do giro linguístico. (SANTOS, 2014, p. 63).

A obra organizada por Richard Rorty, nesse sentido, seria um manual acerca do giro linguístico, um ponto no qual o paradigma já está em sua fase de sedimentação e não em sua elaboração. De qualquer forma, é somente após assumir características de ciência normal que a virada linguística passa a influenciar a produção dos historiadores.

Entre os historiadores, a virada linguística, num sentido estrito como atualmente se tem feito referência a tal movimento, tem um efeito tardio, já na segunda metade do século passado. A questão da linguagem já fazia parte da preocupação dos historiadores muito antes do que ficou conhecido como virada linguística, mas as questões da historiografia contemporânea acerca do tema são mais recentes. As mais relevantes publicações do historiador estadunidense Hayden White, um dos principais nomes da corrente identificada com a virada linguística, foram publicadas ao longo da década de 1970 – *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe* é de 1973, e *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* foi publicada em 1978. Apesar disso, entre os historiadores, a virada linguística torna-se um movimento coletivo, ainda que não unificado, apenas ao longo da década de 1980.

¹⁹ A obra na qual Thomas Kuhn debate estes temas é *A estrutura das revoluções científicas*, publicada em 1962.

É bastante difícil definir, para além da importância concedida à linguagem, qualquer unidade entre as propostas dos historiadores que se identificam com o giro linguístico. Em geral, as questões em comum se baseiam na proposta de que não há realidade histórica antes da configuração linguística do fato. As identidades, assim como as relações de sociabilidade e o poder são todas expressões linguísticas de uma realidade que é ela mesma um texto, que pode ser lido e decifrado a partir das análises linguísticas. A estrutura da linguagem não representa, mas antes constitui o mundo. Ao ultrapassar a inocente crença na transparência da linguagem, o polo oposto é acionado por esses historiadores: não é o mundo que é representado pela linguagem, mas esta é o próprio mundo. Qualquer elemento existente antes da configuração linguística é totalmente inalcançável, e crer na possibilidade de acessar o mundo por qualquer outra via é reproduzir um modelo positivista incauto. Se não se pode conhecer por outra via que não seja a linguagem, então a mediação linguística se torna a única realidade cognoscível.

Ora, é incontornável que, levada ao limite, a virada linguística, tal como praticada entre os historiadores, conduz a um construtivismo extremo que reduz a materialidade do real e a experiência efetiva a meras permutações de significantes antirreferenciais. O problema aqui seria o de passar a pensar a historicidade exclusivamente como um jogo linguístico em vez de considerar que “[...] a problemática última tanto da identidade estrutural da função narrativa como a exigência de verdade de toda obra narrativa é o caráter *temporal* da experiência humana” (RICOEUR, 2010a, p. 9).

Ao questionar as bases referenciais do conhecimento produzido pelos historiadores, alguns autores do *linguistic turn*, sendo Hayden White e Frank Ankersmit os mais incisivos deles, colocam em xeque as fronteiras que separam as narrativas de ficção do produto do trabalho dos historiadores. A intenção de produzir narrativas “verdadeiras”, de considerar a experiência histórica passada como referente da história, perde qualquer validade diante do formalismo extremo resultante da predileção pela análise das estruturas linguísticas em detrimento de sua função referencial. É um engano, todavia, afirmar que qualquer apropriação historiadora do giro linguístico leva a essa mesma posição limítrofe. Os historiadores da história dos conceitos alemã (*Begriffsgeschichte*) foram igualmente influenciados pela virada linguística sem, contudo, deixarem de reconhecer a fronteira que separa o referente da história e da ficção: “[...] linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, mas nunca chegam a coincidir inteiramente” (KOSELLECK, 2006, p. 267).

O mesmo pode ser dito da hermenêutica ricoeuriana e da apropriação que os historiadores vêm realizando dela. Podemos acrescentar também as diversas vias pelas quais a análise do discurso tem se tornado um importante recurso para os historiadores. O relativismo resultante da obliteração da função referencial provavelmente diferencia o que se convencionou chamar de virada linguística da história de outras formas de apropriação crítica dos avanços propiciados pela atenção maior concedida à linguagem como componente fundamental da historiografia.

A questão do relativismo assim colocada pode gerar questões éticas e políticas que vão bastante além da esfera epistemológica. Podemos encontrar um exemplo de extrema relevância no debate entre Hayden White e Carlo Ginzburg acerca dos limites da narrativa histórica (os principais posicionamentos desses dois autores sobre o tema foram publicados em MALERBA, 2006). Em linhas gerais, segundo Ginzburg, ao diluir as fronteiras entre história e ficção, White desarma os historiadores diante de ofensivas como as do negacionismo. Desde que conceba uma narrativa eficaz, não haveria motivos para não julgá-la como verdadeira. Ao não se considerar os diferentes trabalhos de pesquisa documental e de avaliação e crítica das provas realizados pelos historiadores, não se pode garantir a visada veritativa que, por meio da referencialidade, diferencia a narrativa histórica da narrativa de ficção ou, ainda, de qualquer manipulação do passado.

Outro limite dissolvido pelo relativismo do giro linguístico da história diz respeito à experiência frente ao discurso, ou das práticas discursivas e práticas não discursivas. Autores como Michel Foucault, Michel de Certeau e Paul Ricoeur, todos influenciados diretamente pelo giro linguístico da filosofia, compartilham a ideia – ainda que a partir de pressupostos bastante distintos – de que a experiência prática e o universo discursivo, que por vezes se entrelaçam, guardam, contudo, diferenças importantes. A experiência vivida é bastante menos logicamente conduzida que qualquer discurso sobre a vida. Ainda que relações discursivas possam orientar a experiência, é temeroso afirmar que as ações e decisões dos sujeitos históricos possam ser resumidas a um mero efeito discursivo.

Foucault, na *Arqueologia do Saber*, apesar de estar essencialmente preocupado com as formações discursivas, por vezes remete às práticas não discursivas, assim como Certeau e Roger Chartier também buscam atribuir algum lugar a elas, ainda que secundário. Essa diferença entre experiência e discurso é mais problemática em Ricoeur. Com o conceito de síntese do heterogêneo, e ainda com o papel atribuído à refiguração da experiência a partir do terceiro momento do arco mimético, pode parecer que o real e a experiência são meros efeitos discursivos. Contudo, vale observar que a organização

retrospectiva da experiência pela narrativa não significa atribuir uma lógica plena onde ela não existe. A síntese do heterogêneo articula eventos aparentemente dispersos que sobredeterminaram-se. Utilizando a análise e a configuração narrativa, é possível inferir conexões que talvez não estivessem claras para os atores no momento de seu desenrolar.

Isso não implica, contudo, impor uma coerência estratégica à experiência sob a pena de não mais representar, mas de criar uma ficção lógica que apenas tangencia a realidade. Nunca é demais ressaltar o equilíbrio que as visões extremas podem perturbar: a experiência não é apenas indeterminação, assim como a narrativa não é somente harmonia. Ricoeur insiste neste ponto: ao tratar das leituras do tempo segundo Agostinho e da composição da intriga em Aristóteles, na obra *Tempo e Narrativa*, o filósofo francês articula a discordância da experiência de Agostinho à concordância das narrativas em Aristóteles para, por fim, estabelecer uma mediação entre a estrutura pré-narrativa da experiência e a representação menos lógica e mais humanizada, a partir da composição da intriga como atividade mimética. Portanto, elementos discursivos e não discursivos coexistem já na experiência. Esse é um dos limites ultrapassados pela proposta do giro linguístico da história, ao suprimir a dimensão não discursiva da realidade.

Esta postura de alguns historiadores da virada linguística, inclusive, foi um grande empecilho para a apropriação historiadora de outras propostas que consideram a linguagem como elemento incontornável para a apreensão da realidade sem, contudo, restringi-la apenas ao universo discursivo. Podemos citar como exemplo a própria filosofia de Paul Ricoeur que é colocada por vários autores lado a lado com a obra de Hayden White (ver, por exemplo, FONTANA, 2004, p. 408). O mesmo pode ser dito da obra de Jacques Rancière e ainda outros autores que foram, ao menos em parte, pouco visitados pelos historiadores em função do efeito negativo que o giro linguístico despertou quanto à aproximação entre história e linguagem.

As propostas da virada linguística despertaram inúmeras reações negativas por parte dos historiadores. Diogo da Silva Roiz (2009, p. 594) elencou as principais críticas dos historiadores dirigidas à virada linguística:

De forma muito resumida pode-se dizer que: a) White acabou criando um “novo positivismo”, o da verdade do texto, o qual, além disso, ainda é visto a partir de uma hierarquia de “urdiduras de enredo”; b) dá-se ênfase apenas ao produto final, sem verificar as diferentes etapas de elaboração do texto histórico (e do literário), que está intimamente relacionado ao processo de pesquisa das fontes e à sua interpretação; c) indica-se a “visão de mundo” criada no texto pelo historiador, não se percebendo que essa visão foi produzida a partir de uma realidade “extratextual” e com base nessa realidade; d) destacam-se a forma, a linguagem, a eficácia e o convencimento retóricos, deixando-se de lado os

agentes, os testemunhos, os resquícios, os indícios e as provas; e) presume-se que o texto é um deleite de profissionais, sem com isso se verificarem as circunstâncias e os problemas que possibilitaram a sua elaboração; f) priorizam-se o discurso, as interpretações e a verdade, quando de fato se deve dar maior atenção à pesquisa, à análise das fontes e à precisão da narrativa.

Se não todas, ao menos a maioria dessas críticas dirigidas aos historiadores da virada linguística por um grande número de pesquisadores nos parecem procedentes. Mas devemos considerar também que o giro linguístico não produziu apenas obstáculos ao ofício dos historiadores. Os ganhos advindos da atenção dada à linguagem por tais autores propiciaram conquistas significativas. Os debates acerca da constituição discursiva da história, por muito tempo evitados, colaboraram para uma abertura importante do campo da teoria da história. A substituição da estratégia de negação pelo enfrentamento, crítica e conceituação do papel da linguagem na produção do conhecimento histórico invariavelmente transformou a preocupação com a forma, comunicação e organização argumentativa do conhecimento. Após o giro linguístico fica praticamente impossível sustentar um posicionamento realista ingênuo que pressupõe a transparência plena das fontes, segundo o qual o papel do historiador seria apenas o de organizar o passado que já está dado na documentação.

Da mesma forma, a visada simbólica despertada pelo giro linguístico contribuiu sobremaneira para os historiadores, na medida em que diversas mediações simbólicas que passavam despercebidas, ou que eram apenas superficialmente levadas em consideração, tornaram-se novos objetos da história. O giro linguístico colaborou também para a interpelação dos diversos determinismos que orientaram a produção historiográfica. Ao estremecer as bases de cientificidade em que diversas escolas históricas estavam pautadas, foi possível notar que certas imposições metodológicas eram, na verdade, a efetivação de disposições ideológicas. Podemos dizer que assim como um de seus fundamentos, a desconstrução foi um dos principais efeitos da virada linguística.

Não é nossa intenção aqui reproduzir uma visão caricata dos historiadores do *linguistic turn*, mas apenas afirmar da maneira mais clara possível alguns dos elementos que, de maneira declarada ou latente, caracterizam, em geral, seus trabalhos. Certamente existem meandros e complexidades em cada um dos autores dessa corrente historiográfica. A análise tropológica de Hayden White, por exemplo, implica a atualização de uma tradição bastante específica de configuração discursiva que atravessa a maior parte da história ocidental. Contudo, apesar das especificidades, o núcleo da proposta se dirige ao papel da linguagem para além da representação, enquanto constituição da história.

Mas o giro linguístico não compreende apenas uma dimensão epistemológica. Trata-se também de definir claramente espaços de influência, independência de correntes historiográficas dominantes e afirmações institucionais.

A área em que primeiro desponta a virada linguística entre os historiadores estadunidenses é a da história dos intelectuais. A mudança de perspectivas teóricas e metodológicas desses historiadores contribuiu sobremaneira para tornar efetiva a aspiração de desvencilhar sua proposta de trabalho, relativamente nova e promissora, de outras propostas historiográficas, principalmente da história social e a da história das ideias, as quais o estudo dos intelectuais esteve submetido por um longo período.

Ao longo da década de 1980, o giro linguístico tornou-se popular entre historiadores de outros países além dos Estados Unidos, principalmente na Inglaterra. Mas esse limiar estadunidense foi, consciente ou involuntário, sem dúvida oportuno. A história social produzida na Europa Ocidental foi dominante ao longo de todo o último século, principalmente com o grupo dos *Annales*, com a história das classes operárias de Edward Palmer Thompson e seus discípulos, e com a história social marxista de Eric Hobsbawm. Os Estados Unidos sempre tiveram grandes historiadores, mas não necessariamente grandes escolas históricas. A história dos intelectuais, a história das ciências e os *cultural studies* divulgaram sobremaneira a historiografia estadunidense, especialmente ao longo da segunda metade do século XX. A virada linguística veio coroar a internacionalização da historiografia universitária estadunidense.

Devemos ter em consideração que todo o contexto da filosofia analítica anglo-saxã criou as condições para a emergência da primazia da linguagem também entre os historiadores. Contudo, se analisarmos os temas e referenciais dos historiadores estadunidenses do *linguistic turn*, transparece a importância das bases europeias, em especial francesas. Podemos citar como exemplo os temas de trabalho de alguns dos historiadores estadunidenses mais proeminentes do giro linguístico: Dominick LaCapra, professor na Cornell University, especialista em literatura e intelectuais franceses; Steven Kaplan, também professor na Cornell University, dedica seus estudos principalmente à França do século XVIII (a maioria suas obras, inclusive, foram primeiro publicadas em francês e somente depois em inglês); Hans Kellner, professor na North Carolina State University, especialista em história intelectual europeia; Keith Baker, professor na Stanford University, publica principalmente sobre o século XVIII francês; Hayden White, professor aposentado na University of California e recentemente também na Stanford University, sua principal obra é sobre história da Europa no século XIX. Outros

historiadores poderiam ainda ser listados. Por mais que os referenciais mobilizados por esses historiadores variem consideravelmente, todos eles se pautam em alguns autores-chave: Ferdinand de Saussure, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida estão praticamente sempre presentes. A virada linguística da historiografia que nasce nos Estados Unidos, portanto, tem uma clara identidade francesa.

Por mais que se guardem diferenças, devemos ter em conta que a filosofia analítica que ambientou o giro linguístico estadunidense e o estruturalismo têm muito em comum. A virada linguística tomada num sentido mais amplo, principalmente como praticada entre os filósofos, como apresentamos no início desse tópico, produziu efeitos distintos na Europa e nos Estados Unidos. Acreditamos poder afirmar que o desdobramento filosófico que das publicações de filosofia da linguagem do século XIX e início do século XX deu origem à filosofia analítica anglo-saxã influenciou, de forma distinta, as ciências do homem na Europa continental. O estruturalismo é a expressão, no campo das ciências, do giro linguístico da filosofia. Nesse sentido, guardadas todas as diferenças que de fato não permitem a generalização, podemos dizer que estruturalismo e filosofia analítica anglo-saxã são duas faces da mesma moeda. A metáfora da moeda aqui é bastante esclarecedora, na medida em que implica apontar em direções distintas, mas constituídas pelo mesmo núcleo.

As diferenças entre filosofia analítica e estruturalismo, porém, são mais evidentes que seus elementos em comum. Para vislumbrar o que os separam, basta dizer que a primeira se desenvolve essencialmente entre os próprios filósofos e o segundo é uma apropriação realizada pelas ciências. Outros elementos dessa separação poderiam ainda figurar aqui. Por outro lado, ambos estão pautados pela linguagem com via essencial – ou exclusiva – para a apreensão do mundo. A rejeição da metafísica também é elemento comum.

O ambiente institucional das universidades estadunidenses era bastante mais propício à eclosão da virada linguística entre os historiadores que o da França ou da Inglaterra. A centralidade do grupo dos *Annales*, inclusive podemos dizer que o poder conferido a Fernand Braudel, não deixava espaço para grandes transformações na historiografia. Ainda que a proximidade de Braudel com as propostas estruturalistas, e com autores como Roland Barthes na *VIª Section* da *École Pratique des Hautes Études*, fosse intensa, a materialidade histórica que caracterizava a historicidade dos *Annales* impossibilitava uma escalada languageira (para usar um termo comum da análise do discurso) mais proeminente entre os historiadores. No contexto inglês, a situação era

similar, mas a centralidade institucional das pesquisas em história era menos intensa que na França.

Podemos dizer que a máxima de Roland Barthes acerca do fato histórico resume bastante bem a proposta dos historiadores do giro linguístico. Não é por acaso que a passagem é uma das epígrafes de Hayden White: “[...] o fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o ‘real’” (BARTHES, 2004: 177). A linguagem é assim entendida como antirreferencial, estruturante e constituinte. Não se almeja representar o passado, mas produzir discursos efetivos sobre ele. A verdade histórica está na lógica estruturante e na qualidade estético-retórica do discurso histórico, e não em seu referente. Concordamos que a representação historiadora não deve apresentar-se como uma “‘cópia’ pura e simples” do passado, por outro lado, não podemos reduzi-la a uma simples comutação entre significado e significante.

2.2. Virada crítica dos *Annales*

A virada linguística foi uma das principais causas da necessidade de reorganização dos pressupostos dos *Annales*. A hegemonia na produção historiográfica do grupo dos *Annales* durante boa parte do século XX se deu por uma soma de iniciativas desses historiadores nas mais diferentes frentes. Podemos citar seis características centrais: 1) a ocupação de posições institucionais nas universidades francesas, 2) um sólido projeto de orientação científica, 3) os projetos e alianças editoriais, 4) o princípio de inovação, obtido em grande parte a partir da crítica ao modelo metódico, 5) a visibilidade que estes historiadores conquistaram na mídia, para além das fronteiras acadêmicas, e 6) a centralização do poder por parte de alguns de seus principais arautos, como Lucien Febvre, Fernand Braudel e Jacques Le Goff, entre outros. Não nos parece ser necessário acrescentar entre estas características a qualidade das obras e projetos desses historiadores. Quer se alinhe ou não ao que se convencionou chamar de *Escola dos*

Annales, é indiscutível o papel que estes historiadores desempenharam na historiografia do século XX, produzindo algumas das obras mais relevantes de toda a história da historiografia acadêmica.

Contudo, desde seu surgimento com o lançamento da revista de mesmo nome em 1929, os *Annales* nunca estiveram livres das críticas e, possivelmente em função do destaque que obtiveram no cenário universitário francês e mundial, acumularam críticos e desafetos em número proporcional aos avanços que lograram. De meados da década de 1960 em diante, as críticas se tornaram cada vez mais frequentes e duras. Mas foi a década de 1980 que levou os historiadores dos *Annales* a se posicionarem frente à avalanche de questionamentos que colocavam a proposta annaliste em xeque.

Vários autores se propuseram a elencar e avaliar as críticas ao modelo historiográfico dos *Annales*. Entre as mais importantes sínteses estão a tese de François Dosse *A história em migalhas* (2003, a 1ª edição francesa é de 1987), um artigo de Lynn Hunt intitulado *French History in the Last Twenty Years: The Rise and Fall of the Annales Paradigm* (1999, a 1ª edição é de 1986), e avaliação interna feita por um dos membros dos *Annales*, Jacques Revel, intitulada *The Annales: Continuities and Discontinuities* (1999, a 1ª edição é de 1978).

Uma das críticas recorrentes ao grupo dos *Annales* é o papel secundário, ou quase nulo, dedicado ao ‘individual’ e ao ‘evento’, e as decorrências deste deslocamento. A macro perspectiva que orientou os *Annales* desde a década de 1930 é levada ao extremo com a proposta de tripartição temporal de Fernand Braudel. A chamada ‘dialética das durações’ caracteriza a proposta braudeliiana de dividir o tempo histórico em níveis: estrutural, de longa duração, constituído por movimentos geralmente seculares; conjuntural, de média duração, por vezes pode compreender períodos de até cinquenta anos, e, por fim, acontecimental, que designa processos curtos, desde a história de vida de um ator histórico em específico até uma única batalha.

Apesar da proposta de tripartição temporal ser apresentada como uma “dialética”, os *Annales* em geral se pautaram sempre que possível pela longa duração, ao ponto de Jacques Le Goff (2005, p. 62) afirmar que a longa duração foi “a mais fecunda das perspectivas definidas pelos pioneiros da história nova”. A interpretação bastante particular do estruturalismo entre estes historiadores teve como efeito um deslocamento dos atores em favor dos movimentos mais longos, num tipo de predominância do simbólico coletivo em detrimento das individualidades e eventos curtos, temporalmente

localizados. As implicações desse deslocamento são várias e abrem fissuras consideráveis, amplamente exploradas pelos críticos.

A primeira delas, e a mais evidente, é a decorrente “desumanização” da história. Com os sujeitos em segundo plano, os grandes movimentos condutores da história respondem quase que exclusivamente ao jogo simbólico da máquina estruturalista. Os atores, eventos e individualidades dos processos históricos são esmagados pelo peso das determinações geográficas, econômicas, macrosociais e, inclusive, pelas mentalidades, afinal: “os quadros mentais também são prisões de longa duração” (BRAUDEL, 2005, p. 50). Algumas áreas da pesquisa histórica foram assim prejudicadas por esta abordagem: a biografia, a história militar e a história política são os principais exemplos. Isso não implica, contudo, afirmar que os *Annales* não produziram obras nessas áreas. Um dos livros mais aclamados de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, é um excelente exemplo de história política nos moldes dos *Annales*. Contudo, não devemos estabelecer o padrão pelo desvio. Apesar de todos os meandros e especificidades da questão, o deslocamento dos sujeitos e dos eventos é uma das críticas mais comuns à historiografia dos *Annales*.

A diminuição das publicações na área de história política e biográfica foi acompanhada por um aumento significativo das áreas nas quais a longa duração e os modelos de análise quantitativo-estruturais tiveram maior sucesso. História social, econômica e demográfica, além da perspectiva psicológica de longa duração, ou história das mentalidades, foram as principais beneficiadas. Interessante notar que não foi apenas na revista dos *Annales* que esta tendência se confirmou. A revista *Revue Historique*, que em grande parte apoia-se numa proposta de abordagem mais tradicional, viu suas publicações convergirem para a longa duração, para a história social e econômica, seguindo a tendência da revista dos *Annales*, sua principal “rival” no contexto editorial universitário francês. Segundo Lynn Hunt (1999, p. 27, tradução nossa), na *Revue Historique*, “entre 1876 (data de sua fundação) e 1972, a proporção de artigos biográficos caiu quase noventa por cento e os de história política mais de trinta por cento. Correspondentemente, o número de artigos de história econômica quadruplicou e os de história social quase dobrou”.

A primazia da abordagem social e econômica não era exclusividade dos *Annales*. A historiografia marxista tendia a beneficiar as mesmas áreas, mas com uma importante abertura à história política. Sob esta ótica, os *Annales* representaram uma “oposição” tematicamente alinhada ao marxismo. Todavia, mesmo que as duas correntes historiográficas primassem pelos movimentos estruturais de longa duração, ao contrário

dos *Annales*, o marxismo dedicava também espaço para as análises de fraturas radicais do tecido social, como processos revolucionários entendidos como objetos autônomos de análise. Muitos críticos da historiografia dos *Annales* vêm a ênfase nas permanências como um obstáculo à abordagem das mudanças repentinas, processos revolucionários e descontinuidades históricas em geral.

Tanto marxistas quanto annalistas foram censurados pela quase exclusividade do social e do econômico. Essa é uma segunda classe de críticas geralmente dirigidas aos *Annales*, principalmente pelos partícipes da história política, militar e biográfica, tanto entre historiadores não franceses quanto entre os compatriotas. O grupo de pesquisadores que propagavam a crítica acerca da limitação da pesquisa em determinadas abordagens históricas viu seu coro crescer consideravelmente com o aumento de adeptos da história cultural na França. Até mesmo historiadores que estavam relativamente alinhados à proposta dos *Annales* passaram a questionar a dependência da história cultural em relação à abordagem social dominante. Podemos citar Roger Chartier como um desses autores. Também Antoine Prost viu-se diante da questão, e acabou por propor a indissociabilidade entre o social e o cultural como uma medida de manutenção dos avanços proporcionados pelos *Annales* atrelada às novas tendências da história cultural. Essa proposta de Prost, inclusive, será uma das principais bandeiras da virada crítica.

Uma outra crítica aos *Annales*, esta mais abrangente, é a insistência na questão metodológica. Devido à proposta do conhecimento histórico tal como apresentada por estes historiadores, as técnicas e métodos de trabalho sempre estiveram em primeiro plano nos debates epistemológicos. Questões teóricas e filosóficas, contudo, foram sempre que possível evitadas. É em função da ausência de uma articulação teórica e de obras de referência nesse sentido que preferimos não utilizar o termo “Escola” dos *Annales*. É difícil encontrar qualquer unidade entre os diferentes historiadores e propostas de trabalho que caracterizaram o grupo de pesquisadores que se reuniu em torno da revista. A diferença de perspectivas sempre foi bastante mais evidente que a unidade entre eles. Contudo, a ênfase no método é uma unidade. Por vezes a quantificação de dados, o estabelecimento de séries e as estatísticas demográficas, econômicas, etc., deixaram de fornecer as bases materiais para a representação historiadora do passado e tornaram-se eles mesmos os fins da pesquisa. O destaque dado aos métodos apropriados da economia, da demografia e da estatística, no extremo, colaborou para a exposição da face positivista dos *Annales*, tão ou mesmo mais proeminente que a encontrada nos historiadores da Escola Metódica.

Em função do deslocamento dos sujeitos, seria mais difícil considerar momentos recentes da história, principalmente pós-1789, já que figuras da história contemporânea como Adolf Hitler, Joseph Stalin ou Napoleão Bonaparte dificilmente poderiam ser considerados apenas efeitos superficiais do movimento das forças profundas condutoras da história. Alguns historiadores dos *Annales* se dedicaram à história contemporânea, como Maurice Agulhon e Marc Ferro, mas, em geral, os períodos abordados se concentravam essencialmente na Idade Média e Modernidade (BURKE, 1997).

Um ponto bastante relevante nas críticas que se fazem aos *Annales* diz respeito às descontinuidades no interior do próprio movimento. Entre a chamada primeira fase dos *Annales*, a segunda e a terceira, muitos aspectos se alteraram, entre os quais podemos citar: os dirigentes da revista e da VIª Seção da *École des hautes études en sciences sociales*, as orientações básicas e as áreas de pesquisa privilegiadas, as alianças interdisciplinares, as propostas diretoras da produção historiográfica, entre outras. Interessante notar que as opiniões acerca do tema se *dividem* entre uma postura que condena as mudanças de propostas dos historiadores dos *Annales* como uma descaracterização do movimento e outra que vê nessas descontinuidades um processo evolutivo que busca se adaptar às necessidades de cada momento. François Dosse (2003) elenca cinco descontinuidades centrais na trajetória dos *Annales*: a passagem da abordagem geoeconômica para a história das mentalidades, o deslocamento dos sujeitos históricos para a periferia da historiografia, a transição entre uma história “ciência da mudança” para uma “história imóvel”, a transmutação da relação com o tempo de uma dialética dos tempos históricos para uma fuga do presente e, por fim, a substituição da perspectiva globalizante da história total por uma multiplicidade de histórias fragmentadas.

A manutenção da longa hegemonia dos *Annales* se deve em grande parte a esta capacidade de adaptação. Contudo, essa mesma característica produz uma sensação de falta de unidade do movimento, que de tanto se adaptar perdeu a “identidade”. Acreditamos, todavia, que mais que criar uma imagem de descontinuidade, essas contínuas transformações apenas evidenciaram a pouca unidade que se observa entre as propostas dos vários historiadores dos *Annales*.

Acreditamos poder sintetizar todas essas críticas ao grupo dos *Annales*, e ainda outras que não foram aqui listadas, segundo três grandes eixos. O que se critica no grupo dos *Annales* é, em primeiro lugar, o *determinismo*, explícito ou latente. Seja ele geográfico, econômico ou mental, sempre houve a crença numa perspectiva da realidade

histórica capaz de determinar as outras. Um segundo eixo de críticas orbita a questão do *inconsciente* como principal condutor da história. Diz respeito aos locais simbólicos típicos do estruturalismo, aos movimentos profundos condutores da história e ao coletivo entendido como uma unidade supra-humana. Aqui se concentram todas as críticas acerca do deslocamento dos sujeitos, dos eventos e da narração. Por fim, e a mais incisiva das matrizes de críticas, é a relação com o tempo. A principal inovação dos *Annales* foi a interdisciplinaridade, a partir dos empréstimos que estabeleceu com as ciências sociais. Quando, todavia, tais empréstimos passaram a se sobrepor à própria historicidade, isto é, quando a história dos *Annales* tornou-se etnológica, a relação com o tempo histórico – que a princípio havia experimentado um ganho substancial ao abrir-se às longas durações e às sincronias – tornou-se menos flexível, endurecida na longa duração. Todos os diferentes ritmos, convulsões e permanências, revoluções e tradições, continuidades e descontinuidades, foram resumidos a uma escala *quase imóvel*. “Ao tornar-se etnológica, a história negou-se [...]” (DOSSE, 2003, p. 382). Esse é o terceiro eixo das críticas aos *Annales*.

Determinismo, predominância do inconsciente e quase-imobilidade temporal: são as críticas em torno destas questões que os annalistas buscarão debater no que eles mesmos nomearam “virada crítica” dos *Annales*.

Na edição nº 2, de março/abril de 1988, os *Annales* publicam um importante texto que traz o título em letras garrafais: *Histoire et sciences sociales. Um tounant critique?* É nesse texto que os annalistas enumeram as críticas recebidas e propõem uma nova orientação para o grupo. Ainda que a postura dos diretores da revista tenha sido bastante moderada, no sentido de reconhecer apenas parcialmente as críticas e generalizar a crise para todo o universo das ciências sociais, pode-se notar uma importante mudança de atitude considerando a austeridade característica desses historiadores. Contudo, no número anterior (nº 1, janeiro/fevereiro de 1988), o principal animador da virada crítica, Bernard Lepetit, já dava indicações do que viria no próximo número.

Lepetit (1988) parte de uma crítica à história quantitativa que, segundo ele, apesar de ganhar cada vez mais adeptos e aumentar progressivamente o número de publicações na área, passa por um momento de declínio frente às novas práticas historiográficas que ganham espaço ao longo da década de 1980. As “novidades” listadas por Lepetit incluem a questão da narração, o retorno dos indivíduos e dos eventos e a promoção de procedimentos interpretativos hermenêuticos como transformações historiográficas que estariam em dissonância com toda uma geração de historiadores pautada pela análise

quantitativa. Assim, Lepetit já indica nesse texto que os *Annales* estão fadados a renovarem-se para não desaparecer, na medida em que, apesar de eufêmica, a crítica à história quantitativa atinge o núcleo do pensamento annaliste. Diferente do texto do *tournant critique* assinado pela equipe dos *Annales*, esse primeiro texto é assinado por um único pesquisador do grupo. É enganoso, todavia, pensar que o projeto de renovação da historiografia dos *Annales* partia unicamente de Lepetit: outros historiadores ligados diretamente ao grupo como André Burguière e Jean-Yves Grenier já davam sinais do movimento no sentido de renovação. Pierre Nora e François Furet, por outro lado, se distanciaram da revista ao longo da década de 1980.

A apresentação do segundo número da revista dos *Annales* de 1988, no qual o manifesto da virada crítica é publicado, tem como principal característica a generalização da situação de “crise”. Não é a história nem a hegemonia dos *Annales* que se veem ameaçadas, mas todas as ciências sociais: “evidentemente [a história] não é poupada por esta crise geral das ciências sociais. Sua própria vitalidade constitui paradoxalmente uma dificuldade suplementar” (*ANNALES*, 1988, p. 292, tradução nossa). Não apenas as ciências sociais isoladamente passam, segundo a perspectiva dos *Annales*, por um momento de incertezas, como as relações e suportes recíprocos entre elas se veem abalados. Segundo José Carlos Reis, é justamente o alicerce da historiografia dos *Annales*, ou seja, a história produzida sob o influxo das ciências sociais, que é revista na virada crítica:

[...] eles reavaliam aquilo que sustentou todo o seu projeto desde o início: a aliança com as ciências sociais [...] Essa ‘interdisciplinaridade’ constitui o centro mesmo da nouvelle histoire. No início, foi a economia, a geografia, a sociologia, a demografia; depois a antropologia, a psicanálise, a linguística e outras, e todas as alianças trouxeram resultados significativos para a história. Agora, em 1988, os *Annales* parecem não confiar mais em seus sócios e falam de uma ‘crise geral das ciências sociais’ (REIS, 2000, p. 127).

A perspectiva de uma crise diplomática entre as ciências sociais tem uma dupla implicação: para os historiadores dos *Annales*, é uma forma de suavizar a crise política do grupo, já que em nenhum momento a questão da hegemonia na orientação da produção historiográfica é citada no texto da virada crítica. Por outro, faculta o questionamento das bases mais profundas que alicerçam a historiografia dos *Annales*, como o faz Reis.

Uma questão fulcral aqui diz respeito às características centralizadoras do movimento dos *Annales*. Não se pode creditar à crise qualquer diminuição da produção historiográfica; pelo contrário, houve um aumento no número geral de publicações e artigos submetidos à revista ao longo da década de 1980. Também não seria adequado

julgar se as publicações aumentaram ou diminuíram quanto à qualidade: o que se nota é uma abertura a novas práticas e objetos que ao mesmo tempo em que pluralizam a produção, deslocam o foco da tríade: longa duração – história social – história ciência social. Ao descentrar o controle das operações do grupo após o domínio braudeliano, a homogeneidade procedimental cedeu espaço para a pluralidade interpretativa, vista tanto pelos annalistas como por seus críticos como um problema.

A virada crítica dos *Annales* se opera ao longo de, pelo menos, cinco anos. As principais publicações sobre a questão estão nos nº 1 e 2 de 1988, no nº 6 de 1989, no nº 6 de 1990 e no nº 1 de 1994 da Revista dos *Annales*. Cada um desses números aborda um tema específico do projeto de renovação do grupo. As publicações de 1988, as quais já comentamos anteriormente, são as mais gerais e fundadoras do movimento.

O número 6 de 1989, intitulado *Tentons l'expérience*, é tão relevante quanto o do lançamento do empreendimento. Aqui, os annalistas tocam em basicamente três temas: o primeiro trata da necessidade de rever a relação com o tempo, para além da longa duração, sob a pena de perder de vista as mudanças e rupturas históricas em favor da permanência. Essa questão incide sobre a principal contribuição de Fernand Braudel aos *Annales*. O segundo ponto tratado no texto vai ainda mais longe: questiona um dos fundamentos da revista na ocasião de sua fundação, qual seja, certa leitura da abordagem durkheimiana do fato social enquanto coisa. “[...] os objetos sociais não são coisas dotadas de propriedades, mas de conjuntos de interrelações cambiantes, no interior de configurações em constante adaptação” (*ANNALES*, 1989, p. 1319, tradução nossa). O terceiro tema tratado é uma primeira aproximação, sutil e evidentemente desconfiada, dos debates linguísticos-hermenêuticos. São citadas as metáforas do social como texto e as noções de polissemia e apropriação. Interessante notar o salto no sentido de uma hermenêutica crítica que se apresenta no texto: “[...] é preciso ao menos reter as noções de polissemia e de participação ativa do leitor na produção do sentido” (*ANNALES*, 1989, p. 1320, tradução nossa).

É bastante compreensível a postura temerária dos *Annales* frente os problemas que caracterizam o debate acerca da relação entre história e linguagem. A passagem da década de 1980 para 1990 marca o auge das tensões entre os narrativistas e os defensores da história ciência. Naquele momento, as apropriações críticas dos avanços das propostas narrativistas ainda eram vistas como imposturas a serem evitadas pelos *Annales*, ao mesmo tempo em que o princípio de cientificidade era contundentemente criticado. Como coloca Delcaroix (1995, p. 94, tradução nossa):

Contra o recuo estetizante que, desligando-se de toda a cientificidade, assimila a história a um gênero literário e contra a redução cientificista, os *Annales* da virada crítica se mantem numa posição de dupla recusa de um realismo substancialista – o “positivismo raso” – e de uma “redução linguística” da realidade histórica – a história como puramente retórica apartada de todo referente.

O número 6 de 1990 da Revista dos *Annales*, intitulado *Mobilités*, aborda temas também bastante sensíveis, mas que em geral já haviam sido discutidos em números anteriores da revista. A grande novidade dessa publicação é o acento na questão dos sujeitos históricos. Por tratar de mobilidades, poderia fazer crer que os grandes deslocamentos geográficos e sociais dominariam a publicação. Todavia, pelo contrário, são os atores históricos e as relações interpessoais que dão o tom da revista. Todo o movimento no sentido de repovoamento e humanização da história reverbera também nos *Annales*, seja atribuindo maior espaço à dimensão de uma vida humana, seja no sentido de encarar os grupos sociais menos como coisas e mais como experiências compartilhadas.

Por fim, o número 1 de 1994 traz o que se pode chamar de consolidação da virada crítica: o nome da revista foi alterado para *Annales: Histoire, sciences sociales*, em substituição a *Annales: économies, sociétés, civilisations*, que perdurava desde 1946. O fechamento temático do título anterior é assim substituído pela abertura à pluralidade interpretativa que passa a caracterizar as ciências históricas e sociais, sem definição de objetos privilegiados ou abordagens específicas. Outro elemento importante que aparece no texto de apresentação do número em questão é a inserção pontual de conceitos como “regimes de historicidade” e “espaço de experiência”. Mesmo considerando que os debates suscitados por François Hartog e Reinhart Koselleck já eram bastante conhecidos em 1994, é sem dúvida uma mudança significativa a apresentação de conceitos relativamente recentes no texto de abertura do número. Mais que isso, o conceito de regimes de historicidade torna-se um aporte teórico central para os historiadores da virada crítica. Segundo Christian Delcroix (1995, p. 107, tradução nossa):

É a noção de regime de historicidade, entendida como convenção que rege a “relação de toda sociedade com seu passado”, que dá coerência a este espaço de tradutibilidade e que sinaliza esta reformulação. Essa noção que opera a interconexão historicidade-realismo-interpretação sob o comando da historicidade constitui a figura teórica da estabilização, de arremate da radicalização paradigmática, um dos conceitos centrais da identidade historiadora segundos os *Annales* da conversão pragmática.

Ao contrário dos textos anteriores da virada crítica, os annalistas buscaram nesse número afastarem-se de uma apresentação programática em favor de uma adaptação às mudanças do cenário historiográfico “[...] as mutações da historiografia não se decretam, e elas conservam a sua parte de imprevisibilidade” (*ANNALES*, 1994, p. 4, tradução nossa).

Curiosamente, somente após mais de dez anos depois da virada crítica é que se popularizaram as leituras positivas da descentralização, não mais pautadas pela ideia de crise, ou pelo preceito de que é preciso atualizar-se para não desaparecer, mas pela compreensão no sentido de uma democratização da produção de conhecimento histórico. Essa leitura positiva do processo de descentralização veio de autores diretamente ligados aos *Annales*, como os já citados (Lepetit, Burguière, Grenier), e principalmente de diferentes círculos acadêmicos como os historiadores ligados ao IHTP (François Dosse, Patrick Garcia, Christian Delacroix, Henry Rousso, François Bédarida, Michel Pollak); e ainda outros como Marcel Gauchet, René Rémond, Antoine Prost, Lawrence Stone, etc. Um dos poucos historiadores não ligado diretamente aos *Annales* que viu prontamente os avanços possibilitados pela virada crítica foi Roger Chartier, que faz uma avaliação positiva do movimento em seu célebre texto *Le monde comme représentation* já em 1989.

Em 1995, Christian Delacroix publica na revista *Espaces Temps* um importante artigo acerca de todo o processo da virada crítica dos *Annales* intitulado *La falaise et le rivage. Histoire du "tournant critique"* (já citado anteriormente). Nesse artigo, Delacroix diferencia duas fases do movimento: o primeiro entre os anos de 1988-1990, que seria o de uma tentativa de assegurar um vínculo indenitário dos *Annales* frente todas as críticas e mudanças do cenário historiográfico e, num segundo momento, ao longo da primeira metade da década de 1990, “uma conversão pragmática dos *Annales*” (DELACROIX, 1995, p. 87) no sentido da pluralidade interpretativa e de práticas do trabalho historiográfico renovadas. Na conclusão de seu texto, Delacroix afirma que é preciso levar a sério a virada crítica dos *Annales*, talvez não tanto pelo deslocamento conceitual que eles supostamente operam, mas pelo significado da atitude desse grupo de historiadores já há muito estabelecido no sentido de readequarem-se às novas práticas historiográficas.

2.3. Hermenêutica e historiografia

Graças ao processo de interpretação e compreensão, é possível chegar aos significados dos textos, os quais são, fundamentalmente, passíveis de tradução. Graças ao processo de interpretação e compreensão, logramos analisar ações, planos, sucessos e fracassos do passado; graças à compreensão e interpretação, as paixões do passado podem ser recuperadas e apreendidas.

*Reinhart Koselleck, Futuro Passado*²⁰.

A acepção mais comum do que geralmente se designa por virada hermenêutica remete à passagem da ênfase epistemológica para a ontológica, em geral relacionada à atualização que Heidegger e Gadamer realizaram da hermenêutica de Schleiermacher e Dilthey. O próprio Ricoeur caracteriza a virada hermenêutica nesses termos, em *O conflito das interpretações*. Todavia, a noção de virada tornou-se já tão trivial que se fala de uma virada hermenêutica de Schleiermacher ao trazer os procedimentos da exegese bíblica ao universo profano; também da virada hermenêutica operada por Rudolf Karl Bultmann, a partir da noção de demitologização, entre várias outras supostas viradas hermenêuticas.

A ideia de que hermenêutica é o pensamento universal que caracteriza nosso tempo, como afirma, por exemplo, Gianni Vattimo, traz mais confusão que contribuições ao universo das ciências sociais, obviamente devido ao esvaziamento de sentido que tal afirmação implica. Esta perspectiva é replicada incansavelmente pelos mais diversos grupos de pesquisadores que a tem como objeto de trabalho, em especial juristas, pesquisadores da área da educação, filósofos e mesmo historiadores. Buscaremos não seguir essa via. Façamos, portanto, uma leitura localizada dos contatos estabelecidos entre historiadores e a hermenêutica de Paul Ricoeur.

Como já dissemos anteriormente, a hermenêutica sempre caminhou ao lado da historiografia, principalmente entre os alemães. Na França e nos países nos quais a historiografia francesa exerce forte influência, o contato entre ambas, nos moldes atuais, é

²⁰ P. 162.

bem mais recente. Não acreditamos poder chamar esse movimento de uma virada, mas de um processo crescente que não subverte totalmente os modelos explicativos vigentes, mas soma a eles a dimensão interpretativa e compreensiva do trabalho historiográfico.

Acreditamos que a hermenêutica ricoeuriana vem se tornando um importante caminho para a historiografia contemporânea, em especial no que tange à área de história da historiografia, de forma incisiva com autores como François Dosse, Christian Delacroix e Patrick Garcia; de forma mais sutil com Roger Chartier, François Bédarida, Jacques Revel, François Hartog, Antoine Prost, Henri Rousso, Bertrand Müller, entre outros. Devemos ter em conta que quando se fala de hermenêutica entre os historiadores, outros autores são bastante acionados, como Michel de Certeau, Reinhardt Koselleck, Wilhelm Dilthey, Jacob Christoph Burckhardt, Gottfried Hamann (sobre o qual há, inclusive, uma excelente publicação dirigida por Martin Rose intitulada *Histoire et herméneutique: Mélanges offerts à Gottfried Hamann* (2002)), e mesmo Max Weber. Essa lista poderia ir ainda mais longe. Todavia, tendo em vista os propósitos de nosso trabalho, vamos nos focar na apropriação da hermenêutica ricoeuriana. Afinal, para que fins os historiadores recorrem à filosofia de Paul Ricoeur? Façamos um mapeamento dessa apropriação.

São poucos os estudos mais aprofundados das *apropriações* que os historiadores, na prática, realizam da hermenêutica de Ricoeur. O que há são textos acerca da *recepção* de suas obras e sobre o modo que o filósofo trata das questões do universo historiográfico, mas não acerca das refigurações historiadoras de seu trabalho. Em geral, tais textos têm características bastante pontuais, na maioria das vezes abordando ou a questão da memória ou o papel da narrativa em história.

Christian Delacroix escreveu, em 2005, um capítulo de livro intitulado *De quelques usages historiens de P. Ricoeur*. As vinte páginas que o compõem são as que melhor indicam a realização de tal mapeamento. Todavia, devido à brevidade e a “atualidade” do texto (que foi escrito já há dez anos), muitos movimentos de apropriação foram deixados de fora. Outros ainda não podiam constar naquele escrito, uma vez que sequer existiam.

Delacroix indica que um dos principais acréscimos da hermenêutica de Ricoeur ao ofício do historiador é o de que a partir de suas pesquisas torna-se possível realizar estudos separados, devido ao caráter distintivo da história e da memória, e ainda assim apresentá-los como complementares. A hermenêutica ricoeuriana tem a capacidade de articular uma leitura fenomenológica da memória com um entendimento epistemológico

da história, como o filósofo francês faz em *A memória, a história, o esquecimento*, não implicando uma exclusão mútua, mas uma interação produtora de sentido.

Num sentido mais amplo, é o próprio interesse crescente da classe dos historiadores quanto ao debate epistemológico que em geral os levam a visitar a obra ricoeuriana. A oposição infecunda entre a dimensão empírica do trabalho do historiador e a reflexão teórica acerca do ofício, entendida num primeiro registro exclusivamente na esfera da epistemologia, é colocada em xeque pela obra de Ricoeur. Ao articular compreensão narrativa, teoria do texto, teoria da ação, teoria da história, fenomenologia da memória, epistemologia da história, ontologia do ser histórico e, no limite, a questão da verdade do discurso histórico, Ricoeur garante aos historiadores toda uma fundamentação que permite a superação de posicionamentos como o de Pierre Chaunu e, mais recentemente, de Gerard Noiriel, acerca da “ameaça epistemológica”. Portanto, não é apenas a partir de conteúdos de sentido que a hermenêutica de Ricoeur colabora com o debate teórico dos historiadores, mas também com uma intrepidez estimulante, que encoraja um número crescente de historiadores, em especial os ligados ao IHTC, como já abordamos, a assumir as rédeas dos debates de teoria da história. Nesse registro podemos sim dizer que há uma virada hermenêutica da historiografia.

Segundo Antoine Prost, Ricoeur é “o único filósofo que os historiadores podem ler sem ter o sentimento de que ele fala de um planeta estranho” (PROST apud DELACROIX, 2005, p. 101). É justamente num momento caracterizado por incertezas quanto à capacidade da história de dizer o passado que a filosofia pode oferecer aos historiadores uma base sólida para reorganizar sua disciplina. Todavia, de forma diferente de outros contatos entre filósofos que se dedicam à historicidade, a obra de Ricoeur proporciona uma autonomia aos historiadores para desenvolverem suas próprias articulações, devido justamente à perspectiva hermenêutica, em função de sua proximidade com trabalho de interpretação dos vestígios do passado.

A hermenêutica ricoeuriana garante os historiadores que se dedicam aos problemas teóricos pelo menos em três dimensões distintas. A primeira delas é a manutenção e mesmo a amplificação da visada veritativa da história. Tanto em *Tempo e narrativa* quanto em *A memória, a história, o esquecimento*, este tema é sempre bastante abordado. Diante de um quadro no qual alguns posicionamentos advindos da teoria linguística, apropriados e intensificados por grupos de historiadores, como os narrativas, colocam em xeque a possibilidade da história de dizer o passado “real”, a hermenêutica colabora com o estabelecimento de garantias de verdade que não se resumem à dupla:

método empírico das ciências da natureza e método linguístico estrutural da semiologia saussuriana. Roger Chartier, François Hartog, Antoine Prost e todo o grupo de historiadores ligados ao IHTP pautam-se, em algum momento, na visada veritativa da história a partir da articulação entre explicação e compreensão que caracteriza a hermenêutica contemporânea. O texto de Jacques Guilhaumou *De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels* (2000) é, no sentido de se apropriar da hermenêutica de Ricoeur como suporte para a visada veritativa da história frente às questões da linguagem, talvez o mais exemplar dentre os disponíveis.

Uma segunda dimensão da hermenêutica como provedora de fortalecimentos decisivos para a história vem da reelaboração que Ricoeur produziu das propostas lançadas por Bernard Lepetit e outros autores da nova história social quanto à instauração das identidades e dos lugares sociais como objetos últimos da história. Essa ênfase no social é importante em vários sentidos: como garantia da consolidação da história como ciência social em sua acepção mais incontestável; como abertura a outras dimensões da articulação hermenêutica da história, no sentido de compreender assim toda a extensão do arco mimético como campo da história social, desde a compreensão pré-narrativa da ação, da configuração historiadora e da apropriação dos objetos de cultura, como fases de uma história social que parte dos vestígios, passa pela narrativa histórica e culmina na história da leitura; como garantia de humanização da história, e das ciências sociais como todo, já que vincula necessariamente a produção científica à humanidade do referente, em oposição ao desvio da “história sem homens”.

Ainda, a hermenêutica enriquece sobremaneira a noção de representação (que trataremos mais detalhadamente no quarto capítulo), expandindo a capacidade escriturária da história como elemento legitimador da pretensão à verdade a partir do enriquecimento dos métodos de avaliação de provas característicos do trabalho do historiador com a dialética entre explicação e compreensão da hermenêutica. Mais que isso, o acréscimo de sentido empreendido pela passagem da representação à representância eleva a um novo patamar a pretensão representativa da história.

Uma importante contribuição da hermenêutica aos historiadores, sobre o ponto específico de sua recapitulação da teoria da ação, diz respeito à possibilidade de abordar os elementos não discursivos da história por um viés que não se confronta com as propostas dos defensores da centralidade discursiva, como Certeau e Foucault. A perspectiva do mundo como texto não está totalmente excluída do pensamento ricoeuriano: o texto, inclusive, ocupa um lugar de articulação central, mas por um viés

quase oposto do que se encontra, por exemplo, na antropologia de Clifford Geertz (discutiremos a importância do texto em Ricoeur nos capítulos subsequentes). Mas o que nos importa no momento é como Roger Chartier, por exemplo, se apropria da hermenêutica para remeter aos elementos não discursivos da história, inclusive da história da leitura. Sabe-se a Chartier constitui seu arcabouço teórico em autores que privilegiam a dimensão discursiva, como os já citados Certeau e Foucault, mas também Bourdieu e Elias. Todavia, para dar conta de aspectos não discursivos, é a Ricoeur que Chartier recorre. Basta ver as recorrentes republicações de seu texto acerca das representações²¹.

François Dosse publicou um artigo em 1995 (usaremos neste trabalho sua edição de 2001), portanto, ainda antes da publicação de *A memória, a história, o esquecimento*, intitulado *Paul Ricoeur revoluciona a história*, título que por sua vez faz referência ao artigo de Paul Veyne *Foucault revoluciona a história*; mas deixemos de lado a insinuação implicada no título.

Dosse, ao apresentar seu texto, diz que: “Essa reflexão é testemunha da inauguração de um novo momento da operação historiográfica: sua entrada na idade interpretativa” (DOSSE, 2001, p. 71). Conforme o autor, Michel de Certeau, Éric Vigne, François Hartog e Roger Chartier são os primeiros a se interessarem pela hermenêutica de Ricoeur, ainda na década de 1980. É dado destaque para a vinculação entre explicação história e compreensão narrativa, e também à noção de apropriação. Esses dois temas são especialmente caros a Chartier, em função de seu trabalho acerca da história da leitura. É notável como este autor foi progressivamente se apropriando cada vez mais abertamente da obra de Ricoeur, após um momento inicial marcado pela desconfiança.

Paul Ricoeur revoluciona a história não se restringe a uma leitura das possibilidades de apropriação da obra ricoeuriana pelos historiadores, a perspectiva mais clara do texto. É também, e talvez num sentido mais profundo, a exposição das bases do pensamento de François Dosse dessa data em diante. Desde então, Dosse assumiu a tarefa de fazer uma história hermenêutica pela via de Paul Ricoeur. Podemos afirmar, sem correr o risco de exagero, que todas as suas publicações posteriores a este texto caracterizam-se pela hermenêutica como condutora da pesquisa histórica, ou historiográfica, mais especificamente. Podemos declarar que uma virada hermenêutica da história de fato se deu entre os pesquisadores ligados ao IHTP, em especial François Dosse, Christian Delacroix e Patrick Garcia. A obra intitulada *Correntes históricas na França: séculos XIX*

²¹ Cf. p. 221-222, nº 40.

e XX, produzida pelos três historiadores indicados acima, é um exemplo incontestado da apropriação da filosofia ricoeuriana por historiadores. A história da historiografia empreendida nessa obra segue à risca a orientação da hermenêutica, seja na sua forma de lidar com as tradições das escolas históricas, com as configurações escriturárias e sua apropriação pelas gerações posteriores, com a tendência a dar destaque à dimensão compreensiva, com o acento na interpretação em detrimento da explicação estrutural, principalmente nas partes finais da obra, entre vários outros elementos neste mesmo sentido. A presença das propostas da operação historiográfica, tal como apresentada por Michel de Certeau, também se faz notar, num tipo de simbiose, entre ambas as fundamentações²². Mas a hermenêutica ricoeuriana parece se destacar como base do projeto.

Podemos afirmar que o que se convencionou chamar de uma virada hermenêutica da história inclui um grande número de mudanças pelas quais a disciplina passa na entrada do século. Cada uma dessas mudanças tem implicações diversas e intervém na prática historiográfica de múltiplas formas. Sem pretender realizar uma listagem exaustiva, apresentemos algumas delas. A virada interpretativa permite, em princípio, escapar da falsa alternativa entre explicação científica e compreensão narrativa. Estes dois aspectos da pesquisa histórica não são, conforme a hermenêutica, excludentes, mas complementares. Como derivação desse mesmo tema, a retroalimentação entre ciência e ficção pode ser perscrutada sem o perigo de negar a cientificidade da história ou, por outro lado, sem ter que dissimular a função da imaginação produtiva na configuração das intrigas históricas.

Outro avanço significativo diz respeito ao tempo histórico, que passa a articular a objetividade do tempo da natureza e da biologia com a temporalidade própria da humanidade. Entre uma postura aristotélica do tempo físico e a interioridade do tempo da alma agostiniano, o historiador busca na hermenêutica ricoeuriana o terceiro tempo, o tempo histórico, instituído no cruzamento dos dois primeiros. Não queremos afirmar com isso que Ricoeur “inventou” esse tempo histórico, mas sua articulação teórica, atenta às especificidades do ofício do historiador, provê fundamentos para uma leitura mais detida das diferentes temporalidades implicadas em um mesmo conjunto de fontes, conforme inclusive as diferentes escalas de observação.

²² Vários textos buscam articular a obra de Ricoeur e a de Certeau. *Paul Ricoeur e Michel De Certeau: A Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou A Hermenêutica dos Rastros do Outro*, de Ana Cristina Brandim e; *Paul Ricoeur, Michel de Certeau et l'Histoire: entre le dire et le faire*, de François Dosse são bastante precisos nesse sentido (as referências completas estão na referência bibliográfica).

A querela em torno da objetividade e da subjetividade do historiador implicada em seu trabalho, como epistemologia mista, assim como o problema correlato da distanciação e da pertença, também ganha novos contornos, como veremos adiante (subitem 5.2.1.). Podemos citar ainda o retorno dos eventos e dos acontecimentos em história; o interesse renovado na dimensão narrativa; a preocupação relativamente nova da historiografia com o momento posterior à configuração textual, exemplarmente representada pelo interesse crescente na história da leitura que remete, por sua vez, ao terceiro momento do arco mimético; o pluralismo interpretativo e a superação do domínio estruturalista; a crescente atenção dedicada à dimensão ontológica da história entre os historiadores, e não mais apenas como tema da filosofia, em especial no que tange à consciência e à condição históricas; as noções hermenêuticas, deveras influentes na atualidade, de espaço de experiência e horizonte de expectativa; o empenho na dimensão compreensiva das ações situadas e dos sujeitos da ação; o próprio apoio teórico fornecido pela hermenêutica para o estudo da história da historiografia e da teoria da história, áreas cada vez mais em voga em função do chamado estado de “crise” das ciências sociais, entre outros. Todas estas questões, e ainda outras, são indicadas por Dosse em seu texto *Le moment Ricoeur de l'opération historiographique* (2001b).

Esse leque imenso do que se coloca sob a égide da “virada” hermenêutica em história pode levar a um esvaziamento de sentido da própria hermenêutica ricoeuriana. Tendo isso em vista, consideramos necessário apresentar na sequência um balanço da hermenêutica de Ricoeur com vistas a assegurar os limites de sua contribuição, ao mesmo tempo em que outras apropriações em potencial podem vir à tona.

Apresentaremos agora, portanto, algumas possibilidades em potencial da apropriação da hermenêutica ricoeuriana pelos historiadores. Todavia, nos restringiremos apenas à hermenêutica expressa nas obras de Paul Ricoeur, em contraponto ao universo demasiadamente amplo apresentado nas linhas acima.

Vale destacar, em princípio, que a filosofia de Ricoeur proporciona uma apropriação bastante acessível por parte dos historiadores, na medida em que ele mesmo afirmou, em sua obra *La Critique et la Conviction*, que suas pesquisas estão motivadas por problemas específicos que orientam suas publicações. Certamente, algumas questões centrais estão presentes em toda sua obra, como a da interpretação, do viver-juntos, a ética e a moral cristã, entre outros. Todavia, nas obras como *Tempo e Narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento*, são os problemas específicos da relação entre o ato de narrar e o

tempo implicado na narração, e os liames entre história, memória e ética, respectivamente, que estão no centro de seus trabalhos.

Assim, em vez de produzir “uma filosofia”, no sentido de aferrar-se a um problema central que ordena toda sua produção, Ricoeur se propõe a dedicar-se aos problemas de áreas específicas, algumas delas ligadas diretamente ao ofício do historiador. Ainda que estas obras sejam trabalhos de filosofia propriamente, eles dizem muito aos historiadores, tanto ao dialogar diretamente com a produção dos artesões do ofício como ao propor soluções para problemas que dizem respeito à representação historiadora e ao trabalho com os arquivos. Hélio Salles Gentil afirma que a obra de Ricoeur aproxima-se da antropologia filosófica “[...] uma reflexão que procura entender o homem que age no mundo e avalia eticamente suas ações” (GENTIL, 2010a, p. XIII). O homem que age no mundo, observado pela perspectiva temporal, é essencialmente o objeto dos historiadores.

Devemos, a princípio, alertar para a não tecnicidade do recurso hermenêutico aplicado à história. Com isso queremos afirmar que não é possível, e nem mesmo desejável, tentar subtrair à filosofia hermenêutica procedimentos técnicos e regras de interpretação para aplicá-las ao ofício de historiador. É exigido um outro tipo de incursão. Apropriar-se dos procedimentos da exegese clássica – da constituição interna do texto, de seu contexto, do meio, das variáveis étnicas e sociais de sua produção – enfim, de um modelo de interpretação textual facilmente confundido com um neopositivismo, não traz grandes inovações nem mesmo à prática historiográfica da chamada “escola metódica”.

Não se trata, todavia, de tentar abolir da historiografia os grandes avanços que o positivismo proporcionou em termos de crítica das fontes. Absolutamente; trata-se de buscar novos problemas hermenêuticos para a historiografia do século XXI. Se a preocupação de Dilthey no início do século XX era a de garantir um estatuto válido para a história tal qual ocorria com as ciências da natureza, a atualidade coloca outros problemas, outras questões à história. Assim, recorrer a uma mesma matriz filosófica não significa reproduzir as questões de cem anos atrás. Em realidade, o questionamento epistemológico que anima o momento historiográfico diltheyano não é o mesmo de hoje em dia; o elemento epistemológico, inclusive, parece deslocado em favor de um influxo mais amplo entre historiografia e filosofia. Pelo menos é esta a linha de pensamento que pretendemos seguir.

Considerando especificamente a hermenêutica de Paul Ricoeur, temos um ganho especial para a prática do ofício de historiador, tendo em vista o quadro atual da historiografia tal como apresentamos nos subitens anteriores: a necessária mediação dos

signos e dos símbolos – da linguagem em geral – como meio para atingir o ser na experiência da historicidade, e não enquanto devir transcendente ou a partir de uma intuição fenomenológica. A via longa de Ricoeur colabora assim para uma interpretação contextualizada do sujeito; esse contexto, todavia, para além das relações sociais, culturais, religiosas ou econômicas já bem conhecidas entre os historiadores, que se estabelecem em cada período, revela, a partir do universo discursivo, as potencialidades de produção de significações dos sujeitos históricos questionados. Ao ultrapassar a intuitividade de Husserl e da analítica direta do *Dasein* de Heidegger, Ricoeur aborda o ser no seu contexto linguístico, um importante acréscimo para a configuração do quadro no qual os problemas históricos são constituídos. Vale salientar que essa medição da linguagem não significa um fechamento na estrutura lexical dos signos, ou mesmo no âmbito semântico do discurso; é na passagem do nível linguístico para o extralinguístico operada pela filosofia hermenêutica ricoeuriana que o universo discursivo contribui para a história, da linguagem ao mundo, do símbolo ao referente e à refiguração deste, historicizados. Conforme Ricoeur:

O ‘vivido’ que ela [a hermenêutica] procura trazer à linguagem e elevar ao sentido é a conexão histórica, mediatizada pela transmissão dos documentos escritos, das obras, das instituições, dos monumentos que tornam presente para nós o passado histórico. Aquilo a que nós chamamos ‘pertença’ não é mais do que a aderência a este vivido histórico, aquilo a que Hegel chamava a ‘substância’ dos costumes. Ao ‘vivido’ do fenomenológico corresponde, na hermenêutica, a consciência exposta à eficácia histórica. (RICOEUR, 1989, p.67-68).

Contudo, não podemos dizer que a hermenêutica se torna assim um método para se “analisar” objetos históricos. Em realidade, o papel da hermenêutica supera o método, na medida em que se pode considerar, desde que se assuma um posicionamento declaradamente hermenêutico, que a história é, de fato, *uma interpretação do homem no tempo*. Dentre as várias definições dos propósitos hermenêuticos que Ricoeur apresenta ao longo de suas obras, uma chama a atenção, posto que pode ser também uma definição sumária para o intento do trabalho dos historiadores:

Enfim, o próprio trabalho de interpretação revela um desígnio profundo, o de vencer uma distância, um afastamento cultural, de tornar o leitor igual a um texto tornado estranho, e, assim, de incorporar o seu sentido à compreensão presente que um homem pode ter de si mesmo. (RICOEUR, 1988a, p. 6).

Os textos, os vestígios, os arquivos, a própria historiografia, enfim, as fontes do historiador em sentido lato são, nessa perspectiva, consideradas como meios para a

compreensão tanto na identidade quanto na alteridade. Compreensão também do outro, mas principalmente de si. Permite-se a história passar assim de um nível exemplar, como *magistra vitae*, para um nível ontológico, constituinte. Para além da compreensão histórica do mundo, tem-se a compreensão da constituição histórica de si. Essa perspectiva permite a realização plena da história como meio de compreensão do sujeito no presente, e não apenas como uma antologia de curiosidades do passado.

Esse *si* que se reconhece na história não é a negação do interesse de conhecer elementos do passado em sua especificidade – na alteridade – nem mesmo um esforço em transformar a história em um conhecimento exclusivamente utilitarista para as ações políticas do presente, mas sim uma forma de recorrer à compreensão enquanto parte constituinte de si, tal qual se pode reconhecer na interpretação enquanto resultante da reflexão acerca das obras que manifestam a nossa existência, das produções humanas que “documentam” a vida. Os cânones são bastante claros a esse respeito: o Código de Hamurabi, A Lei das Doze Tábuas, o Homem Vitruviano, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o Tratado de Versalhes, além dos textos sagrados das mais diversas religiões, etc. Mas outros documentos colaboram para esse reconhecimento de si para além das referências mais óbvias: temos como o exemplo maior a tragédia de Édipo Rei, uma “ficção” que fundamenta a mais influente das teorias da personalidade.

Ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, vimos um enorme alargamento das fontes. Vestígios antes simplesmente ignorados tornaram-se centrais para o conhecimento das formas de existência. Coloca-se então a pergunta: podemos considerar os modelos exegéticos aplicados aos cânones, ou mesmo a hermenêutica diltheyana, como procedimentos a serem seguidos para a interpretação dessas “novas” expressões da vida? O significativo aumento dos documentos utilizados pelo historiador exige também uma nova hermenêutica histórica. Certamente os medievalistas do grupo dos *Annales* reinventaram seus métodos em função desse alargamento, mas não exatamente no sentido de uma hermenêutica. Contudo, se a historiografia dos *Annales*, a partir da década de 1990, realiza uma “virada hermenêutica” (DOSSE, 2001. p. 275), então vale discutirmos que hermenêutica é essa e qual o papel da filosofia de Ricoeur nesse movimento.

O trabalho de apropriação de sentido realizado pelo historiador remete ao conjunto textual, sobrepondo-se ao nível semiótico ou mesmo semântico. Isso porque é na articulação de vários elementos constituintes da intriga que um sentido histórico pode exprimir-se. Ricoeur diferencia várias vezes, ao longo de sua obra, as dimensões dos objetos privilegiados pelos diferentes planos de interpretação dos signos. A semiótica está

preocupada com os signos endereçando-se a outros signos, em um nível infrassemântico. A tríade peirceana já inclui, para além da semiologia, o interpretante enquanto meio necessário para a leitura do signo sem, no entanto, direcionar-se ao sujeito que interpreta. A semântica direciona-se à frase, ao efeito que o elemento predicativo exerce sobre o sujeito. Já nesse plano, a ação verbal pode enviar o sujeito a um tempo passado, a um tempo do exercício de alguma determinação predicativa em relação a este sujeito que foi ou era. A história pode começar a estar representada no nível semântico sem, entanto, poder dizer muito quanto ao referente.

A hermenêutica, por sua vez, tem o texto como unidade de sentido. É esse também o arranjo em que as histórias podem ser compreendidas: sujeito, ação aplicada, predicativo e referente interagem para formar uma intriga – uma *síntese do heterogêneo* – que remete a uma história contada (sentido) e a um extratextual (referente, sobre o que se conta). Em sua dupla aplicação, a hermenêutica volta-se a dois dos principais elementos do trabalho do historiador: o primeiro, tipicamente hermenêutico, ainda que não se use comumente esse vocábulo, é o de verificar as falsificações dos textos, as leituras falsas de ações passadas que são projetadas para representar algo que não foi necessariamente configurado conforme a prefiguração. Podemos usar como exemplo muito direto o documento da Doação de Constantino. Existem certamente outras aplicações menos óbvias: o exemplo da doação de Constantino I ao Papa Silvestre I é apenas um exemplar quase caricato do poder de desconfiança que o trabalho de desmistificação interpretativa pode liberar em uma inteligência histórica crítica.

O segundo é ao mesmo tempo mais elementar e mais compreensivo. É a força cognitiva que o esforço de interpretação pode liberar; ajudar a melhor precisar o que foi relevante ao ponto de ser pronunciado; definir o sentido do que foi dito. É a interpretação num sentido mais fundamental. Ambos os trabalhos são equivalentes em uma inteligência hermenêutica e na prática historiográfica. Contudo, a aproximação entre história e filosofia hermenêutica pode, acreditamos, aprimorar consideravelmente a interpretação histórica. É importante perceber que a preocupação central nos dois campos é, por fim, semelhante: enquanto a semiologia, a semiótica e até mesmo a semântica se preocupam essencialmente com o nível textual, a hermenêutica e a história buscam principalmente a realidade extralinguística.

Mas por que o texto? Por que usar a imagem da tessitura constituinte do discurso para definir a unidade de sentido da hermenêutica? Segundo Ricoeur, é para resolver a aporia entre explicação e compreensão a partir da noção de texto:

Entendo por compreensão a capacidade de retomar em si mesmo o trabalho de estruturação do texto e por explicação a operação de segundo grau enxertada nesta compreensão e que consiste na clarificação dos códigos subjacentes a este trabalho de estruturação que o leitor acompanha. Este combate em duas frentes contra uma redução da compreensão à intropatia [da hermenêutica romântica] e contra uma redução da explicação a uma combinatória abstrata [da semiologia] leva-me a definir a interpretação por esta mesma dialética da compreensão e explicação ao nível do ‘sentido’ imanente ao texto. Este modo específico de responder à primeira função da hermenêutica tem a enorme vantagem, na minha opinião, de preservar o diálogo entre a filosofia e as ciências humanas, diálogo que as duas contrafacções da compreensão e da explicação, que eu recuso, quebram, cada uma à sua maneira. (RICOEUR, 1989, p. 44).

O texto também é visado como a mediação entre o distanciamento e a pertença, como veremos no último capítulo do trabalho. Vejamos, por hora, de que forma o texto pode resolver a aporia em filosofia e tentemos transpor seus resultados ao trabalho historiográfico.

A relação privilegiada que se estabelece entre linguagem e hermenêutica é central. A obra em que Ricoeur mais explora a questão é *A Metáfora Viva*, obra “irmã” de *Tempo e Narrativa*. Esses dois trabalhos foram compostos simultaneamente, ainda que o lançamento do primeiro tenha precedido o de *Tempo e Narrativa*. A ideia diretriz da relação que se estabelece entre linguagem e hermenêutica pode assim ser definida: as palavras são sempre polissêmicas; um mesmo vocábulo tem significações múltiplas e a definição de sentido depende do contexto e do horizonte referencial do leitor. Aqui podemos já notar uma diferença importante entre a hermenêutica ricoeuriana e a romântica de Schleiermacher²³. Para Ricoeur, o sentido não é fornecido apenas pelo “autor”, mas também pelo leitor/ouvinte que se apropria daquele discurso. Atribui-se assim um papel ativo à refiguração como atribuição de sentido. As “intenções do autor” são inatingíveis em sua plenitude, devido à subjetividade implicada no trabalho de configuração textual. Todavia, ao apropriar-se da obra, o leitor realiza o duplo trabalho de reconhecer-se na história contada e, portanto, a conta junto com o autor.

Esse é um modo de conhecer-se a si mesmo por meio da subjetividade outra na refiguração de um texto que se torna constituinte de quem dele se apropria. No entanto, essa apropriação nunca é tão independente a ponto de tornar o papel do autor dispensável. Se assim o fosse, todas as obras seriam constituídas apenas de laudas em branco. É a sensibilidade ao contexto que permite a permuta entre o mundo do texto e o mundo do

²³ Uma posição semelhante a de Schleiermacher podemos encontrar em um contexto não hermenêutico, mas tipicamente historiográfico na obra de Quentin Skinner *Meaning and understanding in the history of ideas*. Segundo ele, é a intenção do autor no momento em que escreve, e no contexto linguístico do qual participa, que deve ser buscado o sentido dos textos.

leitor. O contexto, porém, não é aquele solo seguro no qual se dão as ações; ele é variável, a sensibilidade ao contexto depende de um trabalho de discernimento e fusão de horizontes do autor e do leitor. Quando se é possível reconhecer uma unicidade do texto no espectro da polissemia das palavras, então o trabalho de interpretação, em sua função mais essencial, efetuou-se. Não se trata, portanto, da efetuação do modelo romântico de interpretação; não é a investigação da compreensão plena das intenções do autor, compreensão até mesmo maior que ele tinha de sua própria obra como queria Schleiermacher, que a hermenêutica ricoeuriana apregoa: é, então, o trabalho de conjunção entre configuração discursiva e refiguração ontológica a partir do contexto compartilhado entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Ao pensarmos a relação que se estabelece entre história e hermenêutica, encontramos necessariamente a obra de Wilhelm Dilthey. Se a noção de texto é evocada por Ricoeur para resolver a aporia entre explicação e compreensão, a obra de Dilthey representa então, e nesse caso específico, o contrário do objetivo ricoeuriano. Como é sabido, esse pensador buscou atribuir à história um caráter científico tal qual o atingido pelas ciências da natureza – todavia exclusivo, desagregado daquelas – num momento no qual o positivismo comtiano imperou nas ciências. É preciso, segundo ele, transferir-se para a vida psíquica de outra pessoa para que se possa compreender o sentido de sua produção. José Carlos Reis, ao apresentar a questão da compreensão histórica em Dilthey, coloca que, segundo o hermenêuta alemão, “o homem só se autocompreende através da história, isto é, (re)conhecendo as expressões, as manifestações objetivas da vida do outro passado e presente. A vida do outro é o tema da história e das ciências humanas”. (REIS, 2003, p. 194).

Ao longo do devir da humanidade, as sociedades produziram, cada qual a seu modo, formas de compreensão de sua própria existência histórica; é em função dessas diferentes formas de se compreender historicamente que, segundo Dilthey, os homens do presente podem se transferir para a psique dos homens do passado. “A hermenêutica [nos diz Ricoeur, apresentando a obra de Dilthey] é o acesso do indivíduo ao saber da história universal, é a universalização do indivíduo” (RICOEUR, 2011, p. 35). Grosso modo, a *compreensão* da história se opõe à *explicação* da natureza. Porém, não é apenas essa posição dicotômica entre inteligências distintas, atribuindo à história o trabalho compreensivo, que caracteriza a relação que Dilthey estabeleceu entre história e hermenêutica. Ele também realocou o papel do texto enquanto unidade de sentido da hermenêutica. Para além das exegeses bíblicas e dos cânones da literatura, a história como

um todo se torna o grande texto no qual estão representadas as ações humanas. Exegética, filologia, crítica literária: as hermenêuticas em geral passam a estar submetidas ao domínio mais amplo da problemática histórica. O con-texto necessário à interpretação da humanidade é a história (*Zusammenhang*). Segundo Ricoeur:

Dilthey é, antes de tudo, o interprete desse pacto entre hermenêutica e história. O que hoje chamamos de *historicismo*, num sentido pejorativo, exprime inicialmente um fato de cultura, a saber, a transferência de interesse das obras-primas da humanidade sobre o encadeamento histórico que as transportou. (RICOEUR, 2011, p. 30).

Se Ricoeur estabeleceu um diálogo de apropriação e superação com o pensamento diltheyano, um movimento parecido ocorre com a filosofia de Martin Heidegger. Na hermenêutica ricoeuriana, o caminho para se chegar à ontologia é permeado pela articulação entre uma fase semântica e uma fase reflexiva. Essas fases revelam um caminho mais longo que o da hermenêutica heideggeriana, que almeja diretamente uma ontologia sem, todavia, se deter na linguagem.

Mais que isso: na via longa ricoeuriana, a compreensão de si não é possível sem a mediação dos signos, dos símbolos e dos textos. É nesse sentido que compreender esses elementos mediadores implica não apenas uma apropriação dos sentidos transmitidos, mas também compreender na dimensão do *si mesmo*.

A partir da compreensão dos signos, revela-se a dimensão linguística da experiência. Por mais difícil, evitada ou enigmática que seja qualquer experiência emocional, ela pode ser trazida à compreensão a partir da linguagem. É isso que a ligação estabelecida pela psicanálise entre desejo e fala precisa. Assim também a fala é a via de acesso ao conhecimento de si em outros registros, como no xamanismo, tal como o apresenta Lévi-Strauss em *O feiticeiro e sua magia*.

A mediação pelos símbolos implica a apropriação dos elementos que constituem a cultura de modo geral. Por mais que um quadro simbólico de determinada cultura seja bastante específico, a ideia de símbolo remete sempre a inserção de características culturais singulares no plano maior dos símbolos universais. Mas a mediação pelos símbolos revela-se como uma prevenção contra uma ilusão de transparência de si para si. É a partir da mediação simbólica que compreendemos nossa condição histórica, na medida em que os símbolos transmitidos historicamente pelas culturas é que possibilitam o intento do conhecimento de si.

A mediação pelos textos implica a refiguração da experiência e, conseqüentemente, o conhecimento de si a partir das obras de cultura. O texto ultrapassa a condição de

pergunta e resposta característica do diálogo, de modo que quando alguém se apropria de um texto, ele também o significa, já que a réplica que poderia ser dada pelo autor não está disponível, posto que a leitura não é a reprodução de uma situação dialogal. Assim, a intenção do autor não está disponível imediatamente e perscruta-la já é uma interpretação. Mas não é essa a dimensão interpretativa essencial do conhecimento de si pela mediação dos textos: o texto oferece ao leitor um mundo diferente; o leitor, por sua vez, funde sua experiência subjetiva com a desse mundo trazido a ele pela obra; assim, colocado diante de possibilidades que extrapolam sua experiência prática, o leitor, ao apropriar-se da obra, passa a conhecer mais a si mesmo em virtude da oportunidade de se colocar em um mundo que poderia habitar e, então, de se projetar nesse outro mundo, seja ele fictício, seja um mundo de outro tempo, trazido ao leitor por meio das obras históricas.

A chamada “via longa” de Ricoeur permite, também, que elementos epistemológicos, assim como interações e distanciamentos entre ciências vizinhas sejam também considerados, ao contrário de uma filosofia hermenêutica imediatamente ontológica que dissolve essas questões. Ao considerar a linguagem, suporte no qual se dá fundamentalmente a compreensão, os elementos metodológicos da exegese podem ser relacionados ao ser que compreende, o que aproxima consideravelmente a problemática ontológica do *Dasein* das possibilidades de conhecer das ciências humanas. Se considerarmos a linguagem como o principal suporte dos vestígios, e ainda, que a produção historiográfica deve necessariamente passar por sua *fase escriturária*, fica mais clara a função mediadora da linguagem para se estabelecer um diálogo entre a compreensão ontológica do tipo heideggeriano e a produção científico-metodológica dos historiadores, ou seja, a via longa da hermenêutica de Ricoeur permite fundar uma interface entre filosofia e história usando uma ponte linguística. Essa relação se estabelece não em função de uma crise das interações que envolvem as ciências do homem, interações que se constituíram ao longo do século XX, mas justamente devido a elas.

O retorno dos sujeitos e dos acontecimentos (Cf. DOSSE, 2013) transformados em sua apreensão, para além do modelo da historiografia metódica do início do século XX, passa pelo que alguns autores nomeiam de pós-modernismo. No entanto, não se resume a esta forma de conceber a fluidez dos homens que o mundo contemporâneo exige; a hermenêutica tem se mostrado uma via paralela para estes retornos com a vantagem de manter, em certa medida, a tradição humanista. Assim, tanto os elementos metodológicos quanto os tipicamente compreensivos são contemplados pela via longa hermenêutica.

Esse caminho permite, inclusive, que seja mantida a interação entre as ciências sociais vizinhas sem, contudo, perder de vista a especificidade do olhar de cada uma. A interpretação é, a princípio, uma leitura da multiplicidade de sentidos de um símbolo qualquer, seja ele uma imagem, um texto, um discurso, etc. Todavia, existem muitas formas de interpretar um mesmo símbolo, por caminhos e em função de objetivos distintos. Por isso, pode-se falar de ciências-histórico-hermenêuticas, na medida em que cada uma delas vai utilizar um tipo distinto de lente para ampliar o objeto e revelar um aspecto específico de um espectro vasto. Em nosso caso, a lupa que fornece acesso aos elementos propriamente históricos é o tempo. Portanto, a forma de interpretar objetos históricos deve estar pautada pelo elemento temporal, o qual determina um caminho específico de leitura dessa multiplicidade de significações possíveis. Certamente, a história procede à leitura dos homens no tempo em suas diversas ramificações: a interpretação das religiosidades medievais não é a mesma da economia fenícia, mas a película que cobre o olhar historiador deve sempre estar pautada pela temporalidade dos objetos.

A oposição entre estrutura e acontecimento foi essencial para o desenvolvimento da disciplina histórica na França ao longo do século XX e os avanços proporcionados por essa concorrência são inquestionáveis. Mais que uma rejeição a um modelo temporal a ser superado, mais que uma estratégia de intento à hegemonia da produção historiográfica a partir de uma diatribe da escola metódica, o acontecimento foi deslocado para as margens em função da realidade do trágico século XX. O próprio Fernand Braudel escreveu:

Pessoalmente, no decorrer de um cativeiro bastante moroso, lutei muito para escapar à crônica desses anos difíceis (1940-1945). Recusar os eventos e o tempo dos eventos, era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco de longe, melhor julgá-los e não crer muito. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo (se existe, este último, só pode ser o tempo dos sábios): depois, chegado a esse termo, deter-se, considerar tudo de novo e reconstruir, ver tudo girar à volta: a operação tem com o que tentar um historiador. (BRAUDEL, 2005, p. 71)²⁴.

Todavia, uma franca *dialética das durações* não privilegia (ou não deveria privilegiar, em nossa apreciação) nenhum cenário temporal em especial. Um dos efeitos de uma preponderância da longa duração em detrimento dos acontecimentos de fôlego mais curto é transformar os processos históricos em grandes sincronias, até mesmo seculares. A temporalidade como uma lente do historiador nunca foi esquecida por

²⁴ Para um debate bastante amplo sobre o tema, ver: REIS, 1994b.

Braudel ou qualquer outro historiador dos *Annales* – apesar da aula inaugural de Emmanuel Le Roy Ladurie no Collège de France (1973), *L'histoire immobile* (LADURIE, 1974) – entretanto, o tempo curto, ou melhor, uma hermenêutica dos próprios conteúdos históricos, e não uma leitura destes como atualizadores das “casas vazias” do estruturalismo (Cf. DELEUZE, 1974, p. 271-302), foi relegada a segundo plano. O modelo explicativo estrutural se aplica bastante bem ao campo da sincronia, enquanto os desvios, ações individuais e eventualidades históricas são melhor compreendidas a partir de um trabalho de interpretação localizado. Estrutura e evento não se excluem. A medida do equilíbrio é que deve ser buscada para que se possa superar o sobrepeso em favor das longas durações. A hermenêutica é, por vezes, preterida em função da objetividade científica estruturalista, mas essa aposta científicista pode ser questionada a partir do que Ricoeur chama de *armadilha epistemológica*:

Por uma confusão semântica, que é um verdadeiro sofisma, a explicação por estruturas, e não por subjetividade, é tomada por um discurso que não seria assegurado por nenhum sujeito específico. Ao mesmo tempo, fica enfraquecida a vigilância na ordem da verificação e da falsificação. A armadilha é tanto mais temível que, em última análise, a satisfação na ordem da racionalização funciona como um obstáculo e como uma máscara no que se refere à exigência de verificação. Ora, é justamente aí que a teoria denuncia como ideologia: uma racionalização constituindo anteparo ao real. (RICOEUR, 2011, p. 89-90).

Uma postura hermenêutica assertiva pode, inclusive, colocar em xeque a arquitetura *estruturante* do estruturalismo. Ao discutir o modelo totêmico de Claude Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* (1976, a primeira edição é de 1962), Ricoeur sutilmente coloca uma dúvida quanto à função de manutenção de determinadas tradições a partir do modelo estrutural: “A tradição destinada a durar e capaz de se reincarnar em estruturas diferentes depende mais, parece-me, da sobredeterminação dos conteúdos do que da persistência das estruturas” (RICOEUR, 1988, p. 50). Uma afirmação aparentemente passageira que coloca em discussão toda a virtualidade das estruturas em favor dos conteúdos propriamente.

Não se pode nem mesmo afirmar que as atualizações da estrutura são mais relevantes que suas posições simbólicas, uma vez que os conteúdos estão assim colocados em lugar de primazia em relação à própria estrutura. Aplicado à historiografia, a implicação temporal de tal posição é bastante relevante. A sincronia estrutural é substituída por uma justaposição de significações transmitidas pela tradição, porém sem virtualizar o encadeamento das apropriações dos conteúdos ao longo do tempo numa mesma sociedade ou em sociedades diferentes. É interessante observar que esse

posicionamento é bastante distinto do exposto por Gilles Deleuze em *Em que se pode reconhecer o estruturalismo?* (1ª ed. de 1973; utilizamos aqui a edição brasileira de 1974). A estrutura simbólica vazia – empregamos aqui o termo não em sua conotação pejorativa, mas para enfatizar a virtualidade do estruturalismo segundo Gilles Deleuze – se preocupa menos com as atualizações dos locais simbólicos, e ainda menos com as cristalizações, quando as atualizações se tornam tão significativas que assumem uma posição modelar na própria estrutura. A relação temporal assim também é substituída por uma virtualidade estrutural para além do curso dos conteúdos. Se Ricoeur defende uma “sobredeterminação dos conteúdos”, Deleuze apregoa o oposto:

O tempo vai do virtual ao atual, isto é, da estrutura às suas atualizações, e não de uma forma atual a outra forma. Ou, pelo menos, o tempo concebido como relação de sucessão de duas formas atuais contenta-se em exprimir abstratamente os tempos internos da estrutura ou estruturas que se efetuam em profundidade nessas duas formas, e as relações diferenciais entre esses tempos. (DELEUZE, 1974, p. 285).

Entre dois dos principais filósofos franceses da segunda metade do século XX, temos duas apreciações tão distintas de um mesmo modelo explicativo. Notamos que ambos reconhecem os avanços proporcionados pelo modelo estruturalista, todavia, de formas muito desconformes. O estruturalismo foi bastante mais influente para a historiografia ao longo do século passado, mas ao menos nos últimos vinte anos, vemos a hermenêutica se afirmar como inteligência interpretativa também para a prática do ofício de historiador. Ao considerarmos os desvios e acasos que, para além das regularidades, constituem a história, podemos apreender a parte amórfica da experiência segundo suas particularidades para além da ordem estruturalista que se constituiu nos universos da linguística, da antropologia estrutural e que foi apropriada pela história.

A experiência não é apenas caos, assim como a configuração narrativa não é apenas império da ordem, como nos ensina Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. Também a fusão entre os horizontes estruturais e hermenêuticos, entre os domínios da sincronia virtual, por um lado, e da interpretação diacrônica da sobredeterminação de conteúdos, por outro, podem colaborar para uma apreensão mais totalizante dos processos históricos.

A hermenêutica aplicada à história cumpre uma função aglutinadora de perspectivas distintas. Essa é uma característica importante da filosofia de Ricoeur: enredar referenciais distintos e aparentemente contraditórios de forma a aprimorar as possibilidades de compreensão e/ou análise dos objetos. O estruturalismo, para continuarmos a usar o mesmo paralelo, é uma abordagem tipicamente científica, assim

como o trabalho estatístico-serial e as matemáticas sociais, caras aos historiadores dos *Annales*, entre outras. A hermenêutica, entretanto, é uma disciplina filosófica. São formas de abordagem derivadas de universos bastante distintos. Deve-se notar as possibilidades abertas quanto à interação de formas compreensivas e procedimentos explicativos. Ricoeur apresenta as diferenças entre a explicação estrutural e a interpretação hermenêutica de forma sintética e bastante esclarecedora:

A explicação estrutural incide 1) sobre um sistema inconsciente 2) que é constituído por diferenças e oposições [por afastamentos significativos] 3) independentemente do observador. A interpretação de um sentido transmitido consiste 1) no retomar consciente 2) de um fundo simbólico sobredeterminado 3) por um intérprete que se coloca no mesmo campo semântico que aquilo que ele compreende e assim entra no ‘círculo hermenêutico’” (RICOEUR, 1988, p. 56)

É em função do objeto de pesquisa que uma forma, estrutural ou interpretativa, se aplica mais ou menos adequadamente. Ainda, se considerarmos o impacto dessas diferentes leituras do mundo sobre a temporalidade histórica, temos que a sobreposição de uma leitura estrutural sincrônica e da diacronia interpretativa possibilita uma apreensão em diferentes níveis de um mesmo objeto.

Nossa preocupação, contudo, não é com a aplicação do estruturalismo em história, mas da função que a inteligência hermenêutica vem desempenhando na produção historiográfica. Isso posto, deixemos os paralelos de lado, ao menos por enquanto.

Ao longo do século XX, seja com os historiadores “positivistas”, com os marxistas ou com o grupo dos *Annales*, buscou-se garantir à história um estatuto de ciência, posto que o “comprovado cientificamente” é, pode-se dizer, o paradigma dominante do pós-revolução tecnológica. Considerar o saber histórico enquanto comprometido com a compreensão mais do que com a analítica é um posicionamento bastante delicado. Convém, todavia, procurar estabelecer interfaces entre os avanços científicos e interpretativos. Estabelecer um diálogo mais intenso com uma inteligência filosófica “não científica” não significa esmaecer a visada científica da história, mas sim possibilitar uma abertura para além das trincheiras do método. O amálgama entre explicação e compreensão e o pluralismo interpretativo é uma lição ética de abertura às mais diversas áreas do conhecimento para o enriquecimento da pesquisa, em nosso caso, historiográfica. Acreditamos que a filosofia ricoeuriana está pautada por um projeto de conciliação, ainda que o exemplo mais expressivo desse propósito se encontre concentrado no epílogo da obra *A memória, a história, o esquecimento*. Observamos com interesse a coerência do

pensamento desse filósofo. É, de fato, um projeto ético bastante mais amplo que esta ou aquela tese filosófica que conduz sua obra. Ainda que muitas críticas ao pensamento ricoeuriano tenham surgido justamente em função de seu posicionamento ético, político e religioso, não se pode negar a harmonia do conjunto de seu trabalho.

Ao discutir a órbita da história, Ricoeur se apropria de avanços de diferentes correntes (historiográficas ou não) no que elas oferecem de aporte para a produção do conhecimento, ainda que essas remissões possam causar certo estranhamento em um meio no qual as balizas entre diferentes discursos são erigidas sob a relação de dicotomia. Podemos citar como exemplo, as muralhas que separam os narrativistas dos defensores da história como discurso verídico. Ricoeur se apropria de elementos da problemática narrativista, como a tese de que narrar já é uma forma de explicação, assim como a dos recursos explicativos tipicamente linguísticos, internos à narração, que se encontram tanto em narrativas ficcionais quanto em históricas. Contudo, ele considera distintas as “verdades” da narrativa histórica e da ficção por meio da separação dos referentes de cada uma. Enquanto a história se constitui a partir de uma base documental, que faz referência a sujeitos e fatos “reais”, o referente da ficção *pode* estar fundamentado exclusivamente na imaginação do autor. A verdade histórica provém de um espaço de experiência bem distinto do da verdade metafórica.

Outra remissão interessante é a que Ricoeur realiza ainda nos anos 1950 ao reconhecer as análises interna e externa da historiografia metódica como indispensável modelo de crítica documental, justamente em um momento em que o grupo dos *Annales* consolida-se como a principal corrente historiográfica francesa – em forte oposição ao modelo metódico – com a publicação da tese de Fernand Braudel *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1995, a primeira edição é de 1949). Em função disso, entre outros elementos já anteriormente citados, a recepção das teses de Ricoeur, naquele momento, não surtiu grande efeito. A obra *História e verdade* (1968, a primeira edição é de 1955), que reúne textos de Ricoeur escritos na década de 1950 acerca da história, foi retomada mais amplamente apenas após publicação de *A memória, a história, o esquecimento* (2000), ou seja, depois de um longo período de desatenção por parte dos historiadores. Esses são exemplos das aplicações, de fato, do pluralismo interpretativo da hermenêutica ricoeuriana.

Por fim, a história comporta uma epistemologia mista entre, por um lado, a objetividade das fontes, a crítica metódica, a explicação histórico-científica e, por outro, a subjetividade das escolhas do pesquisador, a perspectiva de abordagem, a proposta

metodológica, a compreensão além da identidade, mas também, e principalmente, na alteridade espacial, cultural e especialmente temporal. Essa subjetividade deve, todavia, estar sempre sob vigilância para se evitar uma má subjetividade. Entre o *eu pesquisador* e o *eu patético*, a fronteira é definida pelo próprio ofício de historiador. Já o trabalho da reflexão filosófica, segundo Ricoeur, seria o de “[...] discernir a boa e a má objetividade da história; pois é a reflexão que nos assegura sem cessar que o *objeto* da história é o próprio *sujeito* humano” (RICOEUR, 1968, p. 44). Deve-se perceber que, ao submeter a objetividade historiadora a um juízo, Ricoeur acentua a dimensão ética do *métier* do historiador, ultrapassando as preocupações exclusivamente epistemológicas. Tanto a subjetividade quanto a objetividade são, assim, dimensões inerentes ao ofício, e ambas devem ser mantidas sob vigilância constante da ética, e não apenas do método. Essa é uma importante lição da hermenêutica para o ofício de historiador.

Em uma passagem especialmente significativa, Ricoeur articula a interpretação em história à dinâmica entre objetividade e subjetividade:

Falar de interpretação, em termos de operação, é tratá-la como um complexo de atos de linguagem – de enunciações – incorporado aos enunciados objetivantes do discurso histórico. Nesse complexo, vários componentes podem ser discernidos: primeiramente, a preocupação em tornar mais claro, explicitar, desdobrar um conjunto de significações consideradas obscuras, visando a uma melhor compreensão pelo interlocutor. A seguir, o reconhecimento do fato de que sempre é possível interpretar de outra forma o mesmo complexo e, portanto, a admissão de um grau inevitável de controvérsia, de conflito entre interpretações rivais; em seguida, a pretensão de dotar a interpretação assumida com argumentos plausíveis, possivelmente prováveis, submetidos à parte adversa; finalmente, a confissão de que, por trás da interpretação, subsiste sempre um fundo impenetrável, opaco, inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito jamais acabou de dar conta. Nesse complexo de componentes, a reflexão progride da enunciação, enquanto ato de linguagem, ao enunciador, como o quem dos atos de interpretação. É esse complexo operatório que pode constituir a correlação entre vertente subjetiva e vertente objetiva do conhecimento histórico. (RICOEUR, 2007, p. 351-352).

3. Dissensões da historiografia contemporânea

3.1. Memória e história

Um primeiro e talvez o mais difundido modelo de apropriação da obra de Ricoeur pelos historiadores diz respeito às definições dos espaços e das características exclusivas dos domínios da memória e da história. Como vimos anteriormente, a publicação de *A memória, a história, o esquecimento* cobre uma lacuna da obra ricoeuriana. O próprio filósofo afirma que ela se constituiu a partir dos debates desenvolvidos em *Tempo e Narrativa* e em *Si mesmo como outro*. Aliás, a constituição da obra ricoeuriana representada pela imagem de uma espiral – soma da retomada cíclica de temas e de uma constante evolução – parece caracterizar bem a sua produção. Ao contrário de uma contínua retificação de temas já anteriormente discutidos, a filosofia de Ricoeur parece avançar sem, entretanto, ignorar os problemas suscitados pela própria pesquisa. “Retrospectivamente, escreveu Ricoeur, parece que cada um de meus livros quis responder a uma questão que se impôs com contornos bem definidos. E os livros que se seguiram vieram de questões não resolvidas pelos precedentes.” (RICOEUR, 2011, p. 15).

A contribuição de Ricoeur para os historiadores que debatem o tema da memória passou a ser crucial a partir do ano 2000, na medida em que a pesquisa ricoeuriana relacionou um vasto leque de debates sobre o tema da memória. Aí se incluem filósofos, sociólogos, psicanalistas, antropólogos e historiadores. Além da pluralidade das perspectivas abordadas, Ricoeur também avança significativamente com relação aos usos práticos da memória – principalmente do *dever de memória* e do *esquecimento* – em âmbito político e ético, o que abre novas possibilidades de trabalhos aos historiadores das culturas políticas, por exemplo. Essa abertura do debate para além das fronteiras disciplinares é uma característica chave da filosofia ricoeuriana, além de um exemplo de pluralismo interpretativo, digno de ser reproduzido entre os historiadores.

A memória é invocada para cumprir as mais diversas funções, e também por grupos bastante distintos, na esfera público-política. Dentre estes grupos podemos citar: as

minorias perseguidas; “vítimas”, “agressores” e veteranos das duas grandes Guerras Mundiais, assim como a memória do genocídio e os pactos e divisões territoriais pós-conflitos. Ainda podemos incluir os descendentes e estudiosos da escravidão; grupos feministas; grupos de direitos humanos; países em processo de descolonização; países em períodos pós-Estados ditatoriais e, por fim, as representações nacionais em geral, entre uma infinidade de outros exemplos possíveis.

Uma pragmática da memória serve de base para a ação política. A memória implicada na evidência dos atores assume feições de testemunho crível, legitimador de ações de reparação ou condenação. A ampliação do espaço público destinado à memória supera assim os clássicos lugares de memória, estendendo-se também aos tribunais, parlamentos, templos religiosos, bem como aos ambientes de sociabilidade virtual nos quais a memória é utilizada de maneira tão ampla quanto dissimulada.

É de suma importância para esta questão o trauma gerado pelo fim da ingenuidade humana, fim da crença de que os homens são bons por natureza, que se configurou ao longo do catastrófico século XX. A memória das Grandes Guerras, do genocídio, da morte serial, assim como a tendência de conservar-se *vivo* para a posteridade tudo quanto fosse possível (Cf. NORA, 1984-1993) colaborou para esta primazia do memorial. A experiência vivenciada pelos sujeitos e compartilhada pelos grupos com sua própria temporalidade sobrepõe-se assim ao tempo da alteridade, do estranhamento gerado pela distância temporal. A memória se estende sobre a história, justamente em função do tempo histórico ou do regime de historicidade que caracteriza a segunda metade do século XX e o início do século XXI.

No contexto universitário não poderia ser diferente. Alguns dos temas mais relevantes das ciências sociais e humanas da atualidade apontam de forma direta ao trabalho de memória. O lugar de produção dos cientistas sociais impele a produção acadêmica em direção aos temas relacionados à investida mnemônica. Essa função pragmática da memória somada ao interesse acadêmico de temas relacionados ao traumático século XX colocou em evidência o trabalho dos cientistas sociais. Dentre estes estão presentes também os historiadores em função da problemática ético-política implicada nos usos da memória. Segundo Ricoeur, “o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da “mimética” incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (2007, p. 72).

Com a publicação de *A memória, a história, o esquecimento* (2000), Ricoeur aborda o tema da memória aliado ao da história, esta última em seu viés epistemológico e ontológico para, por fim, apresentar um longo epílogo acerca do perdão. Ao debater os temas relacionados à memória, a estrutura adotada por Ricoeur remete a uma sucessão de abordagens clássicas sobre o assunto em três linhas distintas. Em realidade, o avanço proporcionado pela pesquisa ricoeuriana acerca da memória não está em apresentar novos problemas, mas em articular os já existentes de forma interdependente, realmente tecidos.

Na primeira das três abordagens da memória, Ricoeur direciona-se à fenomenologia da memória e sua herança grega. Procura nos diálogos platônicos *Teeteto* e *O Sofista*, e, em *De Memória et Reminiscentia*, de Aristóteles, os elementos gregos para debater os temas do conhecimento e da memória. Posteriormente, segue com Henri Bergson e Edmund Husserl.

Apesar de inovar no que diz respeito às fontes gregas, o debate desenvolvido por Ricoeur em toda essa parte já conta com uma tradição de estudos acadêmicos. Vários autores que se dedicam às diferenças e interações entre oralidade e cultura escrita trilharam os caminhos da memória desde a Grécia devido ao papel central desempenhado pelos processos mnemônicos entre as sociedades de oralidade primária. Paul Zumthor, Walter Ong, Ernst Robert Curtius, e outros, tiveram necessariamente que refazer esse caminho²⁵.

No entanto, cabe notar que o diálogo platônico no qual esses autores mais se debruçam é o *Fedro*, o qual possui todo um trecho acerca da reminiscência. Contrariamente a Ricoeur, eles não acrescentam o *Teeteto* e *O Sofista*. De qualquer forma, a abordagem fenomênico-cognitiva ricoeuriana causou um maior impacto entre os historiadores que as abordagens anteriormente citadas, excetuando-se os historiadores ligados à história da literatura.

Os gregos tinham duas palavras distintas para referirem-se à memória: primeiramente como *mnē mē*, para caracterizar a memória que se dá a mente de forma passiva, involuntária, numa carga de passado (*pathos*), isto é, ter uma memória como um tipo de registro; e, em segundo lugar, a *anamnēsis*, como busca de algo do passado, uma recordação desejada. Entre o registro e o trabalho de rememoração existem demandas intermediárias que não permitem a redução entre uma e outra, apesar da usual denominação comum nas línguas modernas. O registro, em função de sua constituição

²⁵ As obras dos autores citados nesse parágrafo, que remetem ao tema debatido, estão arroladas na bibliografia.

muitas vezes involuntária, nem sempre é uma memória desejável, o que pode mesmo levar à supressão, pelo inconsciente, de determinadas lembranças em função do tormento elas que podem encetar. Por outro lado, a *anamnēsis* é uma atividade consciente, da esfera do agir, que, nem por isso, é sempre profícua. O esforço para lembrar-se pode levar a distorções da realidade, voluntárias ou não, para a legitimação de uma ação ou função de poder. Assim criam-se as ucronias e as falsificações.

Mas o que liga as duas formas de conceber a memória entre os gregos é a distância temporal: o momento em que alguma memória é registrada e seu retorno, desejado ou não, é distância temporal característica da memória que a recordação percorre. Essa distância, essa medida de tempo é essencial para a memória, posto que separa a memória da imaginação. Tanto memória quanto imaginação fazem o mesmo de tornar presente um ausente, mas com a diferença de que uma busca o ausente anterior, enquanto a outra não se liga a um referente necessariamente *tendo-sido*, mas apresenta um irreal.

Essa separação, todavia, deve ser mitigada no debate acerca da representação historiadora do passado: isso não significa dizer que o historiador pode associar livremente o passado efetivamente *tendo-sido* enquanto referente “real” com, por outro lado, a imaginação livremente articulada, referenciada apenas à potência criadora dos sujeitos. Isso de duas formas: primeiro, sabe-se quanto a imaginação produtiva é essencial para o historiador no seu trabalho de articulação dos acontecimentos em intriga. Essa imaginação não é simplesmente livre de normas, mas corresponde a uma operação debatida por Ricoeur principalmente ao tratar da *mimesis* II em *Tempo e Narrativa*. Em contrapartida, deve-se considerar que no testemunho a imaginação já é propriamente uma representação. Assim, quando diante de um testemunho, o historiador coloca em ação a crítica para estimar a dimensão referencial deste testemunho e elucidar, pelo cruzamento com fontes de outra natureza, a imaginação ou a concretude dele. Interessante notar que mesmo quando se verifica a total inautenticidade de um testemunho, ainda assim ele é significativo, na medida em que ele já se constitui como uma representação, mesmo que distorcida intencionalmente ou não, da realidade. Para a produção de sentido, a intenção ao contar uma história é tão significativa quanto a dimensão referencial da história contada. Como coloca Ricoeur (2007, p. 41) “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”, ou seja, é a partir do testemunho que se discrimina o discurso da lembrança, com sua ênfase empática e pautada pelo reconhecimento, da história, com seu ressaltado crítico.

Após tratar da herança grega da memória, Ricoeur “moderniza” o debate acerca da fenomenologia da memória por meio de autores como Bergson, Husserl e Casey. No que diz respeito aos objetivos de nosso trabalho, vamos nos focar na contribuição de Bergson.

A memória se apresenta de diferentes formas no que diz respeito a sua forma de estabelecimento nos sujeitos. Entre memória-hábito e memória-lembrança se apresenta uma diferença essencial. Esse par de formas de memória remete a Bergson em *Matéria e Memória*. Como memória-hábito tem-se as lições *aprendidas* e as ações do presente que delas resultam, por passarem a fazer parte do “hábito”, tal qual como nas ações de escrever, andar, falar, entre outros. É uma memória ligada à apropriação de alguma lição, que se torna hábito incorporado.

A memória-lembrança, por outro lado, é a de algum evento singular que não se repete, que tem sua colocação própria no tempo e ocupa um “lugar” único na memória. É uma representação propriamente. Entre estas duas formas de memória existe um hiato importante para a prática do historiador que é, todavia, bastante negligenciado. A partir da recuperação pela via fenomenológica que Ricoeur faz de Bergson, o historiador é levado a considerar essas duas diferentes formas de memória em seu ofício: enquanto memória-lembrança, o historiador faz uma *representação* do passado por meio dos vestígios; por outro lado, a memória-hábito apresenta-se como um importante resultado da função pedagógica da história, ou seja, a possibilidade aberta aos indivíduos de aprimorarem seu *agir* por meio das representações de eventos passados.

O desenvolvimento de habilidades e competências como a crítica, a identificação e reconhecimento, o estabelecimento de relações, a interpretação, entre outras, relacionadas ao ensino de história, estão estritamente ligadas ao que Bergson, chamou de memória-hábito. Acreditamos que há uma diferença, contudo, entre a memória-hábito e a refiguração da ação a partir da apropriação, baseando-nos na separação entre pragmática e ontologia. Se a primeira permite que habilidades tornem-se parte do dia-a-dia dos sujeitos, a segunda promove uma mutação desse sujeito em algo diferente (na *ipseidade*) do que foi.

Seguindo o debate do par hábito e lembrança, tem-se a dupla evocação/busca ou, como coloca Bergson, tem-se a “recordação laboriosa” e a “recordação instantânea” (RICOEUR, 2007, p. 46). Nesse ponto, Bergson remete à lembrança que vem aos sujeitos espontaneamente conforme a particularidade de determinada situação, em razão da empatia ou de relações icônicas e indiciais. É a lembrança que se dá irrefletidamente à mente em função das circunstâncias. Por outro lado, tem-se a recordação laboriosa, que

remete ao esforço de, em primeiro lugar, produzir e reter voluntariamente memórias com fins práticos e, segundo, de resgate ostensivo dessas memórias. Recordação instantânea e recordação laboriosa distinguem-se entre aspectos afetivos e intelectuais da memorização.

Na segunda abordagem da fenomenologia da memória, Ricoeur parte para uma aproximação mais pragmática mantendo os autores na base do debate anterior e acrescentando Sigmund Freud e Frances Yates. Todo esse seguimento é fundamental para os problemas posteriores do livro, na medida em que são discutidos os usos e abusos *políticos* (num sentido lato) da memória. O epílogo do livro, que trabalha em torno das possibilidades de perdão, anistia e esquecimento, possui uma ligação direta com essa passagem. Assim, nos termos de Ricoeur:

De fato, não se pode ignorar as condições históricas na quais o dever de memória é requerido, a saber, na Europa ocidental e particularmente na França, algumas décadas após os horríveis acontecimentos de meados do século XX. A injunção só passa a fazer sentido em relação à dificuldades, vivenciada pela comunidade nacional ou pelas partes feridas do corpo político, de constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado. Não se poderia falar dessas dificuldades de maneira responsável sem ter antes atravessado as planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva, memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz. (RICOEUR, 2007, p.99).

Os usos políticos da memória, tais como tratados por Ricoeur, causaram um triplo interesse entre a comunidade de historiadores. Se, por um lado, os historiadores da *Shoah*, em especial os europeus, encontram subsídios para debater o alcance e os limites possíveis da representação historiadora, por outro, os historiadores de nações que passaram por regimes autoritários no século XX, no qual se incluem os historiadores brasileiros, têm também uma arregimentação teórica para debater seus temas. Além destes, outra temática favorecida pelos debates ricoeurianos acerca da memória é a dos processos de descolonização, tema especialmente relevante no contexto africano, mas também debatido na América Latina e Ásia.

Essa pragmática da memória tem uma característica política bastante relevante: não se trata apenas de debater teoricamente os mecanismos mnemônicos, mas de relacionar a memória aos fatos traumáticos ou decisivos que a geraram. Existe um esforço constante nesta obra de Ricoeur no sentido de debater a memória a partir dos eventos e dos sujeitos envolvidos em toda a sua complexidade. Buscamos afirmar com isso que essa interpretação da memória de traumas do século XX está solidamente inserida nos referentes históricos dos atos que geraram tais memórias.

É particularmente nesse trecho da obra que vemos Ricoeur articular a teoria da ação, a pragmática, a hermenêutica e, em especial, a história, a fim de produzir uma leitura complexa da memória. Os mais diversos grupos politicamente interessados nessas memórias passam então a recorrer à filosofia ricoeuriana para arregimentarem seus argumentos, inclusive revisionistas. As possibilidades de justiça pela memória – ideia tão complexa e perigosa quanto produtiva – tornam-se temas recorrentes.

Essa parte do debate está dividida em três: a memória impedida, manipulada e obrigada.

Quanto à primeira, o que está em jogo é a memória patológica, a memória impedida de ser retomada, a não ser a partir de um trabalho terapêutico, em função da melancolia e das lembranças ruins que constituem sua função referencial. É utilizando-se de uma adaptação da teoria psicanalítica de Freud, aplicada às coletividades, que Ricoeur constrói sua argumentação da memória impedida.

Freud, na leitura de Ricoeur, reconhece que a recordação das lembranças traumáticas fica muitas vezes obstruída em função da dor que suscita. Assim, é comum não recordar e interpretar esses fatos traumáticos, mas reproduzi-los na forma de ação, muitas vezes sem saber que o faz. Nesse sentido, a reprodução de preconceitos por quem é vítima deles, ou ainda as dificuldades em lidar com a própria sexualidade, que pode desembocar em atos violentos contra si mesmo e contra outros, das vítimas de abuso sexual, são exemplos típicos. O trabalho terapêutico, por meio da narrativa de si do paciente oferece uma possível saída para esses conflitos.

O trabalho de luto, no que diz respeito aos traumas das memórias coletivas, desempenha um papel primordial para lidar com memórias impedidas. “O que faz do luto um fenômeno normal, embora doloroso, é que, ‘quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido’. É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho de lembrança” (RICOEUR, 2007, p. 86). Nesse sentido, a função de libertação, que se segue ao padecimento do trabalho de luto, constitui a positividade do difícil trabalho de recordação das memórias impedidas. Não se deve perder de vista que o trabalho de luto tem uma relação com a memória que remete ao tempo. Lembrar não é apenas trazer à mente memórias de outros tempos, mas também requer, por sua vez, um tempo de elaboração, para que o luto se torne suportável. Essa mesma relação se institui entre memória e história.

Para que esta transferência do pensamento psicanalítico possa funcionar, é preciso pressupor que as memórias coletivas são também portadoras de traumas e fraturas tal

como as subjetividades. Todavia, não é difícil observar tal pressuposição: os comportamentos de luto coletivo são bastante evidentes, tanto em nível nacional – nas datas de golpes políticos, das guerras, dos desastres, etc. – quanto na religião – a sexta-feira da paixão para os cristãos, o *Eid al-Adha* dos muçulmanos; enfim, o luto transformado em rito é característico de todo o tipo de constituição social. Mais que isso, na esteira de Hobbes, e também de Hegel, as datas inaugurais das nações, assim como a constituição de vínculos de identidade nacional, são, em geral, conquistados a partir de fatos traumáticos e violentos, sendo a guerra o modelo maior. Ao mesmo tempo em que uma comunidade comemora uma vitória, a comunidade antagonista lida com a humilhação. “Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura” (RICOEUR, 2007, p. 92)²⁶.

Quanto à problemática da memória manipulada, esta se encontra no cruzamento entre memória e identidade. A questão da identidade em Ricoeur não é uma simples oposição à alteridade. Em princípio, para além de todas as positivities da identidade, ela também é frágil na medida em que é alegada. O “quem” da pergunta é seguido por um “... que sou/somos” da resposta, de forma que essa identidade é presumida e está concluída antecipadamente; está pronta para ser anunciada e apoderada, tanto pelo próprio sujeito da pergunta quanto por outros que impõem sua identidade num ato de dominação pela inclusão. Também o tempo é um duplo problema para a identidade, na medida em que, primeiro, a sociabilidade se altera ao longo da vida e conseqüentemente o caráter de pertencimento da identidade social e, segundo, em nível de sujeito, somente uma dialética entre *mesmidade* e *ipseidade* pode manter o “mesmo” ao longo do tempo de forma positiva, ou, caso contrário, na forma negativa, por meio de uma suplantação da abertura à compreensão por uma inflexibilidade do caráter, ou seja, um fechamento negativo sobre si mesmo.

Outra questão delicada para a identidade é a percepção do outro como ameaça. Nesse sentido, identidade é um efeito de rejeição da alteridade. São vários os possíveis exemplos de tal postura acerca da identidade, nas mais diversas culturas, religiões, e mesmo filosofias. No Ocidente, apenas para citar um exemplo, tal máxima é bastante difundida a partir do cristianismo, como se nota em Lucas 11:23 “Quem não está a meu favor está contra mim, e quem não ajunta comigo, dispersa”, assim como em Mateus

²⁶ Não é possível deixar de notar aqui a intenção – cristã talvez – de reconciliação de Ricoeur em favor dos sofrimentos infringidos pelos europeus contra eles mesmos e contra o mundo ao longo do Breve Século. Isso leva também a questão do perdão como via de reestabelecimento da posição da Europa na história do mundo ou, como colocada José Carlos Reis, “a última expressão do eurocentrismo” (REIS, 2011, p.338-346).

12:30, Marcos 9:40 (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2012) e outras. Por fim, tem-se também como característica da identidade sua “origem” violenta, a relação que as comunidades históricas apresentam com a guerra como ponto de unidade, conforme, grosso modo, a filosofia de Hegel, ou de Hobbes, como já nos referimos anteriormente.

Mas a ligação que se estabelece entre identidade e memória coletiva se dá na esfera da ideologia. Ao se estabelecer uma narrativa fundadora coletiva – as narrativas nacionais são o exemplo mais claro – constituem-se os personagens ao mesmo tempo em que todo o resto da trama da narrativa, em geral fundadora, é produzida. Assim, relaciona-se a história de determinados sujeitos centrais à história de toda a coletividade. A ideologia de determinado grupo dominante – narrador – serve então como proposta comum de um povo, que por sua vez procede de uma indução manipulada da intenção de legitimação e manutenção de poder.

A ideologia dominante torna-se parte da memória coletiva a partir da manipulação das narrativas fundadoras. Essas histórias são incorporadas por comunidades inteiras e os grupos dominantes se beneficiam dessa manipulação memorial em favor próprio. Mas a manipulação da memória não impõe apenas identidade, mas também esquecimento. Assim, faz-se reconhecer em determinados “heróis” ou grupos fundadores apenas o que se deve ser lembrado, e esquecido o que não serve ao propósito de ideologização. E o mais notável dessa manipulação memorial é que ela é suportada por uma história oficial, que garante legitimidade à manipulação da memória em favor dos dominantes frente os comandados.

Por fim, Ricoeur trata do nível ético político da memória obrigada. Esse debate conduzirá toda nossa discussão na sequência. Mas antes façamos referência à questão da memória coletiva.

Na terceira parte do debate dedicado à memória, Ricoeur discorre sobre as diferenças entre memória pessoal e memória coletiva. Essa parte já é bastante mais familiar aos historiadores, por uma dupla via: primeiro, na medida em que o *best seller* de Jacques Le Goff, *História e Memória*, já traz a reflexão sobre o lugar da memória coletiva e pessoal, inclusive apresentando autores e temáticas que foram posteriormente também discutidas por Ricoeur. Em segundo lugar, desde a década de 1920 (*Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925), Maurice Halbwachs escrevia acerca do tema. Sociólogo durkheimiano, ele integrou um grupo de outros sociólogos que mantinha um diálogo bastante próximo dos historiadores franceses, principalmente os que estavam ligados ao grupo dos *Annales*, como por exemplo, François Simiand e Marcel Mauss. Com a publicação de *A memória*

coletiva (1950) cinco anos após sua execução em Buchenwald, os trabalhos de Halbwachs tornaram-se a principal referência para os debates acerca da memória entre os historiadores franceses. Isto aconteceu até a explosão de estudos memorialísticos que se deu em meados da década de 1980. Das três subseções nas quais Ricoeur debate a memória, esta talvez seja a de mais fácil apropriação por parte dos historiadores devido à familiaridade com estas questões.

Contudo, cabe notar que Ricoeur realiza uma leitura bastante crítica da tese de Halbwachs. A tese que orienta a obra *A memória coletiva* institui que a memória é fundamentalmente social, posto que precisamos dos outros para nos lembrar. Assim, o fator coletivo é inerente à memória; ainda mais, a memória pessoal está submetida à memória coletiva. Assim, por falta de apoios sociais, quando se deixa de fazer parte de determinado grupo, a memória também se torna turva, já que não há mais o contato social que garante a legitimação da memória. Lembrar, portanto, é adotar uma posição coletiva, um ponto de vista compartilhado segundo determinada concepção comum de mundo.

A oposição de Ricoeur a estes pressupostos, e ele a busca na própria obra de Halbwachs, é a de que a marca do social pode ser encontrada apenas na recordação pessoal. A memória, mesmo que coletiva, não é externa, mas própria dos sujeitos. Dessa forma, creditar a memória aos sujeitos não acarreta negar a existência de uma memória coletiva, mas implica que esta é atualizada nos indivíduos. Essa é uma ressalva que deve ser levada em consideração pelos historiadores da atualidade, principalmente aos vinculados à voga de recuperação dos sujeitos pela historiografia.

Fica clara aqui a oposição de Ricoeur às propostas que invalidam a ação situada e o *homem capaz*²⁷ por meio de determinações provenientes de estruturas inconscientes. A questão que é colocada, portanto, é a de que existe uma memória coletiva, e as formas tratadas anteriormente dão testemunho disso, mas esta não existe sem os sujeitos. Não se pode tratar a memória como uma estrutura vazia, constituída por posições estruturalmente conectadas e interdeterminantes, passível de ter seus espaços simbólicos atualizados, ou

²⁷ A noção de homem capaz foi tardiamente sintetizada por Ricoeur, em sua obra *Percurso do reconhecimento* (2006, a primeira edição francesa é de 2004), mas já utilizada na prática em seus escritos desde pelo menos a década de 1970. Basicamente diz respeito a constituição específica da identidade dos sujeitos tendo em vista as ações que eles podem realizar ou que a eles podem ser imputadas, em oposição à identidade das coisas, caracterizada por propriedades que as caracterizam. Em sua fenomenologia do homem capaz, Ricoeur identifica três dimensões da noção: o poder dizer, o poder fazer, o poder narrar e narrar-se, além da imputabilidade das ações a si mesmo ou a outros. Mas o homem capaz não é o sujeito soberano de si, posto que suas ações podem ser, inclusive, dirigidas ao mal e aos propósitos patológicos, por exemplo; por isso a noção correlata de homem falível. A noção de homem capaz designa basicamente à dimensão ativa e consciente do ser.

não, em diferentes contextos. A memória é também coletiva, mas não se presta a uma leitura estrutural.

A obra *A memória, a história, o esquecimento* assume uma tamanha relevância para os debates acerca da memória que François Hartog a coloca no final de sucessão de publicações acerca do tema. Após listar várias obras sobre memória, incluindo livros e filmes, com o intuito de evidenciar a dimensão que o tema da memória assumiu no final do século XX, o historiador escreve: “E ainda tantos outros até o último livro de Paul Ricoeur, publicado em 2000, para o milênio” (HARTOG, 2013a, p. 134-135). Hartog segue este mesmo modelo para fazer referência à obra de Ricoeur em um outro texto publicado repetidas vezes, intitulado *L'inquiétante étrangeté de l'histoire* (2013b, p. 223). Uma versão preliminar desse mesmo texto havia sido publicada na revista *Esprit*, também com o título de *L'inquiétante étrangeté de l'histoire* (2011b, p. 65-76). Em seu último livro, *Croire en l'histoire*, no qual François Hartog faz um balanço dos caminhos da historiografia francesa depois da década de 1980, Paul Ricoeur é citado ao longo de toda a obra para dialogar com todos os temas abordados. Ricoeur, portanto, é o autor mais mencionado em todo o livro; mais que qualquer outro filósofo ou historiador, como consta no *Index* da obra. Todavia, buscamos apresentar nesse trecho apenas as referências de Hartog a Ricoeur no que diz respeito à questão da memória.

A obra de François Hartog é um exemplo de apropriação, de fato, dos debates ricoeurianos acerca da memória. Podemos dizer isso porque há todo um trabalho de readequação das formulações filosóficas de Ricoeur para o campo da história. Hartog, conhecedor da história e filosofia gregas, sua área de especialização, questiona fortemente a maneira que Ricoeur busca no *pharmakon* de Platão, entre o remédio e o veneno, estabelecer um paralelo entre história e memória.

Se a escrita era o tema principal do diálogo, Ricoeur propôs, a partir de uma indução que, para memória e história, entre lembrança viva e sepultamento pela escritura historiadora, a metáfora do *pharmakon* pode ser refigurada. Nesse ponto, Hartog é categórico: “É Ricoeur, e não Platão, que liga memória, escrita, história” (2013b, p. 125). Para um antiquista como Hartog, leitor de Tucídides e Heródoto, procurar estabelecer qualquer debate sobre a história nas bases do platonismo é impensável.

Todavia, apesar da ressalva, a continuação do texto de Hartog passa a debater as obras-chaves sobre memória, como os trabalhos de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Yosef Yerushalmi, sob a lente de uma leitura ricoeuriana, colocando o trabalho do filósofo como “os últimos ecos” (2013c, p. 126) de toda uma tradição de pesquisa. Hartog

acrescenta, um pouco mais adiante, depois de uma outra análise crítica, agora acerca da apropriação da *Poética* de Aristóteles por Ricoeur, a seguinte passagem: “Que me entendam bem, não se deve tomar isso como uma objeção a Ricoeur, mas como um ponto que acrescenta um pouco de estranheza à estranheza e convoca a retornar o texto de Aristóteles!” (2013c, p. 136). Vale notar que na constituição do conceito de regimes de historicidade, Hartog recorre continuamente à hermenêutica de Ricoeur, além de apropriar-se de vários outros referenciais distintos, como veremos mais abaixo.

Mais uma vez, podemos dizer que em Hartog há uma apropriação: não apenas o *sentido* do texto ricoeuriano passa a fazer parte de seus trabalhos, mas encontramos também uma *prática* procedimental interpretativa em produções mais recentes do historiador. Mesmo a repetida ideia de “estranhamento” que conduz todo o trabalho de Hartog no que diz respeito à tradução da filosofia ricoeuriana para uma inteligência historiográfica, não é mais do que um tema central para a história bastante explorado pelo próprio Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. O estranhamento é a barreira necessária e desejável a partir da qual tanto a história quanto a hermenêutica se constituem na diferença temporal ou na má-compreensão. Essa apropriação de Hartog é um exemplo da *tradução* do tema da memória de uma inteligência filosófica para o campo de trabalho do historiador. Contudo, podemos ver os estudos de Ricoeur, ainda sobre memória, serem apropriados para cumprir outras funções.

François Dosse tem publicado vários trabalhos sobre a obra de Ricoeur, ao ponto de podermos indicá-lo como o principal propagador do pensamento do filósofo entre os historiadores. Em seu livro de 2010, *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix* (2013), Dosse mostra como a narrativa de eventos tem “voltado” a fazer parte das produções dos historiadores após várias décadas de marginalização em favor do estabelecimento de modelos estruturais explicativos, característicos de parte dominante da historiografia francesa na segunda metade do século XX. Eis, nesse historiador, também uma apropriação do pensamento ricoeuriano: Dosse subscreve a tese de Ricoeur de que a historiografia francesa, mesmo nos momentos em que os historiadores se diziam mais afastados das narrativas, era constituída ainda assim por narrações. A ideia de que a narração é uma mediação indispensável para a produção do conhecimento histórico é, inclusive, uma ideia modular subjacente a todo o livro do historiador. Mas o nosso foco, no momento, é a questão da memória.

François Dosse investiga nos debates de Ricoeur a proposição de que a “passadidade” (*passéité*) – atributo daquilo que já não é mais – não é observável, mas

apenas “memorável”: uma qualidade que pode existir apenas enquanto memória ou a partir dela. Dosse se apropria dessa tese para ressaltar o papel daqueles que, portanto, “produzem” memória. Por meio dos debates desenvolvidos por Ricoeur acerca da memória, Dosse enfatiza os sujeitos implicados na produção de memória como um argumento a favor do retorno da narrativa de eventos (tema do livro em questão), uma vez que a centralidade dos sujeitos é uma das principais características das narrativas históricas.

Um movimento parecido é realizado por Henry Rousso em *La dernière catastrophe* (2012), também voltando-se ao tema da passadidade. Rousso persegue em Ricoeur a ancoragem interpretativa para destacar o papel dos sujeitos, mas, dessa vez, não mais um sujeito “da historiografia” ao modo de Dosse e sim como um sujeito cumpridor de uma função específica: a testemunha. Hartog percorre um caminho similar para versar acerca do papel das testemunhas em *Evidência da história: o que os historiadores veem* (2011). Nos três casos, os historiadores remetem ao tema da passadidade enquanto processo mnemônico, o qual Ricoeur desenvolve mais plenamente em *A memória, a história, o esquecimento*, mas que já figurava também em *Tempo e narrativa*, para desenvolverem seus próprios argumentos: no primeiro deles acerca do papel desenvolvido pelos sujeitos no que Dosse chama de retorno dos eventos; no segundo e terceiro, para reafirmar o papel da testemunha como mediador central para a produção historiográfica. Interessante notar que nos três casos os historiadores não questionam o conceito de passadidade, e nem mesmo é do conceito em si que se ocupam os historiadores, mas de um componente²⁸ desse: a memória enquanto meio no qual se percebe a passadidade.

Alguns dos historiadores que mais recentemente têm se dedicado ao debate das relações – e conflitos – que se estabelecem entre história e memória, especialmente François Dosse e Henri Rousso, como já colocado anteriormente, mas também François Bédarida, Philippe Joutard e Annette Wieviorka, passam necessariamente pelas considerações ricoeurianas acerca do tema para constituir seus próprios argumentos. Criou-se, a partir da década de 1980, um espaço de disputa entre o projeto crítico da história e a “evidencialidade” da memória. A saída para essa dicotomia estéril concentra-se na complementaridade e não na oposição entre ambas: a história acrescenta a análise crítica ao caráter empático da memória, na mesma medida em que a memória relembra o historiador de que os homens do passado viviam um presente que não é mais, que era

²⁸ Componente conceitual conforme o define Gilles Deleuze (1992).

aberto e, assim, não pode ser desvelado por uma leitura retrospectiva onisciente sob a pena de se perder a qualidade de indefinição da experiência.

Essa resposta é dada por Ricoeur, como colocam Christian Delacroix, François Garcia e François Dosse: “Ricoeur não quer, portanto, opor a fidelidade da memória à verdade da história, mas instala o historiador na dialética dessas duas intenções complementares que se reforçam mutuamente” (2012, p. 371-372). Dessa forma, a saída para uma das principais questões que se coloca aos historiadores a partir de fins do século XX, a saber, a dos liames entre história e memória, é dada por Ricoeur, ao menos para uma boa parte dos historiadores que se ocupam do tema. É nesse sentido que podemos dizer que um estudo sobre a obra do filósofo e das associações entre seus trabalhos e a historiografia contemporânea podem contribuir para lançar luz em direção às bases teórico-conceituais sobre as quais os historiadores têm construído suas próprias obras.

Após as publicações de Pierre Nora sobre os lugares de memória, em particular o último volume da coleção, instituiu-se a ideia compartilhada de que vivemos um “momento-memória”, um certo tipo de tirania da memória, segundo a denúncia de Nora. Comemora-se tudo; mantêm-se vivas todas as lembranças; não há sepultamentos, apenas uma agonizante distanásia, o que, por fim, implica num impedimento para a história. Para além de uma questão de fronteiras ou de influências recíprocas, o espaço ocupado pelo império da memória acaba por forçar a história rumo a um passado cada vez mais distante, para longe de qualquer ferida que ainda pode se manter aberta na memória. Este é um problema central para os historiadores. Lembremos que ao longo da obra *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur ressalta diversas vezes que seu trabalho não busca realizar uma apologia da memória, nem submetê-la, por outro lado, à história. O filósofo faz questão de pontuar que seu trabalho não pertence e não corrobora, absolutamente, esta corrente memorialística opressiva. Com as construções conceituais do filósofo, podem-se encontrar caminhos de superação do domínio tirânico da memória de extrema importância para a historiografia contemporânea. A distinção entre “trabalho de memória” e “dever de memória”, não redutíveis um ao outro, libera um desses caminhos. Enquanto o dever de memória é uma ferramenta da justiça, que busca “extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar” (RICOEUR, 2007, p. 101), o trabalho de memória não serve (necessariamente) aos interesses de juízo, de forma que há uma libertação da necessidade em favor do tempo por meio de uma terapêutica do luto. É nesse sentido que no livro *Comment se fait l'histoire: pratiques et enjeux* (2011), François Cadiou, Clarisse

Coulomb, Anne Lemonde e Yves Santamaria se pautam na filosofia ricoeuriana para trazer à história os avanços obtidos por Ricoeur:

Paul Ricoeur (2000) fornece uma distinção útil entre a memória "impedida", "manipulada" e "obrigada", e em consequência convida 'ao trabalho de memória', uma noção considerada menos esterilizante que a onipresente 'dever de memória', esta via obrigatória para muitas exortações de políticos. (p. 175, tradução nossa).

Note-se que não se trata simplesmente de uma transferência da filosofia ricoeuriana para o domínio da história, mas de uma apropriação que almeja um deslocamento de fundo, latente. Com o auxílio da filosofia ricoeuriana, o historiador não precisa submeter seus resultados a uma heurística da justiça, permitindo uma saída para a pesquisa histórica, em plenitude, para seu trabalho científico e para sua ambição de verdade. O historiador pode fazer história sem ter que julgar, liberando assim a história de uma das principais pressões exercidas pela memória. Essa é uma *recepção* possível, ainda que bastante questionável (Cf sobre isso REIS, 2011, p. 255-256 e 329-346).

Sobre o mesmo tema, mas com uma leitura diametralmente inversa, em *Entre histoire et mémoire*, Régine Robin vai questionar a tentativa de escapar do dever de memória por meio de uma política da “justa memória” no estilo ricoeuriano. Robin questiona justamente a tese medular de toda a obra *A memória, a história, o esquecimento*: que pessoa, instância ou instituição definirá o que é uma política da “justa memória”? Robin faz uma longa leitura das teses de Ricoeur acerca desses dois modos de conceber a relação que se estabelece com o passado. A autora constrói o seu texto articulando um paralelo das formulações clássicas de historiadores acerca do tema da memória e, conjuntamente, discute os posicionamentos de Ricoeur. É importante observar, coloca a autora, que não se trata de uma crítica aos debates ricoeurianos sobre memória, mas de um diálogo construtivo: “[...] não se trata, para mim, de discutir como tais as teses do livro de P. Ricoeur, mas, em contraponto, de mostrar como a partir delas, às vezes fazendo ecos polêmicos delas, pode-se colocar uma outra temática, que não visa contradizê-las ou ultrapassá-las, mas interrogá-las” (ROBIN, 2005, p. 39-40, tradução nossa). É ressaltada aqui a função político-social do trabalho do historiador.

A partir das duas leituras opostas colocadas anteriormente, podemos perceber como a filosofia de Ricoeur é rica enquanto base teórica para argumentos diversos de historiadores acerca da temática da memória. Os conceitos de “dever de memória” e “abuso de memória”, ambos discutidos longamente por Ricoeur, têm, enfim, e apesar da

oposição de sentido, uma convergência no que diz respeito à característica imperativa. Os dois se apresentam como imposições da memória no espaço público-político: a memória *deve* estar sempre presente para que dela se tire lições, no caso do primeiro, ou ela *deve* estar presente para que se resolvam os conflitos, no caso do segundo. De qualquer forma, é em função do aumento do espaço ocupado politicamente pelo passado que se impõe – e aqui duplamente, como dever e abuso – o império da memória. Daí que se decreta aos historiadores compreender o mais amplamente possível o fenômeno memorial, na medida em que é dos limites e intersecções entre história e memória que depende, em parte, o futuro do trabalho de historiador.

Em um texto de fevereiro de 2013 intitulado *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli: une réception et une appropriation internationales*, Catherine Goldenstein faz um balanço das apropriações da obra de Ricoeur, mas com um intuito diferente do nosso. O foco recai sobre a apropriação política das formulações ricoeurianas acerca da memória. Após expor um quadro das traduções para diversos idiomas da obra de Ricoeur, a autora segue com a apresentação de cinco casos nos quais a memória é tratada em âmbito político a partir do trabalho do filósofo. Sucintamente, a autora argumenta sobre as “comemorações” do bicentenário da separação da Finlândia e Suécia, resultado da guerra entre esta última e o Império Russo; o Japão e os questionamentos ligados às penas de morte no país; as pesquisas em história oral na Romênia pós-comunista; as comissões da verdade na América do Sul, instauradas após as ditaduras militares das décadas de 1960-1980; e, por fim, o exemplo maior da aplicação política das teses ricoeurianas na África do Sul com a Comissão da Verdade e Reconciliação.

Estes são três diferentes padrões que os historiadores encontram para a aplicação da reflexão ricoeuriana sobre a memória a fim de discutirem temas diversos: a abertura para a cientificidade do conhecimento histórico para além de pressões políticas; o caminho para a politização e destaque das funções sociais dos historiadores, e, por fim, a fundamentação teórica para ações políticas contemporâneas.

Após acompanhar as argumentações ricoeurianas sobre a questão da memória e o trabalho de apropriação de alguns historiadores acerca do tema, acreditamos poder, por fim, considerar que para Ricoeur, o importante é fazer a memória “trabalhar”. A ideia de trabalho de memória busca afastar qualquer passividade em relação à memória. As várias categorias de trabalho da memória mostra como o fenômeno mnemônico é bastante mais complexo que a oposição entre uma história que sepulta e uma memória que mantém vivo o passado. A retomada do conceito freudiano de “trabalho de luto” é ponto de partida para

o desenvolvimento de toda uma articulação dos aspectos de arquivamento, impedição, manipulação, obrigação (ou dever de) da memória; assim como o antagonístico esquecimento, seja ele institucional, obrigado (ou, novamente, dever de), de reserva ou feliz. Entre a história que faz da memória um “novo objeto” e a memória que submete a história à sua fidelidade, as nuances são muitas e a ampliação do questionário acerca das relações entre história e memória possibilitada pela filosofia de Ricoeur é enorme.

Por fim, parece-nos necessário reproduzir a ressalva de Ricoeur que fecha sua meditação sobre a memória:

Faço questão de dizer, ao cabo deste capítulo dedicado à prática da memória, que minha empreitada não depende desse ‘ímpeto de comemoração memorial’. Se é verdade que o ‘momento-memória’ define uma época, a nossa, meu trabalho ambiciona escapar aos critérios de pertencimento a essa época, seja em sua fase fenomenológica, epistemológica ou hermenêutica. Com razão ou não. Por isso ele não se sente ameaçado, mas confortado, pela conclusão de Pierre Nora, que anuncia um tempo em que ‘a hora da comemoração estará definitivamente encerrada’. Pois não é com a ‘tirania da memória’ que ele quis contribuir. Esse abuso dos abusos é daqueles que ele denuncia com o mesmo vigor que o faz resistir à substituição do trabalho de luto e do trabalho de memória pelo dever de memória e limitar-se a colocar esses dois labores sob a égide da ideia de justiça. (RICOEUR, 2007, p. 103-104).

Após o projeto dos *Lieux de Mémoire* de Pierre Nora, os historiadores foram expostos a uma avalanche de conteúdo acerca do tema. As produções decorrentes de tal obra se multiplicaram exponencialmente. A falsa impressão de que todas as pontas do debate já estão aparadas é reorientada em favor de uma miríade de novas compreensões por meio da filosofia ricoeuriana. A superação de toda uma era comemorativa, tal como anunciada por Nora ao fim de sua enorme empreita, parece-nos, ainda não chegou; de forma que os pesquisadores que se dedicam ao tema ainda têm muito a dizer sobre os ganhos recíprocos e as disputas entre a fidelidade ambicionada pela memória e a verdade almejada pela crítica histórica.

3.2. Narrativa e acontecimento

Uma das questões que mobiliza imensamente os historiadores no final do século XX diz respeito ao papel da narrativa histórica. Não nos alongaremos muito nesse debate, posto que todas as argumentações, prós e contras, defesas e críticas à questão já foram

longamente abordadas por historiadores do mundo todo. Apresentaremos apenas os elementos que consideramos relevantes no que diz respeito à contribuição ricoeuriana para o debate. Gostaríamos de asseverar que há hoje uma certa concordância entre as diferentes correntes historiográficas acerca da questão da narrativa, e a obra de Ricoeur contribuiu sobremaneira para a conciliação entre argumentações fervorosamente contrárias ou em defesa desta.

A narrativa foi colocada em xeque como via pela qual os historiadores representam o mundo histórico, a partir da identificação produzida pelos historiadores dos *Annales* entre história factual e de curta duração com a história narrativa. Para os arautos da cientificidade histórica, as obras da Escola Metódica resumiam-se à narração de eventos e personagens. O trabalho de crítica das fontes, de “análise interna” e “análise externa”, além do rigor metodológico característico daqueles historiadores foi em grande parte desconsiderado pelos annalistas. Por fim restou a identificação forjada pelos *Annales* entre história narrativa e história tradicional, no sentido pejorativo.

A Nova História produzia suas obras por outra via, ligada às estruturas explicativas características da cientificidade própria exigida pelas ciências dos homens. Todo o arcabouço matemático, estatístico, demográfico, serial, etc., depunha em favor da substituição da narração pela argumentação explicativo-analítica. Um longo trecho da obra *Tempo e Narrativa* dedica-se justamente a demonstração de que o eclipse da narrativa na historiografia francesa não significou uma substituição da narração por outro tipo de composição literária, mas uma reformulação mais adaptada aos objetivos e objetos de análise daqueles historiadores.

Em *Tempo e Narrativa* Ricoeur elabora noções que funcionam quase como eufemismos para caracterizar como os historiadores dos *Annales* não se desprenderam plenamente das questões dos acontecimentos e da narrativa. Para tanto, propõe noções como *quase intriga*, *quase acontecimento*, *intriga virtual*, *quase personagem*, entre outras. Em *A memória, a história, o esquecimento*, contudo, o filósofo francês revê suas próprias considerações e considera que a prática annaliste, ainda que por uma via bastante particular, trabalha com intrigas e acontecimentos no sentido pleno dos conceitos, de forma que não é necessário recapitular estes arranjos conceituais para explicar a narratividade e referência a acontecimentos no projeto do grupo dos *Annales*.

O acontecimento foi a pedra de toque da rejeição annaliste da história narrativa, ao apresentar como equivalentes história factual e acontecimento:

A pressuposição tácita de que os acontecimentos são o que indivíduos fazem ocorrer ou sofrem é destruída por Braudel junto com outras duas pressuposições estritamente ligadas entre si (e que são alvo direto do fogo da crítica de Braudel e de seus sucessores): a de que o indivíduo é o portador último da mudança histórica e de que as mudanças mais significativas são as mudanças pontuais, aquelas que afetam a vida dos indivíduos devido a seu caráter breve e súbito. É efetivamente a essas que Braudel reserva o título de acontecimentos.

Esses dois corolários explícitos acarretam um terceiro, que nunca é discutido por si mesmo, qual seja, o de que uma história de acontecimentos, uma história factual, só pode ser uma história-narrativa. História política, história factual, história-narrativa são, a partir daí, expressões quase sinônimas. (RICOEUR, 2010a, p. 168-169)

O problema colocado pelos *Annales* à questão da narrativa é que esta é descritiva e desprovida de crítica. Não se colocava para Braudel e seus seguidores que explicação e descrição *coincidem*, ou ao menos se completam. A explicação é um atributo da narrativa, de forma que narrar já é explicar.

A meta explicativa almejada pelos *annalistes*, contudo, ia muito além do que a narração pode oferecer. De fato, a explicação histórica não se resume à explicação narrativa, na medida em que passa pela autenticação das provas documentais, além de estar submetida à avaliação do público leitor dos livros de história e, principalmente, dos pares. Além disso, a conceitualização e a crítica histórica levam o trabalho de explicação a outro grau de exigência, assim como a objetividade, nunca plena mas sempre almejada pelo historiador de apresentar uma explicação mais pautada na realidade do que outras, mais aceitável e que, por fim, num processo de extrapolação das objetividades de diferentes pesquisas históricas produzidas separadamente, possam ser conectadas e fornecer uma quadro histórico senão total, ao menos amplo. Por fim o historiador tem consciência de que o leitor de suas obras espera uma explicação autêntica, de forma que uma crítica ao próprio trabalho é espelhada no trabalho de explicação constituinte da configuração narrativa.

Os acontecimentos e os indivíduos são eclipsados na historiografia do século XX, em especial a dos *Annales*, ou melhor, são substituídos por outra categoria de entidades, como as nações, os mares, as civilizações, as mentalidades, etc. A historiografia dos *Annales* não se torna, portanto, uma história sem personagens, mas uma história com personagens não redutíveis a sujeitos individuais. Em consequência, a dimensão temporal das pesquisas passa a se adequar ao novo estatuto dos objetos e dos personagens estruturais. As consciências subjetivas já não são capazes de comportar os processos de longa duração, das macroestruturas e dos coletivos personificados, personagens da história-ciência.

Mas podemos colocar a questão: diante do anteriormente exposto, pode-se afirmar que a historiografia dos *Annales* de fato se distinguiu da narração? A resposta é, em princípio, duplamente positiva: do modelo de narração da Escola Metódica, certamente sim. Também, e essa é a segunda resposta positiva, não é possível reduzir a explicação histórica à capacidade explicativa da narração. “*Subsiste uma distância entre explicação narrativa e explicação histórica, que é a própria investigação*” (RICOEUR, 2010a, p. 297).

Mas ao considerarmos a teoria narrativa mais detidamente, a resposta fica menos clara. Em primeiro lugar devemos voltar ao argumento de que narrar já é explicar. A composição da intriga, ao estabelecer uma síntese do heterogêneo que compreende uma vinculação causal entre personagens, ações e desenvolvimentos – sejam essas personagens sociedades ou civilizações inteiras, ações na forma de processos seculares e desenvolvimentos na forma de curvas demográficas, ciclos econômicos ou mudanças climáticas – ainda assim, não é mais o simples império da cronologia que garante a relação entre estes elementos, mas uma coesão tipicamente narrativa.

Ainda que se guarde uma distância entre explicação histórica e explicação narrativa, uma conduz à outra, mesmo sem se fundirem completamente. Há, de fato, um corte epistemológico que separa a explicação característica da investigação histórica da compreensão puramente narrativa. Contudo, os liames entre as duas formas não podem ser desconsiderados. O discurso histórico se constitui de elementos explicativos da investigação regida pela crítica e pela metodologia próprias da ciência histórica e, ao mesmo tempo, depende da compreensão narrativa para a articulação em intriga de seus objetos, de forma que se torne possível ao leitor acompanhar uma história. Explicação histórica e compreensão narrativa constituem o que Ricoeur nomeou de *intencionalidade histórica*. Portanto, entre narrativa e o par explicação/compreensão não há uma oposição, mas uma complementaridade. Isso porque a composição narrativa não se resume ao momento de inscrição do discurso historiador na forma de texto, mas já opera desde a fase documental e se articula com todos os procedimentos explicativos-compreensivos ao dar-lhes forma e coerência.

Outra questão fundamental correlacionada é a convergência frágil entre acontecimento e história factual. O acontecimento é mais que uma explosão breve a fugidia. O acontecimento é um componente constituinte da intriga, capaz de articular-se com diferentes níveis de análise e com extensões temporais também distintas. Para usar um exemplo de Ricoeur ao analisar a tese braudelina, pode-se considerar que a

substituição do Mediterrâneo pelo Atlântico como centro da grande história é um acontecimento. Por mais influente que seja a perspectiva estruturalista em alguns dos historiadores dos *Annales*, o acontecimento marca a mudança que, por fim, permite vislumbrar a passagem dos homens pelo tempo. Diferente dos sociólogos estruturalistas, para o historiador a mudança, seja ela rápida ou de longa duração, sinaliza que há história, que há ação humana sobre o mundo natural e sobre a sociedade.

François Dosse dedicou um longo estudo ao “retorno” dos acontecimentos na historiografia contemporânea: *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix* (2013, a edição francesa é de 2010). Trata-se basicamente de um trabalho de apropriação da hermenêutica ricoeuriana realizado por um historiador para a produção de uma obra que transita entre epistemologia da história e história da historiografia. O fechamento da obra define bem o novo estatuto do acontecimento nas ciências sociais em geral, e na história em especial:

De um lado, o acontecimento é essencialmente concebido como surgimento do novo dentro de uma metafísica do acontecimento. Gilles Deleuze o concebe dessa maneira e isso poderia corresponder a um primeiro movimento, uma dinâmica de princípios, um processo inicial que Paul Ricoeur qualificou de energético no seu ensaio sobre Freud. Por outro lado, haveria a retomada hermenêutica como Paul Ricoeur a pratica, que, sem negar o começo, se orienta mais sobre o vestígio do acontecimento por uma ‘inteligência narrativa’ que seria a mediação necessária para restaurar a própria singularidade e as potencialidades vivas do acontecimento. A constatação do caráter ao mesmo tempo enigmático e indefinido do acontecimento infere uma outra leitura histórica e novas tarefas ao historiador profissional. A primeira entre elas é preservar a própria abertura do acontecimento, sua capacidade em suscitar a liberdade daqueles que pensam e agem na sua esteira exercendo ao mesmo tempo seu senso crítico. (DOSSE, 2013, p. 340).

A conclusão de Dosse compactua perfeitamente com o modelo de história que considera a abordagem dos agentes e a estratificação social concebida por eles mesmos como referência para a configuração historiadora, tal como a defendia Bernard Lepetit e todo o movimento no sentido de relativização das categorias, como já abordamos na primeira parte do trabalho.

Seria um erro debater a questão do acontecimento na historiografia contemporânea em termos de retorno do episódico, ou da curta duração. Aqui mais que em qualquer outra área característica do ofício do historiador, a filosofia exerceu nos últimos anos uma intervenção nodal, na medida em que apresentou aos historiadores quatro “novas” elaborações do acontecimento.

Em primeiro lugar, e o mais facilmente observável dos três pontos: o acontecimento passou de fato *sui generis* a articulador de processos, a mediação. Agora não se trata mais de narrar acontecimentos, mas de compreendê-los enquanto mediações de processos e, de forma dolorosa, como extremos de decursos históricos que desafiam a própria capacidade narrativa da história, como os acontecimentos traumáticos do século passado, que desempenharam o papel de condição negativa para o renascimento do interesse nos acontecimentos.

Segundo: o acontecimento passa a desempenhar o papel de acesso às conjunturas e estruturas, a invés de representar desvios daquelas. Num tipo de função indutiva, o acontecimento permite acessar níveis mais profundos da história (aqui não se trata de estabelecer uma escala de valores dos níveis históricos, mas das escansões temporais).

Além destes, a força intempestiva do acontecimento passa a ser valorizada. Em contraponto às estabilidades da história provenientes das determinações estruturais, os acontecimentos evidenciam a indeterminação da experiência, a qual é uma das características marcantes da historiografia contemporânea, como viemos insistindo ao longo do trabalho.

Por fim, e como consequência do anterior, os acontecimentos não se prestam a interpretações definitivas, na medida em que não seria coerente circunscrever um objeto caracterizado pela indeterminação da experiência em um sentido peremptório. Portanto, os acontecimentos permitem tornar a experiência mais indeterminada e aberta ao pluralismo interpretativo.

A caracterização do estatuto do acontecimento na historiografia contemporânea segundo quatro eixos temáticos não está explicitada em nenhuma obra que usamos como referência, seja no estudo de Dosse, seja nos debates acerca do tema desenvolvidos por Ricoeur. Esta tipificação é uma interpretação nossa, pautada nas obras citadas.

3.3. Os sujeitos na história

Apesar da descentralização característica da historiografia contemporânea, as várias correntes historiográficas lidam com alguns elementos controversos em comum. A história política renovada, o novo impulso da história do tempo presente, a história econômica e dos preços, a história cultural e a nova história social dos *Annales* pós 1989 têm em comum a volta dos sujeitos históricos à cena após um longo período de lugares simbólicos ocupados, ou não, por sujeitos virtuais. Os atores da história voltam ao centro dos debates, mas com um estatuto diferente daquele que tinham para os autores da Escola Metódica. Não mais figuram como heróis ou gênios, mas como sujeitos capazes de ação e, ao mesmo tempo, submetidos à força da história e, principalmente, às determinações do presente imperioso.

Desde o final da década de 1970 a historiografia já dava sinais da reabilitação dos sujeitos históricos. Um dos caminhos para a volta dos sujeitos ao centro do debate historiográfico foi a narrativa biográfica. Alguns autores da história das mentalidades, como Jacques Le Goff, voltaram seus trabalhos para o gênero biográfico. Por outro lado, François Dosse e outros autores ligados ao IHTP fundiram biografia e história intelectual, assim como também historiadores do cultural, como François Sirinelli. A micro-história voltou-se, mesmo que em menor medida, ao debate. Mesmo entre os sociólogos, o gênero ganhou destaque, essencialmente a partir das publicações de Pierre Bourdieu. Todavia, nossa preocupação concentra-se mais na volta dos sujeitos à historiografia em função do papel ativo que eles representam nas configurações sociais e menos enquanto gênero específico.

Mas antes passemos em revista pelos elementos que implicaram o deslocamento dos sujeitos do centro da produção das ciências humanas e sociais para sua periferia. Nesse início de debate, buscaremos extrapolar as fronteiras da historiografia para dialogar com outras disciplinas, principalmente com a sociologia.

Ao longo do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, grande da historiografia se dedicava a celebrar os grandes heróis nacionais e os eventos fundadores. A historiografia nacional, enaltecida e produtora de mitos de origem serviu para consolidar unificações nacionais ao redor do globo, nas mais diferentes nações. Além disso, o princípio de que haveria uma grande devir condutor da história mundial, identificado por vezes com o progresso e em outras com a Razão, contribuiu para a celebração de eventos e sujeitos que desempenharam papéis nodais para o avanço da

grande história mundial, geralmente identificada com a história europeia. As razões para tal configuração da historiografia são diversas e bem conhecidas: o historicismo, o positivismo, o hegelianismo, o romantismo, entre outros -ismos, se pautaram sobremaneira nesta perspectiva.

A grande influência que o método das ciências da natureza passou a exercer sobre as humanidades e ciências sociais gerou um movimento contrário, no sentido de deslocamento dos sujeitos de sua posição central para a periferia da historiografia. Outros elementos contribuíram para tanto: o aumento da aplicação de métodos estatísticos e demográficos; correntes historiográficas preocupadas em abordar os “anônimos” da história, os vencidos e a história do cotidiano; o decrescente prestígio da abordagem política; a centralidade da história econômica e social; uma forma de evasão dos acontecimentos traumáticos do século XX (REIS, 1994b), entre outros.

Vale ainda acrescentar que a perspectiva das ciências dos homens baseada quase exclusivamente na explicação não se deve apenas à apropriação dos métodos das ciências da natureza: o grande impacto da semiologia, do estruturalismo e do inconsciente nas ciências sociais, a partir de meados do século XX, levou a história dos macromovimentos a torna-se dominante e empurrou os sujeitos para a periferia da historiografia e das ciências sociais. O predomínio da explicação, que antes era proveniente das ciências da natureza converteu-se numa disseminação da perspectiva linguística estrutural nas ciências do espírito. A linguística estrutural de hoje passou a ocupar o lugar do positivismo de ontem.

Contudo, sabe-se que esse deslocamento do sujeito não foi uma exclusividade da historiografia e diversos autores, em especial alguns sociólogos, se dedicaram a pesquisar o fenômeno. De forma bastante lúcida, Stuart Hall enumera cinco elementos que considera centrais para o que chama de “descentramento final do sujeito cartesiano” (HALL, 2006, p. 34).

O primeiro deles é a tradição marxista, mais especificamente a interpretação da obra de Karl Marx por Louis Althusser. Segundo Hall, a grande influência do pensamento althusseriano entre os estruturalistas e marxistas propiciou a difusão da sua visão de deslocamento das individualidades em favor das relações sociais na obra de Marx. Em grande parte atrelado à filosofia hegeliana, Marx desenvolveu o princípio de que haveria uma essência universal do homem que é condição de cada sujeito individualmente, segundo Althusser. Não apenas a universalidade dos sujeitos foi mobilizada por Althusser como também algumas passagens bastante específicas na qual Marx faz referência ao peso

das tradições e da história. A mais conhecida possivelmente é a que se encontra na primeira página de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p. 25)

O segundo grande propulsor do deslocamento dos sujeitos para a periferia das ciências humanas e sociais foi a constituição da teoria do inconsciente por Sigmund Freud. Mais uma vez, é especialmente a leitura de um de seus seguidores que notabiliza o afastamento do sujeito consciente, no caso a obra de Jacques Lacan. Segundo Hall, ao descortinar as vias pelas quais o inconsciente molda a personalidade, os desejos, a sexualidade, e todo um universo simbólico e material que caracteriza os sujeitos, Freud demoliu o edifício da razão consciente característica do cogito cartesiano. A formação do sujeito como constante processo de apropriação dos sistemas simbólicos, mediado pelo inconsciente, implica ainda que estes são constituídos, ao menos em parte, por processos psíquicos que independem da ação consciente, voluntária e racional. A referência lógico-racional não se aplica ao inconsciente e, portanto, todo um novo universo, que se estende para além do que se acreditava caracterizar os sujeitos unificados, é desvelado pela psicanálise.

O terceiro dos elementos listados por Hall é a semiologia de Ferdinand de Saussure. A caracterização das línguas como sistemas simbólicos sociais exteriores aos indivíduos e já constituídas de significados e sentidos anteriores aos sujeitos leva a compreensão de que podemos apenas nos situar no universo simbólico e cultural da língua para nos expressarmos e produzir sentidos. É por meio da mobilização de todo um universo de sentidos já existente que organizamos nossos discursos para articular o que queremos expressar. Contudo, todo esse trabalho é mediado pelo jogo previamente estabelecido das normas dos sistemas linguísticos. Os sujeitos não criam a língua: eles a utilizam. Mas ao fazê-lo, submetem-se ao protocolo da língua. Dessa forma não se pode conferir ao emissor do discurso a autoria dele: no máximo a organização das palavras e dos sentidos preexistentes, mas não sua produção. Ainda, a não fixidez dos sentidos, ou seja, pela língua caracterizar-se como um sistema vivo e em mutação, não é possível cerrar qualquer significante numa identidade imutável com qualquer significado. Portanto, fica vetado ao emissor do discurso precisar sua própria identidade, na medida em que ele

apenas dispõe de um sistema linguístico que o antecede e já carrega vários diferentes sentidos para enunciar a *si mesmo*.

O quarto componente do descentramento dos sujeitos é a filosofia de Michel Foucault, mais especificamente o que ele chama de poder disciplinar. Hall parte da individualização característica do poder disciplinar para asseverar as leituras macrossociais realizadas pelas instituições modernas. A partir da individualização e criação de todo um material documental sobre cada indivíduo, torna-se possível às instituições coletivas (escola, fábrica, prisão, etc.) criarem mecanismos disciplinares que homogeneizam e atuam sobre uma escala cada vez maior de indivíduos. A disciplina e a produção de corpos dóceis, apesar de agir nos sujeitos individualmente, são coletivas e padronizam-se pelos conjuntos em detrimento das subjetividades.

Aqui a argumentação de Hall parece desconsiderar outros elementos que seriam, ao menos em nossa visão, mais apropriados para legitimar a afirmação de descentramento do sujeito no campo da filosofia. Com Foucault, a análise do nascimento do biopoder ao longo do século XVIII e sua evolução até o século XX, ao ocupar-se dos indivíduos enquanto membros de uma espécie, parece levar mais longe o descentramento dos sujeitos. Em sentido próximo, a sociedade de controle tal como evidenciada por Gilles Deleuze, com todos seus números, códigos e classificações impessoais, ainda que individualizadas, criados para controlar os indivíduos para além dos espaços fechados institucionais, também apresenta uma face das sociedades contemporâneas na qual os sujeitos estão ainda mais descentrados. Em todo caso, o que merece destaque nessa questão, em nossa leitura, é a denúncia da possível falsa correlação que poderia se estabelecer entre aumento da individualização e centralidade dos sujeitos.

Por fim, segundo Hall, o quinto elemento de descentramento dos sujeitos é o feminismo. Incluído no grupo maior de movimentos sociais que ganharam força especialmente na segunda metade do século XX, o feminismo funciona como um ícone das forças sociais que se ergueram na década de 1960. São as diversas identidades, cada qual representante de determinado movimento, que faz os sujeitos perderem espaço para as representações coletivas dos negros, mulheres, homossexuais, etc. Ainda que a argumentação de Hall apresente reflexões consistentes quanto a tese de que esses movimentos levaram a um descentramento dos sujeitos, a afirmação da multiplicidade de identidades tem um efeito positivo mais pronunciado que o efeito colateral da homogeneização. A retomada dos princípios democráticos em detrimento de um tipo de ditadura da maioria, na qual se acostuma identificar como democracia, deve muito a

esses movimentos. Contra a aparente unidade nacional, os movimentos sociais da segunda metade do século XX exteriorizaram as contradições socioculturais veladas. O custo da exposição da variedade de empreendimentos pessoais foi torná-los sociais e políticos. Certamente, ao expor as questões familiares, da sexualidade, e da própria identidade, as subjetividades acabaram por ser deslocadas em favor dos projetos coletivos.

Todos os pontos levantados por Hall parecem, de fato, representar bem as matrizes do descentramento dos sujeitos na contemporaneidade. O marxismo, o inconsciente, a semiologia, toda uma tradição filosófica mobilizada na obra de Foucault e os movimentos políticos de identidade cumpriram papéis específicos neste processo. Contudo, é na união de alguns deles que se criou uma força ainda maior. A retroalimentação entre os pontos citados gerou práticas científicas e sociais como o estruturalismo, baseado na linguística saussuriana aliada ao inconsciente; a ampla apropriação da obra de Foucault pelo movimento feminista; as obras de Hebert Marcuse, Jacques Lacan, Wilhelm Reich e outros que fundiram Marx e Freud; todo o trabalho de Claude Lévi-Strauss; enfim, os exemplos de fusão destes elementos são muitos.

Poderíamos ainda acrescentar um sexto elemento aos cinco anteriores: o papel das matemáticas sociais – a demografia, a estatística, a história dos preços, os ciclos econômicos, e outros. Pode-se argumentar que as matemáticas sociais são efeitos dos pontos anteriormente apresentados, mas não parece ser o caso. O avanço técnico das ciências da natureza levou o trabalho de apropriação dos métodos matemático-estatísticos por parte das ciências sociais a um novo nível. Alguns dos temas mais subjetivos das ciências sociais assumiram feições estatísticas, como a história da morte, por exemplo.

Se o descentramento dos sujeitos foi impulsionado por diversas matrizes de pensamento, as quais podemos classificar como centrais na contemporaneidade, o movimento no sentido de trazer novamente os sujeitos para o centro dos debates das ciências sociais tem se apresentado também de diferentes formas. É certo que pesquisas pautadas pela análise de grupos ou indivíduos específicos não deixaram de ser produzidas. Contudo, trabalhos nos quais os atores sociais são a preocupação central diminuíram consideravelmente. O estigma deixado, por exemplo, pela caricatura que os *Annales* criaram acerca dos trabalhos da Escola Metódica, muitas vezes debruçados sobre alguns personagens-chave, dificulta o avanço da perspectiva na qual os atores sociais ocupam lugar privilegiado. As vias de realocação dos sujeitos, portanto, passam pela apresentação da fragmentação identitária para, somente então, recuperar aos poucos a importância concedida à ação consciente do sujeito capaz.

O caminho, ainda que contraditório, para a reabilitação dos sujeitos pós-estruturalismo foi dado conforme uma orientação-chave, que chamaremos, apenas provisoriamente, de tese da fragmentação dos sujeitos e das identidades. A propalada implosão identitária como efeito da pressão do presente sobre os sujeitos criou a ênfase na “liquidez”, efeito da noção correlata de “presentismo”, ainda que ambas as noções tenham filiações distintas. Os sujeitos contemporâneos, conforme os autores identificados como pós-modernos, estão colocados diante de uma fragmentação identitária opressora: o acento negativo do pertencimento a qualquer grupo é ressaltado para a manutenção da tese da fragmentação. Qualquer possibilidade de abertura dos sujeitos para além do mundo restrito de uma sociabilidade mínima é vista como fermento da fragmentação.

Assim, a revolução dos transportes gera uma crise de identidade territorial, a televisão gera uma crise ao misturar as diversas identidades regionais, a indústria cultural gera uma crise de identidades culturais, a internet gera uma macrocrise das identidades nacionais, assim como a globalização, e assim por diante. A tese da fragmentação é nutrida pela abertura a outros mundos possíveis e sustenta-se num pilar quimérico de um passado no qual um sujeito singular, pleno e “verdadeiro” foi possível e que, portanto, as identidades seriam estáveis. Atribuir ao passado essas características para defender que o rompimento com esse passado gera uma fragmentação dos sujeitos não passa de uma ucronia. É sobre estas premissas que a fragmentação dos sujeitos e das identidades é fundamentada.

Grande parte dos trabalhos pautados pela tese da fragmentação se baseia em leituras que buscam extremar os posicionamentos de um grupo de sociólogos que se debruçaram sobre a questão do descentramento dos sujeitos. Entre os autores mais citados temos: Stuart Hall, já comentado, Anthony Giddens, David Harvey e Zygmunt Bauman; ou seja, os teóricos da modernidade são invariavelmente acionados no debate acerca da fragmentação dos sujeitos. Contudo, nota-se um trabalho no sentido de levar ao limite as análises desses autores.

Stuart Hall, por exemplo, faz uma interessante síntese do tema sem, contudo, se incluir entre os que defendem um extremismo da fragmentação dos sujeitos:

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos

de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (HALL, 2006, p. 9).

A questão que se coloca aqui é justamente a de questionar em que medida, no passado próximo, os sujeitos tiveram mesmo essa estabilidade. A alternativa entre fragmentação e multiplicidade é mais uma vez colocada em movimento.

Segundo Hall, três tipos de identidades podem ser identificadas na contemporaneidade: a do sujeito Iluminista, erigido em unidade plena pela razão e pela consciência, notadamente individualista; a do sujeito sociológico, que se constitui culturalmente pelo contato com a sociedade na qual está inserido e que o forma; e do sujeito pós-moderno, caracterizada pela historicidade e transitoriedade das identidades, pela adaptação e mobilidade identitária tanto na escala temporal como no trânsito entre diferentes configurações sociais.

Interessante notar que o sujeito pós-moderno é caracterizado como portador de “identidades contraditórias”, como uma “multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades” que “não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, em oposição a uma suposta “identidade fixa, essencial ou permanente”, “plenamente unificada, completa, segura e coerente” (HALL, 2006, p. 13). O próprio autor reconhece que caracterizar as identidades de tal forma é uma simplificação, mas não abre mão de adotar tal divisão em função de sua compreensibilidade. O que questionamos aqui não é a divisão dos sujeitos contemporâneos entre Iluminista, sociológico e pós-moderno, mas a condição negativa que precisa ser mobilizada para assegurar o caráter fragmentário do sujeito pós-moderno. É algo como transformar a capacidade de adaptação em descaminho de caráter, a partir de uma ucrônia de um sujeito unificado.

Anthony Giddens, por uma via mais afeita às questões da psicanálise, aborda os sujeitos pós-modernos de forma diferente, mas não muito distante de Hall. As questões colocadas por Giddens passam também pela fenomenologia do “ser-no-mundo” quando trata do que chamou de segurança ontológica: “A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (GIDDENS, 1991, p. 84). Em oposição à segurança ontológica, têm-se os esquizofrênicos. O autor se pauta na “escola de pensamento psicanalítico das relações-objeto” (1991, p. 87) para defender a ideia de que os sujeitos recebem uma “dose” de confiança na primeira infância que os tornam

confiantes quanto à própria identidade e ao grupo social a que pertencem. A questão é que o objetivo de tal postura é a *mesmidade* do sujeito, a capacidade de manter-se, e não de adaptar-se. Segundo o sociólogo, na idade adulta aquela segurança ontológica construída na infância impede que os sujeitos se desestruturem num pavor existencialista, ou na esquizofrenia²⁹.

Aqui o debate elaborado por Ricoeur entre *mesmidade* e *ipseidade* proporciona um caminho viável para a superação da restrição do sujeito à esfera do idêntico e, por acréscimo, leva a um outro estatuto da identidade, a identidade narrativa. Na filosofia de Ricoeur, em geral, tanto os elementos de identidade coletiva quanto de identidade pessoal são apresentados intencionalmente de forma intercalada, para evidenciar a herança histórica constitutiva dos sujeitos como determinação e possibilidade, ao lado da ideia de *sujeito capaz*. Entre os poderes de dizer, de narrar, de agir, de ser imputado a si os seus atos, próprios dos sujeitos, deve-se incluir também sua capacidade de recordar e projetar coletivamente, assim como de estar exposto e agir sobre a sua identidade pessoal e coletiva; essa duplicidade não disjuntiva Ricoeur chama de “constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária” (RICOEUR, 2007, p. 92).

Em *O si-mesmo como um outro* Ricoeur elabora os conceitos de *mesmidade* e *ipseidade* para apresentar duas faces distintas do si, como *idem* e como *ipse*, respectivamente. Enquanto *mesmidade*, tem-se a identidade numérica, a semelhança extrema, a continuidade e a permanência ao longo do tempo, elementos que caracterizam a única e mesma pessoa. Já a *ipseidade* é a identidade na mutação, o que não significa transformação em outro, mas sim o si na flexibilidade. É na *ipseidade* que se cria a identidade a partir das obras de cultura. Nesse sentido, as mediações simbólicas e textuais que formam historicamente os sujeitos, no qual se incluem as narrativas em geral – e as

²⁹ Interessante notar que o livro de Giddens em questão, intitulado *As consequências da modernidade*, é iniciado com algumas epígrafes, dentre as quais uma de Paul Ricoeur, retirada de um texto intitulado *Civilização universal e culturas nacionais*, publicado em 1961 na revista *Esprit* e posteriormente adicionado à segunda edição da coletânea de artigos *História e Verdade*, de 1964 (a primeira edição é de 1955). A epígrafe em questão é a seguinte: “Quando descobrimos que há diversas culturas ao invés de apenas uma e conseqüentemente na hora em que reconhecemos o fim de um tipo de monopólio cultural, seja ele ilusório ou real, somos ameaçados com a destruição de nossa própria descoberta, subitamente torna-se possível que só existam outros, que nós próprios somos um 'outro' entre outros. Tendo desaparecido todos os significados e todas as metas, torna-se possível vagar pelas civilizações como através de vestígios e ruínas. Toda a espécie humana se torna um museu imaginário: aonde vamos este fim de semana — visitar as ruínas de Angkor ou dar uma volta no Tivoli de Copenhagen?” (RICOEUR apud GIDDENS, 1991, p. 6). Essa citação deixa claro como as considerações de Ricoeur acerca da história e de conceitos como “vestígios” e “significados” tornaram-se bastante mais refinadas em seus trabalhos posteriores, em geral após meados da década de 1960. Apesar do sugestivo título *História e Verdade*, os debates realizados por Ricoeur nessa coletânea de textos são todos retomados posteriormente, em especial em *Tempo e Narrativa*, *Do texto a ação* e *A memória, a história, o esquecimento*. É nesse sentido que a obra *História e Verdade* é pouco acionada em nosso trabalho.

narrativas da história de vida de determinada pessoa em especial – assim como a compreensão na alteridade são típicas da *ipseidade*. Podemos dizer que a *ipseidade* traduz-se bem como *identidade narrativa*.

Essa identidade não é simplesmente uma manutenção do mesmo, mas uma categoria da prática. Isso implica que identificar o sujeito de determinada ação não se resume apenas a designar um agente pelo nome próprio. Essa primeira identificação, a do nome, deve ser seguida pela narrativa da história de vida desse sujeito, na medida em que nada garante que quem responde pelo mesmo nome mantém-se o mesmo ao longo de toda a vida. A identidade, nesse registro, vai muito além da nomeação. A identidade que responde à pergunta *quem* é uma identidade narrativa, da esfera da *ipseidade*. Caso contrário, ou presumir-se-ia que existe apenas a *mesmidade*, ou seja, um sujeito idêntico a si mesmo ao longo de todas as vicissitudes da vida, ou, no outro extremo, que a existência de um sujeito idêntico a si mesmo não passa de uma ilusão, o que leva a uma diluição de qualquer possibilidade de identidade: “O dilema desaparece se a identidade entendida no sentido de um mesmo (*idem*) for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*); a diferença entre *idem* e *ipse* não é outra senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa” (RICOEUR, 2010c, p. 419).

A noção de identidade narrativa associa-se perfeitamente com a noção de refiguração. Isso porque a história de cada sujeito é resultado da soma de todas as histórias reais e imaginárias que esse sujeito elabora acerca de si mesmo. Essas histórias são produtos da fusão de horizontes que se produz pela apropriação das obras de cultura que esse sujeito realiza durante a vida. Assim as transformações, adaptações, reelaborações, enfim, a continua constituição de si pode ser unificada e apresentada como identidade quando narrada, ao passo que, quando dispersas, essas mudanças não são mais que desvios do mesmo. É esse si da *ipseidade*, auferido pela identidade narrativa, o que se conhece no “conhecimento de si” da refiguração. A narrativa que o sujeito produz acerca de si mesmo no quadro da psicanálise é o exemplo maior do conhecimento de si pela identidade narrativa.

Ainda, a identidade narrativa não se presta apenas ao entendimento do indivíduo, como se aplica igualmente às comunidades. As histórias que determinado povo conta sobre si mesmo, sejam elas concretas, tangíveis, fictícias ou míticas, constituem sua identidade narrativa.

É certo que as identidades narrativas não são plenas e não estão imunes a distorções, intencionais ou não. A elaboração de sínteses bastante diferentes, e até mesmo

opostas, sobre um mesmo conjunto de acontecimentos ou pessoas deixa claro que as identidades podem ser deformadas ou deliberadamente forçadas. Várias noções dão prova desses limites da identidade narrativa: uchronia, revisionismo e negacionismo são algumas delas. Cabe à crítica documentária do trabalho do historiador aclarar essas distorções, mesmo que parcialmente. Contudo, indicar os possíveis limites da identidade narrativa não equivale a abandonar os avanços que tal perspectiva da identidade trás ao universo do historiador. Mas cabe agora observar como estes deslocamentos e readequações se dão no ofício corrente do historiador.

A forma como a onda de deslocamento dos sujeitos do centro das pesquisas em ciências sociais atinge a história se dá basicamente pelas mesmas vias abordadas pelos sociólogos anteriormente citados. Para a historiografia, a atualização desse deslocamento entre os *Annales* serve como referência para a observação do fenômeno:

Uma hipótese generalizante permitirá que se unam os dois momentos de uma historiografia que nós separamos, mas que têm em comum o esquecimento do ator. As relações de produção e a referência ao produto constituíram os elementos pertinentes de um quadro histórico no primeiro caso [acerca da história social e econômica dos *Annales*], e a referência a si, aos outros e ao mundo no segundo [acerca da história das mentalidades]: a uma abordagem econômica do social sucedia uma abordagem cultural. Assim, as duas historiografias ocupavam posições simétricas. Nas duas figuras, a redução da opacidade do social resultava de uma estratégia de contornamento, depois de redução ao idêntico. Em outros termos, a definição de qualquer sociedade antiga era obtida por dedução, explícita ou implícita: as características de sua economia ou as de suas mentalidades forneciam, como por decalque, todos os seus elementos. A questão é saber o que a economia (em Labrousse ou em Braudel) ou as representações do mundo (em Le Goff ou em Le Roy Ladurie) fazem da sociedade e, concomitantemente, dizem a respeito dela. O desaparecimento do ator e a desqualificação de fato dos modelos de auto-instituição do social caminham juntos. (LEPETIT, 2001, p. 235).

A observação do predomínio das produções em história econômica e social ao longo do século XX permite amplificar o efeito de deslocamento dos sujeitos para além da historiografia dos *Annales*. Contudo, ao longo das últimas décadas do século XX, pode-se notar uma mudança na perspectiva dos historiadores quanto ao papel dos sujeitos. As estruturas e conjunturas, enquanto modelos temporais de explicação, impeliam a história no sentido dos macromovimentos que pouco podiam se adaptar ao tempo de uma vida humana. A longa duração favorecia as explicações por decalque, como as caracterizou Lepetit. As ações situadas e iniciativas dos atores históricos eram vistas como consequências dos movimentos estruturais. Assim, não se pode afirmar que a história pautada pela longa duração tenha personagens – no sentido fundamental do termo (os

“personagens” ou “entidades sociais” eram entidades de outra natureza). Não é possível designar por um nome próprio, nem atribuir ações, ou desfechos felizes ou infelizes; não são, portanto, personagens humanos.

Quando, todavia, o lugar da prática enquanto instância da composição social é restituída, para além das representações mentais ou das estruturas, o sujeito volta à cena da história. Abordar o passado histórico como um processo presente em outro tempo, e não como produto do movimento de estruturas explicativas de longuíssima duração, tende a levar os historiadores a considerarem a indeterminação do *tendo-sido*, assim como as ações e decisões conscientes dos atores históricos. Dessa forma, sujeitos e acontecimentos históricos são reativados em conjunto.

Mas essa volta dos sujeitos e dos acontecimentos não se dá sem o questionamento da “ideologia” dominante que associa acontecimento histórico à história factual. Dessa forma, o produto de uma determinada ação situada enquanto objeto da história fica prejudicada pela associação ao gênero da história factual, tão condenado pelos *Annales*:

A pressuposição tácita de que os acontecimentos são o que indivíduos fazem ocorrer ou sofrem é destruída por Braudel junto com outras duas pressuposições estritamente ligadas entre si [...]: a de que o indivíduo é o portador último da mudança histórica e de que as mudanças mais significativas são as mudanças pontuais, aquelas que afetam a vida dos indivíduos devido a seu caráter breve e súbito” (RICOEUR, 2010a, p. 169)³⁰

Portanto, o reconhecimento das críticas dirigidas aos *Annales* a partir da virada crítica foi de extrema importância para a reabilitação dos sujeitos.

Lepetit (2001) nota como a questão do tempo histórico, pautado pela longa duração, foi essencial para o descentramento dos sujeitos. Segundo o historiador da virada crítica, se a explicação histórica pode ser legitimada pelo ritmo temporal, ou seja, se as estruturas sociais de longa duração, as conjunturas econômicas de médio-longo prazo, e o tempo curto das oscilações são referências suficientes para explicar as transformações históricas, então uma lógica mecânica de encaixe de engrenagens temporais torna-se causa suficiente e independente dos sujeitos e das ações situadas. O pinhão do motor da história girava, nessa perspectiva, independentemente dos sujeitos que a fazem.

Com a emergência da história das mentalidades, os extratos estatísticos perdem um pouco do espaço que ocupavam ao longo do predomínio da história social e econômica de longa duração. O estudo das formas de representação implica um trabalho de interpretação

³⁰ Essa citação já foi apresentada anteriormente, contudo, em outro contexto, buscando debater questões ligadas ao acontecimento e não aos sujeitos.

mais intenso que a leitura lógica das tabelas de dados. Contudo, essa passagem da segunda à terceira geração dos *Annales* não implicou, como poderia nos fazer crer, um retorno dos sujeitos. A influência da longa duração, do pensamento braudeliano, e de toda a tradição dos *Annales* leva os historiadores das mentalidades a observar seus novos objetos, caracterizados pelo coletivo mentalidades, como tipicamente letárgicos. “Os quadros mentais também são prisões de longa duração” (BRAUDEL, 2005, p. 50). Coletiva, inconsciente e estrutural: a história das mentalidades se parece mais com uma continuidade da tradição dos *Annales* do que com a ruptura que estes historiadores algumas vezes declararam.

Um ponto essencial para o debate do retorno dos sujeitos após o predomínio da história social de longa duração e das mentalidades é a caracterização das sociedades enquanto prática social. Ao considerar que é a própria atualidade de cada configuração social a referência para os atores sociais, a análise do social deixa de ser guiada por uma estrutura externa que provê uma estratificação social, funcional, representacional ou de produção como princípio de explicação. Os usos práticos, a ação consciente e a perspectiva que cada grupo social tem de si mesmo passa a ser referência da explicação, e não a natureza ou condição imposta pelo modelo explicativo. Sem dúvida, condições de produção e determinações históricas exercem um papel importante em qualquer sociedade. Trata-se de decidir pautar o trabalho histórico pela permanência das condições herdadas ou pelo trabalho de atuação ativa dos sujeitos históricos que constituem as sociedades.

Para além da mudança de estatuto dos sujeitos nas análises de história social, cultural e econômica, áreas em que mais se destacou tal retorno, podemos acrescentar o trabalho com as histórias de vida. O efeito desse retorno de interesse pelos sujeitos históricos pode se observar pelo aumento gradativo de prosopografias, hagiografias e biografias em geral. Uma boa parte dos historiadores que antes estiveram ligados à história das mentalidades acabaram por seguir esse caminho. Outro elemento que colaborou de forma bastante eficaz para a reabilitação dos sujeitos foi a microhistória. As análises pautadas pela observação minuciosa e densa são invariavelmente levadas a considerar os sujeitos históricos mais de perto. Apesar do retorno dos sujeitos na forma de biografias, e com a microhistória, ser bastante representativo, preferimos pautar nosso debate pela forma como eles mudaram de estatuto nas abordagens social, cultural e econômica, na medida em que nessas áreas houve uma alteração na forma como o papel dos atores é pensado, tendo como contraponto toda uma produção pautada pela leitura estrutural.

A reabilitação dos sujeitos está ligada ao que Delacroix, Dosse e Garcia chamaram de uma nova *sensibilidade teórica*:

[...] da qual os historiadores das novas gerações participam e que os leva a um distanciamento e, para muitos, a uma ruptura com as abordagens excessivamente objetivistas – as do marxismo, do estruturalismo e do funcionalismo. Duas características principais e ligadas podem ser citadas para caracterizar essa nova espécie de problemas e de questões: o *construtivismo social* e a centralidade da ação (que podemos designar como abordagem *pragmática*). Esses anos veem o surgimento de uma nova configuração de trabalhos em ciências sociais, para os quais as realidades sociais são analisadas como construções históricas dos atores individuais e coletivos, e não como naturais ou dadas de uma vez por todas [...], e que reabilitam a centralidade da ação, da comunicação, a intencionalidade dos atores e a dimensão interpretativa da análise. Os usos muito diversificados desses temas oriundos de elaborações já velhas, como a etnometodologia, a fenomenologia ou a teoria da ação, recompõem a cultura teórica de numerosos pesquisadores em ciências sociais – inclusive em história [...]. É essa nova cultura teórica que buscam caracterizar os diversos diagnósticos em termos de ‘viradas’, sejam elas ‘descritivas’, ‘pragmáticas’, ‘interpretativas’ ou ainda ‘hermenêuticas’ [...]. (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012, p. 335-336).

Gostaríamos de acrescentar, para além desses elementos extensivos identificados pelos autores da citação anterior, uma mudança mais pontual na perspectiva da representação, desenvolvida por Ricoeur ao trabalhar a *Poética* de Aristóteles, que também leva a uma reabilitação dos sujeitos, mas por uma via bastante distinta. A postura do historiador pode variar de narrador à de agenciador dos personagens históricos. Em geral, o historiador coloca-se como narrador e representa os personagens de seu objeto de pesquisa. Mas, por vezes, a preocupação em dar voz aos atores históricos é mais presente que o próprio historiador-narrador. Obras históricas cujo objeto são os processos inquisitoriais são os exemplos mais claros. O historiador permite que o ator histórico fale ele mesmo, por meio da reprodução de trechos ou da integralidade dos depoimentos. Nas histórias orais esse recurso também é bastante acionado: no Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP), a transcrição das entrevistas é parte essencial das pesquisas, apenas para citarmos dois exemplos. Quando Ricoeur, ao estudar Aristóteles, diferencia a postura de narrador da de agenciador dos atores, ele não tinha em mente, acreditamos, a representação historiadora, menos ainda o tinha Aristóteles. Mas a extensão desse debate ao campo da historiografia pode conter potencialmente um efeito esclarecedor acerca das narrativas históricas, sob uma perspectiva até agora pouco trabalhada. Trata-se aqui de uma nova forma de reabilitação dos sujeitos históricos.

3.4. A capacidade referencial da história

Dentre as dissensões que assaltam a historiografia contemporânea, a questão do referente histórico se deve, em grande medida, ao efeito da virada linguística e seu extremo, a indissociação entre referente ficcional e referente passado. Os historiadores remetem quase sem ressalvas ao posicionamento ricoeuriano acerca deste tema.

Sobre o que a história diz ao dizer o passado? A questão da referência é essencial para a associação que Ricoeur estabelece entre a representação historiadora e o passado que “efetivamente ocorreu”, para seguir o vocabulário que o filósofo repete várias vezes:

Somente a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na *empeiria*, na medida em que a intencionalidade histórica visa os acontecimentos que *efetivamente* ocorreram. Mesmo que o passado não seja mais e que, segundo a expressão de Agostinho, ele só possa ser alcançado no presente do passado, isto é, através dos vestígios do passado que se tornaram documentos para o historiador, não deixa de ser verdade que o passado ocorreu. O acontecimento passado, por mais ausente que esteja para a percepção presente, nem por isso deixa de governar a intencionalidade histórica, conferindo-lhe uma nota realista que nenhuma literatura jamais igualará, ainda que tenha a pretensão de ser ‘realista’. (RICOEUR, 2010a, p. 139).

Entre sentido e referência se estabelece uma dialética essencial para a história. *O que o historiador diz* deve estar necessariamente ligado ao *sobre o que* ele diz. Essa ligação, contudo, não é ingênua e direta. A máxima “tal como tendo efetivamente sido”, cara a Leopold von Ranke, já se sabe inatingível. Ainda que a comunidade de historiadores já tenha chegado a um relativo consenso quanto à impossibilidade de uma total transparência do referente, é essa forma de considerar o trabalho dos historiadores que os críticos da referencialidade imputam à história:

Chega-se assim a esse paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato não tem nunca senão uma existência linguística (como termo de um discurso), e no entanto tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural, o “real”. Esse discurso é sem dúvida o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem, todavia nunca ser possível atingi-lo fora desse discurso (BARTHES, 2004, p. 177).

Hayden White se apropria da tese de Barthes como epígrafe de sua obra *Metahistória. O discurso da história* não foi tão comentado entre os historiadores na

época de sua publicação (1967), mas foi amplamente difundido posteriormente por White. O que Barthes chama de “paradoxo” é necessariamente dependente do acordo prévio estabelecido por ele mesmo, o qual pressupõe que todos os historiadores e leitores de livros de história se submetam à tese de total transparência do referente, expressa em: “e no entanto tudo se passa como se essa existência não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de uma outra existência”. Que existe um pacto entre historiadores e leitores de livros de história sobre o caráter de “verdade” do referente não pode ser negado, aliás, esta é a visada veritativa da história, mas que a obra seja um espelho ou uma cópia de algum ponto do passado talvez seja um pouco de exagero. Esse realismo ingênuo imposto à história por Barthes não traduz os debates atuais acerca da representação historiadora e pressupõe deliberadamente subestimar a capacidade interpretativa dos leitores de livros de história.

Nem a transparência plena nem a impossibilidade de acesso ao referente caracterizam as formulações de Ricoeur acerca do referente da história. “O jogo da distância e da proximidade, constitutivo da conexão histórica, é o que vem à linguagem antes de ser uma produção da linguagem” (RICOEUR, 1989, p. 69).

O discurso é um evento: dizer algo é uma capacidade de agir. Contudo, o dito tem um sentido derivado do significado, do que é dito. Se o que é dito remete a uma realidade para além do ato de discursar, o referente se integra à dialética entre significado e sentido. A capacidade de representar o referente no discurso não é apenas uma capacidade discursiva, mas também ontológica de poder trazer a experiência à linguagem. Se, na superação do nominalismo, considerarmos que as coisas que nomeamos, identificamos e dizemos existem previamente ao ato de dizê-las, então é a *experiência* que é dita pela *linguagem*, e não é a *linguagem* que determina a *experiência*. A experiência de *ser-no-mundo* é refletida na linguagem, mas existe antes dela. E é por isso que não podemos submeter a linguagem à metalinguagem, já que ela pode remeter ao que *é*, mesmo que em *existência* extralinguística.

Entre sentido e referente temos uma dialética relacionada à semiótica, de um lado, e a semântica de outro. Segundo Ricoeur:

Se a linguagem não fosse fundamentalmente referencial, seria ou poderia ela ser significativa? Como poderíamos saber que um signo está em vez de alguma coisa, se não recebesse a sua direção para algo em cujo lugar está em virtude do seu uso no discurso? Por fim, a semiótica aparece como uma mera abstração da semântica. E a definição semiótica do signo enquanto diferença interna entre o significante e o significado pressupõe a sua definição semântica como referência à coisa, em cujo lugar está. Assim, a definição mais concreta de semântica é a teoria que relaciona a constituição interna ou imanente do sentido à intenção exterior ou transcendente da referência. (RICOEUR, 2009a, p. 37)

Entre semântica e hermenêutica tem-se uma variação de escala: na semântica considera-se o efeito do predicado sobre o sujeito, podendo ser tanto um predicado quanto um sujeito extralinguísticos; na hermenêutica considera-se o texto em sua totalidade, geralmente maior que uma frase, mas o jogo entre sentido e referente se mantém como na semântica, ampliado.

Em história, o sentido não pode ser o único objetivo visado, na medida em que é acerca da *ação humana* “de fato” *decorrida* que versa a história. É nesse sentido que se pode dizer que a filosofia de Ricoeur define o sujeito da história enquanto o ator histórico na sua capacidade de agir, e não apenas como pertencente a um passado abolido e agora passivo, plenamente manejável; ou seja, “o referente último da representação historiadora é o vivente antigo, atrás do ausente de hoje na história” (RICOEUR, 2007, p. 396). A história não é apenas o estudo do que *foi e já não é mais*, mas antes o estudo do *ser* na alteridade, dos sujeitos que *agem* no presente, e não apenas dos sujeitos que *agiram*: a questão é considerar que o presente do indicativo não se aplica somente ao presente do historiador quando ele configura a história, mas o seu referente é também constituído por sujeitos que *agem* num presente, ainda que seja outro presente. Dessa forma o referente da história deixa de ser apenas o efeito de uma configuração narrativa. Conserva-se, assim, a experiência histórica dos sujeitos na alteridade. Essa posição está claramente pautada na filosofia heideggeriana, em especial no que tange à relação entre historicidade e intratemporalidade: “Mas um *Dasein* já não existente, em sentido rigorosamente ontológico, não é passado, mas é *sido-‘ai’*” (HEIDEGGER, 2012, p. 1031).

Mas afirmar que a referência da história remete a um passado real enquanto a ficção remete exclusivamente ao emocional depõe duplamente contra tanto a referencialidade da história quanto a da ficção. Isso não significa negar a assimetria entre os modos referenciais, mas coloca-los lado a lado, trabalhando juntos, no que um oferece de suporte ao outro. A ficção imita a ação a partir da imaginação, e assim permite experimentar possibilidades de ação, sua aceitabilidade e congruência, em configurações possíveis. A referência ao mundo “real” fica suspensa, mas não é irreconciliável, na medida em que o mundo do texto já é um mundo, e a capacidade da arte, no caso a literatura de ficção, de perturbar e reorganizar os possíveis incide diretamente sobre a nossa relação com o real. Da mesma forma, por mais que a história remeta a um passado real, esse passado *não é mais*, e, portanto, é empiricamente inverificável. Todavia, o suporte dos documentos, a submissão do historiador aos vestígios que legitimam seu

discurso, atribui à história uma relação referencial distinta. Mesmo assim, é a imaginação produtiva que permite ao historiador articular em intriga vestígios do passado. Nesse sentido, a imaginação produtiva é comum ao historiador e ao literato, ainda que o suporte referencial de suas produções seja distinto: “A história, neste sentido, combina a coerência narrativa e a conformidade aos documentos. Esta ligação complexa caracteriza o estatuto da história como interpretação.” (RICOEUR, 1989, p. 30).

Richard Kearney publicou, em 2006, um artigo na *Revue de Métaphysique et de Morale* no qual, entre outros debates, opõe a posição ricoeuriana acerca do referente da história frente a alguns autores que ele chama de pós-modernos. Segundo o autor, a “irrepresentabilidade” e a “irreferencialidade” seriam as características que os pós-modernos opõem à capacidade da narrativa histórica. A posição de Ricoeur é a de que quanto mais as narrativas históricas se dedicam às experiências traumáticas, por exemplo, mais nos aproximamos da possibilidade de compreendê-las. “É uma questão de perceber que a compreensão do mal sem narração corre o risco de tornar-se desumana” (KEARNEY, 2006, p. 209, tradução nossa). Assim, é o face-a-face da representação e do referente que pode garantir que a experiência do mal não se torne uma ficção ou uma suposta farsa. É necessário narrar, e não apenas contar os mortos, para que o revisionismo ou o negacionismo não substituam a intenção veritativa da história por uma liquefação dos referentes e, como consequência, das possibilidades de representação.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que há uma outra forma de observar a relação da configuração historiadora com o referente real. Ao dizer que a história diz algo sobre o passado que efetivamente foi, a dimensão epistemológica da relação referencial é mobilizada. É assim que se configura o trabalho do historiador com os documentos, testemunhos e arquivos. Contudo, ao considerarmos a refiguração da experiência passada pelo historiador, como compreensão necessária para que ele então possa elaborar uma configuração textual, a dimensão hermenêutica é que é preconizada. Esta inversão da ordem entre configuração e mundo da ação não descarta a questão do referente, apenas a desloca de uma posição exordial para uma posição de consumação. É por meio de um trabalho hermenêutico que o historiador transforma um documento em vestígio, ou seja, em algo que no presente diz algo sobre um *tendo-sido*. O documento, ao ser analisado, pode fornecer uma explicação, mas quando se assume um documento como vestígio, uma dimensão hermenêutica é colocada em ação e permite que uma *construção* textual (configuração) possa almejar ser uma *reconstrução* de um passado *tendo-sido*, na medida em que se baseia não apenas em documentos (dimensão epistemológica), mas em

vestígios, enquanto marcas do passado no presente, signos de outro tempo. É preciso interpretar o documento, na alteridade temporal, para reconhecer nele um signo, um vestígio. O referente da história, portanto, não se encontra apenas na epistemologia do documento, mas na ideia de vestígio, o que já implica uma interpretação.

4. A história sob o signo da representação

No caminho percorrido até agora, ao passarmos pela historiografia e pelas perturbações que a caracterizam atualmente, seja na forma de viradas, seja com as questões controversas, buscamos apresentar o estado atual da disciplina histórica em suas dimensões historiográficas e epistemológicas. Nos próximos capítulos manteremos estas preocupações, mas reorientaremos nossa atenção também aos elementos constituintes da historicidade, tangenciando assim um tipo de ontologia do ser histórico. Dessa forma, os debates acerca das representações e da condição histórica assumem um contato mais próximo com a filosofia, em especial a de Ricoeur.

4.1. Duas orientações gerais da representação historiadora

Todo o trabalho de história é uma escrita, do começo ao fim. Nas três fases da operação historiográfica, Michel de Certeau já denunciava a falsa ideia de progressão de uma fase à outra até se chegar à fase escriturária, em favor de uma intrincada operação simultânea. Ricoeur destaca, para além desse ponto, que todas essas fases da operação estão intimamente ligadas com a escrita: seja na análise dos documentos, no processo de escritura propriamente ou ainda na apropriação que um público indeterminado faz do texto de história, a história e a escrita não se dissociam. Essa associação não é nova: basta ver como a periodização separa história e pré-história pelo marco da escrita, por mais que esta baliza seja contestável. Esta constatação torna ainda mais premente a necessidade de reflexão acerca do papel desempenhado pelo discurso, num sentido mais amplo, e pela narrativa, mais precisamente no que tange a fase escriturária e de refiguração, na produção do conhecimento histórico. Cabe ao historiador considerar que o debate acerca da configuração narrativa e da representação historiadora não se resume ao livro impresso de história: todo trabalho de configuração, ao ser apropriado, refigura a experiência temporal,

transforma a compreensão de si e do mundo do leitor. A responsabilidade do historiador, assim como a do literato, não se limita a produzir uma representação verídica do passado, ou a criação verossímil de um mundo possível. Diz respeito também ao conhecimento de si que alcançamos por meio da apropriação das obras de cultura.

4.1.1. Operação historiográfica

Quanto ao primeiro dos modelos, Certeau o escreveu já tendo em mente o ofício de historiador. Mais conhecida no campo da história, a operação historiográfica é utilizada como referencial para a historiografia desde a publicação de sua primeira versão em 1974 na coleção *Faire de l'histoire* dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora. Apesar de escrito há quarenta anos, este texto continua quase invariavelmente presente em cursos de historiografia e teoria da história.

Grosso modo, a operação historiográfica consiste em três premissas básicas: as produções dos historiadores estão submetidas a um *lugar de produção*; são constituídas por *práticas “científicas”* e, por fim, são fixadas por meio de *uma escrita*. Apoiando-se no que chamou de “um despertar epistemológico” de fins dos anos de 1960, Certeau buscou apresentar quais são os elementos constituintes da prática historiográfica que não estão expressos no discurso do historiador.

Em princípio, o lugar de produção ao qual Certeau se refere diz respeito a um local sócio-econômico, político e cultural ocupado pelo historiador. Esse lugar é tanto constituído pela subjetividade do historiador que manipula os vestígios, numa concepção que extrapola a “ingenuidade” metódica de revelar o passado pela transparência dos documentos, quanto pelos fundamentos éticos, filosóficos ou mesmo ideológicos *não-ditos* que orientam todo e qualquer trabalho de história. Existe ainda uma ultrapassagem da relação entre a subjetividade do historiador e seu objeto: trata-se da *instituição histórica*, os pressupostos disciplinares que configuram as leis do grupo e da produção de um tipo específico de saberes, contando, inclusive, com uma linguagem quase autônoma.

Apesar dessa aparente autonomia, os historiadores estão *na* sociedade, e, segundo Certeau, suas práticas são invariavelmente relativas à estrutura social na qual são

desenvolvidas. Em síntese, o lugar social é *o que permite e o que proíbe*, são as condições de produção que viabilizam ou tornam impossíveis determinadas produções históricas conforme o momento, a instituição, a moral, enfim, o lugar de produção. Trata-se de um tipo de *sociologia da historiografia*, elementos determinantes da produção historiográfica que, no entanto, não estão manifestos nos livros de história.

Além de um lugar, a operação historiográfica é definida também por uma prática, o “fazer história”. Essa prática comporta uma série de elementos; o primeiro deles é a forma como o historiador percebe cada sociedade historicamente de acordo com suas técnicas. Sempre pautamos nossa relação com o tempo a partir das técnicas disponíveis; é assim, por exemplo, que se renovam os objetos da historiografia. A *articulação natureza-cultura*, então, é produto das técnicas disponíveis em cada época:

Uma obra ‘histórica’ participa do movimento através do qual uma sociedade modificou sua relação com a natureza, transformando o natural em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração), ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem), ou fazendo uma instituição social passar de um estatuto para outro (por exemplo, a igreja convertida em museu). (CERTEAU, 2006, p. 79-80).

Essa prática se efetua quando o historiador estabelece suas fontes. Em realidade, trata-se do deslocamento de materiais produzidos com fins pragmáticos transformados (i.e., criados) pelo historiador para fazer história. Esse estabelecimento das fontes a partir do deslocamento – tanto material quanto do sentido – é que garante ao historiador um corpo de materiais manejáveis. O estabelecimento das fontes implica ainda outra prática historiográfica: trata-se do reconhecimento dos desvios expressivos. A seriação dos documentos possibilita vislumbrar um modelo de permanência no tempo e no espaço de totalidades parciais e, conseqüentemente, reconhecer as diferenças significativas transformadoras – históricas – a serem evidenciadas. Mas a ideia de modelo se presta ainda a outra função na operação historiográfica de Certeau; ela diz respeito a uma análise dos “empréstimos” realizados pelos historiadores das ciências vizinhas, o que o historiador chamou de “o trabalho sobre o limite”. Por fim, e esse talvez seja o elemento visceral, a história sempre foi e, desde que se queria manter-se histórica, sempre será uma prática de *crítica*.

Em terceiro lugar, o conhecimento histórico é tanto fixado quanto transmitido por meio de uma escrita. Certeau enumera algumas características do trabalho de escritura do historiador. É importante perceber que Certeau tem uma visão tipicamente platônica (ou platonista) da escrita, ressaltando essencialmente suas desvantagens enquanto componente

da operação historiográfica: 1) Certeau afirma que a escrita “impõe” ao historiador uma exposição no sentido de uma contraversão da investigação, considerando que as problematizações que ensejam a pesquisa histórica são produtos do presente, mas ao fixar o discurso em forma de texto, o historiador parte do mais distante no tempo para o mais próximo: a *inversão escriturária* historiadora implica uma *cronologia*, ou a *lei mascarada*, que subverte a ordem da pesquisa; 2) uma segunda imposição à história quando esta se torna texto: a necessidade de fechamento de um texto em qualquer formato, seja ele um livro, uma tese ou um artigo, é uma subversão da ideia de que a pesquisa nunca acaba; segundo Certeau, até a introdução de um texto de história já está submetida a um “dever” de fechamento; 3) o conjunto textual do historiador exprime uma arquitetura sistemática de conceitos e regras que apresenta uma coerência externa à indeterminação da experiência; 4) por último, a escrita do historiador veicula uma imagem de plenitude, de acabamento por meio do preenchimento das lacunas, das faltas. Ora, segundo Certeau, é precisamente a falta que incita a pesquisa histórica, e a representação escriturária, portanto, oblitera justamente o princípio da pesquisa histórica.

No ano de 2002, François Dosse publicou uma obra intitulada *Michel de Certeau: le marcheur blessé*, uma biografia intelectual de Certeau, na qual busca estabelecer as relações entre a obra historiográfica, o papel da religião, elementos do pensamento psicanalítico e os posicionamentos políticos de Certeau. Já a obra *Michel de Certeau: Les chemis d’histoire* se insere, por um lado, numa linha de história dos intelectuais, e por outro, faz uma leitura programática da obra de Certeau. Divido em três partes, “um historiador singular”, “epistemologia” e “práticas”, este livro conta com a contribuição de quinze autores e é resultado dos debates estabelecidos em um seminário realizado no IHTP e na Universidade Saint-Quentin-en-Yvelines entre 1998 e 2000, cujo objetivo era debater sobre “[...] a pertinência, na escrita da história do tempo presente, de um certo número de noções e conceitos utilizados pelos historiadores” (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, TREBITSCH, 2002, p. 15, tradução nossa).

O grande orientador do debate desenvolvido neste livro é o texto *A operação historiográfica*. A divisão triádica proposta por Certeau, tal como exposta anteriormente é, sobremaneira, bastante conhecida entre os historiadores, mas segundo Delacroix, Dosse, Garcia e Trebitsch, ainda pouco colocada à prova:

Sua proposta de analisar a operação histórica como "uma combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita", notadamente, constitui um programa de pesquisa para a historicização da disciplina histórica que continua a ser pertinente e que tem sido muito incompletamente testada na pesquisa

empírica. A reflexão renovada dos historiadores sobre a escrita da história, o que se convencionou chamar um pouco rapidamente de “retorno à narrativa” e as interrogações acerca dos recursos cognitivos da narrativa, assim como o interesse renovado pela noção de prova em história, ou ainda os desenvolvimentos de uma sociologia histórica da disciplina são todas pesquisas em ressonância com estas três características da operação historiográfica que Certeau propôs entrelaçar para dar conta, mais detidamente, daquilo que é “fazer história” (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, TREBITSCH, 2002, p. 15-16, tradução nossa).

De fato, parece-nos que a operação historiográfica ainda tem muito a revelar sobre o trabalho do historiador. A analítica de Certeau, bem definida como *operação*, possui ela mesma um funcionamento bastante diferente de seu objeto, a historiografia. Essa diferença se dá em nível essencial para a prática historiográfica. A relação temporal que se estabelece com o objeto é outra: a diacronia da pesquisa histórica é substituída pela sincronia da operação do ofício de historiador. As “fases” da operação não se sucedem, mas antes estão imbricadas no processo de forma concomitante: compreendem uma temporalidade síncrona, na medida em que é o tempo do historiador que está sendo tratado. Não há uma sucessão das fases do lugar social, da prática e da escritura. Mesmo quando Certeau escreve sobre “a inversão escriturária” ou sobre “a cronologia, ou a lei mascarada”, o objeto da analítica continua sendo a relação do historiador com o tempo da produção, e não do referente. A palavra “historiográfica” assume, assim, sentido pleno no trabalho de Certeau.

Certeau repetiu diversas vezes que “[...] uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’ [...]” (CERTEAU, 2006, P. 66). Podemos dizer que, em certa medida, Certeau estabelece algumas das questões centrais do campo de debates da produção historiográfica francesa a partir da década de 1970. Isso ocorre paralelamente a outras publicações que marcaram o período de transição do fim dos anos 60 e a primeira metade da década de 70, como citado na introdução.

4.1.2. Tríplice *mimesis*

A tripla *mimesis* de Ricoeur não foi escrita tendo em vista o ofício de historiador, tal qual o texto de Certeau, mas almejando um espectro de produção discursiva bastante mais amplo: a atividade de narrar uma história. Já que o trabalho do historiador consiste, *também*, em narrar uma história, a tripla *mimesis* ricoeuriana pode ser aplicada ao estudo historiográfico. Todavia, essa apropriação ocorre de maneira bastante mais complexa do que a operação historiográfica. A tradução da linguagem filosófica de Ricoeur para o mundo do historiador não acontece de forma simples – Ricoeur, mesmo quando versava sobre a história e os historiadores, não definiu como público ideal aquele formado por historiadores. A história é objeto de sua filosofia.

O ganho propiciado à historiografia a partir da tríplice *mimesis* é especialmente significativo no que diz respeito a um aumento de complexidade na forma como os historiadores lidam com o tempo histórico. Não apenas os elementos temporais presentes na estrutura da função referencial das histórias são considerados, mas também a articulação que se estabelece entre os três momentos do arco mimético. O historiador, ao apropriar-se das questões colocadas por Ricoeur na tríplice *mimesis*, passa a conceber também o tempo da configuração da história contada. Não basta mais questionar o alcance temporal da pesquisa que se pretende fazer em termos de longa duração ou de um acontecimento singular e bem delimitado.

Passa-se a considerar o tempo específico do desenrolar da experiência, dos atores históricos no momento em que produzem, conscientemente ou não, a história. A prefiguração narrativa já compreende um regime temporal que não deve ser desconsiderado pelo historiador. O mesmo pode ser dito do trabalho, especificamente historiográfico, de configuração escrita, da representação historiadora. Nesse ponto, uma articulação entre a tríplice *mimesis* e a operação historiográfica de Certeau pode enriquecer consideravelmente a escrita da história. Também a apropriação da obra de história, a capacidade de comunicar e representar o passado a partir de uma vontade de veracidade, torna-se mais uma instância da competência do historiador. Como qualquer escritura, a representação historiadora só se torna obra ao ser lida e apropriada. Também no plano referencial o terceiro momento do arco mimético pode enriquecer consideravelmente os diversos debates acerca de como as obras de cultura engendraram transformações subjetivas e sociais. Basta pensar nas diversas publicações que têm como

objetivo listar e analisar obras que desempenharam papel importante no processo de Independência do Brasil, ou da Revolução Americana, apenas para citar dois exemplos. O trabalho de análise das apropriações que deriva dos debates do terceiro momento do arco mimético, em nossa leitura, amplia significativamente os estudos de recepção. Ricoeur leva adiante as propostas da estética da recepção de Hans Robert Jauss e a do ato de leitura de Wolfgang Iser e as traduz na relação entre tempo e narrativa, aproximando assim a problemática do historiador da efetuação do texto em obra.

Em linhas gerais podemos dizer que, a partir da tríplice *mimesis*, o historiador se torna plenamente consciente de que seu trabalho de configuração narrativa opera uma mediação entre dois mundos, e de que ele deve estar atento a todas as temporalidades e diferentes representações implicadas nesse processo. Não se trata apenas de narrar uma história, mas de reconstruir pela representação um mundo que não é mais, e propiciar que esta configuração historiográfica permita a abertura a novos mundos, a novas experiências e a novas consciências de si e de sua condição histórica. A definição de *mimesis* como representação da ação no registro da linguagem se confunde mesmo com a ideia geral de história. Mais que isso, ao adotar uma postura hermenêutica, o historiador deixa de preocupar-se apenas com a configuração do texto histórico e participa de todo o trajeto entre prefiguração da experiência prática e refiguração.

Podemos afirmar que as mímeseis constituem uma teoria geral da representação sob o viés da hermenêutica. A compreensão do trabalho representativo realizado pelo historiador se expande imensamente ao considerar os elementos examinados por Ricoeur:

Reconstruir os vínculos indiretos da história com a narrativa é, em última instância, trazer à tona a *intencionalidade do pensamento historiador* mediante o qual a história continua a visar obliquamente o campo da ação humana e sua temporalidade básica.

Por meio dessa visada oblíqua, a historiografia vem se inscrever no grande círculo mimético [...]. Também ela, mas de modo derivado, se enraíza na competência pragmática, com seu manejo dos acontecimentos que acontecem ‘dentro’ do tempo, segundo nossa descrição de *mimesis* I; também ela configura o campo práxico, pelo viés de construções temporais de categoria superior que a historiografia insere no tempo da narrativa, característico da *mimesis* II; também ela, por fim, remata seu sentido na refiguração do campo práxico e contribui para a recapitulação da existência em que culmina na *mimesis* III. (RICOEUR, 2010a, p. 153).

Citemos apenas um exemplo ilustrativo das possibilidades abertas ao emprego prático da tríplice *mimesis* no ofício corrente dos historiadores. Esse exemplo é tirado da própria obra ricoeuriana. Quando escreve acerca das *ideologias*, em especial em seus estudos publicados na década de 1960 e 1970, reunidos na obra *Hermenêutica e*

ideologias, Ricoeur remete à prefiguração napoleônica das *ideologias*, seus usos políticos e estratégicos no domínio do agir. Posteriormente, ao tratar da obra de Marx e Engels, o filósofo francês escreve sobre a configuração, a sedimentação e a elaboração filosófica do conceito de *ideologia* pelos filósofos da Revolução Socialista. Adiante convoca Lenin, Trotsky, Stalin, entre outros, para versar a respeito das refigurações do conceito de *ideologia*, e de seus usos ético-políticos. Os três momentos do arco mimético abrangem a passagem do conceito de ideologia do domínio da ação à sua configuração e, por fim, à sua refiguração. Este é apenas um exemplo possível retirado da obra ricoeuriana. Não queremos aqui fazer crer que Ricoeur realizou um trabalho de história dos conceitos, mas apenas que é possível visualizar como prefiguração, configuração e refiguração, que formam o arco mimético, podem contribuir objetivamente para a prática historiográfica. Vale ressaltar: se podemos utilizar essa passagem como exemplo, é em função da coerência do pensamento ricoeuriano, já que na época em que estes textos foram escritos, Ricoeur não havia ainda realizado toda a sua sistematização da tríplice *mimesis*. Fica clara aqui a dimensão histórica das ideologias ao partir de um investimento prático, político e estratégico.

Apresentaremos agora uma leitura da tríplice *mimesis* ricoeuriana a partir de um processo composto. Apresentaremos discursivamente as linhas gerais de cada uma das fases da *mimesis*, seguidas por diagramas esquemáticos. Essa demonstração dupla visa contemplar a apropriação direcionada do tema aos objetivos de nosso trabalho sem, contudo, deixar de considerar outros elementos, mesmo que aparentemente estranhos à historiografia, que caracterizam a teoria da representação ricoeuriana.

Mimesis I

A questão inicial que se coloca na *mimesis I* é a de que a configuração em forma de narrativa, típica da *mimesis II*, depende primeiramente da capacidade de compreensão de formas pré-narrativas da experiência. Assim, não se pode contar, seja como crônica ou como narrativa compreensiva-explicativa, um história sem que se tenha a competência de identificar as estruturas básicas da ação humana. Pode-se dizer que é necessário um *pré-conceito* de como as ações humanas se desenrolam no tempo, para que se possa identificar os agentes, as ações propriamente, os sistemas simbólicos orientadores de determinada sociedade, etc.

Ricoeur divide em três estes aspectos pré-narrativos: estruturais, simbólicos e temporais.

Os estruturais dizem respeito a uma pré-compreensão dos termos envolvidos numa ação, a *rede conceitual do domínio da ação*. Trata-se de compreender que as ações são pautadas por um conjunto não fechado de unidades básicas que as constituem. Os mais comuns são: objetivos, motivos, agentes, circunstâncias e interações. Para o historiador, essa pré-compreensão pode ser identificada com o uso de um questionário que se faz previamente às fontes: o que, por que, quem, como, com ou contra quem, respectivamente. Todas essas questões – os agentes e os fundamentos do acontecimento que desempenham o papel de função referencial de uma pesquisa histórica – estão presentes já antes da configuração da narrativa por parte do historiador. Cabe a ele reconhecê-las para que posteriormente, na fase compreensivo-explicativa, possa enriquecê-las com articulações que ainda não são identificáveis nesse momento. Contudo, sem uma ideia geral das ações anterior à análise, não se pode produzir reflexões produtoras de sentido.

Essa compreensão prática ainda é, então, segmentada. A identificação dos termos da ação é complementada pela compreensão narrativa, na passagem que se realiza da ordem paradigmática dos termos das ações para a ordem sintagmática, que por sua vez agrega as ações em uma ordenação diacrônica. Em linhas gerais, os componentes da teoria da ação (ordem paradigmática) são atualizados efetivamente e integrados entre si (ordem sintagmática) para a constituição de um sentido. Nesse ponto, os eventos e sujeitos deixam de aparentar ser um conjunto disperso e adquirem a fisionomia de uma intriga.

O segundo grupo de aspectos da *mimesis I* diz respeito aos recursos simbólicos. Pode-se afirmar que são as características culturais de determinado grupo que constituem as mediações simbólicas da ação, seu contexto de descrição. Assim, uma declaração, um gesto ou uma postura específica têm diferentes significados conforme o sistema simbólico no qual está inserido. Podemos dizer que o sistema simbólico no qual está compreendido um conjunto de ações determina seus efeitos. À título de paralelo exemplar, as mediações simbólicas no campo da ação desempenham papéis similares ao que geralmente se chama, na historiografia, de contexto cultural – ainda que a correlação não seja totalmente direta, já que as escalas de observação podem variar consideravelmente.

O caráter público das mediações simbólicas fornece o contexto para a compreensão das ações, tendo em vista a possibilidade de decifrar os símbolos compartilhados pelos atores envolvidos. Assim torna-se possível interpretar as condutas e inferir o alcance das

ações e interações, ou seja, possibilita articular a experiência. As regras e normas sociais derivadas das leis, das tradições e dos preceitos consuetudinários, além, é claro, da maior das mediações simbólicas, a linguagem, são os principais mediadores simbólicos da ação e permitem atribuir valores e juízos às ações e aos agentes. Ora, é bastante claro como a compreensão pré-narrativa dos aspectos simbólicos é relevante para o ofício dos historiadores: basta lembrar o perigo das imputações anacrônicas. Outro elemento interessante nesse sentido é a tendência atual da historiografia de conceber a estratificação social, funcional, econômica, etc., tendo em vista a leitura que os atores históricos tinham de si próprios no desenrolar da experiência, como já discutimos anteriormente.

O terceiro aspecto da *mimesis* I são os caracteres temporais. Ricoeur pauta-se inicialmente numa fenomenologia da ação para destacar como as expressões que indicam tempo, os tempos verbais e os advérbios de tempo servem como indutores da narrativa. Na ação, o triplo presente agostiniano se faz exemplar na medida em que o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro são os tempos da experiência prática. A articulação desses tempos pelos atores ordena a práxis. Mas é no conceito heideggeriano de intratemporalidade que Ricoeur reconhece como a via por excelência de verificação da dimensão temporal da ação. Como elemento do *Dasein*, a intratemporalidade coordena ações e motivações por meio “agora”, que não significa um instante ou uma sucessão de instantes, mas o *tornar-presente* coisas passadas ou futuras que implicam diretamente a experiência. Assim rompe-se com a representação linear do tempo que estabelece os antes e os depois, em favor da intratemporalidade das ações, cortadas por motivações passadas, projeções futuras, expectativas, retenções, etc. O reconhecimento da intratemporalidade imanente às ações garante ao trabalho mimético evitar impor encadeamentos temporais advindos de uma lógica retrospectiva, que imporá aos atores históricos uma consciência do curso das ações que só pode ser verificada posteriormente.

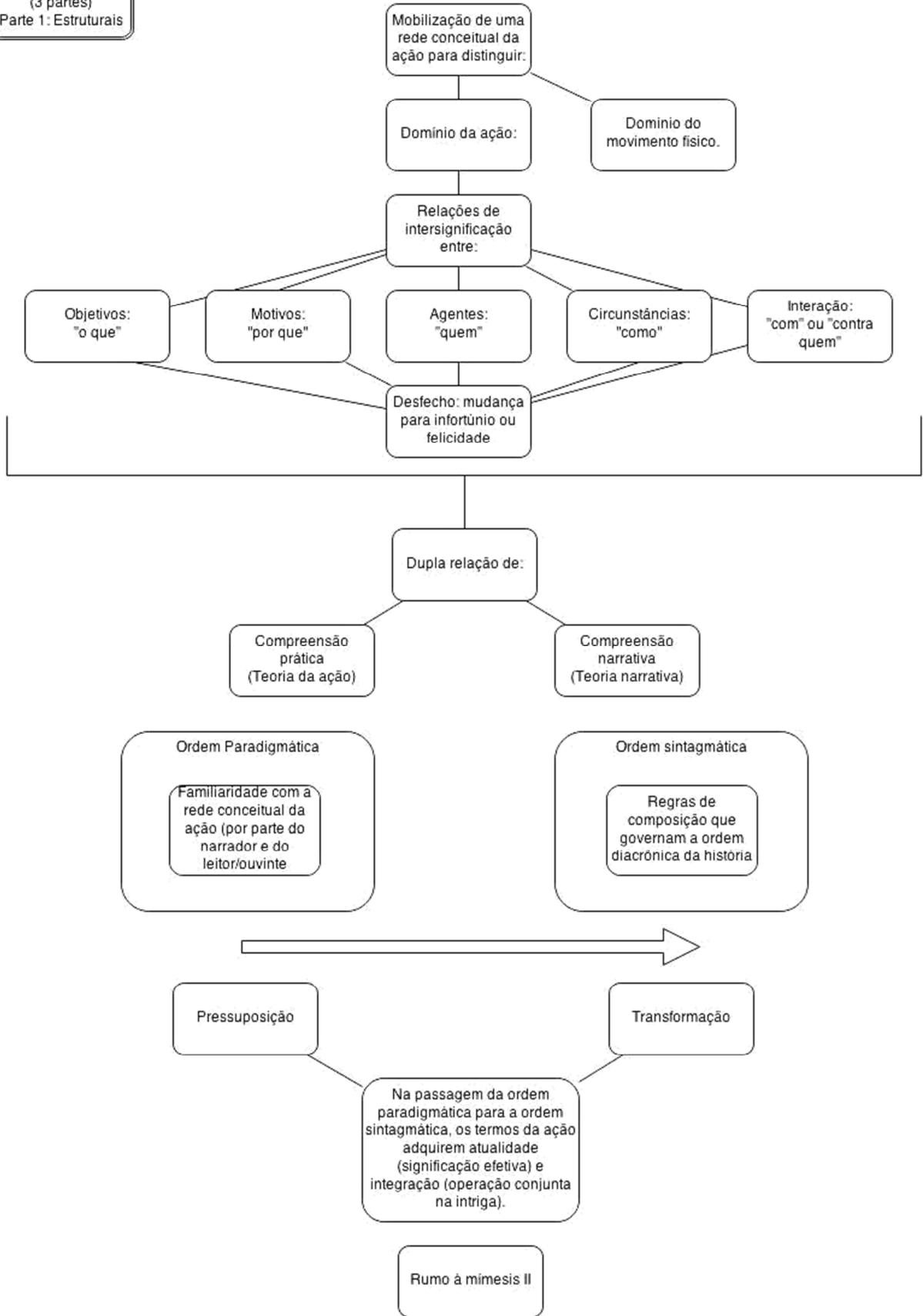
Estes três aspectos da *mimesis* I formam um conjunto de orientações para a observação da prática entendida desde já como representação. A experiência prática não é em si uma narração, mas comporta elementos que compartilha com as estruturas narrativas. Mesmo os vestígios passados, assim como os documentos e depoimentos trazem consigo atributos característicos da representação. Aqui a semântica histórica de Reinhart Koselleck harmoniza com a tríplice *mimesis* ricoeuriana de forma exemplar: “A ‘imagem original da história’ transforma-se em narrativa durante o próprio depoimento. A determinação pelo ponto de vista limita não apenas as testemunhas; atinge também o

historiador” (KOSELLECK, 2006, p. 169). Dessa forma, a percepção da experiência como caos ou como indeterminação completa é substituída pela pré-compreensão, por meio da via da fenomenologia da ação. É a soma desses elementos que constitui a possibilidade de narrar – configurar – uma história. É também o domínio dos componentes da ação que possibilita ao leitor reconhecer a intriga em uma narração, acompanhar a história contada e apropriar-se desse novo mundo em que ele se insere e passa a compreender-se sob nova perspectiva. Mas isso já é assunto para o terceiro momento do arco mimético. A *mimesis* I é, por fim, a compreensão do agir humano que se exige tanto do “configurador” ou “representador” – o poeta, o historiador, o cronista, etc. – quando dos leitores ou ouvintes em potencial da representação.

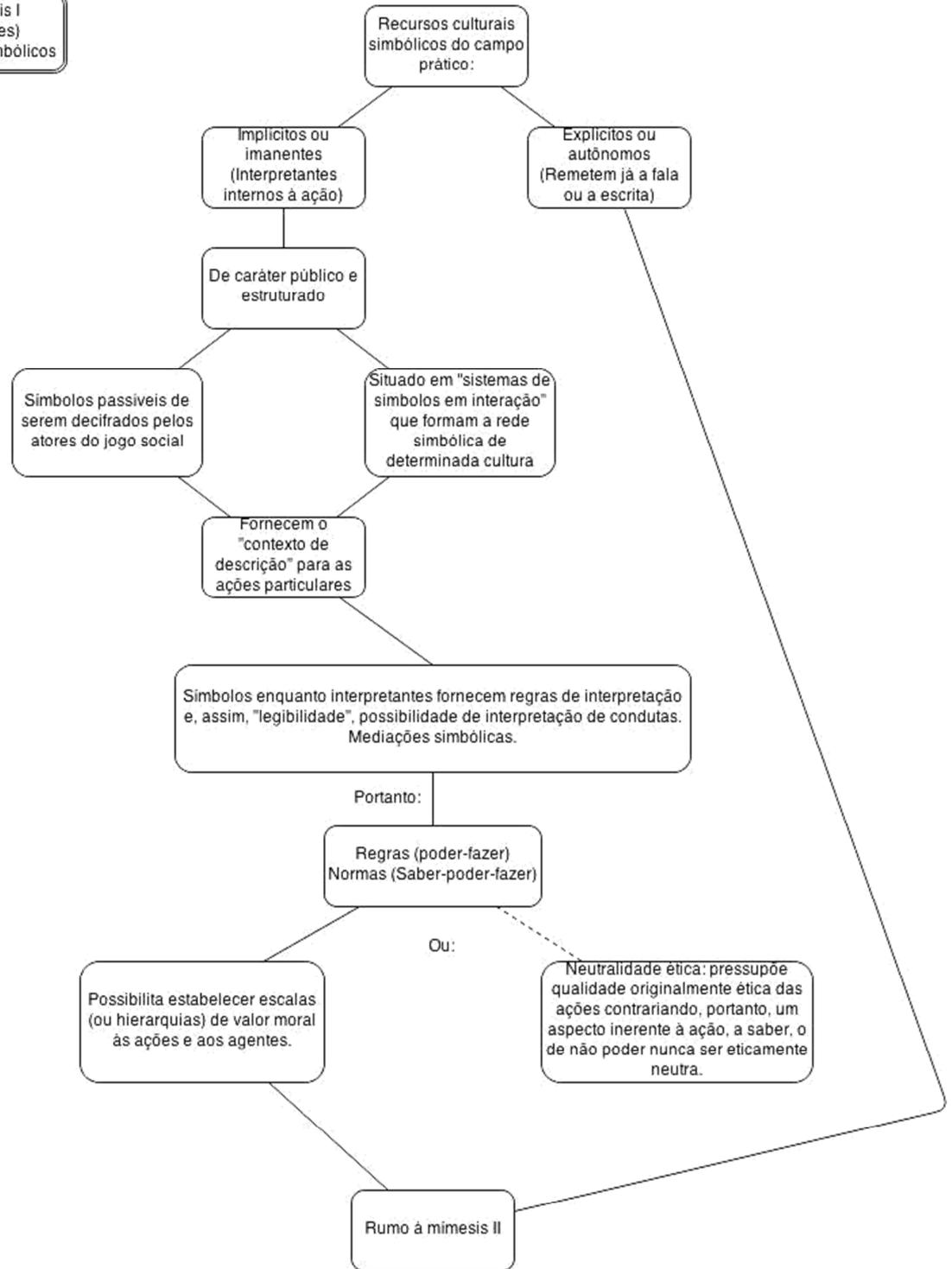
A apresentação diagramática da *mimesis* I segue o seguinte roteiro:

- *Mimesis* I (prefiguração):
 - Parte 1: Estruturais;
 - Parte 2: Simbólicos;
 - Parte 3: Temporais.

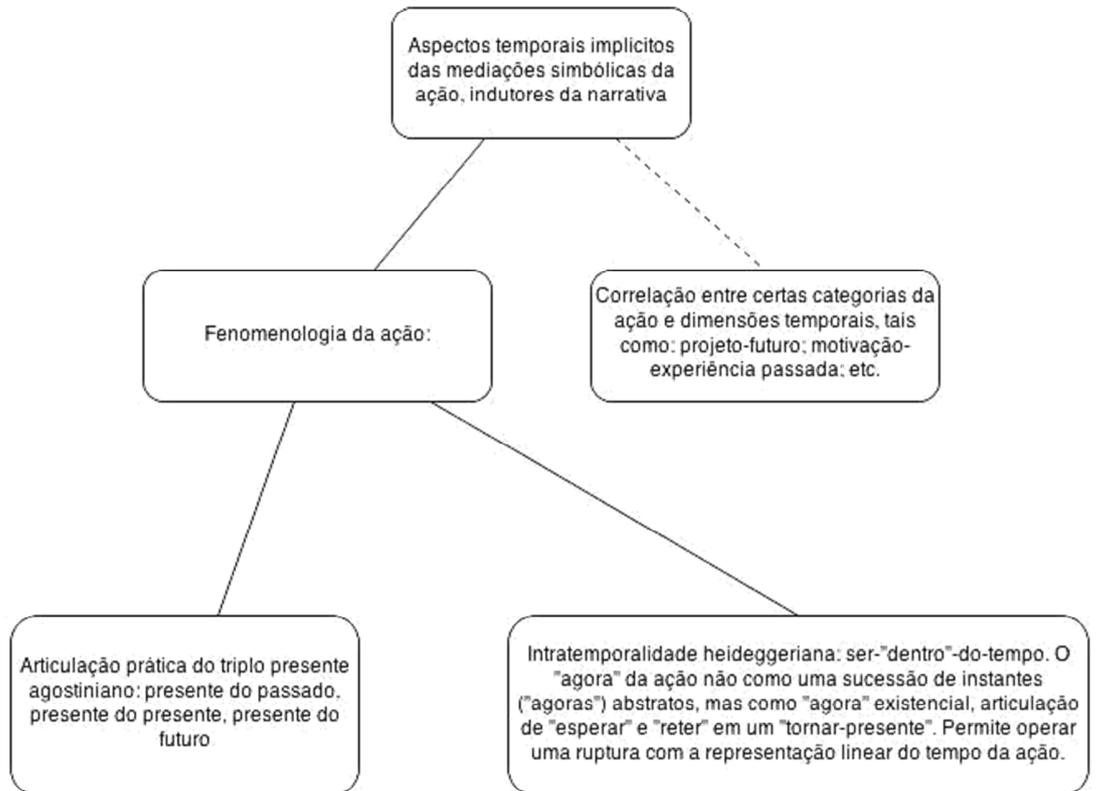
Mimesis I
(3 partes)
Parte 1: Estruturais



Mimesis I
(3 partes)
Parte 2: Simbólicos



Mimesis I
(3 partes)
Parte 3: Temporais



Mimesis II

A *mimesis II* marca o momento de articulação entre os dois extremos do arco mimético. É a configuração, na forma de representação literária, da experiência que se abre à refiguração por meio da leitura. O trabalho do historiador se encontra, em sua maior parte, nesta etapa. A configuração narrativa de uma experiência, no domínio da literatura não histórica, leva o epíteto de ficção. Mas Ricoeur, logo de saída, aponta para uma diferença fundamental no reino das narrativas: se tanto ficção quanto história compartilham as configurações estruturais narrativas, a segunda se fundamenta na dimensão referencial das coisas do passado, mantidas no presente a partir das marcas do tempo, dos documentos, monumentos, relatos; enfim, dos vestígios em geral da ação humana.

Tanto a ficção quanto a narrativa histórica têm a pretensão à verdade, mas sob premissas de veracidade distintas. A construção da intriga da ficção compreende todo o reino do possível, conforme a *Poética* de Aristóteles, enquanto a pretensão à verdade da narrativa histórica está submetida às ações e interpretações de fato ocorridas e às evidências e provas que podem sustentá-las. Essa posição marca exemplarmente o poder que a função referencial exerce sobre a historiografia. A afirmação desta diferença situa Ricoeur numa posição intermediária entre as propostas narrativistas e a defesa da cientificidade do conhecimento histórico. Reconhecer a estrutura narrativa, e sua importância para todo o trabalho de configuração do historiador não significa, portanto, abster-se de remeter à verdade histórica. Essa apropriação positiva dos avanços do giro linguístico apenas enriquece o trabalho do historiador sem tangenciar a “ameaça” da redução da história à ficção. A recíproca é também verdadeira: submeter a literatura de ficção à regulação da historicidade subtrairia a potência de libertação que somente pode ser atingida pela abertura a todos os possíveis do espírito humano.

Uma das grandes vantagens, para os historiadores, de apropriar-se das *mimesis* ricoeurianas é acrescentar à visão de mundo característica do ofício a potencialidade do papel desempenhado pela configuração historiográfica. Esse papel seria o da mediação entre dois mundos reais e habitados por sujeitos também reais. A história escrita passa assim de fim explicativo-compreensivo do mundo para mediação entre experiências. A epistemologia da história toca aqui tanto a teoria da ação, na experiência prática, quanto a ontologia, no momento em que os sujeitos, quando se apropriam das obras históricas,

reconhecem a si mesmos diante de outros mundos possíveis, expandindo assim a experiência subjetiva potencialmente às experiências da humanidade.

Mais especificamente, o papel de mediação da *mimesis* II comporta características com o potencial de elucidação das várias funções de elo entre os acontecimentos, a organização da intriga e a mediação entre experiências. À princípio, é a partir da construção da intriga que acontecimentos dispersos ou apenas temporalmente sucessivos tornam-se uma história, que por sua vez pode ser acompanhada e revelar não apenas significados restritos, mas sentidos plenos. Essa passagem implica a atualização das estruturas paradigmáticas que compõem a semântica da ação para a ordem sintagmática, e assim as ações e sujeitos são apreendidos nas interações entre eles, desencadeadoras de sentido. Ainda, ao conectar sujeitos, ações e as diferentes temporalidades que percorrem uma série de acontecimentos organizados em intriga, a configuração libera a compreensão de uma completude proveniente de dessemelhantes, uma *síntese do heterogêneo*.

Essa *síntese do heterogêneo* permite que uma história seja acompanhada ao retirar os acontecimentos de seu fechamento paradigmático e integrá-los numa totalidade significante. Esse senso de totalidade permite que as histórias tenham começo, meio e fim, e que não se percam na sucessão infundável de acontecimentos que se seguem cronologicamente.

Mas o mais enriquecedor para a historiografia neste ponto é a possibilidade de escapar da ordenação cronológica em favor de um tempo atravessado, múltiplo e mais humano. Ao estabelecer, por meio da definição da intriga, um começo e um fim, o tempo da história não se submete mais à sucessão passado-futuro, na medida em que a ordem de leitura do tempo é readequada. O historiador primeiramente inverte a ordem do tempo ao propor a pesquisa: parte de indagações do presente para pensar o passado; por sua vez, esse passado é definido temporalmente conforme o objeto de trabalho e a intriga que se institui: a ordem do tempo é novamente invertida, remontando do início ao fim da história que se narra; por fim, ao apropriar-se da obra de história, o leitor opera o salto do tempo daquele mundo referencial para sua atualidade, e transforma seu tempo num misto de experiência subjetiva e experiência do mundo. Acompanhar uma história é partir de uma expectativa rumo a uma conclusão não necessariamente previsível, mas aceitável, conforme todas as vicissitudes, reviravoltas e temporalidades distintas que unidas compõem uma *síntese do heterogêneo* inteligível, na forma de intriga.

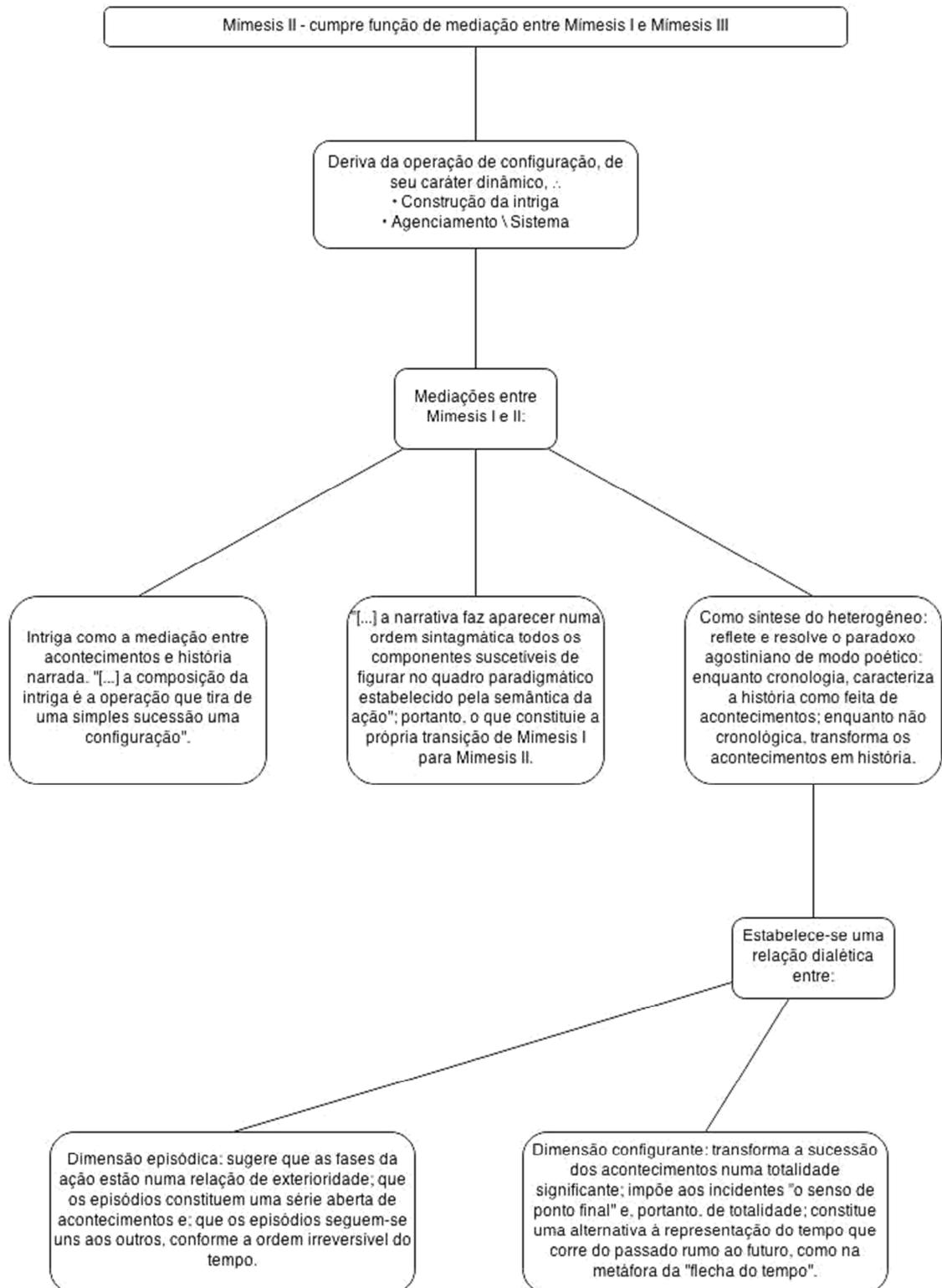
Alguns elementos da *mimesis* III, que por sua vez já implicam a leitura e a apropriação das histórias narradas, encontram suporte na fase anterior do arco mimético,

ainda no momento de configuração narrativa. Ricoeur reconhece duas classes de suportes de leitura que chama de esquematização e tradicionalidade. Baseando-se nos conceitos puros do entendimento de Kant, Ricoeur afirma que o ato configurante está intimamente ligado à imaginação produtiva, enquanto faculdade transcendental. Assim, entendimento e intuição trabalham juntos ao acompanhar uma história. Para tanto, o ato configurante deve ser regido por um esquematismo familiar, tradicional. Mas esse tradicionalismo não significa uma petrificação de uma coleção de histórias e modelos infinitamente repetidos. É na dialética entre inovação e sedimentação que se situa a tradição. A sedimentação está ligada a aspectos formais da narrativa, como os gêneros literários, os tipos de escrita e os cânones instauradores de paradigmas literários, além das obras singulares como o Ching, A Ilíada, a Torá, A Divina Comédia, Dom Quixote, etc. Mas há também no ato configurante o espaço de inovação, ligado essencialmente à inventividade e aos desvios intencionais dos paradigmas. Cada diferente composição de intriga é uma inovação, mesmo que acerca do mesmo tema.

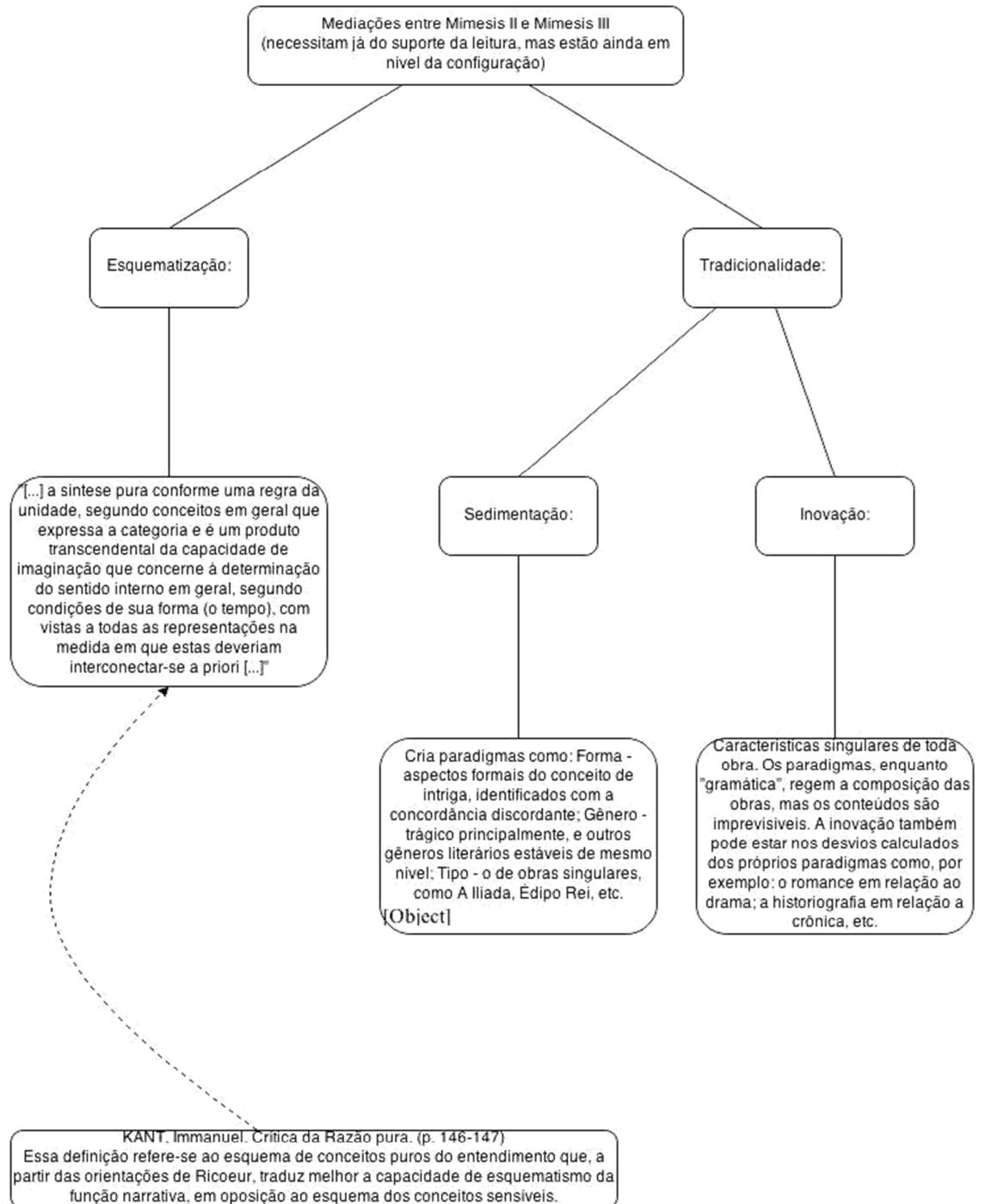
A apresentação diagramática da *mimesis* II segue o seguinte roteiro:

- *Mimesis* II (configuração):
 - Parte 1: Mediações entre *mimesis* I e *mimesis* II;
 - Parte 2: Mediações entre *mimesis* II e *mimesis* III.

Mimesis II
(2 partes)
Parte 1: Mediações
entre Mimesis I e II



Mimesis II.
(2 partes)
Parte 2: Mediações
entre Mimesis II e III



Mimesis III

O terceiro momento do arco mimético é o da apropriação da obra por parte do leitor. Mesmo que as fases anteriores do arco mimético sejam mais facilmente identificadas com o ato de representar, o terceiro momento da *mimesis* é também um trabalho de representação. Isso porque é o leitor, ou ouvinte, que por fim atribui sentido à significância da obra, quando funde sua experiência com o mundo aberto pela obra.

A chave de compreensão da *mimesis III* é, assim como na *mimesis I*, uma ação: o ato de leitura. Nessa ação, o sujeito que se apropria da obra retoma o trabalho de configuração e compartilha com o texto as estratégias de esquematização, tradicionalidade e inovação da composição escriturária. As esquematizações da *mimesis II* servem ao leitor como referência e balizam as suas expectativas quanto ao desfecho da obra. Um leitor consciente dos esquemas literários tradicionais não espera uma reviravolta cômica ao final de uma obra trágica. São estes esquemas ligados à forma, ao gênero, ao tipo, etc., que facultam o acompanhamento da história pelo leitor. Daí então o último vetor representativo ganha vida. Um texto apenas se torna obra na combinação de texto e leitura: é nesse ponto que o leitor participa da configuração textual pela via da imaginação produtiva e se transforma em coautor, com a responsabilidade maior de todo o trajeto das *mimesis*, qual seja, a de terminar a obra. O conhecimento de si por mediação das obras de cultura é atribuir sentido no ato de leitura, ao apropriar-se e integrar sua experiência ao mundo aberto pela obra.

O mundo da obra não se resume a um conjunto de padrões e artifícios linguísticos, mas remete ao mundo real, diz algo sobre algo. A referência é parte constituinte das narrativas em geral, e na historiografia essa referencialidade remete ao que efetivamente ocorreu. A imaginação criativa permite reconstruir o passado por meio dos vestígios da ação humana, mas visando sempre uma intenção veritativa. Se a reconstrução histórica deve parte de sua configuração à imaginação, assim também as obras de ficção devem parte de sua referência metafórica do mundo à historiografia, já que, em geral, apresentam suas configurações imaginativas no tempo passado, como se tais acontecimentos articulados em intriga tivessem tido um lugar de fato. A essa dupla condição da referencialidade Ricoeur intitula *referência cruzada*.

A *intenção* nos discursos maiores que a frase se dirige a um mundo para além dos significados e significantes dos sistemas de signos. Não apenas as descrições dizem algo

sobre algo: as obras literárias e, em especial, as narrativas, remetem ao mundo, seja essa referência pautada por vestígios, como na historiografia, seja por meio da referência metafórica das obras literárias, que revelam possibilidades de mundo ao suspender as referências descritivas. A narrativa é um caso bastante particular no que diz respeito à referencialidade dos discursos, na medida em que o que é representado na narrativa já teve seu lugar na experiência, no agir humano, real ou imaginado.

Neste ponto gostaríamos de ressaltar uma característica que liga *mimesis* I e *mimesis* III por sua natureza, qual seja, a de pertencerem ambas ao reino da ação. Sem dúvida o trabalho de configuração da *mimesis* II é também uma ação, mas o agir, com efeito, é mais evidente nas duas pontas do arco mimético. O efeito de prefiguração narrativa da *mimesis* I é atingido por meio das histórias recebidas e apropriadas pelos sujeitos. Se se pode preconceber a experiência prática em termos de representação, é porque se tem acesso às histórias contadas por outros ou por si mesmo. Assim passa-se a perceber os aspectos paradigmáticos da ação e integrá-los numa configuração de intriga. Isso poderia gerar uma impressão de que *mimesis* I se resume a um efeito de sentido de *mimesis* III. Mas não se trata de um círculo vicioso.

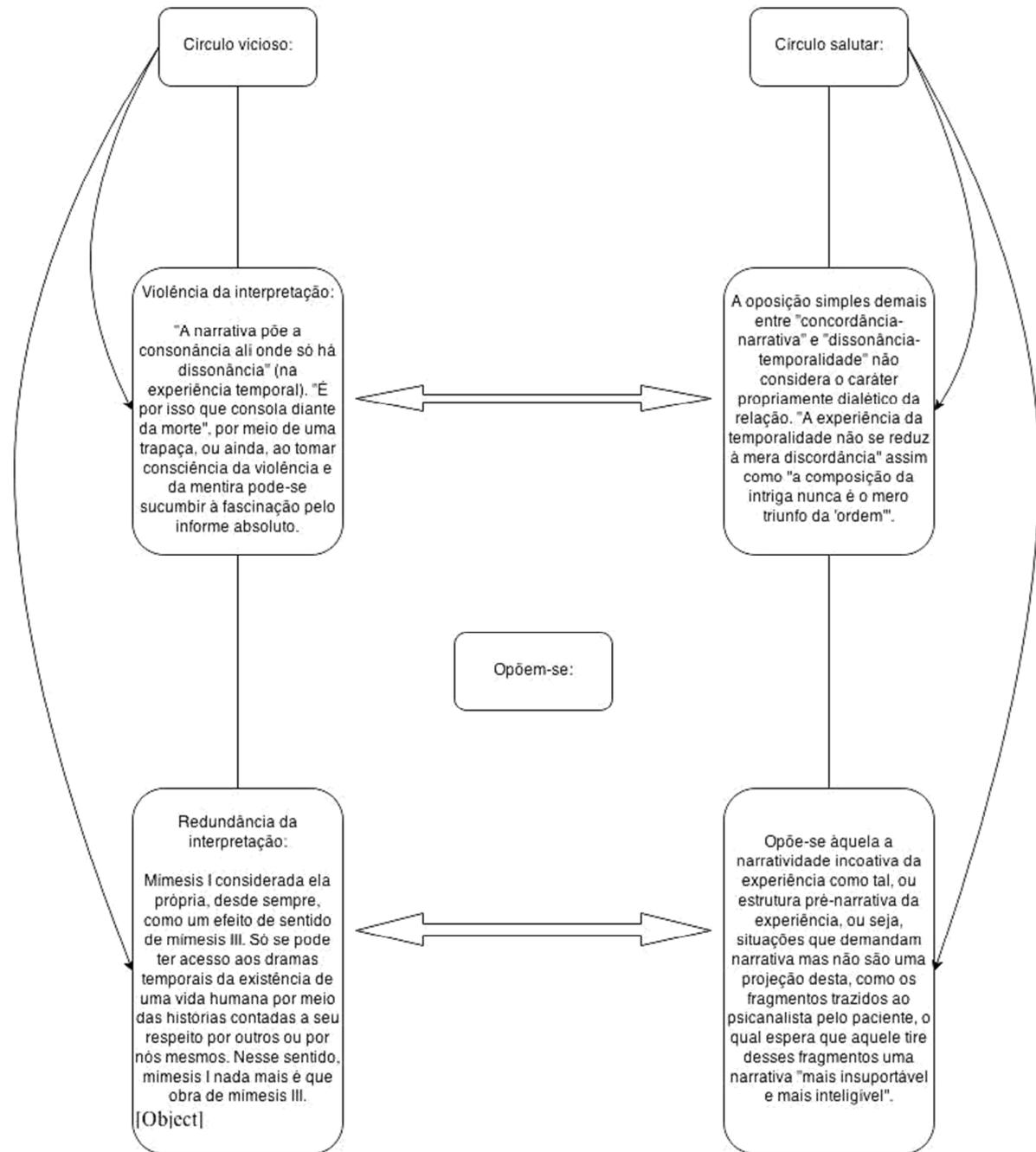
As estruturas pré-narrativas não são meramente projeções de outras representações, tendo em vista que a experiência de cada sujeito, assim como os diferentes contextos implica um grau de originalidade a qualquer expressão do agir humano. De forma correlata, poder-se-ia argumentar que abordar o universo do agir humano por meio de uma estrutura narrativa levaria a impor uma concordância à temporalidade em detrimento da indeterminação da experiência. Mais uma vez é preciso reafirmar que a configuração narrativa não é apenas concordância, não busca atribuir um sentido lógico a todos os acontecimentos numa rede plenamente racional, sob a implicação de não mais fazer referência ao mundo. Todavia, a recíproca também se aplica: a experiência prática não se resume ao caos. O domínio dos elementos que constituem a rede conceitual da ação permite vislumbrar a estrutura pré-narrativa da experiência. Enfim, o que buscamos apresentar aqui é que o trabalho de representação que vai da *mimesis* I à *mimesis* III, pela mediação da *mimesis* II, não constitui um círculo vicioso estéril, mas uma teoria geral da representação, produtiva e sempre realimentada, que permite constatar como o conhecimento de si se dá a partir das representações e dos mundos trazidos a nós pelas obras de cultura.

A apresentação diagramática da *mimesis* III segue o seguinte roteiro:

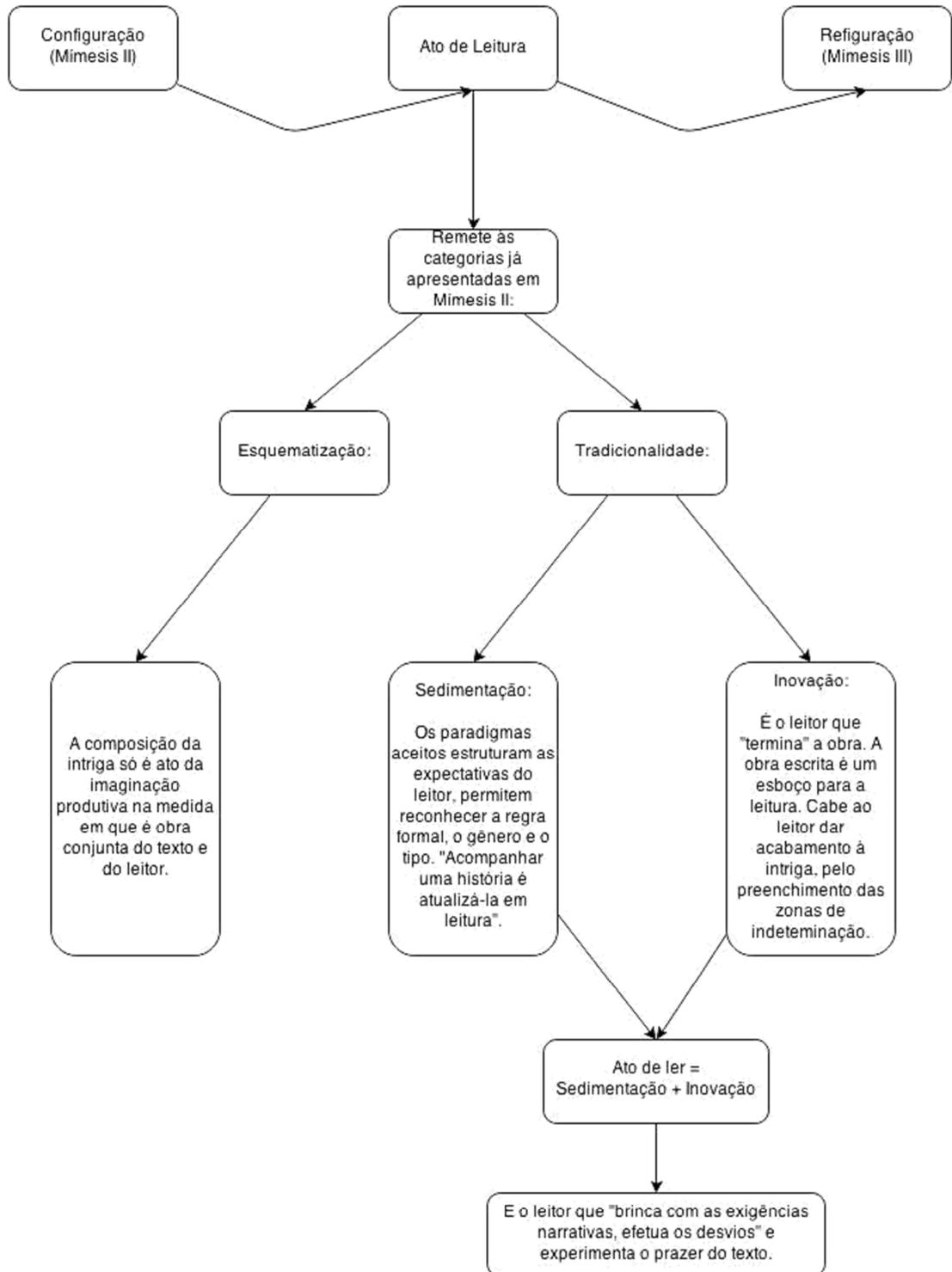
- *Mimesis* 3 (refiguração):

- Parte 1: Circularidade mimética;
- Parte 2: O ato de leitura.
- Parte 3: Narratividade e referência.

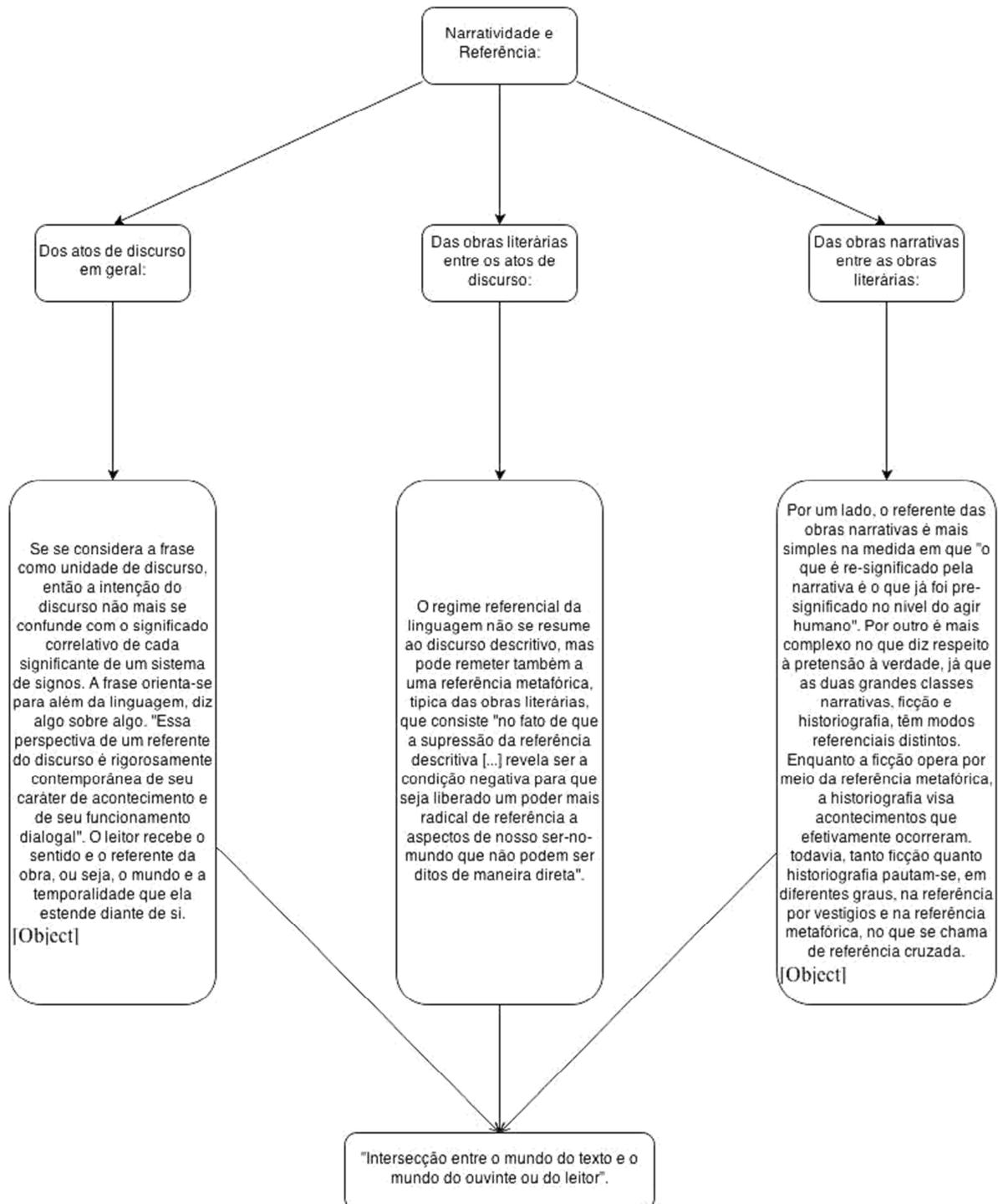
Mimesis 3:
(3 partes)
Parte 1: Circularidade
mimética



Mimesis 3:
(3 partes)
Parte 2: Ato de



Mimesis 3
(3 Partes)
3ª Parte: Narratividade
e referência



A operação historiográfica e a tríplice *mimesis* ricoeuriana interpelam a representação historiadora de formas distintas. Enquanto a primeira remete a um tipo de sociologia e história social do ofício de historiador, a segunda incide mais diretamente sobre os significados transportados da ação à refiguração pela mediação da configuração. As interações entre as duas é bastante produtiva como podemos ver, por exemplo, na segunda parte da obra de Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento*, ou ainda nos trabalhos que buscam articular ambas, como já citamos. Isso não suprime, todavia, as diferenças que as separam, como fica claro numa leitura sequencial de cada uma delas.

O intento de termos colocado essas duas propostas bastante distintas sob o signo da representação legitima-se pela compreensão da noção de representação no sentido lato, como a operação por excelência do historiador. Na operação historiográfica, o objeto visado é desde o começo o trabalho do historiador. A tríplice *mimesis*, por outro lado, tem uma ambição muito maior, o que designamos como teoria geral da representação. Tendo isso em vista, buscamos evidenciar em cada uma das três fases da *mimesis* sua implicação para a prática historiográfica.

Num movimento das proposições mais gerais para as especificidades da representação historiadora, faremos uma incursão breve sobre o desenvolvimento da noção de mentalidades entre os historiadores para chegar à noção de representância, a articulação nodal concebida por Ricoeur para designar o trabalho do historiador.

4.2. Mentalidades e representações

O discurso do historiador experimentou, ao longo do século XX, uma progressão de uma proposta inicial de mentalidades, ainda na década de 1930, que foi retomada e reorganizada segundo as novas exigências da prática historiográfica por volta da década de 1970. Por sua vez, os debates acerca das mentalidades foram deslocados – mas não desconsiderados – pela abordagem a partir das representações, e de sua noção correlata de práticas, ao longo da década de 1980. Nesse interim, novas subdivisões e aperfeiçoamentos emergiram, como a chamada história do imaginário, por exemplo. Em geral, as mentalidades foram aos poucos integradas ao conjunto maior da história cultural,

a ponto de, em certos contextos, as noções de história das mentalidades e história cultural figurarem como sinônimas. Nossa intenção aqui não é a de reconstruir esse percurso da história das mentalidades, mas apenas de oferecer o contexto que precedeu os debates contemporâneos acerca das representações e da noção proposta por Ricoeur de representância.

Desde a década de 1920, mas principalmente ao longo das duas décadas seguintes, Lucien Febvre produziu diversas obras que tinham como intuito representar as mentalidades compartilhadas em diferentes períodos históricos. Febvre partia da proposição de que há um “instrumental mental” que define as possibilidades e os limites das mentalidades de cada época. A estrutura social e os modelos de sociabilidades, os padrões culturais aceitos ou repreendidos, as instituições políticas e religiosas, enfim, todo o conjunto que forma o quadro simbólico de determinada sociedade é levado em consideração para definir as mentalidades.

Alguns indivíduos, em geral intelectuais com grande representatividade cultural, seriam capazes de captar e reproduzir, em suas obras, essas mentalidades. Assim, Febvre se debruça sobre a obra de Martinho Lutero e François Rabelais, entre outros, para buscar evidenciar o instrumental mental de que eles dispunham para produzirem seus trabalhos. Por meio da análise das obras de Rabelais, por exemplo, foi possível a Febvre perscrutar o problema da incredulidade no século XVI: seria factível a ideia de *não-crer* em uma sociedade majoritariamente conduzida por princípios teológicos? A história das mentalidades assim entendida diferenciava-se sobremaneira da historiografia então predominante, baseada nas figuras políticas de grande vulto e nos arquivos oficiais produzidos pelo Estado. A abertura ao universo simbólico propiciada então pela nova história das mentalidades renovou significativamente os interesses e o alcance da problemática dos historiadores.

Na mesma época, e compartilhando o desejo de renovação da historiografia com Febvre, Marc Bloch seguiu um caminho paralelo, buscando também alcançar as representações mentais, mas com algumas diferenças. Febvre dedicou a grande maioria de seus estudos à sociedade moderna, em geral no seu período de formação, ao longo dos séculos XVI e XVII. Bloch, por sua vez, dedicou seu trabalho à Idade Média. Enquanto Febvre dialogava de perto com disciplinas vizinhas como a psicologia, a filosofia e a linguística, Bloch se alinhava mais com as propostas sociológicas, em especial a do grupo durkheimiano.

Mas a característica que mais chama atenção para nosso propósito é a inclinação de Bloch no sentido de deslocamento dos sujeitos do centro da pesquisa história em favor das coletividades. Febvre, ainda que orientado principalmente pela história social e econômica, mantinha ainda um lugar para os atores históricos, enquanto Bloch, principalmente em *Os Reis Taumaturgos* e *A Sociedade Feudal*, pensava as mentalidades a partir de estruturas sociais que transcendem as individualidades. Em *Os Reis Taumaturgos*, por exemplo, o problema central são as crenças na capacidade taumaturgica dos reis de curar doenças. Estes rumores circulavam entre os súditos e atribuíam ao rei um poder mágico. Mais que isso, a representação política desses reis intensificava-se em função desse poder. Portanto, tem-se uma história política e cultural pautada pelas mentalidades. Todavia, e em contrapartida à história política da Escola Metódica, o foco da pesquisa de Bloch recai sobre os movimentos coletivos e as mentalidades que ultrapassavam, inclusive, as barreiras nacionais. A longa duração também é característica da obra de Bloch, que por sua vez é conduzida e aumentada na geração precedente, com Labrousse e Braudel.

Após o predomínio da história social e econômica, a história das mentalidades foi “recuperada” e realimentada pela perspectiva da longa duração. Robert Mandrou, Jacques Le Goff, Georges Duby, Michel Vovelle, Jean Delumeau, entre outros, trouxeram a questão das mentalidades novamente ao centro do que foi os *Annales*, agora denominada Nova História. Ainda que recuperando diversas questões levantadas décadas atrás por Febvre e Bloch, a história das mentalidades colocava-se agora entre os “novos objetos” da história. Diferente, contudo, da crença de Febvre de poder reconhecer as mentalidades de uma época em sujeitos excepcionais, as mentalidades da nova história pauta-se pelo que se pode chamar de inconsciente coletivo. São as visões de mundo anônimas diante de alguns temas distintos como a morte, o medo, as crenças, etc. constituíam os principais objetos de análise.

Contudo, a noção de mentalidades foi aos poucos deslocada em favor de uma outra noção mais adaptada aos anseios da historiografia do final do século. No início de nosso trabalho, ao discutirmos o trabalho de renovação da história cultural, apontamos as principais características da noção de representações. Voltaremos a remeter ao tema ao tratar do conceito de apropriação. A noção de mentalidades foi, em geral, preterida em favor das representações. Mas essa passagem, além de não ser total, já que alguns autores continuam a produzir obras históricas sob a égide da história das mentalidades, não se resume a uma mudança apenas da palavra utilizada, mas de todo um conjunto de

elementos implicados nas duas noções. O estudo das mentalidades articula-se bem com a perspectiva de longa duração, com os modelos estruturais aplicados à história, com a primazia do inconsciente, com os novos objetos trazidos ao ofício do historiador pela ampliação da noção de fontes; enfim: a história das mentalidades incorpora bem os principais elementos que garantiram o sucesso da Nova História. Contudo, esses mesmo elementos constituintes da Nova História começam a ser questionados nas últimas décadas do século passado, principalmente no que diz respeito aos sujeitos e às ações situadas, como viemos demonstrando ao longo do trabalho: “[...] o que fazia falta à noção de mentalidade era não deixar aparecer seu vínculo com o campo das práticas sociais” (RICOEUR, 2006, p. 149). A noção de representação não rompe completamente com as propostas da história das mentalidades, mas possibilita livrar-se de algumas amarras implicadas nela.

Ricoeur defende que o conceito de mentalidade é vago e que mascara as particularidades de cada sociedade, na medida em que a imposição do mental ante todos os outros componentes que constituem as sociedades funciona como uma história por decalque, para recuperar a questão posta por Bernard Lepetit já discutida anteriormente. Isso porque, na leitura ricoeuriana, as mentalidades buscam representar a totalidade de uma época, todo o plano mental ou o espírito de determinado tempo. Sob esta perspectiva, a história das mentalidades não se desvencilhou tão completamente, como seus autores quiseram fazer crer, da noção de instrumental mental de Febvre.

Ricoeur sintetiza bem essa passagem das mentalidades às representações, tendo em vista o quadro que caracteriza a historiografia na entrada do século. Para apresentar os limites da noção de mentalidades, Ricoeur pauta-se na variação de escalas:

[...] em relação às variações de eficácia e de coerção, a velha noção de mentalidades parece de fato unilateral, por falta de fiador por parte dos receptores de mensagens sociais; em relação às variações nos processos de justificação em curso através da pluralidade das cidades e dos mundos, a noção de mentalidade parece indiferenciada, por falta de uma articulação plural do espaço social; enfim, em relação à variedade que influi também nos modos menos quantificáveis de temporalização dos ritmos sociais, a noção de mentalidade parece operar de modo maciço, da mesma forma que as estruturas de longa duração, quase imóveis, ou as conjunturas cíclicas, sendo o acontecimento reduzido a uma função de ruptura. Em oposição, portanto, à ideia unilateral, indiferenciada e maciça de mentalidade, a ideia de representação expressa melhor a plurivocidade, a diferenciação, a temporalização múltipla dos fenômenos sociais. (RICOEUR, 2007, p. 238-239).

Basicamente, é em função do avanço da perspectiva pautada pelo pluralismo interpretativo que a noção de mentalidade foi preterida em favor da de representação.

Todavia, é essa mesma abertura a várias possibilidades que pode levar a noção de representação ao esvaziamento de sentido. Isso porque os múltiplos elementos que podem ser caracterizados como representações geram um esgotamento da noção pelo excesso de sentido. Representação pode significar todo o conjunto de práticas que constituem os vínculos sociais e que remetem aos grupos que ocupam um mesmo território, ou mesmo nações não concentradas territorialmente. Pode significar também os valores, instituições e comportamentos socialmente compartilhados. Além disso, a fase escriturária da prática historiadora também se deixa reconhecer por representação. Enfim, os significados da representação são muitos e não vamos aqui repetir considerações acerca da noção que já elaboramos em outras partes do trabalho. Cabe agora perscrutar o que a passagem da noção de representação para a de representância tem a oferecer aos historiadores.

4.3. A representância

A palavra 'representância' condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos. (RICOEUR, 2007, p. 289).

4.3.1. A representância em *Tempo e Narrativa*

Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur assim escreveu acerca do conceito de representância³¹: “Chamaremos de *representância* (ou de *locotenência*) as relações entre

³¹ A tradução da obra *Tempo e Narrativa* que estamos usando ao longo do trabalho é da Martins Fontes, de 2010. Aqui citaremos também a tradução da Editora Papyrus, p. 175: “Daremos o nome de *representância* (ou de *lugar-tenência*) às relações entre as construções da história e seu *face-a-face*, a saber, um passado ao mesmo tempo abolido e preservado em seus rastros”. Por fim, cabe apresentar o original: “Nous donnerons le nom de *représentance* (ou de *lieutenance*) aux rapports entre les constructions de l'histoire et leur *vis-à-vis*, à savoir un passé tout à la fois aboli et préservé dans ses traces”. (1985, p. 149). A questão aqui está na tradução do termo *traces* que nos parece não fazer jus ao original seja apresentada como “rastros” ou como “vestígios”. A marca da

as construções da história e seu *contraponto*, ou seja, um passado simultaneamente abolido e preservado em seus vestígios” (2010c, p. 171). Ao perscrutar o paradoxo entre o passado abolido e ao mesmo tempo mantido e representado pela historiografia, Ricoeur remete à filosofia de Platão para questionar o conceito de “real” do passado. Os “grandes gêneros” de Mesmo, Outro e Análogo são acionados para levar adiante a problematização, sendo que os dois primeiros são provenientes da filosofia platônica enquanto o terceiro é um exemplo clássico de terceira via ricoeuriana. Em *A memória, a história, o esquecimento* Ricoeur readéqua a representância, como veremos a seguir.

Nessa primeira aparição do conceito de representância na obra de Ricoeur, os historiadores estão submetidos a uma categoria previamente definida. Para discutir o primeiro gênero, Ricoeur justapõe o Mesmo à obra de Collingwood. Trata-se, segunda a leitura que Ricoeur propõe, de uma anulação da distância temporal, uma tentativa de desfazer o hiato entre um passado que permanece no vestígio e um presente que *contém* o vestígio, por meio da identificação. Três elementos conceituais são mobilizados por Ricoeur para caracterizar o “real” passado no presente do historiador a partir da identificação, cada qual com seu respectivo correspondente em Collingwood: a separação entre “interior” e “exterior” do acontecimento – e a análise documental externa e interna; o pensamento do historiador como reconstrutor também da cadeia de pensamento do ator que engendrou o acontecimento – e o trabalho de imaginação do historiador e; por fim, a correspondência entre a reconstrução do historiador e o passado tomado como Mesmo – e a reafirmação do passado, em Collingwood.

Ricoeur, como se pode prever considerando a relevância da alteridade em sua hermenêutica, refuta as três premissas sob o signo do Mesmo: a desarticulação do passado entre pensamento (interno) e ação (externo) descaracteriza o próprio tempo histórico, ou seja, entre o tempo da ação/mudança e a intratemporalidade do pensamento, o tempo histórico é fragmentado em permanência e descontinuidade, características que devem ser articuladas para constituírem o terceiro tempo da história. Na sequência, o filósofo refuta a reafirmação do passado no presente, considerando a impossibilidade da transparência da consciência do historiador, de forma que até mesmo o esforço para abolir a reflexão

anterioridade, assim como a existência atual, são duas características de elementos do passado que se estendem sobre o presente. Os *rastros* parecem dar um enfoque maior a atualidade do *trace*, enquanto a anterioridade parece ser a marca principal do *vestígio*, de forma que o equilíbrio entre ambos fica prejudicado em qualquer uma das traduções. Nesse sentido, o termo que melhor se aplica ao *vis-à-vis* da historiografia, em nossa leitura, é o vestígio. Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* faz referência ao rastro como uma ampliação de sentido do vestígio que, segundo ele, poderia levar a um debate acerca do equilíbrio entre a representação icônica da memória e a representância historiadora, ao discutir a historialidade heideggeriana, mas não leva o tema adiante. (Cf. RICOEUR, 2007, p. 389).

presente já gera uma resistência à identidade. Por fim, considerando a articulação das três premissas, chega-se a conclusão de que o historiador somente sabe acerca do passado o que ele mesmo concebe, e nada propriamente do passado. Mas se assim fosse, as construções *acerca do passado* teriam apenas como referente o próprio historiador (o que não se confunde com autobiografia ou ego-história).

Se o signo do Mesmo é, em grande parte, refutado, o mesmo não acontece com o Outro. Aos historiadores Wilhelm Dilthey, Paul Veyne e Michel de Certeau – que constituem, podemos afirmar, um grupo melhor classificado como filósofos-historiadores – Ricoeur imputa uma *ontologia negativa do passado*. Ao contrário do que reconheceu em Collingwood, Ricoeur enxerga nesses historiadores uma alteridade plena do passado como condição do conhecimento histórico. A obra de Dilthey é mobilizada aqui por Ricoeur, em realidade, para efetuar a ponte entre o Mesmo e o Outro. A ideia de transportar-se para uma outra vida psíquica resume a possibilidade de, por meio da manutenção da diferença, tornar presente um universo mental ausente. Ricoeur ainda indica que os trabalhos de Raymond Aron e Henri-Irénée Marrou foram “inspirados” por essa perspectiva, mas o faz apenas em uma nota de rodapé e não dá continuidade ao debate.

Já quanto aos trabalhos de Veyne e de Certeau a questão é um tanto diferente. Em Paul Veyne podemos ver *as diferenças* como unidades históricas. Ao realizar um levantamento das diferenças em relação ao modelo conceitual, o historiador produz um inventário de fatos históricos significativos. Veyne parte de modelos conceituais como imperialismo, colonialismo, guerra, revolução, etc., para encontrar diferenças individualizantes que caracterizam os fatos. Trazendo para o mundo do historiador a proposta do *tipo ideal* da sociologia weberiana, é por meio das diferenças em relação aos modelos que a individualização característica da história se opera. A implicação dessa proposta é significativa: a diferença que se coloca em primeiro plano não é mais a diferença temporal, mas lógico-conceitual; a variável privilegiada da história deixa de ser o tempo para se tornar o desvio do conceito. Podemos afirmar que a história teria, assim, a função de aparar as arestas da filosofia, se a entendermos como o trabalho de construção de conceitos, como coloca Gilles Deleuze. Dessa forma é possível individualizar os acontecimentos históricos em relação à abrangência dos conceitos.

Com Michel de Certeau, a história por meio dos *desvios* se apresenta de maneira diferente. Conforme o célebre texto *A operação historiográfica*, o historiador produz história de um *lugar* definido por um posicionamento social, político, econômico e cultural. Ao denunciar que o historiador-cientista produz a história a partir de um sistema

ideológico, Certeau fornece os subsídios para uma crítica da historiografia que produz as permanências e as totalidades históricas segundo uma vontade de controle, que seria nada menos que a ideologia implícita da história. Assim, o estabelecimento dos modelos, séries, permanências e invariantes está submetido à mesma influência ideológica. O historiador não apenas faz história sob o empenho de uma ideologia, mas os próprios conceitos e modelos abstratos com os quais lida são também frutos de uma produção ideológica. Uma história menos ideológica seria aquela que ressaltaria os desvios em relação aos modelos. Assim, os desvios seriam as ausências da historiografia fundamentada nos modelos. É dessa forma que a sociologia da historiografia tal como proposta por Certeau leva a uma noção de história como desvio. O Outro que não está nos grandes modelos da história é o desvio que interessa, como se o acontecimento colocado como desvio em relação ao discurso histórico – construído ideologicamente – pudesse fornecer uma leitura menos viciada do *tendo-sido*.

Podemos afirmar que Ricoeur associa duas perspectivas sensivelmente distintas sob a égide do Outro, com Veyne e Certeau. Se no primeiro caso a interpretação do filósofo é uma afirmação da própria proposta de Veyne, no segundo Ricoeur precisou mobilizar uma série de argumentos e inferências, por vezes pouco claras, para enquadrar Certeau em seu modelo de Outro. De qualquer forma, ambas as propostas, por elas mesmas, não resolvem os problemas da representação. Quanto a Veyne, Ricoeur coloca duas ressalvas: primeiro a de que a variante temporal, característica central da história, é substituída pela variante lógica em relação ao modelo e, segunda, que a epistemologia dos sujeitos, ou a singularização, no limite, destemporalizada, pode chegar ao ponto de obscurecer a ontologia do passado, a constituição histórica dos sujeitos e das sociedades. Com Certeau, as duas objeções do filósofo se pautam no que já havia dito acerca de Veyne: na primeira, também no caso de Certeau, os desvios são relativos às sistematizações, aos modelos; em segundo lugar, a noção de *desvio* é também uma noção intemporal e, dessa forma, não é mais adequada que a *diferença* para remeter ao ter sido do passado. Apesar das ressalvas, ambas as propostas são importantes sempre que a produção histórica é assaltada pela vontade de totalização e substancialização do passado, para sempre manter aberta a perspectiva da diferença e da percepção do que foge à sistematização modelar.

Ricoeur encerra a questão do gênero Outro na interpretação e crítica da historiografia de Veyne e de Certeau. Mas alguns elementos, especialmente relevantes para o historiador, parecem ter ficado de fora da argumentação ricoeuriana. Um deles seria

a própria temporalização das propostas discutidas pelo filósofo. O gênero do Mesmo, que Ricoeur relaciona com a historiografia de Collingwood, responde à historiografia do início do século XX. De forma correlata, o gênero do Outro, de Veyne e de Certeau, são reações (ou adequações) ao período de domínio estruturalista das ciências histórico-hermenêuticas. Os grandes gêneros criados por Ricoeur a partir do *Sofista* são eles mesmos históricos e, portanto, temporalmente localizados, de forma que não podemos pensá-los como gêneros suprahistóricos que responderiam aos problemas relacionados à representação, que é uma questão que acompanha a historiografia ao longo de toda sua história. A preocupação epistemológica do filósofo deixa em suspenso a historicidade dos argumentos. Ainda, uma questão pouco abordada que merece destaque é a modificação do estatuto da variante privilegiada da história, a saber, do tempo ao desvio do conceito, que por sua vez é também bastante localizada temporalmente: essa foi uma necessidade imposta aos historiadores diante do domínio serial-estrutural da segunda metade do século XX. Mas antes de avaliar a construção ricoeuriana dos grandes gêneros, cabe notar a solução (parcial) da questão tal como aponta Ricoeur a partir do gênero do Análogo.

O gênero do análogo é uma fusão entre o Mesmo e o Outro, no que cada um colabora para a constituição do conceito de representância.

Ricoeur parte da expressão “como tal” que, apesar de estar presente nos mais diferentes debates acerca da capacidade de representar da história, ganhou destaque com a conhecida afirmação de Ranke a qual, em linhas gerais, prega que é preciso que o historiador *mostre* as coisas do passado *tal como* elas efetivamente se deram. Uma ingenuidade contraproducente encontraria nessa máxima uma defesa de certo realismo ingênuo, uma crença na transparência plena das fontes. Recolocada em seu contexto, contudo, a afirmação de Ranke diz respeito mais a uma virtude desejada do historiador de se despossar de disposições pessoais e juízos para construir a história do que de uma diafaneidade dos documentos. O alvo desse primeiro movimento é chegar à conclusão de que toda construção histórica tem como meta uma correspondência com o referente que ela representa, mas, por outro lado, é sabido que a narrativa historiográfica não é ela mesma a experiência passada.

É nesse ponto que uma das mais proeminentes proposições de Ricoeur acerca da história vem à tona: a ideia de dívida. O filósofo se baseia na palavra *rendre* para remeter ao ofício de historiador como um trabalho de fazer justiça ao passado, sem, contudo proferir juízo dele. Dar o que é devido, dar em retorno, seriam possíveis locuções representantes da *dívida*. Em realidade, Ricoeur se aproveita aqui de uma polissemia da

palavra *rendre* que remete a uma miríade de sentidos não idênticos, mas complementares. Dar o que é de direito, mas também significar, exprimir. Essa dívida de *rendre* é complementada pela palavra análoga *acquitter*, que em suas derivações³² revela ainda mais o sentido da dívida³³.

O terceiro elemento mobilizado por Ricoeur para caracterizar o gênero do análogo é a tropologia de Hyden White. O filósofo segue o seguinte movimento: a teoria dos tropos é somada à teoria de composição da intriga histórica para responder a dupla determinação da narrativa histórica de estar, por um lado, vinculada a um tipo definido de intriga e, ao mesmo tempo, sujeita ao material documental disponível, aos vestígios que ligam a narrativa histórica ao referente. Assim, a investigação acerca de determinada massa documental só pode se iniciar depois do historiador *prefigurar* o passado. Vale ressaltar que essa prefiguração não é a da *mimesis* I, desenvolvida por Ricoeur, como uma estrutura pré-narrativa da experiência, mas uma prefiguração no sentido de White, um esboço preliminar que torna inteligível os elementos documentários dispersos. Assim, os quatro tropos clássicos – metáfora, metonímia, sinédoque e ironia – fornecem cada qual todo um conjunto de figuras de palavras e fórmulas narrativas que delinham formalmente a intriga sem prescindir o sentido propriamente histórico. Nesse sentido, os tropos funcionariam como uma fôrma para a narrativa sem substituir ou subjugar os modos explicativos.

Ao cabo, esse caminho nos leva a crer que a reconstrução histórica não pode ser uma reprodução ou reduplicação, posto que procura ser fiel a uma ausência que não permite comparação entre ‘reconstrução’ e o ‘original’, devido justamente a ausência do segundo. Então a narrativa histórica assume quase os contornos de uma metáfora: a partir

³² Acquitt: reconhecimento do pagamento da dívida, recibo; acquitt: absolvição, perdão; acquitter: quitação, pagamento.

³³ Podemos afirmar que essa leitura do passado enquanto dívida, em Ricoeur, é claro efeito de sua crença cristã. Podemos ler em Lucas 20:24-25 (a passagem também aparece em Matheus 22:15-22 e Marcos 12:13-17) “Mostrai-me um denário. De quem traz a imagem e a inscrição?” Responderam: ‘De César’. Ele disse então: ‘Entregai, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus’” (BÍBLIA DE JERUSALEM, 2012, p. 1824-1825, destaque nosso). Não seria a imagem e a inscrição para o denário o que a imagem e a inscrição é para o vestígio histórico? Essa hipótese é ainda reforçada pela aproximação, realizada pelo próprio Ricoeur, da noção de dívida em Michel de Certeau que por sua vez, enquanto jesuíta, compartilha com Ricoeur a fé cristã: “Minha noção de dívida, aplicada à relação com o passado histórico, não deixa de ter afinidade com aquela que circula em toda a obra de M. de Certeau [...]” (RICOEUR, 2010c, p. 266, n. 43). Na sequência, ao falar da parte final do texto de Certeau em que o autor discute a obra de Freud, *Moisés e o monoteísmo*, Ricoeur vai ainda mais longe: “A temática é aparentemente limitada: trata-se da relação de Freud com seu próprio povo, o povo judeu, tal como aparece em *Moisés e o monoteísmo*. Mas é todo o destino da historiografia que ali se revela, na medida em que, nessa última obra, Freud se aventurou na terra estrangeira dos historiadores, que se torna assim seu ‘Egito’. Tornando-se desse modo ‘Moisés egípcio’, Freud remete em seu ‘romance’ histórico a dupla relação de contestação e de pertencimento, de *partida* e de *dívida*, que doravante passa a caracterizar o homem judeu”. (id. *ibid.*, destaques do autor).

de uma forma narrativa conhecida por determinada cultura (tropos familiares), o leitor tem um acesso metafórico aos acontecimentos ausentes. Assim, o *tal-como* a que nos referimos anteriormente, por meio da máxima de Ranke, é atingido pela mediação tropológica: é *ser* narrado, sem reduplicação.

Ricoeur ressalta, todavia, que sem remeter ao referente “real” ao qual a história pretende ser fidedigna, a teoria dos tropos pode levar a uma indiscriminação entre ficção e história. Para contornar esse problema, o filósofo se coloca à distância, ao menos em termos, do pensamento de White: segundo Ricoeur, White apenas se dedica a mostrar o que há de ficcional na narrativa histórica, de forma que apenas um lado da questão é evidenciado. Contudo, na análise que realiza no livro II de *Tempo e Narrativa*, Ricoeur apresenta também o que há de realista nas narrativas ficcionais. Assim, combate dois “preconceitos” de uma só vez: de que a história pode ser tão transparente a ponto de os documentos falarem por si próprios e, por outro lado, contra a ideia de que a ficção não remete à realidade. É a ênfase na perspectiva referencial da história que difere, entre outros pontos, a filosofia de Ricoeur da tropologia de White. Podemos dizer que o recurso de Ricoeur ao pensamento de White serve, em realidade, para que o filósofo possa remeter ao seu próprio texto. Ricoeur usa a tropologia de White para estabelecer uma ponte entre *Tempo e narrativa* e *A metáfora viva*.

Em *A metáfora viva*, Ricoeur defende que a metáfora comporta uma pretensão ontológica na medida em que, ao suspender um sentido primário, a metáfora tem o poder de liberar um outro sentido. É o *ser-como* da metáfora que é *ser* representativo: não somente o Mesmo, e não apenas o Outro; é a narrativa enquanto *ser-como* o referente. Assim fica conservada tanto a dimensão de identidade quanto a de alteridade do gênero Análogo. Na noção de *ser-como* ficam assim condensados dois debates. O primeiro acerca do vestígio enquanto mediação entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico, ou seja, um acontecimento com lugar específico no tempo que, no entanto, deixa sua marca (o vestígio) para outros tempos (tempo cosmológico). Segundo, o da representância: o *como* do *ser-como* acrescenta à inscrição do tempo fenomenológico no tempo cósmico a distância temporal contida no próprio vestígio, i.e., a “distância” de tempo percorrida pelo vestígio entre sua função prática na experiência e sua representatividade na re-presentação historiadora. Esse “espaçamento” de tempo é transformado em medição pela representância. Esta é a característica temporal da referencialidade historiadora.

É a partirdessa argumentação labiríntica que Ricoeur edifica o gênero do Análogo como pilar da representância: “A relação de representância nada mais faz senão *explicitar*

essa travessia do tempo pelo vestígio. Mais precisamente, explicita a estrutura dialética da travessia que converte o espaçamento em mediação” (RICOEUR, 2010c, p. 265).

O gênero Análogo é, portanto, uma terceira via ricoeuriana. As limitações do gênero do Mesmo e do Outro são, ao menos em parte, retificadas pelo Análogo. Ao percorrer o caminho trilhado entre estes gêneros, o enigma de representância da historiografia estaria posto às claras. Contudo, por mais que Ricoeur tenha previsto que sua construção assentada nos três gêneros pudesse ser interpretada como um artifício (RICOEUR, 2010c, p. 239), não nos parece que a argumentação baseada na ideia de que os gêneros expostos são representados, cada qual, por importantes “filosofias da história” – do Mesmo com Collingwood, do Outro com Veyne e Certeau e do Análogo por um misto da obra de White e de outros textos do próprio filósofo – seja plenamente procedente. Os historiadores mobilizados são adequados ao modelo proposto arbitrariamente. Os gêneros não partem da historiografia, são impostos a ela. Com isso não queremos imputar ao filósofo qualquer reponsabilidade de fidelidade em relação à historiografia, apenas que tal forma de proceder representa uma certa quebra no modelo argumentativo ricoeuriano, que geralmente parte do debate com os historiadores quando o tema tratado diz respeito diretamente à história.

O conceito de representância na obra *Tempo e Narrativa* é pensado em paralelo com outro conceito, o de *significância*, que concerne a narrativa de ficção e sua capacidade de fundir o mundo do texto com o mundo do leitor. A problemática da representância extrapola assim um estudo da capacidade da historiografia de atingir o “real”, mirando a narrativa como grande gênero que, de múltiplas formas, configura os “reais” possíveis a partir do articulador “tempo”.

Não apenas o real é um objeto comum para a historiografia e a literatura de ficção como também as restrições configurantes estão presentes em ambas as formas narrativas. A historiografia está condicionada, em termos, pelas provas documentais, ao passo que a liberdade é aparentemente plena na ficção. Contudo, o autor implicado das obras ficcionais está submetido a restrições de outro tipo, que dizem respeito à visão de mundo que pretende comunicar aos leitores. A liberdade inicial da ficção é aos poucos colocada à prova frente ao mundo que toma forma autônoma e precisa ser comunicado de forma “real” pelo autor implicado ao leitor. Podemos dizer que as restrições da historiografia, provenientes da documentação e dos vestígios históricos em geral, são extrínsecas à configuração enquanto as restrições da ficção, tão fortes quanto aquelas, são intrínsecas, provenientes do sentimento de dívida ensejado pelo desejo do autor implicado de

apresentar ao leitor uma visão de mundo. As restrições que se impõem à ficção são próprias do ato configuracional, mas nem por isso menos reais. Portanto, os objetivos da obra *Tempo e Narrativa*, tal como o compreendemos, não se encerram apenas ao estabelecer uma determinação recíproca entre o ato narrativo e o tempo, como também questiona o “real”, seja em sua dimensão historiográfica ou ficcional.

A representância, portanto, concentra a ideia de que as construções historiadoras têm no passado abolido e parcialmente conservado nos vestígios seu vis-à-vis, e que os historiadores têm a função de dar aos homens do passado o que lhes é devido, em forma do pagamento de uma dívida. Por meio de um jogo lógico dos gêneros do Mesmo, Outro e Análogo é possível, conforme Ricoeur, desvelar os elementos referenciais da narrativa historiadora, mesmo que sem resolvê-los totalmente. Na obra *Tempo e Narrativa*, a questão da representância é tratada utilizando-se dos três grandes gêneros citados basicamente para escapar da simplificação da relação entre historiografia e “real” por meio apenas da referencialidade. Dizer simplesmente que o referente almejado da historiografia é o real ao passo que a ficção tem como referente apenas a imaginação deixaria de lado o caráter metafórico da verdade ficcional, assim como a importância da imaginação produtiva na construção historiográfica. O problema de garantir a realidade dos fatos passados passa por outras questões como a crítica dos vestígios, sejam eles de qualquer tipo, e também pela crítica dos testemunhos. Essa segunda questão pode mudar sensivelmente a argumentação ricoeuriana, mas o debate acerca dos testemunhos relacionado ao da memória ainda não era um problema para Ricoeur na década de 1980 como será em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, na qual o conceito de representância passa por uma importante reformulação.

4.3.2. A representância em *A memória, a história, o esquecimento*

Entre a publicação das obras *Tempo e Narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento* se passou cerca de quinze anos. As questões colocadas pelo filósofo se modificaram, de forma que elementos acerca do conceito de representância que haviam sido apenas citados em *Tempo e Narrativa* passam ao centro do debate. A questão da

preteridade do passado, por exemplo, é tratada em *Tempo e Narrativa* a partir de uma ótica mais epistemológica enquanto em *A memória, a história, o esquecimento*, a ontologia do passado e a ética ligada aos usos e apropriações deste são mais proeminentes que sua abordagem epistemológica que, todavia, também está lá³⁴.

A epistemologia e a ontologia são áreas da filosofia que estão sempre presentes nos trabalhos de Ricoeur, de forma complementar e não sucessiva ou verticalizada. Mesmo assim, de uma obra a outra pode-se notar uma maior inclinação para um aspecto particular. Os debates teóricos no campo da história têm a tendência de se inclinarem às questões epistemológicas, possivelmente em função do caráter científico que caracterizou a história da historiografia (no sentido literal, e não como área de conhecimento) ao longo do século passado. Na obra *A memória, a história, o esquecimento* não é, em tese, diferente: o autor afirma que cada um dos três grandes blocos que constituem a obra é pautado por uma abordagem filosófica específica. Assim, a memória é vista sob a égide da fenomenologia, a história a partir da epistemologia e a hermenêutica conduz o debate acerca da condição histórica que fecha a reflexão. História e epistemologia caminham juntas aqui também. Vistas como unidades independentes, a soma dos três momentos desta compartimentação parece dar conta da totalidade da obra, mas não de fato. Acreditamos que um propósito ontológico declarado apenas na terceira parte e no epílogo do livro orienta o trabalho desde as primeiras páginas.

Acreditamos que a obra *A memória, a história, o esquecimento*, apesar de estar caracterizada por uma via filosófica menos visitada pelos historiadores, a ontologia, se dirige mais diretamente a eles. Ricoeur afirma já na primeira página da obra que a pesquisa que se segue ecoa o convívio e a participação em debates, congressos e seminários *de historiadores* acerca das relações entre memória e história, além de nomear François Dosse como quem o aconselhou a seguir no caminho da pesquisa sobre a história. Reciprocamente, após a publicação desta obra um número crescente de historiadores passou a se interessar pela filosofia ricoeuriana, inclusive por publicações mais antigas, remetendo até a década de 1950. A filosofia de Ricoeur passou a ser encarada como capaz, senão de apresentar possíveis saídas, de ao menos caracterizar de forma mais precisa as aporias que atravessam a historiografia do início do século.

³⁴ Ricoeur, ao propor a definição de representância em *A memória, a história, o esquecimento*, não se limita a apresentar o valor heurístico do conceito. Ele faz uma história do conceito. Em uma longa nota (2007, nº77, p. 295-296), o filósofo percorre o caminho desde a *repraesentatio* latina, sua tradução alemã como *Vertretung*, passa pela negatividade do uso hegeliano e pela positividade da proposta gadameriana, em especial no que tange à arte, para, por fim, chegar a derivação representância.

Inclusive, uma questão central para os historiadores é também o objeto principal declarado da obra de Ricoeur publicada em 2000: “De fato, uma problemática comum corre através da fenomenologia da memória, da epistemologia da história e da hermenêutica da condição histórica: a da representação do passado” (RICOEUR, 2007, p. 18). O conceito ricoeuriano de representância é, assim, nodal para a obra.

Vale ressaltar que o conceito de representância que aqui indagamos não diz respeito apenas (e já não seria pouco) ao ato de escrita da narrativa historiadora, mas também ao trabalho de construir uma representação presente de uma ausência. Tanto as configurações escriturárias quanto as capacidades referenciais da historiografia são consideradas no conceito de representância. É nesse sentido que o trabalho com os arquivos, documentos e vestígios em geral, elementos linguísticos, retóricos e argumentativos, assim como epistemológicos e mesmo ontológicos, na medida em que a condição histórica é a culminância da representância, como veremos, constituem o complexo da representância.

A primeira característica que se destaca na passagem da noção de representância de *Tempo e Narrativa* para *A história, a memória, o esquecimento* é o papel do testemunho como uma categoria nodal da memória, importante guardião dos acontecimentos passados. Em *Tempo e Narrativa*, o testemunho era colocado par a par com os outros tipos de meios para atingir o referente. Seja um documento, um monumento, um testemunho, ou um vestígio de qualquer tipo, o enigma da preteridade do passado tinha um mesmo peso aporético. Já na obra de 2000, o testemunho passa à categoria de instituição. A característica de fidelidade da memória somada à enunciação da testemunha que presenciou determinado acontecimento cria uma sobreposição de fatos: um referencial, narrado, e outro linguístico – o ato propriamente discursivo.

A testemunha baseia seu ato testemunhal em alguns alicerces: o primeiro é a presença, a declaração de ter estado lá; o segundo é efeito da característica dialogal do testemunho: não basta dizer que esteve presente, a testemunha quer ser acreditada por quem a escuta; o terceiro é afiançar a validade do próprio testemunho no testemunho alheio: se duvidam de sua narrativa, a testemunha pode propor que se pergunte a mesma coisa à outra pessoa que também estava lá, na certeza de que seu testemunho, como verídico, será confirmado. Além destes, pode-se acrescentar a manutenção do testemunho ao longo do tempo como “prova” de validade: se a testemunha está disposta a manter seu discurso mesmo passado muito tempo, e afirmar os mesmos eventos a qualquer interlocutor, a persistência da memória e a inalteração dos fatos narrados tendem, em

geral, a implicar veracidade. Por todas estas razões, o testemunho passa a ser pensado como uma instituição social que se baseia na identidade enquanto efeito de creditar validade ao discurso de outros membros da comunidade. Por mais que a burocracia e a outorga judiciária sejam hoje consideradas como o que há de mais próximo de provas incontestáveis, a confiança na palavra de membros da comunidade não pode ser sobreposta por qualquer fiança burocrática.

A historiografia científica do século XX contribuiu para a constituição de todo um método de avaliação de provas documentais. A conformidade do arquivo à crítica tornou-se uma garantia de veracidade dos discursos históricos. Mas a memória, e sua apresentação discursiva em forma de testemunho, não está submetida aos mesmos critérios metodológicos. Então o recurso do historiador aos documentos seria uma forma de questionar e corrigir os testemunhos. O historiador corrigiria as “falhas” da memória por meio da crítica documental. Teríamos assim a história *contra* a memória. Todavia, a passagem da memória à história se serve tanto dos rastros quanto dos testemunhos. Para tornar o enigma da preteridade do passado ao menos um pouco mais claro, é preciso que tanto o arquivo quanto o testemunho sejam considerados, ainda que com diferentes procedimentos críticos³⁵.

Podemos afirmar que esse debate acerca do testemunho serve para articular a memória aos procedimentos críticos documentais cientificamente elaborados pelos historiadores ao longo de, pelos menos, os séculos XIX e XX. O longo debate que se estabeleceu, essencialmente pela via metodológica, acerca da crítica documental foi por muito tempo visto como o elemento que garante ao conhecimento histórico uma validade epistemológica. Mas a questão da memória como concorrente direta da historiografia pelo direito de dizer o passado não pode ser simplesmente ignorada. Com o testemunho como instituição social, que tem seu reconhecimento conferido pela identidade, a articulação entre história e memória é renovada. Os debates desenvolvidos pelas ciências sociais e os conflitos que caracterizaram os comentários de historiadores acerca da memória não são mais as únicas bases da interação entre história e memória. Todo um novo leque de possibilidades é assim aberto. A memória, assim como o testemunho e sua crítica, não estabelecem mais apenas relações hostis e de concorrência com a historiografia, mas

³⁵ A história oral ensejou importantes contribuições para a crítica dos testemunhos, em especial no conjunto da obra de Alessandro Portelli. Além disso, a questão da Doação de Constantino e todo o debate que desde o século XV, com Lorenzo Valla, articula documentação histórica e testemunho, e que culmina com historiadores como Carlo Gizburg e Paul Veyne, oferece também importantes referenciais para o trabalho com os testemunhos.

passam a trabalhar juntos para o enriquecimento da representação historiadora do passado. Essa é a primeira das articulações ensejadas pela representância. Passemos às outras.

Para Ricoeur, entre o autor e o leitor de uma obra ficcional existe um pacto: as referências à realidade são colocadas em suspenso em favor do prazer proporcionado pela leitura. Entre o historiador e os leitores dos textos de história o acordo é diferente: parte-se do pressuposto que os elementos narrados tiveram uma existência de fato antes de terem sido configurados pelo historiador. Isso pode levar a crer que a escrita da história, o trabalho de representação escritural, é transparente e não intervêm nas ações passadas. Sabermos, contudo, que a configuração narrativa é tanto um elemento de exposição quanto de explicação. Não se pode mais crer na transparência da linguagem como meio estéril no qual as histórias são moldadas e dadas à apresentação.

Podemos dizer que ao nos desfazemos de uma crença ingênua na transparência da escrita, os ganhos à capacidade de representação são enormes. Isso porque ao considerarmos a reflexão e a linguagem como inseparáveis para a constituição de qualquer representação, então o complicado trabalho de explicação e compreensão colocado à disposição de todos os leitores potenciais pela escrita, assim como o movimento-reflexo, que, a partir da configuração narrativa, torna inteligível toda uma sequência de eventos em princípio desconexos, só poderia significar um aumento da capacidade referencial da historiografia de dizer o *tendo-sido* “real”, na medida em que mais que dar a ler, a intriga histórica tem o poder de dar visibilidade ao passado. Dito de outra forma, a soma da explicação/compreensão e da configuração que propicia a visualização de um ausente por meio da narrativa histórica, juntas, deveriam significar um aumento na capacidade referencial da historiografia.

Contudo, ao mesmo tempo em que a capacidade de representar o passado a partir da narrativa enriquece o que se conhece do passado, é a representação que também coloca em dúvida a capacidade do historiador de dar a ver o *tendo-sido*. Isso porque a estrutura própria do gênero narrativo leva a um fechamento da história contada ou a uma estruturação lógica dos vários eventos articulados de forma que uma coerência apareça. Em princípio, a coesão lógica parece positiva. Mas pode também levar a uma impressão de distanciamento em relação à indeterminação da experiência. Quando a harmonia, enquanto efeito narrativo, é muito proeminente, a intriga pode tornar-se artificial e passar a não se parecer com o caos da vida. Perde-se assim a capacidade de possibilitar a visualização do passado pelo excesso lógico. Também se pode perceber o efeito de enclausuramento. Ao definir os objetos históricos de muito perto, como o que acontece

com a microhistória, a precisão extrema na descrição dos eventos causa estranheza, na medida em que o leitor pode sentir falta de um quadro geral que oriente o olhar diante do tamanho detalhamento das ações individualizadas. Por outro lado e inversamente, numa macro narrativa, a lógica do olhar ubíquo se sobrepõe às individualizações, de forma que tanto eventos individualizados quanto movimentos de conjunto são todos lidos por uma mesma medida lógico-conceitual. Assim, a Revolução Francesa pode ser explicada pelo próprio conceito de Revolução Francesa e toda a carga de sentido que já carrega. O mesmo pode ser dito do Feudalismo, do Império Romano ou da Democracia Ateniense.

A capacidade referencial da história pode ficar duplamente prejudicada pela forma como é representada. De um lado, a imputação causal singular e sequencial pode levar a uma obliteração da visão de conjunto, assim como pode até mesmo ofuscar a relação entre ações individualizadas plenamente descritas e o quadro referente “real” passado na qual essas mesmas ações tiveram lugar. Em contrapartida, a personificação de conceitos definidores de períodos e de conjuntos de eventos pode levar a um distanciamento lógico entre o conceito e os eventos que tiveram lugar no passado, os quais, em tese, ensejaram o conceito. Essa ligação entre referente e conceito (Revolução Francesa, Cesarismo, etc.) é cada vez mais frágil conforme a lógica conceitual sobrepõe seus modos explicativos à compreensão singularizada.

Assim vemos como os modos discursivos que, por um lado, aumentam a capacidade representativa da narrativa historiadora podem, por outro, colocar em dúvida o pacto entre historiador e leitor dos livros de história quanto à capacidade de representar um passado *tendo-sido*. Nesse ponto, a questão ultrapassa até mesmo o problema do referente, e toca a possibilidade de falar de verdade do discurso histórico. A contribuição do conceito de representância aqui é nodal, na medida em que articula epistemologia e ontologia. Entre o referente passado e o pacto entre historiador e leitor é a própria epistemologia da história, enquanto processo, e a ontologia da condição histórica que, juntas, possibilitam que a história possa almejar dizer o passado real e cumprir o pacto feito com o leitor. É dessa forma que a palavra verdade, pela mediação da representância, se articula com a história.

Um grande benefício da filosofia ricoeuriana para o universo do historiador é como o filósofo articula dois debates centrais para a historiografia contemporânea sob uma ótica bastante inovadora. Os temas da representação, de um lado, e da memória, de outro, se articulam na obra de Ricoeur na noção de representância, de forma que os problemas específicos de cada matéria passam a se entrelaçar e assim jogar luz nova sobre estas

questões. A articulação entre eles se dá por meio do reconhecimento e do conhecimento “objetivo”.

Como já debatemos, em *A memória, a história, o esquecimento*, o conceito de representância fica bastante mais refinado:

À representação mnemônica segue-se no nosso discurso a representação histórica. Esta é a razão profunda da escolha do termo “representação” para denominar a última fase de nosso percurso epistemológico. Ora, essa correlação fundamental impõe ao exame uma modificação terminológica decisiva: a representação literária ou escriturária deverá deixar-se soletrar em última instância como representância, a variação terminológica proposta enfatizando não só o caráter ativo da operação histórica, mas também a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora. Assim, será fortemente enfatizado o fato de que a representação no plano histórico não se limita a conferir uma roupagem verbal a um discurso cuja coerência estaria completa antes de sua entrada na literatura, mas que constitui propriamente uma operação que tem o privilégio de trazer à luz a visada referencial do discurso histórico (RICOEUR, 2007, p. 248).

Em *Tempo e Narrativa* a memória não era uma preocupação central como na obra posterior. Essa mudança de foco implicou uma alteração do próprio conceito, devido ao *reconhecimento* característico da representação do passado pela memória, o qual não tem equivalente na história. Ainda assim, na citação anterior o foco está na apresentação escriturária da história; contudo, o conceito de representância, ao incluirmos outras argumentações de Ricoeur, está bem mais enraizado, e em todas as fases da produção histórica.

Consideremos a memória e a representação historiadora sob a égide do reconhecimento: enquanto a lembrança implica reconhecimento, no sentido do “eu estava lá”, ou ainda, em segundo grau, um efeito mnemônico de reconhecimento pelo arrasto da memória coletiva, a representação historiadora não conta com isso, e produz um “conhecimento sem reconhecimento” (RICOEUR, 2007, p. 296). Contudo, a história não é apenas dissimilaridade: mesmo representando um ausente marcado pela anterioridade e que não conta com o apanágio do reconhecimento, a história é capaz de conferir uma extensão de existência ao que ela representa, um alargamento da significação, como produto do conjunto das operações historiográficas. O corolário disso é a amplificação de sentido do referente. Esta é a face epistemológica da representância.

Ricoeur recorre a Heidegger e a seu conceito de *ser-em-dívida* para apresentar a ligação entre preteridade e futuridade, enquanto “herança transmitida e a ser assumida” (2007, p. 374). A característica ontológica do *ser-em-dívida* é relevante para a representância na medida em que traz à operação historiográfica não o reconhecimento

característico da memória, mas a *constituição* típica da condição histórica: a questão central da memória de representar um ausente no presente, garantida pelo reconhecimento, não tem contraponto na história, como já dissemos; mas a história, além de tratar do *outro* não dado ao reconhecimento, ou seja, de um passado manejável, na alteridade do *não-ser-mais*, é também caracterizada pelo existencial que constitui o ser que somos: a condição histórica é assim duplamente implicada no conceito de representância, na medida em que somos dependentes ontologicamente do passado e *sujeitos capazes* (ainda que com certos limites) de projetar o futuro. Aqui se estabelece um elo forte entre o conceito de *condição histórica* de Ricoeur com os conceitos de Koselleck de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, como debateremos mais a frente. Enfim, o caráter ontológico da condição histórica dá a representância historiadora um estatuto diferente do reconhecimento, mas ao mesmo tempo, tão próprio aos sujeitos quanto aquele. Essa é a dimensão ontológica da representância, bem mais estranha ao universo dos historiadores que a anterior, epistemológica.

Ao conjunto destes três elementos constituintes da representação historiadora, a saber: a diferenciação com relação à fenomenologia da memória; a epistemologia da operação historiográfica e, a ontologia da condição histórica, entregues ao leitor de história em sua forma escriturária, Ricoeur dá o nome de *representância*. A noção, como pode ser visto, não particulariza, mas antes amplia o alcance de sua significação em relação à noção de representação. A representância assim unifica várias questões da historiografia em uma única noção, o que permite, por sua vez, entrecruzar problemas que separadamente apresentam contornos bem definidos, o que pode levar a um entrincheiramento temático prejudicial, na medida em que obstrui as soluções advindas da interação entre os mais diversos componentes reunidos na noção de representância. O que se nota é a ênfase na mediação, o fazer dialogar característico da obra de Ricoeur. A tessitura da operação historiográfica é condensada na representância.

A representância é, em última análise, o veículo da epistemologia à ontologia da história:

Chamarei de condição histórica esse regime de existência colocado sob o signo do passado como não sendo mais e tendo sido. E a veemência assertiva da representação historiadora enquanto representância basear-se-ia unicamente na positividade do “ter-sido” visado através da negatividade do “não ser mais”. (RICOEUR, 2007, p. 294-295).

Essa positividade do ser como contraponto à ausência é um dos objetos do capítulo na sequência.

5. A condição histórica

Além de fazer a história, no sentido de contá-la, o historiador é também um sujeito histórico, assim como todos os outros indivíduos. Mas quais são as implicações da condição histórica no fazer histórico? Buscaremos agora compreender como a condição histórica é não apenas uma dimensão ontológica dos sujeitos mas também uma referência para o historiador fazer história. A orientação do presente capítulo parte de uma análise da temporalidade histórica. Podemos dizer que a condição de *ser* histórico é o tempo. Além disso, é o tempo que individualiza a disciplina diante de todas as outras ciências dos homens. Compreender historicamente é pensar a partir do tempo.

5.1. O tempo histórico

Se o tempo sempre foi a principal variável, o articulador nodal da história, no final do século XX ele torna-se também um dos *objetos* privilegiados da história. As discussões acerca do tempo enquanto separação entre o atual e o antigo, entre o instante em vivência e o futuro por vir, remetem aos primórdios do cânone ocidental. Contudo, ele é abordado sob uma ótica diferente na atualidade: o tempo deixou de ser manejável para tornar-se opressivo. E não apenas o tempo do historiador, enquanto articulação entre o tempo do calendário e o tempo vivido, conforme Ricoeur, mas o tempo da vida, em todas as instâncias.

A historiografia hegemônica ao longo do século XX, estabeleceu que uma nova inteligibilidade pode ser atingida pelo historiador ao desapegar-se do tempo curto dos acontecimentos e dos personagens individuais em favor dos grandes movimentos de longa duração, imperceptíveis aos atores históricos, mas que podem ser auferidos pelos historiadores conforme uma metodologia estrutural, pautada pelo inconsciente. A contraposição que sustentou tal inovação se baseia na denúncia da fugacidade do tempo tal como abordado pelos historiadores do movimento que ficou conhecido como Escola

Metódica, ou como eles se autodenominavam, positivistas. Charles Seignobos, Charles-Victor Langlois, Ernest Lavisse, entre outros, constituíam este grupo de historiadores. Segundo uma visão caricata construída pelos historiadores dos *Annales*, os historiadores da Escola Metódica dedicavam-se exclusivamente ao tempo curto, aos personagens centrais da história, como os heróis, reis e grandes políticos, assim como definiam seus objetos de trabalho a partir de acontecimentos precisamente localizados temporalmente, privilegiando apenas as rupturas históricas dos grandes eventos fundadores.

Dessa forma, a ideia de uma história narrativa, factual, cujos objetos privilegiados são os acontecimentos e os personagens históricos, é denunciada como superficial e incapaz de responder aos anseios de explicação dos movimentos estruturais que conduzem a grande história. A implicação temporal de tal posicionamento é a substituição do tempo curto pela longa duração. O principal arauto da longa duração foi Fernand Braudel. Ainda que os fundadores do grupo dos *Annales* já pensassem o tempo histórico a partir de extensões diferentes dos “positivistas”, é Braudel que aplica e “teoriza” a longa duração.

Essa nova temporalidade, os historiadores da Nouvelle Histoire tomavam de empréstimo dos economistas e geógrafos, em geral. A sociologia também contribuía para a dilatação do tempo histórico, mas, nesse ponto, as relações eram um pouco mais tensas. Entre a atemporalidade de algumas linhas da etnografia e o sincronismo da sociologia, os historiadores contrapunham as durações históricas, mesmo as muito longas. A ação das macroestruturas e do inconsciente da história determinava a vida dos sujeitos segundo uma leitura do tempo histórico que buscava escapar às crises do tempo presente e da própria humanidade ao longo do século passado. Os avanços obtidos pela historiografia, ao adicionar ao seu repertório dimensões temporais muito longas, são inquestionáveis. Libertar a historiografia do episódico permite propor explicações de movimentos históricos até então não abordados ou objetos apenas das filosofias da história.

Criou-se todo um conjunto de metáforas sobre a primazia o tempo longo, principalmente com Braudel, o poeta da longa duração. As correntes marítimas e a escuridão da noite eram os exemplos mais comuns, em oposição às espumas das ondas e a luz fugidia dos vaga-lumes na praia. Assim se encontravam os historiadores da longa duração: por um lado, buscavam escapar do tempo mais humano, e também mais fugaz e enganoso do acontecimento e dos personagens; por outro, tinham no fronte oposto a total descronologização que, no limite, nega a possibilidade da história como todo. A primeira frente de batalha se travava entre aliados, na medida em que era uma questão interna dos historiadores a oposição entre tempo curto e longa duração; a segunda se travava contra

“inimigos” externos, já que a atemporalidade das pesquisas foi levada mais adiante, em geral, pelos sociólogos.

Uma grande parte dos historiadores franceses, e de outras nacionalidades influenciados diretamente por eles, se entrincheirou na longa duração, o que levou a desenvolvimentos diversos. A história serial e quantitativa é um deles, assim como a história estrutural e a geo-história, além da etno-história e a história das mentalidades, apenas para citar alguns exemplos de linhas de articulação de trabalhos históricos orientados pela longa duração. Não nos estenderemos nesse debate já bastante conhecido entre os historiadores contemporâneos. O que buscaremos trabalhar agora é a possibilidade de voltar a uma multiplicidade de tempos históricos, considerando tanto a longa duração quanto os processos históricos mais situados. Trata-se de avaliar os debates mais influentes na atualidade acerca do tempo histórico.

5.1.1. Koselleck e Hartog: experiência, expectativa e regimes de historicidade

Os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa estão sobremaneira difundidos na historiografia atual. Os mais diferentes autores, de tradições e nacionalidades bastante variadas, remetem aos conceitos formulados por Reinhart Koselleck quando discutem a delimitação temporal de seus trabalhos ou ao elaborarem proposições teóricas acerca da pesquisa. Koselleck os desenvolveu ao longo da segunda metade do século passado, culminando na publicação de *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, em 1979. A história dos conceitos, que está na base de toda a produção do historiador alemão em questão, já era praticada na Alemanha desde o início da década de 1950, com o grupo autores que se reuniu em torno da revista *Archiv für Begriffsgeschichte*, em sua maioria, na época, constituído por filósofos. Koselleck inicia sua participação na revista e passa a publicar na área da história dos conceitos pouco depois, já no final da década de 1950.

As formulações acerca do tempo histórico estão pautadas por esta perspectiva: ao apresentar sua obra *Futuro Passado*, o autor afirma que “no que diz respeito à metodologia, as investigações concentram-se na semântica dos conceitos fundamentais

que plasmaram a experiência histórica do tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 16). Um deles é o próprio conceito de história, para o qual ele dedica todo o segundo capítulo do livro, definindo como em meados do século XVIII, na Alemanha, a palavra *Historie* foi preterida em favor de *Geschichte*. A partir de uma pesquisa de fôlego, Koselleck mostra como uma mudança semântica é capaz de evidenciar toda uma reestruturação da consciência histórica. O foco de seu trabalho, em nossa leitura, está menos ligado a uma pesquisa de natureza linguística: sobressai a preocupação com a experiência dos atores históricos, nos contextos em que eles compreendem suas próprias ações. A semântica orienta a abordagem dos conceitos, de forma a revelar a historicidade e, principalmente, a humanidade própria das palavras.

Outro conceito central para Koselleck é o de progresso. Suas pesquisas se dirigem principalmente à modernidade, caracterizada por marcar a cisão entre a experiência e a expectativa. Nesse domínio, o conceito de progresso assinala uma transformação semântica de tremenda repercussão na história: “o ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 320). A natureza transicional da modernidade não é constatável apenas aos pesquisadores que dedicam seus trabalhos a esse período histórico, mas era também observável para os atores históricos de então, e mesmo orientava suas expectativas. Ironicamente, a transicionalidade tornou-se uma regularidade. Ao longo da época moderna, assim como na contemporânea – basta ver o marco da Revolução Francesa – a ideia de que os tempos históricos passaram a caracterizar-se pela desvinculação entre experiência e expectativa é manifesto. Nesse sentido, modernidade e contemporaneidade não diferem substancialmente, mas o conceito de progresso, esse sim, mudou de status. Na passagem entre, por um lado, uma expectativa aberta às possibilidades da revolução tecnológica para, por outro, uma expectativa angustiante criada justamente pela mesma tecnologia, modernidade e contemporaneidade diferem-se substancialmente. A ideia de transição passou a marcar o tempo presente. Assim, o regime de historicidade presentista, como o chama François Hartog, não marca apenas o fechamento do presente sobre ele mesmo, mas também caracteriza a constante mutação sem prévia.

Mas passemos a busca de compreender o que são, e por que estão tão difundidos na historiografia contemporânea os conceitos de espaço de experiência e de horizonte de expectativas.

“A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). A atualidade do passado que o constitui no presente diferencia o espaço de experiência da definição de passado como toda a realização anterior. Em geral fala-se do transcorrido das realizações humanas, enquanto espécie, como “o passado”. Mas o tempo não é exclusivamente humano, de forma que a anterioridade dos físicos ou dos geólogos, por exemplo, remete a um tempo anterior para muito além do tempo humano. Dessa forma, o que chama de passado engloba o infinito entre o atual e o anterior. Essa incomensurabilidade desumaniza o tempo, ainda que as religiões e a física teórica busquem medi-lo.

A experiência do tempo, como insistiu Agostinho, se realiza no presente, mas não é todo o passado que se faz presente no presente. O que foi tipicamente humano, consciente ou inconscientemente, e que já não é mais atual, enquanto prática, pertence ao espaço de experiência. Mas podemos transformar em prática uma experiência. Koselleck nos apresenta vários exemplos nesse sentido: “[...] a experiência da execução de Carlos I serviu, mais de um século depois, como horizonte de expectativas de Turgot, quando compeliu Luís XVI a realizar as reformas que deveriam poupá-lo do mesmo destino.” (2014, p. 308). As formas como o passado se reapresenta, segundo Marx, como farsas, também são bons exemplos da experiência trazida à prática. Além disso, a experiência nos permite ver para além de nós mesmos: a alteridade existe porque podemos nos apropriar da experiência de outros.

Quanto ao horizonte de expectativa, não se trata de um conceito oposto ao de experiência: a expectativa engloba os projetos, promessas e intenções, desejos, esperanças e cuidado. É também individual e coletiva ao mesmo tempo, na medida em que cada sujeito cria e se apropria dos projetos coletivos que, racionalmente ou não, sinalizam o futuro. Mas as expectativas não são meros efeitos da experiência: no regime moderno, por exemplo, o que caracteriza a expectativa é o distanciamento que se declara em relação à experiência. O projeto futuro pautou-se pela concepção de temas não experimentados anteriormente, ou reorganizados conceitualmente, como se deu com a República. Assim como o espaço de experiência, o horizonte de expectativa é um outro tempo no presente. O *ainda-não* existe como expectativa no presente, e poderá se tornar, ou não, experiência.

Enquanto a experiência coleciona realizações de tempos passados, a expectativa dilui-se em uma miríade de possibilidades de tempos futuros, já que não se pode eliminar o acaso em função do cuidado. Mas é dessa dupla entropia – dupla posto que a experiência também não está sempre acabada, já que a história é constantemente reaberta – revela a

articulação entre passado e futuro, sua urdidura constitutiva do presente. Aqui cabe uma pequena ressalva. Koselleck (2006, p. 310) afirma que “uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas”. Essa consideração parece não se articular plenamente com toda a elaboração dos conceitos realizada pelo historiador alemão. Tanto a ideia de causa quanto a de completude enclausuram a experiência num fechamento artificial. Dessa forma, aqui parece ser mais proveitoso seguir a proposta ricoeuriana de buscar tornar o projeto mais definido e a experiência menos determinada.

Não apenas os aspectos teóricos acerca do tempo são desvelados pela articulação das categorias de experiência e expectativa. A análise política, seja por uma abordagem histórica, seja enquanto projeto, pode tornar-se mais consciente considerando as concepções temporais que articulam e dirigem a prática. “As categorias são capazes de identificar o tempo histórico também no âmbito da pesquisa empírica, pois elas, com um conteúdo enriquecido, orientam as unidades de ação concretas que realizam o movimento social e político” (KOSELLECK, 2014, p. 307-308). Façamos, por intermédio das categorias de Koselleck, uma incursão por outra obra que se dedica ao tempo histórico, visando exemplificar a articulação política inerente à definição científica e social do tempo.

Krzysztof Pomian é filósofo e historiador polonês, mas vive na França desde 1973. Pesquisador do *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS) e professor da *Ecole des hautes études en sciences sociales* (EHESS), se dedica principalmente aos estudos de história da historiografia, numa filiação historiográfica francesa, e em especial dos *Annales*. Seu livro *L'ordre du temps*, publicado em 1984, apresenta-se como um estudo histórico-filosófico do objeto tempo, cujo foco são as propriedades deste para a historiografia, teoria da história e seus desdobramentos na definição de conceitos operatórios como os de eventos, repetição, épocas, estruturas, diacronia, sincronia, cronometria, cronografia, cronologia, cronosofia, entre outros. Apesar de se diferenciar notadamente das publicações acerca do tempo de Hartog, Koselleck ou Ricoeur, nos parece importante articular o debate que estamos desenvolvendo com esta importante obra que definiu o tempo como objeto, “[...] abordado conforme um perspectiva enciclopédica” (POMIAN, 1984, p. XII, tradução nossa).

A obra de Pomian nos permite passar em revista pela transformação política que a determinação científica do tempo significou para a modernidade. Dessa forma podemos alicerçar as questões teóricas em elementos da experiência. Apesar de tratar o tempo como objeto histórico, o autor dialoga com áreas do conhecimento bastante distantes dos

historiadores, mas que também se dedicam ao tema, permitindo-nos observar a transformação da “grandeza” tempo como processo histórico, desde Galileu, Newton e Leibniz, Hume e Kant, entre outros.

A unificação do tempo cumpre funções de política nacional e colonialista de forma distinta e em períodos distintos, na história e na física. Em grande parte da historiografia dos séculos XVIII e XIX, a uniformidade do tempo, como sendo linear, cumulativo e irreversível, orientado para o futuro e exemplificado pela ideia de progresso conforme Koselleck, foi usada para justificar o eurocentrismo e, ainda, diferenciar os “povos históricos” e aqueles que não o são e, dessa forma, legitimar a dominação colonial e promover a consolidação de alguns Estados-Nação. São bastante conhecidos os usos políticos da história no século XIX. O tempo linear e cumulativo remete a ideia da humanidade conduzida por um progresso civilizatório, no qual as nações ocupavam diferentes posições nessa linha orientada do desenvolvimento, umas mais avançadas enquanto outras ainda em estágios “primitivos”. Essa hierarquização dos estágios de civilização tem claras consequências nas relações de poder e de dominação, justificando inclusive o neocolonialismo, com a Europa na “vanguarda civilizacional”. Pomian aborda com precisão como esta orientação linear e direcional do tempo serviu como base para os usos políticos da história (Cf. POMIAN, 1984, p. 71).

Por outra via, podemos notar como na física a unificação do tempo cumpria também a função de delimitar as colônias e as áreas de dominação de cada uma das nações colonialistas. É sabido que uma das principais funções da unificação dos relógios era a medição de grandes distâncias e, conseqüentemente, a constituição de mapas mais precisos. Usando dois relógios sincronizados A e B, é possível enviar um sinal de um ao outro e assim pode-se medir o tempo que este sinal leva para atingir o relógio B e retornar a A. Considerando que se conhece a velocidade de propagação desse sinal, é possível medir com exatidão a distância percorrida. Tratava-se de determinar distâncias e, portanto, a divisão do mundo colonial entre as nações colonialistas, além de estreitar as fronteiras e definir, com precisão, rotas transoceânicas.

Além disso, a conseqüente divisão do mundo em faixas longitudinais implicava a definição um de meridiano grau zero – Greenwich – o que significa designar simbolicamente alguma destas nações como o centro dos mapas de todo o mundo; nesse ponto, travou-se uma longa batalha científica e política entre França e Inglaterra, com a vitória da última. Enfim, o que pretendemos mostrar aqui é o papel desempenhado pelo tempo nas questões políticas coloniais. Pomian desenvolve bem o debate acerca do uso do

tempo uniforme e orientado como fator de legitimação de uma política imperialista em nível mundial. O tempo se encontra, assim, na articulação dos usos políticos da história e da ciência. Abordar tal tema tendo em vista as contribuições de Koselleck para semântica dos tempos históricos permite revelar a função pragmática da articulação entre experiência e expectativa .

Tentar determinar as expectativas apenas pela experiência, como no modelo de prognóstico da história *magistra vitae*, é ignorar a indeterminação do futuro. Desprezar, porém, a experiência é não estar devidamente consciente das possibilidades. Se a imprevisibilidade da expectativa é mais fácil de ser observada, esperamos que nossa insistência na indeterminação da experiência ao longo de todo o trabalho possa ajudar a revelar a recíproca.

Ao nos questionarmos quanto à articulação do tempo como variável de definição dos objetos/conceitos na obra de Koselleck, logo nota-se que sua abordagem está vinculada à pluralidade interpretativa. O tempo, além de objeto, é a mediação que garante historicidade à sua obra, e à história em geral. Mas quanto ao caso específico dos conceitos, enquanto objetos da história, estes se distinguem pelo longo processo de transformação. Um ato de linguagem isolado, enquanto evento discursivo, não é, geralmente, capaz de alterar os conceitos. É necessária toda uma mudança da esfera simbólica. Sem dúvida, todo ato de linguagem tem sua historicidade, mas observar a história da aplicação de determinado conceito remete necessariamente à temporalidade longa, mesmo tendo a modernidade, e sua aceleração característica, como o período privilegiado das análises:

Sob o ponto de vista dessas investigações, mantém-se inalterada a importância das condições de longa duração que se perpetuam desde o passado, condições que, aparentemente, caíram no esquecimento. Esclarecê-las é tarefa da história estrutural, à qual os seguintes estudos pretendem ter dado sua contribuição (KOSELLECK, 2006, p. 16).

Todavia, apenas a partir da observação dos atos de linguagem singulares, enquanto atualização dos movimentos estruturais, é que se pode notar a mudança semântica. Ou seja, diferentes temporalidades coexistem e exercem poder na transformação dos conceitos. Vale destacar aqui que as ações isoladas não são meros reflexos das fissuras estruturais, mas são antes constituintes dos movimentos de longa duração. Assim, os usos específicos e as atualizações que Chladenius, Kant, Hegel e Droysen, entre outros, fizeram do conceito de história constituíram o movimento, de longa duração, que caracteriza a

variação da *Historie* à *Geschichte*, ao longo dos séculos XVIII e XIX. É no influxo dos atos de linguagem localizados e dos movimentos estruturais que se encontra a história dos conceitos.

Mas duas observações devem ser feitas aqui. A primeira delas diz respeito aos movimentos estruturais, que em geral não são reconhecidos pelos atores históricos, mas apenas imputados posteriormente a determinado conjunto de eventos pela análise retrospectiva do historiador. A atuação das forças estruturais sobre determinadas conjunturas ou eventos históricos podem ser até mais determinantes para o desenrolar da vivência que as ações apercebidas empiricamente pelos contemporâneos. Todavia, elas são sempre hipotéticas. Não estamos aqui nos referindo aos grandes movimentos geopolíticos, por exemplo, que apesar de estruturais podem ser conhecidos pelos atores históricos, mas às estruturas identificadas apenas *ex post*. Sua constituição é independente da materialidade histórica dos eventos e atores, e assim transcende a experiência. Portanto, enquanto hipóteses, estas estruturas estabelecidas ulteriormente dispõem de uma carga de ficcionalidade imanente. A objetividade estrutural não é, assim, tão plena quanto a quiseram fazer parecer os estruturalistas que se opunham à narração das ações situadas.

Por outro lado, e essa é a segunda observação, a ficcionalidade das hipóteses estruturais não as torna menos “eficientes”. A capacidade de dizer a realidade, mesmo quando não percebida pelos contemporâneos, não está garantida à narração de eventos pelo simples fato destes estarem ligados por uma sucessão temporal linear. As estruturas não são, ou ao menos não deveriam ser, atemporais, mas sim vinculadas a um tempo que não se traduz facilmente nas experiências subjetivas. Esse tempo não é, contudo, menos histórico. A questão que se coloca assim é a de que tanto o tempo longo quanto o tempo curto desempenham papéis importantes na representação historiadora; o favorecimento de um ou de outro pode levar a um efeito negativo de perda de capacidade explicativa/compreensiva. Por fim, não há necessidade de estabelecer um vínculo lógico entre as diferentes temporalidades que intervêm em um mesmo objeto histórico: tempos longos e curtos, estruturais e factuais, atuam de formas diferentes e podem ser abordados por métodos de trabalho também diferentes num mesmo estudo histórico. Essa diversidade de perspectivas temporais é uma face do que chamamos ao longo desse trabalho de pluralismo interpretativo.

A articulação que Koselleck estabelece entre os pares narração/descrição e evento/estrutura é especialmente importante dado a orientação de nosso trabalho. É notável como sua argumentação acerca desse tema, em grande parte resultado das

discussões do grupo de trabalho *Poetik und Hermeneutik*, se aproxima da máxima ricoeuriana “explicar mais é compreender melhor”. Ainda que trabalhando com diferentes referenciais e empregando de métodos sutilmente distintos, já que entre semântica e hermenêutica temos uma diferença de escala, Koselleck e Ricoeur convergem no que diz respeito à pluralização dos meios de explicação/compreensão e, conseqüentemente, quanto à necessidade de identificar os diferentes ritmos e extensões temporais que coexistem num mesmo conjunto de fontes.

Fixar a ‘história’ desta ou daquela maneira seria impor escolhas inapropriadas. Ambos os níveis, o das estruturas e o dos eventos, remetem um ao outro, sem que um se dissolva no outro. Mais ainda, ambos os níveis alternam-se em importância, revezando-se na hierarquia de valores, dependendo da natureza do objeto investigado. (KOSELLECK, 2006, p. 137; cf. também, a este respeito, p. 140).

Outra convergência entre os trabalhos de Ricoeur e Koselleck encontra-se na questão da representação. Esta, tal como apresentada por Koselleck, parte de uma limitação típica do trabalho do historiador. Trata-se da compreensão da prefiguração das histórias, que já tinham uma forma específica antes do historiador convertê-las em linguagem. Se se trata de uma limitação, esta, contudo, é positiva. O historiador representa histórias que tiveram lugar na experiência passada, e portanto ele está submetido às determinações da fonte em seu trabalho de configuração da narrativa. Não é apenas ao realizar descrições que o historiador vê seu trabalho regulado pelos fatos apresentados nas fontes, mas também na narração, na medida em que a interpretação não deve subverter elementos objetivos: “[...] o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito” (KOSELLECK, 2006, p. 141). A leitura tradicional segunda a qual os eventos singulares e atores individuais pertencem à esfera da descrição, enquanto um conjunto de fatos articulados em intriga concerne ao universo da narrativa, é questionada pelo historiador alemão, que chega à conclusão de que descrições e narrações não podem ser separadas por um limite claro, por uma fronteira que as separem objetivamente. Descrever e narrar, assim como explicar e compreender são atividades que se retroalimentam.

Por outro lado, encontram-se nas fontes diferentes estratos temporais que não *coincidem* e não se prestam a um mesmo tratamento metodológico. Os diferentes elementos que podem constituir as fontes tratam, por vezes, de processos distintos e de durações muito diferentes. Submeter todos os estratos temporais contidos em determinado conjunto de fontes segundo uma única perspectiva temporal leva à obliteração de

determinados ritmos e temporalidades que não se prestam a este ou aquele tratamento. Um olhar orientado apenas pela duração muito longa pode deixar de apreender ações situadas e atores sociais que desempenharam papéis nodais. Reciprocamente, o minucioso olhar microscópico e ultradenso pode fazer perder a perspectiva de movimentos de conjunto, nos quais deslocamentos estruturais são determinantes.

E a grande questão é que esses diferentes estratos temporais não *coincidem*, e não precisam coincidir. Não é preciso estabelecer uma abordagem unificada para os tempos históricos deste ou daquele conjunto de fontes, assim como também não se trata de estabelecer interpenetrações forçadas desses diferentes níveis temporais. Desde que se abra mão de posicionamentos imperativos, a constatação de que processos temporalmente distintos podem estar presentes na mesma fonte, e afetar um conjunto de fatos de formas distintas, tem como corolário a necessidade de pluralização dos métodos de interpretação dos tempos históricos.

Em resumo podemos dizer que os conceitos de horizonte de expectativa e o espaço de experiência estão articulados com a voga de pluralização interpretativa das categorias. O passado, universal e opressor, é circunstanciado em proveito de elementos do passado que *incidem* diretamente sobre determinado presente e, principalmente, traz à tona as diferentes experiências de cada grupo humano quanto ao tempo. Não se trata mais de pensar o passado como conceito absoluto de tudo que já foi, mas do passado que em cada presente qualifica o influxo do que *era* – o pretérito imperfeito aqui serve para marcar a ausência que, todavia, se mantém como possibilidade.

O mesmo pode-se dizer do horizonte de expectativa. Cada sociedade concebe um futuro em função da sua ação presente, de suas práticas, de sua experiência. Enquanto horizonte de expectativa, não são as infinitas possibilidades do porvir que estão em pauta, mas a preocupação, para usar um vocábulo heideggeriano, que cada grupo humano, em seu tempo, projeta, anseia, teme e, por fim, produz de forma mais ou menos eficaz. Tal como as histórias social e cultural relativizaram as categorias – de classe, gênero, ricos e pobres, popular e erudito, entre outras – para pautar suas análises a partir da compreensão que os atores históricos tinham no momento em que vivenciavam a experiência incerta da vida, Koselleck faz o mesmo com o tempo, mostrando que passado, presente e futuro são categorias tão abrangentes quanto generalizantes. Essa contribuição à semântica dos tempos históricos, como Koselleck a chama, conflui notadamente com as contribuições ricoeurianas para a representação historiadora. Os diálogos possíveis entre a obra de

Koselleck e de Ricoeur são tão vastos quanto produtivos. Não parece ser uma casualidade que ambas as obras sejam hoje tão visitadas pelos historiadores.

Um terceiro autor, junto com Koselleck e Ricoeur, tem contribuído de forma exemplar para a pluralização dos tempos históricos: François Hartog. Contudo, o conceito de regimes de historicidade por ele desenvolvido segue um caminho distinto. Ele é caracterizado pela descrição e análise das diferentes tensões que se criam entre horizonte de expectativa e espaço de experiência. Como se sabe, essa tensão é variável. O conceito de regimes de historicidade, enquanto ferramenta heurística, possibilita identificar, descrever e analisar cada constituição dessa tensão ao longo do tempo. E ao fazê-lo, ele categoriza, nomeia e define. O produto do conceito de regime de historicidade é uma nova categoria.

Devemos nos perguntar o que é, e como se constituiu o conceito de regimes de historicidade. O conceito torna-se amplamente conhecido com a publicação da obra *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*, em 2003. Todavia, a primeira vez que o historiador francês utilizou o termo já datava então de vinte anos antes. Vários elementos colaboraram para que Hartog chegasse ao conceito tal como apresentado em 2003. Em primeiro lugar, foram as pesquisas do antropólogo estadunidense Marshall Sahlins. Ao se dedicar às ilhas do Pacífico, em especial o Havaí, o antropólogo estudou a forma própria que essas sociedades lidavam com seu passado. Tendo notado uma diferença notável entre a forma que os povos europeus e as sociedades das ilhas do Pacífico elaboravam suas perspectivas quanto ao tempo, Sahlins propôs o que chamou de regime heroico: uma forma de concepção de tempo e de história própria a estas comunidades. Após os acontecimentos de 1989 e a fratura histórica deles derivada, Hartog notou que poderia apropriar-se da proposta de Sahlins para abordar não apenas sociedades semi-isoladas como as ilhas do Pacífico, mas o mundo contemporâneo a partir dos elementos que diferenciam a relação com o tempo que cada sociedade produz a partir de seus acontecimentos nodais.

Em segundo lugar, os trabalhos de Koselleck e os conceitos de espaço de experiência e horizontes de expectativa possibilitaram a Hartog concatenar a antropologia estrutural renovada de Sahlins à perspectiva temporal da semântica dos tempos históricos. Assim, tornou-se possível identificar as particularidades de diferentes regimes temporais ao mesmo tempo em que se pode explicar essas singularidades em função da articulação que se produz entre passado, presente e futuro. Dessa forma, não é o isolamento geográfico, caracterizado pela imagem das ilhas, que permite diferenciar os regimes de

historicidade, mas a relação com o tempo. Além disso, o regime de historicidade é ele mesmo historicizado. Assim uma sociedade não é mais caracterizada por um regime, mas por diversos regimes que se modificam ao longo do tempo.

Outros referenciais ainda contribuíram para a formulação do conceito. O trabalho de Hartog em parceria com o antropólogo Gérard Lenclud propiciou um novo fôlego à antropologia histórica do tipo annaliste, retomando as proposições de Lévi-Strauss acerca da relação entre história e antropologia. Também o debate acerca do conceito de historicidade, enquanto condição histórica de cada comunidade derivada das diferentes formas de experiência do tempo, foi central para a constituição do conceito de regime de historicidades. O levantamento realizado por Ricoeur acerca da condição histórica, tal como representada na filosofia contemporânea, serviu de base para Hartog nesse sentido. Por fim, o historiador francês afirma que a cidade de Berlim foi como um laboratório para se pensar as diferentes articulações da experiência e da expectativa no mundo atual. Após 1989, na capital alemã, mais do que em qualquer outra parte do mundo, a relação com o tempo era um problema público. Não apenas historiadores e memorialistas estavam diante da questão, mas também os políticos, jornalistas, urbanistas e toda a comunidade berlinense. A tensão que se instituiu entre experiência e presente caracteriza bem as alternativas entre descontinuidade e preservação, esquecimento e memória, típicas do presentismo.

Portanto, segundo o criador do conceito de regimes de historicidade, este se prestaria a um “questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo”, permitindo “melhor apreender [...] momentos de crise do tempo” (HARTOG, 2013a, p. 37). Hartog não apenas foi essencial para a apropriação francesa da semântica histórica de Koselleck como articulou a tradição da antropologia histórica estrutural francesa a estes novos debates provenientes da Alemanha. Os regimes de historicidade compreendem, em linhas gerais, a análise das diferentes tensões entre experiência e expectativa, pela via da antropologia histórica. Os questionamentos semânticos e hermenêuticos da teoria da história alemã são assim trazidos sinergicamente, mesmo que de forma latente, para o universo historiográfico francês.

Hartog se dedica à análise do atual regime de historicidade que nomeou de presentismo, como uma estagnação de um presente imperioso, caracterizado pela tirania da fugacidade do instante. O presentismo é a hipótese sobre a qual Hartog se debruça, enquanto o conceito de regime de historicidade é a ferramenta de trabalho. O historiador francês dedica-se mais à hipótese que à teoria da história propriamente, ou seja, o presente

enquanto objeto de análise se destaca frente ao conceito de regime de historicidade enquanto ferramenta meta-histórica.

O presentismo é uma leitura do mundo contemporâneo pela via dos regimes de historicidade. Hartog ocupa-se majoritariamente da elucidação dessa tensão caracterizada pela fratura entre experiência e expectativa, produtora de um presentismo que engendra a si mesmo, sem referência na experiência, posto que a aceleração do tempo prejudica a compreensão do passado na medida em que o mantém na forma de memória, presente e viva, atuante sobre os desejos e paixões. Em contrapartida, a expectativa otimista do progresso é substituída por um futuro temeroso e potencialmente catastrófico³⁶. Por um lado, a experiência é repelida por duas vias: ou pela falta de reconhecimento, ou pelo excesso de memória; por outro, a indeterminação da expectativa se dá mais como forma de evadir-se das intempéries previstas que pelas infinitas possibilidades do progresso. O presentismo acentua assim o cético atual fechado sobre si mesmo:

O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. Os sinais dessa atitude não faltaram. Assim, a morte tem sido cada vez mais escamoteada (HARTOG, 2013a, p 148-149)

Em nossa leitura, ainda que complementares, as duas noções são bastante distintas no plano epistemológico. O presentismo, ao categorizar o presente segundo o elemento determinante do instante, segue no sentido oposto da pluralização das categorias, característica marcante da historiografia contemporânea. Seu valor heurístico encontra-se na delimitação de características que sintetizam o atual regime de historicidade, e a partir dessa delimitação torna-se possível gerar uma espécie de indução: a soma das várias manifestações da primazia do presente sobre a experiência passada ou sobre os projetos permite elaborar um conceito que condensa todas as ênfases no instante, seja no campo da memória, da política, da mídia, e mesmo das ciências sociais. Esse conceito é o presentismo. Por outro lado, o conceito de regimes de historicidade é aberto, e pode ser aplicado a diferentes momentos históricos. Sua constituição enquanto engrenagem da experiência e da expectativa deriva diretamente da proposta de Koselleck, mas se diferencia dela ao determinar estruturas que sintetizam os momentos históricos. Como

³⁶ Sobre a ameaça do futuro, Hartog cita Jean-Pierre Dupuy e seu conceito de catastrofismo racional, caracterizado por: “obter uma imagem do futuro suficientemente catastrofista para ser repulsiva e suficientemente crível para provocar as ações que impediriam sua realização, a um passo de um acidente” (DUPUY apud HARTOG, 2013a, p. 252). Interessante notar o esforço no sentido de converter o sentimento de tragédia em ação transformadora.

coloca Hartog ao definir o conceito de regimes de historicidade, ele é uma “Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano” (HARTOG, 2013a, p. 13).

5.1.2. Ricoeur: “o que se desenvolve no tempo pode ser contado”

Assim como para Hartog, as considerações acerca do tempo histórico desenvolvidas por Koselleck são de extrema importância para Ricoeur. Todavia, a ênfase dada por ele ao tempo histórico remete à sua articulação narrativa. O tempo histórico segundo Ricoeur está mais próximo da capacidade representativa da história do que as noções de espaço de experiência e horizonte de expectativa, bastante mais amplas. O interesse de Ricoeur em fazer coincidir o tempo com o que há de mais humano na experiência é um traço distintivo.

O estudo da temporalidade para Ricoeur não remete, portanto, à abstrações acerca do tempo, como entidade ou categoria que se pode explicar como um absoluto supra-humano. A necessidade de ancorar os debates acerca do tempo na experiência humana articula-se bem com o tipo de antropologia filosófica por ele praticada. Mesmo ao debater as considerações de Agostinho sobre o tema, é na experiência, na práxis que o presente do passado e presente do futuro são abordados. Ricoeur ressalta como ao trazer para o presente o passado e futuro, Agostinho humaniza o tempo usando-se das formas de existência do tempo nos sujeitos, como memória e expectativa. Mais que isso, é na representação narrativa que se pode atualizar e trazer o tempo para a dimensão da prática humana: “[...] a especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusiva cuja única réplica é a atividade narrativa” (RICOEUR, 2010a, p. 16).

A poética da composição narrativa, que Ricoeur busca inicialmente em Aristóteles, oferece uma réplica ao que ele chama de aporética da especulação sobre o tempo. Mas a narrativa não coloca a temporalidade do mundo sob os auspícios do movimento, como em Aristóteles. O ato de narrar permite manter uma abertura tanto ao tempo da alma quanto ao tempo do mundo. É nesse sentido que Ricoeur associa Agostinho e Aristóteles, polos quase excludentes quanto à questão do tempo que, todavia, se fundem sem se confundirem na operação narrativa.

Neste interim, Ricoeur recorre a Kant, Husserl e Heidegger para formular todo um debate acerca da filosofia que tem o tempo como objeto. Este caminho pela filosofia transcendental, pela fenomenologia e, por fim pela hermenêutica, funciona para Ricoeur como a estruturação de uma tese própria que, por sua vez, não deixa de ser uma terceira via ricoeuriana, qual seja, a do tempo histórico enquanto terceiro tempo, entre o tempo físico e o tempo humano. Dizemos que se trata de uma terceira via na medida em que os debates acerca do tema *dividem-se* usualmente entre, por um lado, a totalidade contínua e teleológica da filosofia da história e, por outro, o tempo tipicamente da escrita da história, em especial da historiografia francesa e da filosofia analítica anglo-saxã.

Esse terceiro tempo ricoeuriano se constitui pela relação de conectores de tempo que funcionam como elos entre o tempo propriamente humano e o tempo cosmológico. Ricoeur os divide em três grandes grupos: o calendário, as gerações e o tempo imanente aos materiais da história, como os documentos, arquivos e vestígios.

O primeiro conector abordado por Ricoeur é o calendário. Ele é o tempo mediador por excelência, na medida em que se fundamenta na rotação astral, mas cria um terceiro tempo que articula o homem e o cosmo segundo a variável tempo. Apesar de servir ao estudo do tempo cósmico como referência para a divulgação científica, o tempo do calendário não expressa adequadamente os grandes períodos abordados pela astronomia, que cria suas próprias fusões conceituais entre tempo e espaço, como os conceitos de anos luz ou eras solares, mais adequadas aos seus objetos.

O calendário desempenha a função de marcar o tempo humano de forma bem mais adequada. As sociedades e civilizações baseiam-se em grande medida na datação do calendário para marcar os ritmos da vida social. Uma alternativa viável ao calendário é o tempo mítico, atualizado nas relações humanas por meio dos ritos. Contudo, esse tipo de contagem do tempo pela via das narrativas fundadoras não foi abolido pelo calendário, mas antes sincretizado por ele. Por ser mais apropriado para a marcação temporal da vida em sociedades cada vez mais complexamente estruturadas, o calendário mantém os ritos como forma de *ritmização* do tempo, sem desconsiderar a abertura e a imprevisibilidade da expectativa, e não apenas a *re-efetuação* cíclica do passado.

Apesar de existirem diversos calendários em uso para além da atualização gregoriana do calendário juliano predominante na atualidade, todos têm três traços em comum: primeiro, um momento basilar, geralmente caracterizado por um acontecimento fundador; nesse ponto o calendário dialoga de perto com o tempo mítico. Segundo, a possibilidade de transitar em direções opostas pelas datações, que pode ser caracterizada

como um eixo x do plano cartesiano; esta possibilidade de transitar entre presente e passado permite posicionar eventos significativos, tanto para os sujeitos nas suas individualidades quanto para as sociedades, em “posições” específicas do tempo. Por fim, os calendários são dotados de parâmetros e medidas provenientes da natureza, que implicam, por sua vez, intervalos temporais significativos socialmente; assim o dia, a semana, o mês e o ano derivam do movimento dos astros, mas marcam o tempo propriamente humano do trabalho e do lazer, dos ritos de passagem, das atribuições de responsabilidades, entre outros.

Da urdidura do tempo cósmico e do tempo fenomenológico, o calendário engendra o tempo humano, o tempo narrado: “[...] ele cosmologiza o tempo vivido, humaniza o tempo cósmico. É assim que contribui para reinscrever o tempo da narrativa no tempo do mundo” (RICOEUR, 2010c, p. 184).

O segundo conector proposto por Ricoeur é a sequência de gerações, que por sua vez, diferente do calendário que liga o tempo cosmológico ao tempo humano, liga o tempo biológico ao tempo histórico. Esta compreensão do tempo histórico tem a vantagem de operar uma substituição da abstração na forma de passado, presente e futuro no sentido de uma organização social do tempo, que remete aos predecessores, contemporâneos e sucessores, categorização criada por Alfred Schultz. A sequência de gerações coloca em foco uma segunda propriedade do tempo, qual seja, a de destacar as características do tempo mortal, individualizado em cada sujeito, e do tempo público, das sociedades e civilizações. Nesse sentido, a partir da sequência de gerações, é possível pensar o tempo humano segundo a sucessão dos mortos pelos vivos, numa relação anônima entre o conjunto dos sujeitos que compõem as sociedades no tempo.

As gerações remetem às condições físico-biológicas da existência, marcando os nascimentos e as mortes, assim como a procriação, como fases da passagem de uma geração a outra – isto considerando apenas os aspectos quantitativos geracionais. As gerações, contudo, não remetem exclusivamente às durações médias das vidas de um grupo, expressa na substituição dos mortos pelos vivos, mas implicam também o pertencimento comum, mesmo que anônimo, a um estado de coisas compartilhado.

Assim, sujeitos de uma mesma geração compartilham influências, acontecimentos fundadores e transformações do tecido social. Ainda que cada grupo humano compreenda de forma específica cada uma desses “eventos” partilhados, todos criaram interpretações e expectativas segundo um mesmo conjunto de experiências. Pertencer a uma mesma geração, portanto, não significa apenas estar no mundo ao mesmo tempo, condição da

totalidade anônima de todos os viventes, mas estabelece um conjunto maior que as unidades de sociabilidade convencionais.

Contudo, os problemas colocados nas últimas décadas, em termos de aceleração do tempo, o regime de historicidade presentista, além das tecnologias – especialmente as de comunicação – implicam dificuldades substanciais à leitura do tempo pelo viés da geração, ao mesmo tempo em que expõe problemas até então acobertados aos olhos dos historiadores. Os marcos biológicos perdem cada vez mais espaço para os *upgrades* tecnológicos como marcadores geracionais. A marca da idade média de procriação – cerca de trinta anos – estabelecia de forma estável a passagem geracional, já que pautada na biologia e em seus desenvolvimentos de longuíssima duração. Contudo, a quase total falta de reconhecimento entre sujeitos com diferença de idade de poucos anos desqualifica os termos biológico-quantitativos em função da assimetria qualitativa.

As vias de acesso ao tempo histórico pela leitura das gerações compreendem, apesar das dificuldades, questões importantes. Interessante notar que algumas características aparentemente estabelecidas e imutáveis da interpretação do tempo são colocadas em perspectiva ao abordar as gerações. A ideia de simultaneidade, em especial, é resignificada. Conforme Alfred Schultz, o simultâneo não implica exclusivamente o instante, mas coloca em movimento as durações, ao propor que compartilhar socialmente a passagem do tempo mantêm uma geração sempre simultânea a si mesma.

O elemento central do debate acerca das gerações é, segundo Ricoeur, a possibilidade de estabelecer a integração entre o tempo individual e o tempo público: “[...] a relação de simples contemporaneidade é uma estrutura de mediação entre o tempo privado da sina individual e o tempo público da história, em virtude da equação entre contemporaneidade, anonimato e compreensão ideal-típica” (RICOEUR, 2010c, p. 193).

A fluidez das fronteiras entre a memória e a história, quando a referência é a tradição transmitida de geração a geração, cria uma sobreposição das duas categorias de narrativa sobre o passado. O tema correlato da crítica dos testemunhos também vem então à tona. Ao discutir a questão das gerações em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur se depara com um problema que deixa provisoriamente sem solução, e que será retomado, e mesmo servirá como ensejo, para sua publicação posterior *A memória, a história o esquecimento*.

Por fim, o terceiro conectivo do tempo histórico relacionado por Ricoeur é a noção de vestígio. Para tanto, parte da noção de arquivo e de documento para então revelar como o vestígio torna-se uma marca do passado que habita o presente.

Quanto aos arquivos, Ricoeur destaca três características fundamentais: a noção de documento como objeto do arquivo, a vinculação dos arquivos às instituições, e a sua finalidade elementar de preservar documentos. Ricoeur remete também aos debates acerca da história problema, ou seja, da abordagem dos documentos a partir de um questionário desenvolvido pelo historiador. Por esta abordagem, todo o tipo de arquivo pode tornar-se material para o historiador, principalmente os constituídos por documentos destinados não a nos informar sobre o passado, mas concebidos conforme uma necessidade prática de determinado momento histórico, e que foram guardados por serem considerados pertinentes por aqueles que os produziram. Esta intencionalidade característica dos arquivos também é acionada, remetendo ao longo debate desenvolvido por Jacques Le Goff entre a suposta objetividade dos documentos frente à intencionalidade declarada dos monumentos.

Para além do documento ou de sua organização na forma de arquivo, a noção de vestígio implica a temporalidade de forma notável. Isso porque se trata de uma marca presente que, no entanto, indica uma passagem, uma ação humana que deixou marca (considerando apenas os vestígios no sentido restrito da ação humana). A ação passada, enquanto ato de criação do vestígio, não existe mais, mas permanece a marca, o sinal, que ressoa a passagem do tempo. O vestígio assim é presente no tempo e no espaço, aqui e agora, mas remete a uma temporalidade do que já não é mais. Dessa forma, a preteridade do vestígio transforma a sua significância em marca da anterioridade, sem por isso tornar-se menos pertinente.

O vestígio é um signo de tipo especial, na medida em que não é apenas icônico ou indicial: não representa um referente ausente por semelhança ou por proximidade que, todavia, poderia substituí-lo, justamente por não existir mais, por pertencer a outro tempo. Também não se resume a um símbolo, porque não pode nunca ser independente do referente, isto é, não é uma convenção cultural ou social, já que é propriamente a marca deixada pela passagem. Além disso, no vestígio não há a intenção de ser signo, de estar no lugar de outro. Ricoeur reserva para o vestígio a noção de efeito-signo, como o que figura, hoje, o mundo que não é mais. Ele é, inclusive, e Ricoeur busca em Lévinas esse entendimento do vestígio, uma perturbação do presente, uma atualidade inatural.

Dos conectores que realizam a inscrição do tempo vivido no tempo cósmico – o calendário, as gerações e os documentos – somados ao vestígio, que por sua vez não é apenas um tipo de conector, mas antes compreende mesmo a essência da passagem do tempo, Ricoeur busca caracterizar a constituição historiadora do tempo humano. Essa

tipificação revela uma restrição que especifica o trabalho do historiador, qual seja, de estar submetido aos conectores temporais para que possa afirmar que o produto de seu trabalho tem como referente um *tendo-sido*, legitimado justamente por estes conectores. Assim os documentos nos quais o historiador se baseia para construir suas narrativas acerca do passado não desempenham – ou não deveriam desempenhar – apenas a função de fornecer os elementos da função referencial, mas garantem também a temporalidade, a passividade destes referentes, na medida em que são compreendidos como vestígios. Mas os artesões do ofício têm essa compreensão dos documentos na dimensão de vestígios?

O vestígio é, pois, um dos instrumentos mais enigmáticos mediante o qual a narrativa histórica ‘refigura’ o tempo. Refigura-o construindo a junção que opera o recobrimento do existencial e do empírico na significância do vestígio. É certo que o historiador, como tal, não sabe o que faz ao constituir signos em vestígios. Fica, no que a eles diz respeito, numa relação de uso. É frequentando os arquivos, consultando documentos, que ele se põe na pista-vestígio do passado tal como ele foi. Mas o que *significa* o vestígio é um problema não de historiador-cientista, mas de historiador-filósofo. (RICOEUR, 2010c, p. 213).

Segundo Ricoeur, nem todos têm a compreensão da dimensão vestigial dos documentos, e nem mesmo este é um problema para a totalidade dos historiadores. Eis o ponto em que a busca pela conscientização do historiador – de todos os historiadores – acerca do próprio ofício deve superar as barreiras que separam, por um lado, os artesões do ofício, e de outro, os historiadores filósofos. Nesse ponto temos que discordar ativamente da posição ricoeuriana. Acreditamos que tornar-se consciente das questões epistemológicas e filosóficas do ofício não deve ser, tal como o propunha Pierre Chaunu em *Histoire quantitative, histoire sérielle* (1978, p. 10), atribuição de apenas uma pequena parcela de mestres do ofício, mas de todo o conjunto dos historiadores. A teoria da história, a epistemologia, a dimensão filosófica do ofício e, inclusive, a história da historiografia, não são campos de pesquisa apartados do trabalho habitual com os arquivos e documentos. Fazer a história não se resume a representar o passado, mas a fazê-lo através da mediação decisiva e imprescindível das escolhas do historiador, de seu aporte teórico e de sua leitura ético-política do mundo. Retornemos, contudo, à questão que conduz o atual capítulo do trabalho.

É na poética do narrar e na aporética do tempo da alma que o filósofo francês articula tempo e *narração*³⁷. Afinal, conforme desenvolve os liames entre tempo

³⁷ Não nos alongaremos no debate acerca da tradução da “*récit*” no título da obra de Ricoeur, mas gostaríamos apenas de indicar que existe uma controvérsia acerca do tema. Modestamente, acreditamos que “*narração*” seria mais adequado, ao ressaltar a dimensão ativa do trabalho de narrar.

cosmológico, fenomenológico e tempo histórico, todo o trabalho de interpretação de Ricoeur leva-o à máxima de que o tempo humano é, por fim, o tempo narrado.

A tese central acerca do tema estabelecida por Ricoeur busca vincular o tempo humanizado e a narrativa. O que queremos ressaltar aqui é a seguinte máxima: “*o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal*” (RICOEUR, 2010a, p. 93). É por isso que no início dissemos que o tempo histórico segundo Ricoeur está mais próximo da função representativa da história.

Por uma outra vertente, Ricoeur estuda também o tempo histórico sob a égide da filosofia de Heidegger. Essa relação entre história e tempo mediada pela filosofia traz novos contornos para o tempo histórico, mas não no mesmo nível da constituição do tempo narrado. Isso porque é o aspecto de humanização do tempo que se dirige diretamente às questões atuais da historiografia. O pressuposto de que o que é narrado é o aspecto temporal da experiência é, em nosso entendimento, a grande contribuição ricoeuriana ao tempo histórico. Essa contribuição é, inclusive, uma rearticulação positiva de um efeito colateral da história ciência do século XX. Isso porque, na historiografia contemporânea, o trabalho de humanização do tempo ganhou um reforço significativo de onde menos se poderia esperar. A descronologização das narrativas históricas pela história-ciência, predominante ao longo da segunda metade do século passado, não serviu apenas para substituir a crônica dos eventos, pautada em um realismo ingênuo, por uma história lógica e conceitualmente conduzida. A abordagem estrutural do tempo, segundo padrões de repetição, permanências e ciclos, possibilitou que um segundo tipo de tratamento do tempo fosse exposto. Um passo no sentido da temporalização plural das ações humanas tornou-se possível após abdicar de narrar cronologicamente: “A cronologia – ou a cronografia – não tem um só contrário, a acronia das leis ou dos modelos. Seu verdadeiro contrário é a própria temporalidade” (RICOEUR, 2010a, p. 55). Assim, os múltiplos tempos implicados em um mesmo conjunto de eventos históricos atravessam, com ritmos e extensões diferentes, as histórias com intensidades e implicações distintas. Ao descronologizar a narrativa histórica, a história-ciência suscitou sinergicamente, portanto, o inverso da lógica temporal dos ciclos e das estruturas.

No que diz respeito à articulação baseada na filosofia de Heidegger do tempo histórico, alguns elementos devem ser ressaltados. O primeiro deles é a transferência operada pela temporalidade fundamental heideggeriana do presente ao futuro. Se em Agostinho o passado e o futuro se realizavam no presente, por meio do presente do

passado na memória, o presente do futuro na expectativa e o presente do presente na atenção, com Heidegger é sob o regime da *preocupação* que a antecipação é colocada em primeiro plano, como temporalidade fundamental. Se o diálogo entre o historiador e o filósofo pode parecer ficar assim impedido devido a diferença na escala de primazia do tempo, Ricoeur coloca o tema da morte em história para dialogar com o *ser-para-a-morte* característico da temporalidade de Heidegger. Esse movimento serve para colocar em evidência o estado atual de *eclipse* da futuridade, tão ressaltado pelo presentismo de Hartog.

Partindo dos debates heideggerianos, Ricoeur busca ressaltar que o pensamento da história não se resume a uma orientação retrospectiva, mas está necessariamente articulado com presença do presente e com a futuridade do presente. Ao cabo, Ricoeur afirma que “[...] a temporalidade constitui a condição existencial da referência da memória e da história ao passado” (RICOEUR, 2007, p. 360). Assim, a condição de preteridade do passado deixa de ser simplesmente algo dado, no sentido que é passado simplesmente porque pertenceu a outro tempo, e passa a articular-se necessariamente à presença e, principalmente, à futuridade como condição negativa da passadidade. Aqui o grande avanço para o trabalho do historiador está na liberação da restrição da história ao passado, posto que a condição histórica presente não se resume a tradição, mas também à preocupação como orientadora das ações. Esta argumentação de Ricoeur articula-se bastante produtivamente com a questão da tensão entre horizonte de expectativa e espaço de experiência, mas pelo viés da ontologia do *Dasein*.

O constante propósito de Ricoeur de fazer dialogar as diferenças age sobremaneira também na perscrutação do tempo histórico a partir da temporalidade de *Ser e Tempo*. A articulação entre os diferentes modos de temporalização abre novas possibilidades de diálogo entre história e filosofia. A temporalidade fundamental orienta para o futuro, por meio da preocupação; a historicidade remete, por sua vez, ao tempo que se engloba a extensão entre nascimento e morte e, em função da condição histórica, reporta-se à intransponível determinação de estar submetido a influência do passado; por fim, a intratemporalidade nos caracteriza como dados no presente, entre as coisas sobre as quais podemos agir e entre os sujeitos com os quais podemos interagir. Heidegger estabelece uma hierarquização destes níveis, dos mais autênticos aos mais próximos do tempo “vulgar”, por sua propriedade ontológica, na mesma ordem que os apresentamos acima. Contudo, e é essa a contribuição que Ricoeur busca oferecer ao tempo histórico por meio desse debate, a densidade ontológica não é o único critério de autenticidade dos diferentes

modos de temporalização. Pelo lado da epistemologia da história, o tempo mais “vulgar” da intratemporalidade é tão autêntico quanto o da temporalidade fundamental. O mesmo se aplica ao modo de temporalização da historialidade. Tendo em vista que a história não lida apenas com a historialidade, mas com os três modos, é na fusão entre epistemologia e ontologia que Ricoeur busca fazer dialogar historiadores e filósofos, por meio da readequação dos níveis de autenticidade do tempo, tendo em vista não mais somente a ontologia, mas também a epistemologia da história e a fenomenologia da memória.

As questões colocadas por Ricoeur ao buscar estabelecer um diálogo produtivo entre os historiadores e a filosofia heideggeriana levam as possibilidades do estudo do tempo entre os historiadores a uma área ainda pouco visitada por eles. Se as questões epistemológicas têm ganhado força já há algum tempo, a dimensão ontológica da história é ainda geralmente encarada como tema para filósofos e não para historiadores. Contudo, as incertezas que caracterizam o estado atual da disciplina tem como corolário oportuno a intensificação de tais debates. Nesse sentido, o tempo histórico revisitado pelo viés da fenomenologia hermenêutica heideggeriana tem certamente muito a oferecer. Esta é, em nossa compreensão, a pretensão de tal debate: tornar uma ontologia da temporalidade não apenas condição, mas também tema para a representação historiadora do passado.

5.2. Consciência histórica e condição histórica

Estar submetido à ação da história em nossas vidas e, ao mesmo tempo, ter consciência disso e agir historicamente são as duas faces da história enquanto consciência e condição. Segundo Olivier Abel e Jérôme Porée, ao abordar a obra ricoeuriana, essa dupla premissa separa os questionamentos quanto à história entre sua dimensão ontológica e epistemológica (ABEL; PORÉE, 2007). Ser histórico é uma condição humana, intransponível. Estar ciente disso e agir sobre essa determinação intransponível já leva a esfera uma ação consciente. Mas por mais plena que seja a consciência histórica, ela nunca será capaz de superar a condição histórica; em realidade, não se trata de uma disputa, ou de uma substituição de uma pela outra, mas de uma determinação e de um

trabalho sobre essa determinação. Nesse sentido, separar, por um lado, a compreensão da condição histórica de, por outro, a noção de consciência histórica, leva a uma compreensão parcial de toda a historicidade: “sofrer” a história é inevitável, mas ter conhecimento disso é a única via para a ação fundamentada historicamente.

Para acompanharmos a formulação e realizar uma apropriação dos conceitos em questão, tal como desenvolvidos por Ricoeur, faremos um caminho inverso do realizado pelo filósofo, no final de *Tempo e Narrativa* (2010c, p. 352-408). Isso porque Ricoeur parece partir das questões mais gerais para então buscar as especificidades da condição história. Seguindo o caminho oposto, podemos operar segundo uma lógica indutiva. Contudo, devemos confessar, essa inversão se presta bem aos objetivos de uma apropriação historiadora do debate ricoeuriano. Para uma leitura filosófica, a sequência do argumento tal como apresentada pelo autor parece mais razoável.

A condição história é uma elaboração renovada de uma tradição filosófica, que remete principalmente à *historicité* de Jasper e de *appartenance* em Gadamer (ABEL; PORÉE, 2007, p.21-22). Ainda remetendo a Gadamer, temos a noção de *eficiência da história*, correlata do ser-afetado-pelo-passado.

Ricoeur busca então realizar uma elaboração da tradição, desmembrada em três instâncias, como forma de explicar a eficiência da história. Assim, o filósofo apresenta-nos primeiro a *tradicionalidade*, como a transmissão, o encadeamento da história do passado ao nosso presente, por meio da sucessão histórica que permite nossa recepção do passado e a constituição dos espaços de experiência. A questão central da tradicionalidade é transformar o “espaço” temporal entre o presente e o passado em transmissão, que por sua vez não é nula ou neutra, mas é “*geradora de sentido*”: “Antes de ser um depósito inerte, a tradição [no caso, a tradicionalidade] é uma operação que só pode ser entendida dialeticamente na troca entre o passado interpretado e o presente interpretante” (RICOEUR, 2010c, p. 377).

Em seguida, a tradição é convertida em *tradições*. O plural serve para designar os conteúdos legados pela tradicionalidade. A melhor construção que exemplifica a noção de tradições é a afirmação de Marx quanto ao fazer a história segundo as condições que recebemos (já citamos essa passagem ao debater a questão do retorno dos sujeitos na historiografia contemporânea). Assim, a potência de criação da ação consciente nunca é plenamente inovadora, posto que somos afetados e mesmo buscamos inovar a partir das tradições que nos constituem. Somos antes herdeiros que criadores. Todas as obras de

cultura, os textos lidos e as histórias ouvidas; enfim, os conteúdos transmitidos em geral constituem as tradições.

Por fim, Ricoeur remete à *tradição*, no singular, como um tipo de argumento de autoridade, uma pretensão à verdade, na falta de uma prova mais adequada. Aproxima-se consideravelmente do que se compreende como direito consuetudinário. Essa leitura da tradição não é uma simples postura conservadora, ainda que não a negue. Trata-se de uma presunção à verdade dos conteúdos recebidos, em oposição à crítica incansável:

[...] essa pretensão à verdade, uma vez que não procede de nós, mas vem ao nosso encontro como uma voz que vem do passado, é enunciada como autoapresentação das ‘coisas mesmas’. O pré-conceito, o pré-julgamento é, portanto, uma estrutura da pré-compreensão fora da qual a ‘coisa mesma’ não pode se impor; é a esse título que a reabilitação do prejulgamento bate de frente com o prejulgamento contra o prejulgamento da *Aufklärung*. (RICOEUR, 2010c, p. 380).

Claramente advinda da filosofia de Gadamer, a tradição assim colocada remete ao famoso debate entre crítica das ideologias e hermenêutica das tradições que opôs Gadamer e Habermas. Assim compreendida, a tradição questiona a crítica das ideologias quanto ao seu próprio pertencimento a uma tradição.

Usando tal elaboração das tradições, Ricoeur busca mostrar a condição de *ser-afetado-pelo-passado*. Assim, herança e dívida são as duas dimensões do passado sobre o presente. Não se deve, contudo, considerar que o debate acerca da eficácia do passado, que por sua vez remete ao espaço de experiência, prescinde a dimensão do horizonte de expectativas. O futuro no presente não se resume a atualização da tradição projetada, mas compreende também o agir consciente e a capacidade de mudança. Por mais que se “sofra” o passado, este não enclausura o horizonte de expectativas; inclusive, este se abre cada vez às possibilidades na mesma medida em que se tem consciência da ação da história.

A relação entre os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa com as noções em questão é, nesse sentido, patente, na medida em que se condicionam mutuamente:

[...] temos de tornar nossas expectativas mais determinadas e nossa experiência mais indeterminada. Ora, essas são duas faces de uma mesma tarefa: pois somente expectativas determinadas podem ter sobre o passado o efeito retroativo de revelá-lo como tradição viva. (RICOEUR, 2010c, p. 368).

É propriamente a preocupação em agir para transformar que orienta a busca pela compreensão do passado. Só podemos almejar tornarmo-nos agentes da história pela via

da conscientização de que somos, antes, pacientes dela. Os traumas e injustiças históricas que afligem a maior parte da humanidade são, em geral, circunstâncias delegadas. O trabalho no sentido da mudança, portanto, exige a compreensão do espaço de experiência que constitui o passado no presente, para que não apenas a dívida com os mortos seja sanada, mas também para que o presente torne-se palco do agir. O presente assim compreendido é o momento da *iniciativa*. Poder, fazer, intervir e prometer são as fases da iniciativa. Subsequentemente, Ricoeur remete a Nietzsche em sua *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida* para, após considerar todas as questões relacionadas à tipologia *antiquária, monumental e crítica* da história, concluir, com Nietzsche, que cada presente representa duplamente o desfecho de uma história realizada, um fim para a história e, ao mesmo tempo, tem a potência de torna-se o exórdio de uma história por fazer.

A partir da compreensão da experiência passada, pode-se determinar expectativas alcançáveis, que permitam notar como o engajamento no presente tornar-se responsável pelas transformações. Assim o horizonte de expectativa é trazido para mais perto do presente e torna-se mais determinado, evitando a fuga dos projetos em fins distantes demais para serem alcançados, pela falta de mediações ao alcance da ação entre o presente e a expectativa. Quando as expectativas se distanciam numa proporção maior que a capacidade do presente de alcançá-las, ainda que sempre parcialmente, o presente tende a romper-se e ser assaltado pela “crise” caracterizada pela falta de reconhecimento com o passado e pelo caráter utópico da expectativa.

Essa forma de conceber a tradição almeja apresentar uma leitura da consciência histórica pela via do *ser-afetado-pela-história*, tendo em vista uma alternativa em relação à perspectiva da consciência plena, que abrange todo o sentido; é uma concepção da dimensão de continuidade da história que não remete, todavia, a um sentido absoluto, superior, hegeliano. Aqui o delicado debate entre continuidade e descontinuidade da história é invocado.

A exposição ricoeuriana da tradição, nesse sentido, busca manifestar que a descontinuidade como característica fundamental da história – perspectiva adotada pela historiografia francesa, em especial a Nova História, fortemente influenciada pela filosofia de Michel Foucault – se opõe a ideia de uma continuidade justamente por partir da premissa de que essa continuidade seria a expressão de uma consciência integral e portadora ‘dO Sentido’. Mas a tradição não é conservação de algum sentido superior, mas sim geradora de sentido, na medida em que converte a distância temporal que separa o

passado a ser interpretado do presente que o interpreta em *transmissão*, que por sua vez é uma ação ativa, transformadora, remodeladora dos diversos sentidos conforme se constitui a tensão entre experiência e expectativa. Assim a continuidade em história não é a progressão do Espírito, ou a evolução contínua da Razão, ou uma teleologia filosófica ou teológica. É a consciência de estar submetido à eficácia da história. Não se trata, portanto, de opor as descontinuidades da arqueologia do saber às continuidades da hermenêutica das tradições.

A condição histórica assim apresentada, como tradição, encontra um contraponto de não poderíamos deixar de citar. Voltaremos a questão tendo em vista as noções de pertença, distanciação e, principalmente, de apropriação. Mas antes, aproveitando o ensejo, passaremos em revista por um problema que diz respeito às diferentes formas atuais de contato entre história e filosofia.

Lamentavelmente, existe uma tensão latente entre pesquisadores adeptos da obra foucaultiana, de um lado, e da filosofia ricoeuriana, de outro. As propostas filosóficas desses pensadores, de fato, são em grande parte conflitantes, até mesmo opostas em certos aspectos. São poucos os pontos de convergência identificáveis, mas podemos citar, por exemplo, a relevância do pensamento de Immanuel Kant para os dois autores, o interesse pela historicidade, além da importância concedida à linguagem em ambos. Todavia, a tradição filosófica que sustenta o pensamento desses filósofos caminha separadamente desde muito antes deles mesmos. Friedrich Nietzsche, apenas para citar um exemplo, por um lado, criticou duramente o subjetivismo do cogito cartesiano, por outro, foi bastante incisivo também ao condenar a interpretação que Friedrich Schleiermacher fez do *Fedro* platônico. Podemos ver como as bases do pensamento de Foucault e Ricoeur já se distanciavam há muito. Outros exemplos de separação entre uma filosofia reflexiva e uma filosofia da suspeita poderiam ser listados, mas não vamos nos alongar nesse sentido.

Em síntese, podemos dizer que enquanto tanto a fenomenologia quanto a hermenêutica, bases da filosofia de Ricoeur, despertaram certa desconfiança no cenário francês ao longo do século XX, o pensamento foucaultiano representa o coroamento do desenvolvimento das propostas filosóficas e das ciências humanas que dominaram todo o século passado. Ainda que com críticas e rearranjos importantes, Foucault levou ao ápice o propósito: dos métodos da linguística aplicados às ciências humanas, dos fundamentos do estruturalismo, além da crítica incessante e até mesmo algum niilismo do neonietzschianismo. Sua filosofia coroa o desenvolvimento de um modelo crítico que tem como escopo estruturas de poder que extrapolam a ação consciente dos sujeitos. É

justamente essa primazia do estrutural e do inconsciente que vem sendo questionada desde os últimos anos do século passado.

Isso não significa, contudo, afirmar que a contribuição de Michel Foucault para a história está passando por um processo de superação. Absolutamente. Se a historiografia hoje reconsidera seus fundamentos epistemológicos é em grande medida em função da inestimável contribuição de Foucault. Certamente, considerando o ambiente acadêmico e as orientações epistemológicas centrais da segunda metade do século XX, a filosofia de Foucault contribuiu de maneira insubstituível para a historiografia. É certo também que seus trabalhos são hoje mais difundidos entre os historiadores que os de Ricoeur ou de qualquer outro filósofo que se dedica às questões da história. Mas esta balança tende a se equilibrar.

O quadro que se apresenta hoje nas ciências sociais exige um ajuste no trabalho de compreensão dos fenômenos singulares, uma revitalização do papel da consciência e, conseqüentemente, da abordagem fenomenológica, uma reconsideração acerca das capacidades de ação orientada dos sujeitos, da necessidade de compreensão das relações de identidade e alteridade que passam por uma profunda mudança, enfim, toda uma adequação pós-estruturalista. Essa não é uma projeção de um desejo de mudança, mas um fato observável nas produções historiográficas do início do século XXI, expresso, por exemplo, na volta à cena dos sujeitos históricos, do estudo das ações políticas conscientemente orientadas, do interesse pelos acontecimentos singulares, do gênero biográfico, entre outros vários exemplos possíveis. Essas reconfigurações tiveram início antes, mas podemos afirmar que é a partir da década de 1990 que se intensificam. Nesse sentido, a fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur tende a contribuir sobremaneira para a historiografia. Fernando Nicolazzi, ao debater a obra de Ricoeur, segue neste sentido: “Assim, retomar a história como tomada de consciência é uma das sugestões oferecidas por uma obra imensa e importante para a historiografia contemporânea” (NICOLAZZI, 2014, p. 28).

O problema é que esta readequação está sendo produzida à custa de outra readequação, institucional: não apenas os paradigmas explicativos foram questionados no fim de século, mas também, e principalmente, a hegemonia paradigmática. Ao longo do século XX houve uma alternância de modelos explicativos dominantes, seja o marxismo, o positivismo, o estruturalismo, etc., mas sempre com algum modelo ocupando o “lugar simbólico” de hegemonia. Tem-se, portanto, uma “crise” não apenas dos paradigmas, mas também do modelo de sucessão hegemônico. Quando uma configuração de centralização é

assaltada por uma horizontalização, rapidamente declara-se a “crise”. Este pressuposto é especialmente claro em se tratando de política econômica, mas se aplica correlativamente ao ambiente acadêmico. É por isso que o momento pelo qual a historiografia atual atravessa pode ser caracterizado, conforme a disposição, por esfacelamento ou pluralidade. E é nesse (e em função desse) momento de tensão político-institucional que a filosofia ricoeuriana chega à história: por um lado, tira proveito da contestação dos paradigmas dominantes que impediram sua inserção já há mais tempo, por outro, é associado, de forma justa ou não, às incertezas que caracterizam o momento. Esse descompasso no momento de contato com a história reflete também as diferenças entre Foucault e Ricoeur: o primeiro dialoga com os historiadores no auge da história-ciência do século XX, o segundo em sua crise:

Foucault observou as regras anônimas que governam as práticas discursivas; Braudel observou as estruturas profundas da biologia, demografia, clima e economia que moldaram a história do Mediterrâneo; e os historiadores das *mentalités* observaram as regras igualmente anônimas que embasavam as representações mentais coletivas. Todos participaram de um deslocamento do ‘sujeito’ da história (e não apenas os grandes indivíduos, mas a ação coletiva em geral). (HUNT, 1999, 33)

Sabe-se que a filosofia de Ricoeur foi sistematicamente ignorada por Foucault. Ricoeur, por outro lado, cita a obra de Foucault muitas vezes, seja para criticá-la ou para apropriar-se dela. Essa postura sempre aberta ao debate pode, contudo, esconder uma intenção insidiosa³⁸. Outros pesquisadores que mais recentemente vem se alinhando à filosofia de Foucault por um lado, e de Ricoeur por outro, reproduzem essa tensão. Considerando seus ‘seguidores’, muitos adeptos da filosofia de Foucault reagiram à leitura que François Dosse, declarado assecla de Ricoeur, fez da filosofia de Foucault em *A história do estruturalismo*, apenas para citar um exemplo.

Isso se deve, em grande medida, a eventos como a disputa pela vaga de Jean Hyppolite no *Collège de France* em 1969 (REIS, 2011, p. 242), que por sua vez também marca um momento de tensão não apenas entre os dois filósofos, mas entre o que representavam: estruturalismo e hermenêutica; popularidade e autoritarismo, etc. Esta lista poderia se estender longamente. Enfim, poderíamos ainda citar outros exemplos desse ‘embate’, mas nossa intenção não é essa: não pretendemos alimentar essa oposição, mas mostrar o espaço da contribuição de Ricoeur à história. Por vezes, ao tratar do universo do historiador, estas duas filosofias se encontram e são necessárias considerações sobre as

³⁸ Essa possibilidade foi sugerida pelo professor José Carlos Reis.

divergências ou aproximações. Contudo, a definição do nosso objeto de pesquisa, considerando o quadro atual da historiografia, nos levou a investigar os liames entre a filosofia de Ricoeur e a historiografia. Isso, todavia, não nos transforma num sectário cego de sua visão de mundo, e nem em um crítico fanático da obra de Foucault.

5.2.1. Pertença, distanciamento e apropriação

O debate acerca da condição história remete invariavelmente ao problema da pertença e da distanciamento. Ao considerarmos ação constante do passado sobre nós, podemos colocar a questão gadameriana da impossibilidade de distanciamento: não podemos nos colocar diante do passado de forma objetiva na medida em que nossa consciência é determinada pelo devir histórico. Não podemos deixar de ser históricos para realizar uma crítica da história.

Estas questões derivam do problema central colocado por Gadamer em *Verdade e Método*: “Ao se compreender a tradição não se compreendem apenas textos, mas também se adquirem discernimentos e se reconhecem verdades. Mas que conhecimento é esse? Que verdade é essa?” (GADAMER, 2011, p. 29). Nessa linha, a compreensão não se deixa governar pela metodologia científica. Contra a tendência à totalização da explicação do mundo pelo método científico, a verdade busca se legitimar como forma de conhecer que escapa ao método. Gadamer passa pela filosofia, pela arte e pela história para apresentar os campos da verdade compreensiva. Assim, estabelece-se, ao menos inicialmente, uma antinomia entre verdade compreensiva e método científico.

O reflexo dessas questões para a história é a de que a distanciamento metodológica que garante cientificidade ao conhecimento histórico se opõe à ontologia da condição histórica, da qual somos constituídos e que buscamos situar como objeto.

Esta oposição tem múltiplos desdobramentos na intenção ricoeuriana de reintegrar epistemologia da história e ontologia. A resposta ao problema oferecida por Ricoeur se aproxima bastante da de Gadamer, mas guarda algumas diferenças importantes. Para Ricoeur, é por meio da noção de texto que se pode escapar à alternativa:

[...] o texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana, ele é o paradigma da distanciação na comunicação; a este título, ele revela um aspecto fundamental da própria historicidade da experiência humana, a saber, que ela é uma comunicação na e pela distância. (RICOEUR, 1989, p. 109-110).

O argumento de Ricoeur segue uma ordem que busca levar da oposição entre distanciamento e pertença ao texto como manifestação da distância que não nega o pertencimento. A primeira distanciação característica do texto é a que diz respeito à dialética entre acontecimento e significação. O discurso é um acontecimento: 1) no sentido de um ato que tem lugar no tempo presente; 2) ao prender-se à pessoa que fala, portanto, como ação de alguém que diz; 3) em função do referente, posto que quem diz algo o diz acerca de alguma coisa, assim o mundo é trazido à linguagem pelo acontecimento do discurso, 4) por fim, é acontecimento porque remete a um interlocutor, à uma situação dialogal. Todavia, no discurso escrito, o que se compreende é a significação que permanece, e não o acontecimento do discurso: há assim uma superação do acontecimento em favor da significação.

A linguagem do mundo do texto não se confunde com o cotidiano, habitual, posto que é outra. A ficção cria um distanciamento em relação ao mundo “real” a partir da suspensão do referente primeiro. Assim o mundo que a obra ficcional traz é um *poder-ser*. Por outro lado, a obra histórica traz um mundo de outro tempo. A distanciação assim é de outra ordem, não mais do *poder-ser*, mas do *tendo-sido*. A distanciação da primeira se dá pela suspensão do referente; a da segunda, temporalmente. Mesmo quando se trata da história do tempo presente, esta é abordada por meio de uma perspectiva diacrônica, de forma que a distância ainda assim fica mantida.

Ao recorrer à noção de texto para resolver o impasse entre distanciação e pertencimento, chega-se a questão da compreensão de si, e não mais da mente do autor, por meio da apropriação da obra. O tema remete necessariamente à refiguração da experiência, como já discutimos na ocasião da análise do terceiro momento do arco mimético. Mas considerando, aqui, o texto como a articulação nodal, a questão da *apropriação* se destaca. Afinal, o que significa apropriar-se de um texto como via para o conhecimento de si?

A noção de apropriação em Paul Ricoeur designa o trabalho de colocar-se diante de um mundo diferente do seu, um mundo aberto pela leitura para um leitor distanciado, que tem seu próprio mundo constituído pela sua experiência. Mas não é apenas o

estranhamento de estar colocado diante de outro mundo: é por meio desse distanciamento, a partir da apreensão de outra realidade que podemos conhecer a nós mesmos. É no reconhecimento das diferenças em relação ao outro que se passa a ter consciência de si. Quando não se conhece nenhuma narrativa além da própria experiência, o sujeito é levado a projetar a sua subjetividade como a única realidade possível. Ao compreender-se diante da obra o sujeito não apenas descobre a alteridade como passa também a reconhecer suas próprias singularidades.

Mas cabe ressaltar que ao fundir sua subjetividade com o mundo da obra, o leitor não realiza uma incursão pela subjetividade do “autor”: pelo contrário, ao se apropriar de uma obra escrita, o que o leitor faz é exatamente preservar a distância entre seu *eu* e o *eu* do autor. O mundo que se abre diante da obra não é o da subjetividade do autor, mas um mundo próprio do texto. E é em função dessa distância que a intenção do autor (ou “o que ele quis dizer”) é preterida em proveito da apropriação que o leitor faz da obra, da fusão que se opera entre experiência e mundo da obra. Portanto, e essa premissa é muito importante para a história, ao apropriar-se de uma obra, o que o leitor faz não é abolir uma distância: é compreender-se na e pela diferença, sem sobrepor sua experiência ao outro, mas tomando para si todo um mundo diferente do seu, um mundo referencial da obra. O texto, portanto, não reproduz a dialética do diálogo. Ao contrário de uma situação de diálogo, na qual o ouvinte está colocado diante do autor, no processo de apropriação de um texto o leitor está colocado diante do sentido da obra, que em parte independe do autor. Ainda, o leitor acaba por se tornar também autor, na medida em que é ele que dá cabo do trabalho de atribuição de sentido.

De forma diferente da tradição cartesiana do *Cogito* e da intuição direta da fenomenologia husserliana, como vias privilegiadas para o conhecimento de si, a apropriação segundo Ricoeur busca na compreensão dos signos produzidos pela humanidade e dispostos nas obras a maneira pela qual o sujeito tornar-se capaz de compreender-se e reconhecer as vontades, pulsões e sentimentos, além de receber novos sentidos. É a partir da apropriação dos sentidos dos discursos depositados nas obras que o sujeito pode identificar-se como com raiva ou amando, desesperado ou feliz; afinal, o que compreendemos por estes signos linguísticos que expressam emoções, sentimentos, estados de espírito, isto é, realidades internas que não tem correlatos na materialidade do mundo, é o que aprendemos sobre eles nas histórias que nos são contadas. É assim também que pode se identificar com posturas éticas, políticas e críticas em geral. O leitor, portanto, não impõe sua capacidade de compreensão, constituída pelo que já conhece, ao

mundo exposto pela obra, mas ao contrário, abre-se para absorver um si que se torna possível por meio de um mundo diferente do seu e da sua experiência: o mundo da obra.

Mas o trabalho de apropriação não é apenas um acúmulo de somas, de acréscimos que o sujeito propicia a si por meio do contato com outros mundos. Apropriar-se é também reavaliar-se por meio das obras, reconsiderar posturas e princípios constituintes como falsificações ideológicas e, dessa forma, compreender-se ao desapropriar-se. Essa contrapartida da apropriação, inclusive, é dupla: em primeiro lugar é preciso abdicar de impor o *ego* ao mundo da obra para poder, ao desabrigar-se, estar aberto a um si que será manifestado pela obra; em segundo lugar, desapropriar-se de falsificações tidas como verdades, denunciadas pelo si que se descobre ao estabelecer contato com outros mundos, é também compreender-se diante da obra.

Os tipos de narrativas que geralmente trazem esse autoconhecimento para o leitor são as ficcionais e as históricas: as primeiras mais caracterizadas pela abertura aos possíveis reais ou hipotéticos, podendo liberar um potencial de sentido não necessariamente experimentado, tanto factível quanto fantástico; a segunda, por sua vez, tem a pretensão de remeter a realizações humanas que tiveram lugar no passado, distante ou próximo, mas visando sempre um referente real para seu discurso. Mas não são apenas as narrativas que têm esse poder: os poemas e ainda outras formas de texto, não necessariamente escritos, podem ter o mesmo efeito para a compreensão de si a partir da apropriação. Mas o que nos importa aqui é discutir a apropriação interpretativa das narrativas históricas.

As matrizes do conceito de apropriação nas práticas de historiadores se dão por diversas vias, assim como indicam atividades bastante diferentes. Em realidade, temos diversas noções diferentes de apropriação. As principais delas são: a partir do materialismo histórico, em especial com a ideia de apropriação como *alienação*, tal qual Karl Marx desenvolve nos escritos reunidos sob o título de *Manuscritos econômico-filosóficos*, e que reverbera sobremaneira na obra de Theodor W. Adorno; a partir da obra *O pensamento selvagem* de Claude Lévi-Strauss, na qual o antropólogo desenvolve, na verdade, o conceito de bricolagem, que posteriormente foi readaptado – e descaracterizado – por tradutores e comentaristas, aproximando-o de forma suspeita do conceito de apropriação; a partir do enxerto hermenêutico na fenomenologia, com Martin Heidegger e de forma mais incisiva com Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur; por meio do neonietzschianismo de Michel Foucault para o qual, em linhas gerais, a apropriação é uma ferramenta de poder que grupos e instituições se utilizam para exercer domínio sobre

discursos, o que ele chamou de “a apropriação social dos discursos” (2012, p. 41); e, por fim, no campo bastante específico da história da arte, derivado das práticas de artistas e críticos, o conceito de apropriação ficou conhecido por ser central para a passagem do fauvismo ao cubismo, nas primeiras décadas do século XX, com artistas como Marcel Duchamp, Henri Matisse, Georges Braque e Pablo Picasso.

Michel de Certeau e Roger Chartier são dois historiadores de grande importância para o conceito de apropriação tal como aplicado pelos historiadores. Eles trouxeram os debates desenvolvidos em outras áreas do conhecimento para a história, em especial para a história cultural. No primeiro volume da obra *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau constitui seu princípio de apropriação a partir de uma fusão entre o uso foucaultiano do conceito somado a uma espécie de teoria da ação. O autor ressalta os *fazeres* nos processos de apropriação de bens culturais e as *transformações* operadas no deslocamento de um ambiente a outro – como no exemplo clássico da apropriação da cultura erudita pela cultura popular (vale ressaltar inclusive que o conceito de apropriação desempenhou um importante papel na superação dessa aparente dicotomia).

Com Roger Chartier, esse conceito apresenta contornos um tanto distintos. Em várias publicações que tratam essencialmente da questão das representações, Chartier é conduzido a se debruçar igualmente sobre a apropriação. Em seu já clássico texto *O mundo como representação*³⁹, o autor define o conceito da seguinte forma: “A apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 2002a, p. 26). Ele constrói sua argumentação acerca da apropriação por meio de dois distanciamentos: o primeiro é se posicionando contra a primazia das relações de poder implicadas na apropriação, conforme os termos da filosofia foucaultiana. Em segundo lugar, propõe um distanciamento da apropriação segundo a filosofia hermenêutica.

Chartier argumenta que o ato de apropriação é uma prática social e, portanto, historicamente constituída, que implica a atribuição de sentido conforme o momento histórico. As práticas envolvidas no processo de apropriação também são históricas: o ato de leitura, solitário ou em grupo, em silêncio ou voz alta, ou mesmo a apropriação usando

³⁹ Publicado na Revista dos *Annales*, em 1989. Foi publicado também, com algumas leves alterações, como introdução da obra *A história cultural: entre práticas e representações*, com o título de *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. Também figura como o segundo capítulo da obra *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*.

a audição de um texto lido por outra pessoa, etc., assim como os suportes dos textos, a impressão, o tipo de inscrição física, magnética, ou de outro tipo, o acesso aos textos; enfim, Chartier busca submeter todos os componentes do processo de apropriação e, conseqüentemente, da interpretação, à história social.

Nos usos práticos que Chartier faz do conceito de apropriação, este está atrelado a outros dois conceitos dos quais buscamos nos afastar. Eles são: *habitus* e *campo*, provenientes da sociologia de Pierre Bourdieu. Ainda que Bourdieu busque em Aristóteles a ideia de *habitus*, interessante forma de interiorização de comportamentos e mentalidades, e mesmo considerando que o conceito de campo possibilita, entre outros, a realização de mapeamentos das zonas de intersecção de diversas formas de sociabilidade, a sociologia de Bourdieu (segundo nossa interpretação) comporta uma disposição tão estratégica quanto determinada da experiência. Assim, os comportamentos, a ética, os costumes, a cultura e até mesmo as subjetividades são sempre orientados por um plano estratégico-político predeterminado, visando fins categoricamente estabelecidos, sem desvios ou acasos. Com vistas a conservar os aspectos de indeterminação da experiência, preferimos, portanto, evitar os conceitos de *habitus* e *campo*.

Essa convergência efetuada por Chartier entre a apropriação e os conceitos de *habitus* e *campo* pode levar a um enfraquecimento das potencialidades do homem capaz em favor das determinações sociais das quais a própria história cultural pretende se afastar. Chartier argumenta que o seu conceito de apropriação deve se afastar da proposta da hermenêutica – que, ao que parece, diz mais respeito propriamente à fenomenologia da leitura que ao terceiro momento do arco hermenêutico – pois esta defende um sujeito universal, uma “invariância trans-histórica da individualidade” (CHARTIER, 2002a, p. 25).

Todavia, o afastamento que se coloca não diz respeito à historicidade, ou não, dos sujeitos “apropriantes”, mas sim acerca das diferentes abordagens do mesmo processo de apropriação. Enquanto Chartier está preocupado com as determinações que “possibilitam” ou “proíbem” o ato de leitura e, conseqüentemente, a interpretação e a apropriação, a hermenêutica ricoeuriana se ocupa da capacidade de transformação do sujeito a partir da leitura, como este sujeito passa a compreender o mundo da obra e a si mesmo por meio da apropriação de um texto. As duas propostas não são excludentes, mas complementares.

O receio de Chartier em anuir com a apropriação conforme defendida pelos fenomenólogos é, todavia, justificável. Se considerarmos a fenomenologia de Edmund Husserl – que o próprio Ricoeur chama de o “filosofo mais a-histórico e mais apolítico”

(RICOEUR, 2009b, p. 28) – de fato, a perspectiva histórica fica excluída pelo menos da maior parte da obra filosófica de Husserl. Em seu texto *Husserl e o sentido da história* (1949) Ricoeur se esforça para mostrar que a história passa a ter importância para o pensamento husserliano especialmente em seus últimos escritos (*Krisis*). Segundo Ricoeur, Husserl foi levado a enxertar elementos da história ao seu trabalho, ainda que exclusivamente considerada como história da filosofia ou história da Ideia, a condutora e guardiã da razão, a que, segundo ele, realmente importa. A situação histórica da Alemanha da década de 1930 e 1940, contudo, levou Husserl a considerar uma crise da humanidade, ou melhor, da humanidade *européia*. Dessa forma, a revelação contínua e progressiva da Ideia passa a não ser independente dos homens; e a responsabilidade das individualidades, em meio a essa crise, torna-se essencial para fazer avançar ou frear as Ideias. A teleologia implicada na filosofia da história tem, portanto, enraizamento na história tal qual empreendida pelos historiadores.

Ainda que a filosofia de Ricoeur esteja pautada sobremaneira no trabalho de Husserl, a crítica ao idealismo husserliano é uma das marcas da apropriação ricoueriana de sua obra. Podemos afirmar que sua posição quanto à história, por exemplo, é bastante distinta. Já na década de 1940 Ricoeur se ocupava dos trabalhos de historiadores e produzia uma filosofia da história, não no sentido teleológico do termo, mas um pensamento filosófico que considera a historicidade. Além disso, diferentes de outros filósofos que concebem a história como uma descrição de singularidades afastadas da categoria filosófica de “tempo”, ele de fato se preocupou em ler os historiadores, em dialogar com dos os artesãos do ofício, sem estabelecer um conceito de história dissociado da prática historiográfica, apenas para suportar suas teses filosóficas.

Esse desvio pela fenomenologia husserliana e pelo conceito de apropriação em Chartier visa mostrar que, por um lado, a concepção de apropriação de Ricoeur não se restringe aos contornos da fenomenologia transcendental husserliana, por outro, e como complemento, que a apropriação segundo Ricoeur não é incompatível com a historicidade das práticas de apropriação, defendidas por Chartier, mas que ambas são abordagens distintas e complementares. Os limites à apropriação que as práticas sociais podem determinar e a abertura à ação produtora do homem capaz são dois componentes do mesmo trabalho de apropriação.

Podemos afirmar que a história da leitura nos moldes de Chartier e a apropriação conforme Ricoeur partem do mesmo fenômeno – o ato de ler – mas sob ângulos diferentes de interpretação. A história da leitura funde as perspectivas da história social e da história

cultural; já a apropriação em Ricoeur remete à condição histórica dos sujeitos, à ontologia da compreensão.

A noção de apropriação em Ricoeur marca a atualidade da interpretação. Somente por meio da leitura um texto se torna obra. Mais que isso, ao tornar o texto obra, o que o leitor faz é perfazer o curso de uma distância cultural, ou uma distância temporal, e termina por tornar próprio o que era ou estranho ou desconhecido. Vencer uma distância não significa, contudo, elimina-la: a alteridade fica mantida: “A apropriação é exatamente o contrário da contemporaneidade e da congenialidade; ela é compreensão pela distância, compreensão à distância” (RICOEUR, 1989, p. 123).

A abordagem da leitura e da apropriação como caminho para o conhecimento de si pode parecer demasiadamente filosófica para repercutir diretamente no trabalho do historiador. Todavia, essa perspectiva abre uma nova possibilidade de significação do trabalho historiográfico. Frente à questão sempre muito pertinente e desconcertante – para que serve a história? – o compreender-se é uma resposta especialmente significativa. Entre um conjunto de curiosidades, ou uma mestra da vida por meio dos exemplos, a história serve para conhecermo-nos, em nossa dimensão temporal, na nossa condição histórica. Se a história problema parte de questões do presente para abordar o passado, podemos dizer que a compreensão de si pela história é a coroação da história problema.

5.3. A verdade em história

Com efeito, na verdade da história, quando a história é verdadeira, sua verdade é dupla, sendo feita ao mesmo tempo de verdade sobre o passado e de testemunho sobre o historiador.

Henri-Irénée Marrou, *De la Connaissance historique*

Os temas que congregamos sob o signo da condição de ser histórico remetem, acreditamos, à historicidade em seu nível mais fundamental. Ser histórico é, em primeiro

lugar, ser no tempo, mas é também tanto determinação quanto potência, condição e consciência. A dimensão ontológica tem sido a orientadora dessa última fase do debate. Todavia, acreditamos ser o momento de tentar realizar uma conjunção entre ontologia e epistemologia. Buscaremos conduzir essa empreitada a partir da visada veritativa da história.

A questão da verdade em história sempre foi um problema legítimo. Na chamada crise da história que caracteriza o final do século XX, a verdade torna-se central, na medida em que a capacidade de dizer legitimamente o passado é um dos pilares da historiografia, e o que a diferencia da literatura de ficção, por exemplo. O questionamento direcionado contra a capacidade da historiografia de dizer o passado foi respondido de várias formas ao longo do tempo. As principais posições quanto ao tema ao longo do século XX se fundamentaram basicamente em duas propostas distintas: na primeira, é baseando-se na pouca ou nenhuma interferência do historiador no processo de configuração historiográfica que se pretendeu garantir a verdade, a partir da crença na transparência dos documentos.

Nessa condição, o historiador seria meramente um mediador entre os arquivos e os leitores de história. O posicionamento do profissional de história simula uma suspensão da subjetividade em favor da objetividade das fontes documentais. Dessa forma seria possível garantir a verdade do passado, na medida em que o que é dito pelo historiador é nada mais que uma articulação didática de um conteúdo já pronto e que reflete completamente o passado. Esse realismo que se pode chamar de ingênuo depende de pelo menos três pressupostos: o primeiro caracterizado pela completude, lisura e representatividade plena dos arquivos; o segundo, diz respeito à transparência da linguagem que será usada para dizer o passado, sendo vista como meio estéril capaz de “transportar” o passado, apenas suporte da função referencial e, por fim, o terceiro pressuposto dessa linha de garantia de verdade se fundamenta na possibilidade de o historiador se colocar em suspenso, seja no que tange a sua subjetividade, seja em relação ao meio no qual desenvolve seu trabalho, ou o “lugar de produção”, para usar o vocabulário de Certeau.

Uma segunda proposta que ao longo do século passado serviu como base para se afirmar a verdade em história foi o posicionamento ferrenho de crença na dimensão científica da história. O “provado cientificamente” foi se instituindo como sinônimo de verdade desde o século XVI e atinge seu auge nos séculos XIX e XX, com o avanço tecnológico que possibilitou a verificação empírica de várias hipóteses construídas ao

longo da modernidade. Não cabe aqui refazer toda uma argumentação acerca da possibilidade de transferência dos modelos das ciências da natureza para a história, com vistas a garantir a verdade acerca do passado pela mesma estrutura explicativa das outras ciências. Vale ressaltar, contudo, que as ciências dos homens também experimentaram um trabalho de constituição da própria cientificidade, por meio de procedimentos científicos não importados, mas desenvolvidos para responderem aos questionamentos da área. Wilhelm Dilthey possivelmente foi o principal nome desse esforço no sentido de uma cientificidade própria da história na passagem do século XIX ao XX: “O método das ciências humanas é fundado na ‘compreensão empática’ (*verstehen*). Este é o método de conhecer adequado ao conteúdo especial [a saber, a vida humana] das ciências histórico-sociais” (REIS, 2003, p. 177). Todavia, a perspectiva diltheyana tinha como concorrentes, por um lado, a aplicação dos métodos das ciências da natureza às humanidades e, por outro, o desdobramento da proposta estrutural da linguística ao universo maior das ciências humanas e sociais. Neste sentido, a cientificidade do conhecimento histórico esteve bastante mais pautada pela objetividade explicativa que pela compreensão.

Posteriormente, várias outras matrizes científicas foram adotadas ou desenvolvidas por historiadores para buscar garantir a verdade em história pelo viés da cientificidade. Esse paradigma, se assim o podemos chamar ampliando um pouco a noção tal como se apresenta na obra de Thomas Kuhn, ainda é dominante nesse início de século. Ao dizermos que *ainda* é dominante não queremos, com isso, afirmar que a cientificidade está prestes a não fazer mais parte do universo dos historiadores, nem mesmo que isso seria desejável. Queremos com isso apenas ressaltar que além de uma ciência, a história é também uma literatura, uma hermenêutica e está consideravelmente próxima da filosofia. Deve-se observar que, em casos especiais, o método como garantia procedimental para a produção de provas científicas pode servir mais como uma camisa de força frente às possibilidades de investigação que um cabedal procedimental capaz de validar o conhecimento. De qualquer forma, a via científica é o principal caminho no sentido de validar o conhecimento histórico.

Passamos apenas em revista pelas duas principais correntes de validação do conhecimento histórico mais influentes atualmente. Cada uma delas tem desdobramentos imensos e são temas de várias pesquisas. Vale colocar ainda que elas não são excludentes, mas essencialmente fundadas sob um mesmo universo de pensamento.

Reinhart Koselleck (2006) faz um diagnóstico interessante sobre a forma como os historiadores têm defendido sua intenção de verossimilhança à experiência ao longo do

tempo. Segundo ele, os historiadores hoje encontram-se divididos entre as tarefas de afirmar a capacidade de dizer a verdade acerca do passado e de, ao mesmo tempo, reconhecer a relatividade de duas considerações. Diante desse conflito os historiadores valem-se de três argumentos distintos, mas complementares. No primeiro deles, recorrem a um argumento de autoridade que, todavia, não é arbitrário. Trata-se de afirmar o imenso progresso da ciência histórica ao longo da modernidade e da contemporaneidade. Sabe-se hoje mais sobre o passado que qualquer outra época, devido ao refinamento do trabalho empírico que os profissionais de história têm executado nos últimos dois séculos. O segundo argumento é metodológico. A crítica das fontes e os critérios de avaliação das provas tornaram-se tão racionais quanto comprováveis. Dessa forma, as críticas acerca da carga subjetiva do trabalho do historiador poderiam ser refutadas. Por fim, o terceiro argumento diz respeito à imparcialidade do historiador, para que então a realidade passada possa aflorar por si mesma. Esse é o diagnóstico que Koselleck faz das vias gerais pelas quais a história tem se defendido das críticas quanto a sua capacidade de dizer a verdade. Após o diagnóstico, Koselleck segue sua argumentação a favor da complementaridade entre objetividade e subjetividade. Mas fiquemos por aqui: gostaríamos de mostrar que nossa perspectiva quanto ao tema se aproxima sensivelmente da argumentação do historiador alemão.

Nossa intenção aqui é situar em que quadro se encontra uma nova via de busca pela garantia de verdade em história que se desenvolveu nas últimas décadas do século XX e vem ganhando força nesse início de século.

Acreditamos que a partir de uma fusão entre ciência e filosofia, convergentes na epistemologia, passou a ter lugar um novo tipo de aspiração à possibilidade de verdade em história. Diferente dos apresentados anteriormente, nos quais a verdade é garantida por uma aplicação de desenvolvimentos externos à pesquisa, esse modelo de administração de prova é, em certo sentido, meta-histórico. O que passa a garantir a verdade de uma obra histórica é a exposição e a interdependência dos processos de construção do conhecimento histórico, tomados em conjunto e deliberadamente declarados. O fazer história, em todas suas fases e encaminhamentos, é a garantia de verdade.

[...] uma vez questionados os modos representativos que supostamente dão forma literária à intencionalidade histórica, a única maneira responsável de fazer prevalecer a atestação de realidade sobre a suspeição de não-pertinência é repor em seu lugar a fase escriturária em relação às fases prévias da explicação compreensiva e da prova documental. Em outros termos, quando juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico. Só o movimento de

remeter a arte de escrever às ‘técnicas de pesquisa’ e aos ‘procedimentos críticos’ é suscetível de trazer o protesto à categoria de atestação transformada em crítica. (RICOEUR, 2007, p. 292)⁴⁰.

Essa passagem da obra *A memória, a história, o esquecimento* é essencial para todo o pensamento ricoeuriano acerca da história, na medida em que estabelece que a partir da relação que se instaura entre as fases da pesquisa é possível garantir que a afirmação do historiador de que seu trabalho versa acerca do passado real é certificada pelo trabalho de crítica que compõe todas as fases da operação historiográfica.

Interessante notar que essa tese – vamos chamá-la assim – é fruto de uma construção coletiva.

A primeira vez em que apareceu, de forma embrionária, foi na ocasião dos debates entre Roger Chartier e Hyden White. A argumentação de Chartier seguia no sentido de afirmar a dupla constituição da história: em primeiro lugar, como pertencente à classe das narrativas e em segundo, que a história busca sim produzir uma representação verossímil do passado. Assim, o historiador denunciava o falso corolário defendido pelos construtivistas mais radicais, que propõe que a história, justamente por pertencer à classe das narrativas, não deve objetivar a verdade, mas uma adequação semiológica segundo a qual a busca de representar um referente passado, o *tendo-sido*, é menos significativa que sua coerência linguística.

Uma segunda filiação da tese remete necessariamente a definição de operação historiográfica tal como proposta por Certeau. Contudo, é ao estabelecer os laços entre os passos da operação que se ganha um novo fôlego. Ao longo das fases da operação – fases que, nunca é demais repetir, não necessariamente se sucedem, mas são sincrônicas – se estabelece uma reciprocidade entre as diferentes condições veritativas características da prova documental, da explicação e da escrituralidade, afinal cada uma delas tem diferentes regimes de administração das provas. Os fatores que podem remeter à veracidade do discurso histórico não devem ser mais considerados alternadamente, mas a partir de um princípio simbiótico. O teor de referencialidade e a crítica das fontes, a cientificidade da explicação compreensiva, e a capacidade representativa da escrituralidade, juntos, podem legitimar a pretensão à verdade do discurso do historiador.

⁴⁰ Essa mesma passagem é utilizada por Chartier como fechamento de seu texto *Defesa e ilustração da noção de representação* (2011). No parágrafo final do artigo, Chartier afirma o seguinte: “Daí, faço das conclusões de Paul Ricoeur as minhas [...]” e segue a citação como apresentada acima. Cabe acentuar que Chartier deixou as últimas palavras de seu texto a cargo de Ricoeur, o que comporta uma força simbólica considerável.

Mas quem dá o acabamento à tese é Ricoeur. Ao discutir os acréscimos que os debates acerca da verdade poderiam trazer ao conceito de representância, Ricoeur estrutura a tese que tem se construído, em realidade, mais segundo um movimento coletivo. Podemos dizer que Certeau, Chartier, Ricoeur, assim como toda uma gama de historiadores que tem se voltado à reflexão da história sobre si mesma, e inclusive White, principal interlocutor de todo um grupo de historiadores com uma postura diferente, contribuíram para a constituição da tese em questão.

Podemos dizer que essa tese é uma das possibilidades abertas ao conhecimento histórico em função de um movimento maior, no sentido de rearticular os referenciais teóricos com os quais os historiadores lidam. A “era epistemológica da historiografia” (Pierre Nora) tem como pressupostos a questão da verdade contra o relativismo e um acento na historicidade e temporalidade da historiografia. É desse impulso que ela se origina. Além de identificar as origens dessa tese, cabe pensarmos a partir dela. Para onde leva as questões centrais da historiografia? Os questionamentos que até então conduziram o debate epistemológico foram deslocados em favor dessa nova vertente? O que, afinal, significa dizer que a pretensão à verdade do discurso histórico pode ser assegurada pela interdependência das fases da prova documental, da explicação compreensiva e da escrituralidade? Buscaremos agora tecer alguns desdobramentos possíveis tendo em vista o exposto.

Em primeiro lugar, acreditamos que essa tese mais organiza as questões epistemológicas que cria novas. Isso porque é sob a égide de cada um dos três núcleos ou fases da operação historiográfica que vários temas se coadunam.

Assim, no âmbito da prova documental, vários problemas epistemológicos clássicos têm lugar, como: a questão da crítica documental, o estatuto dos documentos, a intencionalidade dos monumentos, a natureza das fontes (orais, arqueológicas, etc.), a concepção geral de vestígio, o trabalho nos arquivos, a constituição dos arquivos, o estabelecimento das fontes ou a redistribuição do espaço (para retomar um tema caro a Certeau), entre outros.

No que tange à fase de explicação compreensiva, as questões relacionadas à: cientificidade do conhecimento histórico, os métodos e técnicas de pesquisa, a interpretação ou trabalho hermenêutico, as relações de causalidade, continuidade e descontinuidade, o trabalho conceitual, os paradigmas explicativos, além de toda uma gama de questões mais ligadas ao que podemos chamar de trabalho de intervenção do historiador, são acionadas.

Por fim, no que diz respeito à escrituralidade, estão congregadas: a questão nodal da representatividade, a literalidade do discurso histórico, a retórica e suas figuras argumentativas, a comunicação do conhecimento produzido, o suporte que possibilita a recepção e apropriação das produções historiográficas, a divulgação do conhecimento, entre outros.

Esta proposta de almejar a verdade em história não está destacada da perspectiva pautada pela validação a partir da via científica, mas antes faz parte dela. Todavia, não é o empirismo ou um argumento de autoridade acerca da indefectibilidade da ciência que a orienta, mas antes a *fusão* dos vários elementos, essencialmente epistemológicos, da operação historiográfica.

Além de coadunar importantes questões metodológicas e teóricas, essa forma de conceber a pretensão à verdade da historiografia implica uma mudança de estatuto da própria história da historiografia.

Podemos dizer que a verdade em história, em linhas gerais, se estabelece a partir de uma relação justa entre representação e referente, ainda que outras questões estejam envolvidas. Anunciar que o discurso do historiador versa sobre o real passado não garante uma verdade histórica. Consideramos que as verdades são elas mesmas temporais e históricas, portanto sujeitas ao fluxo temporal. Nesse sentido, é possível chegar a questionar o que é “real”. Mas a ameaça do relativismo é aqui iminente. Digamos apenas que a pretensão à verdade em história é desvelada pela busca por práticas mais adequadas de atingir e representar o *tendo-sido*.

Sobre esta relação entre referente e verdade, Gottlob Frege nos orienta de forma exemplar. A dependência da verdade em função do referente é ressaltada quando, para além de sentido, existe uma busca pelo mundo que é dito no discurso:

O pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de uma de suas partes está faltando. Estamos assim justificados por não ficarmos satisfeitos apenas com o sentido de uma sentença, sendo assim levados a perguntar também por sua referência. Mas por que queremos que cada nome próprio tenha não apenas um sentido, mas também uma referência? Por que o pensamento não nos é suficiente? Porque estamos preocupados com seu valor de verdade. O que nem sempre é o caso. Ao ouvir um poema épico, além da eufonia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas imagens e sentimentos que este sentido evoca. A questão da verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Daí decorre ser totalmente irrelevante para nós se o nome "Ulisses", digamos, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte. É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência (FREGE, 2009, p. 138).

Há que se notar que a perspectiva de Frege, tal como exposta, diferencia-se da posição ricoeuriana quanto a referencia das obras ficcionais. O poema épico citado por Frege não se resume, conforme Ricoeur, ao sentido, mas comporta uma função referencial diferente, que se baseia na estrutura da metáfora. É o que Ricoeur desenvolve longamente em *A metáfora viva*: a narrativa ficcional, o mito ou o poema fazem referencia ao mundo a partir da suspensão da referencia direta em favor da potência liberada pela referência segunda, que emerge do discurso quando um novo sentido é produzido. Isso implica não apenas uma referência metafórica como também uma verdade metafórica, que basicamente indica o poder de redescrição da realidade operada pela linguagem poética. Todavia, para o que nos interessa no presente debate, a posição de Frege, apesar de indicar que a relação referente-verdade se dá apenas em enunciados científicos, já nos é suficiente para apontar a relação que se estabelece em história entre representação do referente e verdade almejada do discurso.

Se partirmos do pressuposto de que a verdade é ela mesma histórica e mutável, então os estudos das diferentes formas de buscar e eventualmente atingir o real de forma mais ou menos adequada são também reveladores dos esforços de busca pela verdade em história. Isso altera o estatuto da história da historiografia. Abordar as diferentes correntes historiográficas, obras e autores de cada uma das “escolas históricas”, além de reafirmar a historicidade da própria historiografia, comporta também aspectos filosóficos importantes que desempenham papéis nodais, essencialmente epistemológicos e gnosiológicos, mesmo que de forma latente. *A pretensão à verdade* em diferentes registros históricos é, portanto, objeto da história da historiografia tanto quanto os historiadores e suas obras.

Diante disso, poderíamos afirmar que a história da historiografia é, em última análise, guardiã da verdade em história? Acreditamos que o vínculo que a representação estabelece com o real é atributo das obras que tem a experiência passada como objeto. Nesse sentido, o propósito da história da historiografia é revelar como naquelas obras esse vis-à-vis entre *tendo-sido* e representação é mais ou menos produtivo. Assim, o objeto da história da historiografia são os meios em que se sustentam a pretensão à verdade do discurso do historiador. Essa resposta negativa à pergunta inicial, contudo, não desabona o novo estatuto da história da historiografia: a busca pela verdade não parece ser um objeto menos relevante que a própria realidade.

Vale ainda ressaltar que o real ao qual viemos nos referindo é do objeto referencial da história, ou seja, a experiência passada, e não a do momento da representação historiadora. Contudo, é desse segundo momento que a história da historiografia se ocupa.

Mais uma vez fica reiterada a heterogeneidade entre os objetivos de representar o real e os propósitos da análise da busca pela verdade em diferentes registros históricos.

Não gostaríamos de circunscrever a questão ao limite do exposto sem antes passarmos por um último tópico: a explicitação procedimental implicada na tese de pretensão à verdade do discurso do historiador por meio da prova documental, da explicação compreensiva e da escrituralidade.

Ao retomarmos a citação da obra *A memória, a história, o esquecimento* feita algumas páginas antes acerca das três fases da operação historiográfica, nos parece que cabe ao leitor do texto de história questionar a atestação de realidade sob a qual o historiador se ampara. Ora, não é o próprio historiador que duvida que seu texto versa sobre uma realidade passada. Ele deve necessariamente acreditar estar fazendo justiça ao passado ao representá-lo, sob a pena de, caso contrário, assumir que está deliberadamente mentindo. Nesse sentido, é ao leitor que o historiador incumbe a validação da história contada. Essa transferência de responsabilidade, contudo, não isenta o historiador de responder por seu texto. Pelo contrário, o historiador deve se tornar ainda mais responsável na medida em que é a partir da apresentação meticulosa de seu trabalho de configuração textual que ele oferece ao leitor, além da função referencial do texto, também os meios utilizados para construir a representação.

Assim, quando Ricoeur nos diz que é preciso repor à fase escrituraria as outras fases da operação historiográfica, não nos parece que esse procedimento está orientando o historiador no sentido de se autoconvencer da verdade de seu texto, mas de capacitar o leitor em sua decisão. A isso que chamamos anteriormente de explicitação procedimental. O historiador apresenta ao leitor uma história e os procedimentos críticos, explicativos/compreensivos e representativos nos quais se pautou para construir seu texto. Cabe ao leitor deliberar se a representação é ou não bem sucedida.

Daí resulta dois corolários: primeiro força os historiadores a se tornarem mais conscientes quanto a teoria e a metodologia de seu trabalho, posto que não são mais meros instrumentos, mas passam a exigir uma elaboração para serem apresentadas ao leitor. Segunda ilação: aproxima a historiografia da hermenêutica, principalmente da terceira fase do arco mimético. A refiguração pela leitura não apenas tem relevância para a constituição do sujeito na transformação das suas ações e representações como também passa a ter um papel na validação do conhecimento adquirido. Epistemologia da história e ontologia da condição histórica convergem, assim, na refiguração. A hermenêutica da

condição histórica é uma via potencialmente produtiva, portanto, para o debate acerca da pretensão à verdade do discurso do historiador.

O que se extai, por fim, dessa visada acerca da verdade histórica por meio da interdependência das três fases da operação historiográfica é que não é *apenas* a natureza do referente, *apenas* a objetividade do historiador, *apenas* o método, *apenas* a interpretação, ou *apenas* a competência escriturária que garante verdade à história. Também não se trata de buscar a verdade na dimensão discursiva ou ativa do referente, mas em sua conjunção. “A história combina a teoria do texto e a teoria da ação, numa teoria da narrativa verdadeira das ações dos homens do passado”. (RICOEUR, 1989, p. 182). O acento está na combinação dos diferentes elementos. De uma forma peculiar, é novamente o pluralismo que está em questão.

Considerações finais

Considerar que a história passa por uma crise é uma constatação. Diante das mudanças pelas quais passam as ciências dos homens, frente à entrada de um novo século, após as catástrofes do Breve Século e com um horizonte de expectativa angustiante, é a humanidade como todo que passa por uma crise. Contudo, desacreditar o futuro é que impõe à condição de crise sua a aparentemente intransponibilidade.

Numa apropriação historiadora do que Ricoeur propõe ao anunciar a necessidade de “Renunciar a Hegel”, é da pluralidade interpretativa que a história deverá passar a nutrir-se para não mais ter seu nome qualificado pelo epíteto da crise. “O único pensamento que a filosofia traz é a simples ideia da *Razão* – a ideia de que a Razão governa o mundo e que, por conseguinte, a história do mundo também se desenrolou racionalmente” (HEGEL apud RICOEUR, 2010c, p. 331). Devemos considerar que essa história conceituada por Hegel é a do filósofo, uma filosofia da história no sentido pleno.

Mas pode-se desdobrar a mesma ideia à história do historiador. Se a razão ou qualquer outro determinante – seja ele uma vontade de totalização, um objeto privilegiado, uma perspectiva, um método ou paradigma interpretativo – conduz a história, então o acaso fica abolido ou relegado a mero desvio. A indeterminação da experiência e as vicissitudes da vida se resumiriam a algo análogo ao que Hegel chamou de *astúcias da razão*. É desse tipo de explicação que a história busca atualmente se desvencilhar ao abrir-se ao pluralismo interpretativo, ao deslocar a explicação estrutural em favor dos acontecimentos e de suas especificidades, ao remeter às múltiplas variações das durações e escalas de observação, ao recolocar os sujeitos e suas particularidades no centro das histórias. Não estamos aqui buscando estabelecer uma postura pós-Iluminista, da qual a Razão seria o alvo, mas anunciar que qualquer posicionamento que se anuncia como “o único pensamento que...” deve ser superado.

A busca pela totalização da história tem perdido espaço para a singularidade dos contextos, dos sujeitos e dos acontecimentos históricos. Este movimento pode ser interpretado de duas formas opostas: como fragmentação ou como pluralização. Se a história é uma narração em forma de intriga, que busca representar o passado sob o signo da veracidade, então renunciar a Hegel significa também pluralizar a pesquisa histórica:

Ora, é o próprio projeto de *totalização* que marca a ruptura entre a filosofia da história e todo modelo de compreensão que tenha algum parentesco, por mais longínquo que seja, com a ideia de narração e de composição da intriga. A despeito do caráter sedutor da ideia, a astúcia da Razão não é a *peripéteia* que

englobaria todas as *reviravoltas* da história, porque a efetuação da liberdade não pode ser considerada como a intriga de todas as intrigas. A saída do hegelianismo significa renunciar a decifrar a suprema intriga. (RICOEUR, 2010c, p. 350).

Diante do quadro da historiografia atual, uma renovação depende essencialmente de adotar uma postura que inclua as aporias da disciplina num processo de atualização do questionário, ao invés de concebê-las como expressões de uma crise instaurada e insuperável. Conceber o estado atual da historiografia como fragmentação apenas corrobora com o sentimento de crise. É nesse sentido que buscamos ao longo do trabalho pensar a pluralidade vigente de forma positiva. Fazer trabalhar as dissensões, praticar o diálogo entre posições divergentes ou mesmo opostas, conceber as aporias como possibilidades de aprimoramento: esses ensinamentos retirados da prática filosófica de Paul Ricoeur constituem uma grande lição para os historiadores.

Ao longo do trabalho buscamos assinalar, por um lado, os obstáculos com os quais a disciplina histórica tem se deparado nesta entrada de século e, por outro, os elementos centrais que caracterizam o fazer histórico atual. Certamente nunca foi nossa intenção abordar todos os temas que se colocam à historiografia, mas aqueles acerca dos quais a filosofia de Ricoeur pode oferecer um apoio à reflexão do historiador.

No que diz respeito à relativização das categorias, característica central da recomposição da historiografia, em especial da história cultural e história social, pudemos depreender da obra de Ricoeur todo o trabalho de pluralização interpretativa. Além disso, a articulação das várias compreensões da noção de representação na noção unificadora de representância possibilita enriquecer sobremaneira a dialética entre práticas e representações, tão relevante aos historiadores do cultural. De forma mais pontual, os estudos acerca do mal realizados por Ricoeur servem de base para a história do tempo presente que se depara com a tarefa de interpretar o Breve Século. A obra do filósofo francês não passou ao largo das transformações enérgicas que assaltaram a historiografia das últimas décadas, e mesmo foi agente de algumas delas. Entre virada linguística, crítica e hermenêutica, se insinua o movimento maior de superação dos paradigmas explicativos até então dominantes. A articulação entre a dimensão compreensiva e explicativa da história responde exemplarmente aos extremismos que tais propostas podem deflagrar.

Entre as dissensões da historiografia, a persistência no diálogo foi a chave apropriativa. A tirania memorial, a dimensão narrativa e ficcional da história, o papel concedido aos atores históricos e todas as questões implicadas na capacidade de almejar

realmente dizer o passado *tendo-sido* são geralmente abordados como problemas que obstaculizam, cada qual a sua maneira, a capacidade representativa da história. Mas ao estabelecer o diálogo entre os argumentos prós e contra de cada um, ao fazer trabalhar as aporias e, principalmente, ao estabelecer mediações geradoras de sentido, Ricoeur indica saídas viáveis à negatividade implicada nesses debates tal como são geralmente conduzidos. O caminho para tanto foi seguir as indicações acerca de tais temas na obra ricoeuriana, principalmente tendo em vista a perspectiva hermenêutica.

Passamos então às questões medulares do debate atual acerca da constituição histórica. Incluímos sob a égide das representações e da condição histórica os tangenciamentos entre epistemologia e ontologia históricas. Nestes pontos, a filosofia de Ricoeur passou de uma referência para a superação de contradições para um novo estatuto, o de provedora de compreensões mais adequadas à necessária reestruturação da disciplina. O efeito positivo do que se convencionou chamar de crise da história foi o aumento do interesse da comunidade dos historiadores quanto às questões teóricas que orientam seu trabalho. É em grande parte por meio do contato renovado com a filosofia que os historiadores podem repensar suas práticas. Todavia, a perspectiva de grande parte dos filósofos ao tratar questões históricas está restrita aos diálogos entre os pares. Ricoeur leu de fato os historiadores, dialoga com eles a partir das questões extraídas da prática do ofício e, assim, estende uma ponte sobre a distância que os separam e evita que as margens se tornem inaudíveis. Abordar a dimensão ontológica da história se torna assim mais inteligível.

O pano de fundo de todos os debates realizados remete ao esforço de superação dos paradigmas explicativos que tendem a caracterizarem-se como hegemônicos: positivismo, marxismo, funcionalismo e, principalmente, estruturalismo são os principais deles. Nestes casos, o sufixo *-ismo* deixou de apenas representar um corrente de pensamento para tornar-se indicador de ideologias. Pluralizar o par explicação/compreensão é, em última instância, o grande ensinamento da filosofia de Paul Ricoeur aos historiadores.

Referências bibliográficas

TEXTOS DE PAUL RICOEUR

RICOEUR, Paul. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 53, n. 125, p. 299-310, Jun, 2012.

_____. *Hermenêutica e Ideologias*. 2ª ed. Petrópolis : Vozes, 2011.

_____. *Tempo e narrativa: Volume 1: A intriga e a narrativa histórica*. Tradução: Claudia Berliner. Revisão da tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Introdução: Hélio Sales Gentil. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. *Tempo e narrativa: Volume 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Revisão da tradução: Claudia Berliner. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. *Tempo e narrativa: Volume 3: O tempo narrado*. Tradução: Claudia Berliner. Revisão da tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Trad: Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 2009a.

_____. Husserl e o sentido da história. In: _____. *Na escola da fenomenologia*. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis : Vozes, 2009b.

_____. *Philosophie de la volonté: Tome 2: Finitude et culpabilité*. Paris : Points, 2009c.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas : Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo : Loyola, 2006.

_____. *A metáfora viva*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo : Loyola, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*: tomo III. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Revisão técnica: Maria da penha Vilel-Petit. Campinas : Papyrus, 1997.

_____. Le mal dans la lecture de Dostoïevski, de S. Freud, de la Bible et comment le mal est à traiter par la justice. Entretien avec Bernard Sichère. *La règle du jeu*. Vol. 7, n°219, mai 1996, 88-105.

_____. *La critique et la conviction*. Paris : Calmann-Lévy, 1995.

_____. Remarques d'un philosophe. In: IHTP. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris : CNRS, 1993.

_____. *Soi-même comme un autre*. Paris : Seuil, 1990.

_____. *Do texto a acção*: ensaios de hermenêutica II. Tradução: Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto : RÉS, 1989.

_____. *O conflito das interpretações*: ensaios de hermenêutica. Tradução: M. F. Sá Correia. Porto : RÉS, 1988a.

_____. Le scandale du mal. *Esprit*. n° 140-141, 1988b.

_____. *Le mal*: Un défi à la philosophie et à la théologie. Genève : Labor Fides, 1986.

_____. *Temps et récit*: tome III. Paris : Seuil, 1985.

_____. *História e Verdade*. Tradução: F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro : Forense, 1968.

RICOEUR, Paul. Objetividade e subjetividade em história. In: _____. *História e Verdade*. Tradução: F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro : Forense, 1968. p. 23-44.

_____. Kierkegaard et le mal. *Revue de théologie et de philosophie*. n°4, 292-302, 1963.

_____. “L’essai sur le mal” de Jean Nabert. *Esprit*, N° 25, Julho-agosto de 1957.

REFERÊNCIAS

ABEL, Olivier; PORÉE, Jérôme. *Le vocabulaire de Paul Ricoeur*. Paris : Ellipses, 2007.

ANNALES. Histoire et sciences sociales. Un tournant critique? *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 43e année, N. 2, 1988. pp. 291-293.

_____. Histoire, sciences sociales. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 49e année, N. 1, 1994. pp. 3-4.

_____. Présentation. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45e année, N. 6, 1990. p. 1273.

_____. Tentons l'expérience. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1317-1323.

BARTHES, Roland. O discurso da história. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

BÉDARIDA, François. Le temps présent et l'historiographie contemporaine. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N°69, Janeiro-Março de 2001. pp. 153-160.

BÉDARIDA, François. Temps présente et présence de l'histoire. In: IHTP. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris : CNRS, 1993.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs). *Para uma história cultural*. Trad: Ana Moura. Lisboa : Estampa, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (dirs). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris : PUF, 1998.

BÍBLIA DE JERUSALEM. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. 8ª impressão. São Paulo : Paulus, 2012.

BOUCHINDHOMME, Christian; ROCHLITZ, Rainer. "*Temps et récit*" de Paul Ricoeur en débat. Paris : CERF, 1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Pref. Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2010.

_____. *L'Étrange Défaite*. Paris : Gallimard, 1990. (Escrito em 1940, a primeira edição é de 1946).

_____. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. Trad: Júlia Mainardi. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

_____. *La société féodale*. Paris : Editions Albin Michel, 1982.

BLOCH, Marc; FEBVRE Lucien. À nos lecteurs. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, 1º ano, N. 1, 1929. pp. 1-2.

BRANDIM, Ana C. M. S. Paul Ricoeur e Michel De Certeau: A Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou A Hermenêutica dos Rastros do Outro. *Revista de Teoria da História*. Ano 2, Número 4, dezembro – 2010. P.134-146.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história*. Trad: J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo : Perspectiva, 2005. (Debates ; 131).

_____. "História e Ciências Sociais. A Longa Duração". In: *Escritos sobre a história*. Trad: J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo : Perspectiva, 2005.

_____. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1995.

BURKE, Peter. *Revolução Francesa da Historiografia : A Escola dos Annales (1929 - 1989)*. Trad. Nilo Odalia; 2. ed, São Paulo : Unesp, 1997.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. *Comment se fait l'histoire: Pratiques et enjeux*. Paris : La Découverte, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. rev. tec. Arno Vogel. 2ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006.

_____. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. 18ª edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis : Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre : UFRGS, 2002b.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Trad: Maria Manuela Galhardo. Lisboa : DIFEL, 2002a.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 44e année, N. 6, 1989. pp. 1505-1520.

_____. O mundo como representação. *Estudos avançados*. v.5 n.11. São Paulo jan./abr. 1991. p. 173-191.

CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris : Armand Colin, 1978.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Tradução: Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo : Hucitec : Edusp, 1996.

DAIX, Pierre. Fernand Braudel: uma biografia. Trad: Clóvis Marques. Rio de Janeiro : Record, 1999.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro : FGV, 2012.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; TREBITSCH, Michel (dir.). *Michel de Certeau: les chemins d'histoire*. Bruxelas : Complexe, 2002.

DELACROIX, Christian. De quelques usages historiens de P. Ricoeur. In: MÜLLER, Bertrand (dir.). *L'histoire entre mémoire et épistémologie: Autour de Paul Ricoeur*. Lausanne : Payot, 2005. p. 99-123.

DELACROIX, Christian. La falaise et le rivage. Histoire du "tournant critique". *Espaces Temps*. N° 59-60-61, 1995. pp. 86-111.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: CHÂTELET, François (dir.). *História da filosofia: Ideias, doutrinas: Vol. 8: O século XX*. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.

_____. *O que é a filosofia?* Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo : Ed. 34, 1992.

DELPORTE, Christian; MOLLIER, Jean-Yves; SIRINELLI, Jean-François. *Dictionnaire d'histoire culturelle de la France contemporaine*. Paris : PUF, 2010.

DELUMEAU, Jean. *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du XVIe siècle*. Paris : de Boccard, 1º tomo 1957; 2º tomo 1959.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur: Les sens d'une vie (1913-2005)*. Paris : La Découverte, 2008.

_____. Paul Ricoeur revoluciona a história. In: DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução: Dulce Oliveira Amarante dos Santos; revisão técnica José Leonardo do Nascimento. Bauru : EDUSC, 2003.

_____. Le moment Ricoeur de l'opération historiographique. *Vingtième siècle, revue d'histoire*. n° 69, janvier-mars 2001b. p. 137-152.

_____. Paul Ricoeur révolutionne l'histoire. *Espaces Temps*. N° 59-61, 1995. p. 6-26.

_____. Paul Ricoeur, Michel de Certeau et l'Histoire: entre le dire et le faire. *Éditions en ligne de l'École des chartes (ELEC) - Conférences de l'École des chartes*. Abr. 2003. Disponível em: <http://elec.enc.sorbonne.fr/document8.html> . Acessado em: 16/05/2012.

_____. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução: Constancia Morel. São Paulo : UNESP, 2013.

_____. *Michel de Certeau: Le marcheur blessé*. Paris : La Découverte, 2002.

FONTANA, Pierre J. *A história dos homens*. Bauru : Edusc, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7^a ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2010.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad: Laura Fraga de Almeida Smapaio. 22^a ed. São Paulo : Loyola, 2012.

FRANK, Robert. Une histoire problématique, une histoire du temps présent. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. N° 71, Vol. 3, 2001. P. 79-89.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2^a ed. amp. e rev. São Paulo : EDUSP, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução: Enio Paulo Giachini. 11^a ed. Petrópolis : Vozes; Bragança Paulista : São Francisco, 2011.

GARCIA, Patrick. Essor et enjeux de l'histoire du temps présent au CNRS. *La revue pour l'histoire du CNRS* [Online], n° 9, 2003. Consultado em 14 Janeiro 2015. URL: <http://histoire-cnrs.revues.org/562>

GAUCHET, Marcel. *La condition historique*: Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron. Paris : Gallimard, 2003.

GENTIL, Hélio Sales. Introdução. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*: Volume 1: A intriga e a narrativa histórica. Tradução: Cláudia Berliner. Revisão da tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Introdução: Hélio Sales Gentil. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2010a. p. XI-XXII.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad: Raul Fiker. São Paulo : Editora UNESP, 1991.

GOETSCHER, Pascale; LOYER, Emmanuelle. *Histoire culturelle de la France de la Belle Époque à nos jours*. Paris : Colin, 2003.

GOUBERT, Pierre. *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730: Contribution à l'histoire sociale de la France au XVIIe siècle*. Paris : S.E.V.P.E.N., 1960.

GOLDENSTEIN, Catherine. La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli: une réception et une appropriation internationales. In: _____.; DOSSE, François (dir.). *Paul Ricoeur: penser la mémoire*. Paris : Seuil, 2013.

GUILHAUMOU, Jacques. De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels. *Genèses: Histoire et sciences sociales*. N°38, mar., 2000, p. 105-118.

GRENIER, Jean-Yves. Expliquer et comprendre. La construction du temps de l'histoire économique. In: LEPETIT, Bernard. *Les formes de l'expérience: une autre histoire sociale*. Paris : Albin Michel, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 2ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo : Centauro, 2012.

_____. *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1925.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro : DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Trad: Andréa Souza de Menezes et.al. Belo Horizonte : Autêntica, 2013a.

_____. *Croire em l'histoire*. Paris : Flammarion, 2013b.

_____. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. L'inquiétante étrangeté de l'histoire. *Esprit* (Février) 2/2011b. p. 65-76.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução, organização, nota prévia, anexos e notas: Fausto Castilho. Campinas : UNICAMP; Petrópolis : Vozes, 2012.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. Revisão técnica: Maria Célia Paoli. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. French History in the Last Twenty Years: The Rise and Fall of the *Annales* Paradigm. In: CLARK, Stuart (ed.). *The Annales School: Critical Assessments – Vol. I: Histories and Overviews*. London, New York : Routledge, 1999. (Publicado pela primeira vez em: *Journal of Contemporary History*. Vol. 21, 1986, pp. 209-224).

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis : Editora Vozes Bragança Paulista : Editora Universitária, 2012.

KEARNEY, Richard. On the Hermeneutics of Evil. *Revue de Métaphysique et de Morale*: Paul Ricoeur. Nº 2, Abril-Junho de 2006. p. 197-215.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro : Contraponto : PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro : Contraponto : PUC-Rio, 2006.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Les Paysans de Languedoc*. Paris : S.E.V.P.E.N., 1966.

_____. L'Histoire Immobile. *Annales ESC*. nº3. Paris: A. Colin, mai/jun 1974.

LE DÉBAT. Mémoires du XXe siècle. 2002/5, n° 122, nov-déc 2002.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: _____; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). *A História nova*. Trad. Eduardo Brandão. – 5ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 2005.

_____. Is Politics Still the Backbone of History? *Daedalus*. Vol. 100, No. 1, Historical Studies Today (Winter, 1971), pp. 1-19.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). *A História nova*. Trad. Eduardo Brandão. – 5ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir). *História: novas abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. 4ª ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995c.

_____. (dir). *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinho. 4ª ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995b.

_____. (dir). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. 4ª ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995a.

LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris : Gallimard, 1988.

_____. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Suzana Ferreira Borges e Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas : UNICAMP, 2010.

LEPETIT, Bernard (dir). *Les formes de l'expérience: Une autre histoire sociale*. Paris : Albin Michel, 1995.

_____. Histoire des pratiques, pratique de l'histoire. In: _____. *Les formes de l'expérience: une autre histoire sociale*. Paris : Albin Michel, 1995b. pp. 9-22.

_____. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação: Heliana Angotti Salgueiro. Tradução: Cely Arena. São Paulo : EDUSP, 2001.

LEPETIT, Bernard. Présentation. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 43e année, N. 1, 1988. pp. 3-4.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

_____. O feiticeiro e sua magia. In: _____. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975, pp. 193-213.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo : Contexto, 2006.

MARROU, Henri-Irénée. *Do conhecimento histórico*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. 2ª reimpressão. São Paulo : Boitempo, 2008.

_____. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. Tradução e notas Nélío Schneider. Prólogo: Herbert Marcuse. São Paulo : Boitempo, 2011.

MERCIER, Charles. René Rémond à Nanterre en 1968. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. 2009/4 (n° 104), p. 141-152.

MÜLLER, Bertrand (dir.). *L'histoire entre mémoire et épistémologie: Autour de Paul Ricoeur*. Lausanne : Payot, 2005.

NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur (1913-2005). In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores clássicos da história: Volume 3: De Ricoeur a Chartier*. Petrópolis : Vozes : PUC-Rio, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. Fragments posthumes. Automne 188 – automne 1887. *Oeuvres philosophiques complètes*, XII. Paris: Galimard, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intepstiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro : Dumará, 2003.

NOIRIEL, Gérard. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris : Belin, 1996.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris : Gallimard, c1984-c1993. (Tomo 1, volume único: La République, 1984; Tomo 2: La Nation, Vols. 1: Héritage - Historiographie - Paysages, 2: Le Territoire - L'État - Le Patrimoine e 3: La Gloire - Les Mots, 1986; Tomo 3: Les France, Vols. 1: Conflits et partages, 2: Traditions e 3: De l'archive à l'emblème, 1993).

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. 4ª ed. Trad: Theo Santiago. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1995 p. 179-193. (1ª ed. de 1974).

OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2001.

ONG, W. J. *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1998.

POIRRIER, Philippe (dir.). *L'histoire culturelle: um "tournant mondial" dans l'historiographie?* Dijon : Ed. Univers. Dijon, 2008.

_____. *Les enjeux de l'histoire culturelle*. Paris : Seuil, 2004.

POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris : Gallimard, 1984.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

_____. Pas besoin de chiffres pour démontrer l'ampleur du massacre. *Le Monde*, Paris, 13 mai. 2014. Caderno Centenaire 14-18, sem indicação de página. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/centenaire-14-18-decryptages/article/2014/05/13/pas-besoin-de->

[chiffres-pour-demontrer-l-ampleur-du-massacre_4415162_4366930.html#ThTM14jfMoVC20Hp.99](#). Acessado em: 24/02/2015.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs). *Para uma história cultural*. Trad: Ana Moura. Lisboa : Estampa, 1998. p. 123-137.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte : Autêntica, 2011.

_____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina : EDUEL, 2003.

_____. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

_____. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo : Ática, 1994a.

_____. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papyrus, 1994b.

RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro : FGV, 2003.

_____. Uma história presente. In: _____ (dir.). *Por uma história política*. 2ª ed. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro : FGV, 2003. p. 13-36.

_____. *Les Droites em France*. Paris : Aubier, 1982.

RÉMOND, René; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Notre Siècle: 1918-1995*. Paris : Fayard, 1991. (Tomo 6 da coleção *Histoire de France*, sob a direção de Jean Favier).

REVEL, Jacques. The *Annales*: Continuities and Discontinuities. In: CLARK, Stuart (ed.). *The Annales School: Critical Assessments: Vol. 1 Histories and Overviews*. Londres : Routledge, 1999.

REVEL, Jacques (dir.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris : Gallimard-Le Seuil, 1996.

RIOUX, Jean-Pierre. Introdução: um domínio e um olhar. In: _____ ; SIRINELLI, Jean-François (dirs). *Para uma história cultural*. Trad: Ana Moura. Lisboa : Estampa, 1998. p. 11-22.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs). *Histoire culturelle de la France*. 4 volumes. Paris : Seuil, 1997. (Tome 1: Le Moyen Age; Tome 2: De la Renaissance à l'aube des Lumières; Tome 3: Lumières et Liberté, Les dix-huitième et dix-neuvième siècles; Tome 4: Le temps des masses, Le vingtième siècle).

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs). *Para uma história cultural*. Trad: Ana Moura. Lisboa : Estampa, 1998. (1ª ed. em francês: Paris : Seuil, 1997).

ROBIN, Régine. Entre histoire et mémoire. In: MÜLLER, Bertrand (dir.). *L'histoire entre mémoire et épistémologie: Autour de Paul Ricoeur*. Lausanne : Payot, 2005.

ROSE, Martin (ed.). *Histoire et herméneutique: Mélanges offerts à Gottfried Hamann*. Genebra : Labor et Fides, 2002.

ROIZ, Diogo da Silva. A reconstituição do passado e o texto Literário: a resposta dos historiadores à 'virada linguística'. *Diálogos*. v. 13, n. 3, Maringá, DHI/PPH/UEM, 2009. pp. 587-624.

RORTY, Richard M (ed.). *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago : The University of Chicago Press, 1992.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (org.). *L'histoire aujourd'hui: Nouveaux objets de recherche; courants et débats; le métier d'historien*. Auxerre : Sciences Humaines Éditions, 1999.

ROUSSO, Henry. *La dernière catastrophe: l'histoire, le présent, le contemporain*. Paris : Gallimard, 2012.

_____. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. In: *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009. Entrevista concedida a: Silvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo.

SANTOS, Boaventura de Souza; LUCENA, Eleonora de. Classe média é ingrata e não será leal a outros governos, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de set. de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675611-classe-media-e-ingrata-e-nao-sera-leal-a-outros-governos-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 17/09/2015.

SANTOS, Ivanaldo. A possibilidade do esgotamento do giro linguístico. *Notandum*. Nº 34. São Paulo, CEMOrOC-Feusp; Porto, IJI – Universidade do Porto. Jan-abr de 2014. pp. 55-66.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Novos regimes de historicidade: o presente, a memória e o acontecimento*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Ideas* 8.1 (1969), pp. 3-53.

The American Historical Review. Nº 117, v. 3. P. 698-813, 2012.

VATTIMO, Gianni. *Éthique de l'interprétation*. Paris : La Découverte, 1991.

VENANCIO, Giselle Martins. Roger Chartier (1945-). In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópolis : Rio de Janeiro, 2014. p. 291-308. (Vol. 3 : de Ricoeur a Chartier).

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed., reimpr. Brasília : UNB, 2008.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire*. Paris : La Découverte, 1987.
(Uma edição aumentada foi publicada posteriormente com o título *Les assassins de la mémoire: “Un Eichmann de papier” et autres essais sur le révisionnisme*. Paris : La Découverte, 2005.).

VILAR, Pierre. *La Catalogne dans l'Espagne moderne: Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*. Paris : S.E.V.P.E.N., 1962.

VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle: Les attitudes devant la mort d'après les clauses de testaments*. Paris : Seuil, 1973.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurenio de Melo. 2^a ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: Jewish History and Jewish Memory*. Washington : University of Washington Press, 1982.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.